

Maria Aparecida de Aquino

**CENSURA, IMPRENSA, ESTADO AUTORITÁRIO
(1968-78)**

**O exercício cotidiano da dominação e da resistência
*O Estado de S. Paulo e Movimento***

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Área: História Social

Orientador: Prof. Dr. ARNALDO DARAYA CONTIER

Universidade de São Paulo
São Paulo
1990

Ao Elptdio, meu marido, companheiro onipresente com quem partilho este trabalho, com amor;

A meus pais, Elias e Lucinda a quem as dificuldades da vida somente ampliaram a generosidade e o investimento educativo em sua prole, com gratidão;

A minha irmã, Maria Zilda porque reveses recentes aproximaram e eventuais divergências não permitiram o distanciamento; com amizade.

VETADO



(Cartaz da peça **Mortos sem Sepultura** de autoria de Jean-Paul Sartre, encenada em São Paulo, em 1977, com a seguinte inscrição "Uma discussão sobre a psicologia do torturador e do torturado" – vetado em MOVIMENTO, SP, número 116).

*"Quando um muro separa, uma ponte une.
Se a vingança encara, o remorso pune.
Você vem me agarra, alguém vem e me solta.
Você vai na marra, ela um dia volta.
E se a força é tua, ela um dia é nossa.
Olha o muro! Olha a ponte!
Olha o dia de ontem chegando...
Que medo você tem de nós!
Olha aí.."*

*Você corta um verso, eu escrevo outro.
Você me prende vivo, eu escapo morto.
De repente...
Olha eu de novo!
Perturbando a paz, exigindo o troco.
Vamos por aí, eu e meu cachorro.
Olha o verso, olha o outro,
Olha o velho, olha o moço chegando...
Que medo você tem de nós!
Olha aí.."*

*O muro caiu. Olha a ponte!
Da Liberdade, guardiã.
O braço do Cristo, o horizonte,
Abraça o dia de amanhã.
Olha aí.."*

(Pesadelo, Maurício Tapajós e Paulo César Pinheiro)

Agradecimentos

A realização de um trabalho de pesquisa se, por um lado, representa um exercício absolutamente solitário de construção de um caminho único, cujos percalços vão sendo trilhados lentamente; por outro, é a constatação concreta de que não se estrutura esse processo sem o concurso de um conjunto de pessoas e instituições, na ausência das quais, o seu resultado seria inviável. Esta é a sua faceta comovente e fascinante.

Ao trilhar este caminho que só "se constrói ao andar", acumulam-se dívidas que não podem ser pagas a não ser com a gratidão.

Em primeiro lugar, ao Prof. Dr. Arnaldo Daraya Contier, pela orientação sempre eivada de sugestões estimulantes e de leituras, tanto rigorosas quanto minuciosas, responsáveis por parcela considerável do encaminhamento deste projeto.

À Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (CAPES), cuja bolsa contribuiu para o financiamento desta pesquisa.

Ao sr. Armando Bordallo (chefe do Arquivo de O ESTADO DE S. PAULO), pelos 40 anos de dedicação ao jornal, trabalho que desempenha com tanto amor que só pode merecer admiração. À Marlene Simões de Paula (Supervisora do Salão de Consulta do Arquivo) que abriu a possibilidade da pesquisa, sempre indicando e sugerindo caminhos com a perspicácia de quem domina completamente o seu "métier". A todos os funcionários do Arquivo de O ESTADO DE S. PAULO que mostraram que é possível converter uma relação de trabalho em ligação amistosa.

À Biblioteca Municipal Mário de Andrade e ao Centro Cultural São Paulo, onde se realizou a consulta aos microfilmes de O ESTADO DE S. PAULO. Os trabalhadores de ambas as instituições, com seu profissionalismo, competência e amabilidade, somente vieram confirmar a confiança no tão injustamente desacreditado serviço público.

Ao Luiz Moreira Gonçalves, Assistente do Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular/RIOARTE e ao Luciano Duffrayer, Coordenador do Centro, receptáculo do material preservado de MOVIMENTO; pela confiança depositada, pela paciência dispensada e por ter amenizado a estada em cidade estranha.

A todas as personagens dessa história recente que acederam em conceder depoimentos, consistindo em excelente contraponto à pesquisa empírica. Particularmente, um agradecimento especial ao jornalista Raimundo Rodrigues Pereira sem o qual não seria realizada a pesquisa a MOVIMENTO e com quem aprendi a respeitar a luta na construção de uma nova forma de enxergar o jornalismo.

À professora Ivone Borelli, pela profissional e competente revisão do texto, trabalho que realizou de forma sempre mesclada pela amizade cultivada há anos.

À professora Maria Angela Barbato Carneiro, cujo apoio e contribuição em várias ocasiões foram de valor inestimável.

Ao professor Armando da Costa Palmeira, mais que colega de profissão, o amigo desinteressado e maravilhoso almejado por todos.

À professora Elza de Fátima Sena, pela amizade constante e pelo amparo em momentos de grande aflição, sem o qual este trabalho não seria possível.

A todos os colegas da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) - Sindicato Estadual, a admiração pela capacidade combativa. Hoje, representam uma família, forjada em doze anos de batalha incansável o que contribuiu para amadurecer o sentido da luta por um ensino público de qualidade no primeiro e segundo graus.

A todos, homens e mulheres que fazem da prática do jornalismo um exercício de resistência à dominação, lutando pela ampliação do acesso à informação, entendida como um direito humano, peça essencial na luta por maior justiça social.

Resumo

Este trabalho representa uma análise das relações estabelecidas entre a censura prévia, a imprensa escrita e o Estado autoritário brasileiro pós-64.

Realizou-se uma pesquisa envolvendo os materiais produzidos e vetados por dois órgãos de divulgação diferenciados em momentos históricos distintos, a saber: O ESTADO DE S. PAULO (1972-75), representante da grande imprensa e MOVIMENTO (1975-78) da alternativa.

Colheram-se depoimentos de nove profissionais da imprensa, de algum modo, relacionados com o momento histórico referido em que houve a interferência política no sentido da limitação da liberdade de expressão.

A originalidade desta pesquisa prende-se ao fato de que busca captar o aspecto multifacetado e não aleatório da censura prévia, ao lado da diversidade de reações de resistência por parte de órgãos de divulgação da imprensa escrita, paralelamente à multiplicidade de conflitos que interferem na atuação do Estado autoritário brasileiro pós-64. Isto através da prática cotidiana vivenciada pelos produtores de notícias (jornalistas) e pelos encarregados do impedimento de sua veiculação (censores).

Encara-se este trabalho como uma abertura para uma variedade de abordagens possíveis no exercício com a temática da censura prévia à imprensa escrita, frente à imensidão de material que ainda se encontra à disposição do pesquisador.

Palavras-chave

Censura, Imprensa. Estado autoritário, dominação e resistência.

Sumário

INTRODUÇÃO	01
1. O JORNAL O ESTADO DE S. PAULO: UM LIBERAL CONVICTO	12
1.1. A grande imprensa e os princípios liberais: OESP (1964-68)	13
1.2. Censura prévia instaurada (1972-75)	22
1.3. Criatividade: uma estratégia de resistência em construção	61
2. O SEMANÁRIO MOVIMENTO: DEMOCRACIA, NACIONALISMO E OS INTERESSES POPULARES	73
2.1. A imprensa alternativa e a proposta do semanário	73
2.2. A censura prévia em MOVIMENTO (1975-78)	78
2.3. O ocaso da experiência alternativa: final de MOVIMENTO (novembro/81)	128
3. RELAÇÕES ENTRE O ESTADO AUTORITÁRIO, A CENSURA E A IMPRENSA ESCRITA	136
3.1. Histórico da censura política à imprensa escrita: de sua instauração (1968) à sua extinção (1978)	136
3.2. O caráter multifacetado e não-aleatório da censura política à imprensa escrita	142
3.3. Estudo comparativo da atuação da censura prévia: grande imprensa x imprensa alternativa ...	149
CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	159

Introdução

O trabalho de reflexão acerca da problemática da censura política à imprensa escrita no Brasil, em suas inter-relações com o Estado autoritário, ao lado dos órgãos de divulgação determinados, restrito aos limites temporais traçados pelo regime militar instaurado no País após o movimento armado de 1964, carrega consigo algumas questões.

Em primeiro lugar, a tendência a se considerar a censura política como um exercício unilinear, uma prática, geralmente, vivenciada à distância, sob a proteção do anonimato; escondida atrás de um telefone, debaixo de um bilhete sem assinatura, e mesmo, sob a impessoalidade dos organismos estatais representando-se como "de ordem superior", através da fórmula clássica de "fica terminantemente proibido" e, por intermédio da capa protetora de uma imagem asséptica burocrática do funcionário público "cumpridor de ordens".

Em segundo lugar, a imagem construída de um Estado todo poderoso, dotado de vontade única, ausente de contradições internas e de interesses diferenciados, condutor dos destinos da Nação, tanto no momento em que recrusdesce repressivamente (fundamentalmente, a partir de 1968), como quando "resolve" distender as pressões políticas sobre a sociedade civil (basicamente, através do projeto de abertura "lenta e gradual").

Em terceiro lugar, a representação de uma imprensa escrita, vítima do algóz da censura e indivisa na batalha pela restauração da plena liberdade de expressão.

Entende-se que estas questões trazem a marca de uma memória construída ¹, também ela, parte da estratégia de dominação, a quem interessa preservar a representação da censura, da imprensa e do Estado autoritário, vistos como unitários na sua atuação, perdendo-se a dimensão da experiência de homens e mulheres ² que agem de modo concreto contraditório e conflituoso. Nesta construção, acredita-se, a própria ação dos homens, enquanto sujeitos, fica perdida, necessitando ser redimensionada.

Esta a preocupação desta pesquisa. A luta pela restauração dos múltiplos e diferenciados aspectos, escondidos atrás da inter-relação que, em momento histórico determinado (1968-78) reuniu a censura política, a imprensa escrita e o Estado autoritário brasileiro pós-64, para narrar uma história que não pode dar lugar a visões maniqueístas (vítima x algóz) e lineares ("A" censura, "A" imprensa, "O" Estado).

A pesquisa com a temática da censura à imprensa escrita, exige que se façam algumas opções. Primeiramente, a questão da censura da qual se fala.

Quando se conversa com jornalistas, de modo geral, a preocupação que mais atinge refere-se à problemática das pressões exercidas internamente dentro dos órgãos de divulgação, o que caracteristicamente se nomeia de censura empresarial presente em todos os períodos e, não presa a determinados circunstanciais históricos. Entretanto, ao optar-se pelo trabalho com a censura política (genericamente, restrita a limites temporais específicos) de orientação externa ao periódico, o propósito foi o de captar, a um só tempo, as intenções do Estado autoritário brasileiro pós-64, através de um instrumental repressivo (a censura política), ao lado das reações dos órgãos de divulgação sobre os quais ela se impõe. A chamada censura empresarial aparece aqui referida, lateralmente, na medida em que se trabalha com periódicos diferenciados e se discute a problemática

¹ Aqui está sendo identificada a problemática da constituição de uma memória histórica dotada de um potencial de redução ao silêncio dos possíveis não concretizados através da utilização de uma documentação que privilegia grupos e circunstâncias. Essa visão crítica em relação à constituição da memória, aparece explicitada nas concepções de Walter Benjamin, preocupado com a temporalidade e a experiência humana. Para uma melhor compreensão destas questões ver: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. SP, Brasiliense, 1987.

No Brasil encontram-se trabalhos identificados com essas inquietações:

DECCA, Edgar S. de. *1930 - o silêncio dos vencidos*. SP, Brasiliense, 1986.

DECCA, Edgar S. de e VESENTINI, Carlos Alberto. A revolução do vencedor. *Revista de Ciência e Cultura (SBPC)*, 29(1), jan/1977.

VESENTINI, Carlos Alberto. A instauração da temporalidade e a (re)fundação na história: 1937 e 1930. *Revista Tempo Brasileiro*, RJ, 87, out-dez/1986.

² Aqui a referência é a E. P. Thompson com a sua preocupação com a experiência humana que encara como forma de recuperação dos homens enquanto sujeitos. São essas as suas palavras quando se pronuncia em meio à crítica feita a Althusser:

"O que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta: 'experiência humana'. É esse, exatamente, o termo que Althusser e seus seguidores desejam expulsar, sob injúrias, do clube do pensamento, com o nome de 'empirismo'. Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo - não como sujeitos autônomos, 'indivíduos livres', mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses como antagonismos, e em seguida 'tratam' essa experiência em sua consciência e sua cultura (grifos do autor) (as duas expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, 'relativamente autônomas') e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classes resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada." (THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. RJ, Zahar Editores, 1981. p. 182)

específica da diversidade de concepções acerca da função da imprensa escrita no País.

A seguir, dentro da dimensão própria da censura política que agiu de modo constante sobre a imprensa escrita no Brasil, entre 1968 e 1978, é necessário decidir-se, relativamente, à forma de atuação sobre o órgão de divulgação. Pode-se trabalhar com as ordens telefônicas ou bilhetes encaminhados às redações, por parte das instituições encarregadas (de modo geral, o Ministério da Justiça, por intermédio da Polícia Federal). Entretanto, dois problemas advêm deste tratamento à questão da censura política. Trata-se da dimensão da autocensura, na medida em que, após a transmissão destas proibições, cabia ao órgão de divulgação acatá-las, censurando internamente a divulgação de determinadas notícias. Transfere-se desse modo, a responsabilidade do âmbito do Estado para o da direção do periódico. Além disso, estas ordens comandadas à distância ocultam a prática dos sujeitos envolvidos na ação, de um lado os censores, de outro os jornalistas. Alguns trabalhos existem nesta direção ³.

Para captar esse exercício recíproco, concomitante e multidirecionado da dominação e resistência ⁴ no âmbito da censura política à imprensa escrita no Brasil, nos limites do Estado autoritário brasileiro pós-64; é necessário ocupar-se da dimensão da censura prévia que envolve a prática cotidiana vivenciada por homens e mulheres, captados enquanto sujeitos agindo na produção de notícias (jornalistas) e na contrapartida do veto ao acesso da informação ao público-leitor (censores).

Além destes aspectos, a escolha atingiu também a problemática da atuação censória sobre um órgão de divulgação determinado. Uma vez que a intenção, ao trabalhar com a censura prévia, é a de captá-la dentro da multiplicidade dos aspectos que a compõem; foi necessário pesquisar mais de um periódico, com a preocupação de que apresentassem visões diferenciadas acerca do momento histórico vivenciado pelo País e também sobre o papel da imprensa escrita: e cuja fase de vivência da censura prévia houvesse ocupado períodos distintos. Além disso, premissa fundamental, havia a necessidade da preservação de material produzido pelo periódico e vetado pelos censores, com possibilidade de acesso ao pesquisador. A opção recaiu sobre O ESTADO DE S. PAULO (OESP) e MOVIMENTO (M) ⁵ que viveram a censura prévia em momentos distintos (respectivamente: 1972-75 e 1975-78) e que representam tipos específicos de caracterização da imprensa escrita, a saber: OESP, típico representante da imprensa convencional de grande porte (grande imprensa) e M, situando a imprensa alternativa em fase áurea de desenvolvimento no País (final dos anos 60 e começo dos anos 80).

O trabalho com a censura prévia à imprensa escrita em órgãos de divulgação diversos, em momentos históricos variados, permitiu também, captar aspectos contraditórios, envolvendo diferentes interesses, com os conflitos decorrentes, da parte dos grupos envolvidos na partilha da ação executiva do Estado autoritário

³ Estão sendo situados especificamente os trabalhos de: MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)* 2ª ed., SP, Global Editora, 1980; GASPARI, Élio. Os documentos da censura. *JORNAL DO BRASIL*, RJ, 18 jun 1978 e SOARES, Gláucio Ary Dillon. A censura durante o regime autoritário. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 4 (10): 21 - 43, jun 1989

⁴ O uso dos termos dominação e resistência caminha na direção da crítica à utilização fragmentada e reduzida que tem sido feita da conceituação clássica marxista de "luta de classes". Ao se trabalhar com essa terminologia acredita-se abranger as conflituosas relações entre os diversificados grupos que compõem a sociedade, ocorrendo nas mais variadas direções, atuando cotidianamente e fazendo-se presentes nas experiências concretas vivenciadas pelos mais diferentes sujeitos. Encontram-se estas preocupações de crítica ao economicismo das leituras feitas por alguns dos divulgadores da obra de Karl Marx, bem como à utilização dos termos "classe" e "luta de classes" de forma a que não se possa perceber a heterogeneidade dentro de uma homogeneização construída nas obras do grupo inglês organizado em torno da revista *History Workshop Journal*, dentre as quais considera-se dignas de destaque: THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. RJ, Zahar, 1981.

_____. *A formação da classe operária inglesa*. RJ, Paz e Terra, 1987.

_____. "Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial". In - *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona, Editorial Critica, 1979.

SAMUEL, Raphael (org.) *Historia Popular y teoria socialista*. Barcelona Editorial Critica, 1984.

A preocupação com a ampliação da análise da exploração para além do campo meramente econômico que opõe capital e trabalho, com a dissociação entre exploração e dominação que aparecem no marxismo como sinônimos, pois só se admite o pensar crítico em relação ao capitalismo; encontram-se presentes na chamada "Teoria Crítica" ou "Escola de Frankfurt". Nesse campo, foram de fundamental valia a leitura das obras:

FREITAG, Bárbara. *A Teoria Crítica ontem e hoje*. SP, Brasiliense, 1986

MATTOS, Olgária C.F. A melancolia. *LEIA*, SP, 103, maio/1987. p. 16-17.

_____. *Os arcanos do inteiramente outro*. SP, Brasiliense, 1989.

Quanto ao trabalho com a cotidianidade, encarando o cotidiano como espaço de alienação, mas também como local privilegiado para a desalienação, na medida em que pleno de conflitos, espaço para a expressão da dominação e, dialeticamente, para a manifestação da rebeldia, lugar onde se dão as transformações sociais; estas preocupações podem ser explicitadas na obra de Agner Heller (*O cotidiano e a história*. s.l., Paz e Terra, 1985) e num trabalho que pode ser encarado como aplicação prática das concepções hellerianas, a saber: PATTO, Maria Helena. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. SP, T. A. Queiroz, 1970.

⁵ A partir deste momento, evitando-se repetições por extenso, desnecessárias, será utilizada para O ESTADO DE S. PAULO a sigla OESP e para MOVIMENTO, M, ressaltando-se a sua presença em títulos ou itens de destaque e respeitando-se a sua colocação em citações de outros autores.

brasileiro pós-64.

Porém, tanto da parte da grande imprensa, como da alternativa existem exemplos variados de vivência cotidiana da prática da censura prévia.

No que diz respeito à grande imprensa foi necessário preocupar-se com a preservação do material. Como seus órgãos de divulgação, de modo geral, optaram pela aceitação das ordens transmitidas enquadrando-se no âmbito da autocensura, dentre as escolhas possíveis surgiram OESP, JORNAL DA TARDE e a revista VEJA. O JORNAL DA TARDE, entretanto, não preservou o material produzido e vetado e, para eliminar a revista VEJA, colocando OESP como opção definitiva no que se refere ao campo da grande imprensa; o interesse localizou-se na construção de estratégias diferenciadas e cotidianas de resistência do jornal para dizer ao leitor que estava censurado. A referência aqui é às formas variadas de substituição utilizadas por OESP em relação aos espaços em branco deixados pelos cortes do censor⁶. A revista VEJA não vivenciou uma experiência de desenvolvimento constante de estratégias que mostrassem ao leitor a censura imposta⁷. Tendo em vista a importância conferida pela censura/censores na construção de uma imagem de regime político que ocultasse a existência concreta dos instrumentais repressivos (aqui incluída a própria censura), a denúncia ao público-leitor da presença de censores na redação por intermédio da substituição dos cortes por elementos que espantassem pelo insólito de sua presença, constituiu-se numa importante medida da resistência à dominação.

Em relação à imprensa alternativa, diversos foram os órgãos de divulgação submetidos à censura prévia, de modo que o "boom" alternativo deste momento histórico, acaba por se confundir com a própria periodização censória. M, entretanto, apresenta um interesse especial, fundamentalmente, por dois aspectos. O programa que o embasa e sua concepção de imprensa escrita, permitem, a um só tempo estabelecer os limites de sua resistência em relação ao Estado autoritário brasileiro pós-64 (foi forjado na luta contra o que ele representava essencialmente, tendo nascido já censurado) e diferenciar o significado de uma imprensa de fato alternativa à convencional, em termos de abrangência e opção de cobertura dos fatos, na colocação como jornalismo que se assume engajado e na tentativa de montagem de uma estrutura interna de co-gestão administrativa e funcional. Além disso, é interessante atentar para o que a memória construiu em relação à imprensa alternativa. Ela, vinculou-a umbilicalmente à censura justificando o término de sua fase áurea em cima da hipótese de uma não existência de motivações para a sua continuidade a partir da extinção da mesma. A sobrevivência de M além dos limites da atuação censória, transformou-se em importante forma de aquilatar, de um lado a relação imprensa alternativa X censura e de outro, a reação do Estado autoritário à sua manutenção.

Por último, ao lado destas justificativas é necessário que se esclareça que, durante a evolução da presente pesquisa, paralelamente ao trabalho realizado com o material censurado, a questão do testemunho oral de pessoas que vivenciaram a experiência da censura prévia, foi se revestindo de importância fundamental. Na busca de respostas a hipóteses levantadas, ora pelo próprio tema, ora pelo desenvolvimento do trabalho de pesquisa, realizou-se uma coleta de depoimentos, que se constituem em entrevistas gravadas, depoimentos manuscritos, contatos telefônicos, ou mesmo em conversas informais. Eles contribuem para compor este mosaico que procura reconstruir uma memória recente acerca da censura política vivenciada durante a vigência do Estado autoritário brasileiro pós-64, relativamente à imprensa escrita.

O depoimento atua como contraponto à pesquisa empírica realizada com o material censurado preservado por dois órgãos de divulgação distintos. Entende-se que no esforço de interpretação da experiência humana, o depoimento do contemporâneo assume o papel de um instrumento privilegiado de análise; na medida em que se reveste, ao mesmo tempo das problemáticas vivenciadas pelo presente e da experiência humana passada.

"A evidência oral é importante não apenas como uma fonte de informação, mas também pelo que faz para o historiador que entra no campo como um fiscal invisível. Pode ajudar a expor os silêncios e as deficiências da documentação escrita e revelar ao historiador – na frase fina de Tawney – o 'tecido celular ressecado' que quase sempre é tudo que tem em mãos. Serve como uma medida de autenticidade, um lembrete compulsório de que as categorias do historiador devem, no fim, corresponder ao feitiço da experiência humana e serem constituídas por ela, caso elas tenham força explicativa."⁸

Essa questão levantada por Raphael Samuel relativamente ao testemunho oral, no sentido de que ele representa uma medida de autenticidade fazendo com que haja uma correspondência entre as categorias

⁶ É importante destacar a forma original que a empresa de OESP escolheu para cobrir os espaços deixados pela censura. No caso de OESP, após múltiplas variáveis, acabou por se recorrer ao uso de poesias e poemas, optando-se, finalmente pela publicação de *Os Lusíadas* de Camões. Quanto ao JORNAL DA TARDE, pertencente à mesma empresa, a escolha recaiu, na substituição através da veiculação de receitas culinárias.

⁷ Segundo Apêndice da obra de Paolo Marconi (já citada), em momento que descreve a censura imposta à revista VEJA, esta, resolve no final de fevereiro de 1974, a partir do seu número 285, mostrar aos leitores que estava sendo censurada e o faz através da colocação de gravuras de entidades diabólicas e anjos. Mas essa não foi uma estratégia constante de amostragem da censura, tendo sido interrompida no número 291.

⁸ SAMUEL, Raphael. *História local e história oral*. Trad. Zena Winona Eisemberg, SP, PUC, 1988. (mimeo) p. 27.

trabalhadas e o "feitio da experiência humana", vem de encontro às preocupações deste trabalho. Buscou-se enxergar, através da documentação analisada, as experiências sociais concretas, o que encontra ampliação na utilização dos depoimentos de pessoas que as vivenciaram.

A documentação utilizada – ao contrário dos bilhetes e ordens telefônicas que, privilegiam a visão do Estado e, mais do que isso, de um Estado concebido como monolítico, ausente de contradições e, portador de uma só voz – procura resgatar a complexidade das relações sociais, expondo vozes silenciadas, através do concomitante exercício da dominação e da resistência. Isto vem de encontro à problemática levantada por Raphael Samuel no momento que fala de trazer à tona os "*silêncios e as deficiências da documentação*"⁹. O testemunho oral representou quase sempre um contraponto e, ao mesmo tempo, um complemento do que se buscou na documentação e do que, mesmo não procurado, porque não previamente levantado em hipóteses, acaba por ser percebido.

Entretanto, na medida em que se entende que a prática social não pode estar desvinculada da fala do sujeito, não se pretende encarar como neutros e objetivos os testemunhos recolhidos, uma vez que, de antemão, encontram-se entremeados da subjetividade das hipóteses que nortearam esta pesquisa. Desse modo, acredita-se que:

*"O valor dos testemunhos depende do que o historiador traz a eles assim como aquilo que ele leva, da precisão das perguntas e do contexto mais extenso de conhecimento do qual eles derivam. O relato vivo do passado deve ser tratado com respeito, mas também com crítica: como o morto."*¹⁰

Com o intuito da percepção das diferentes abordagens metodológicas possíveis, quando se trata de trabalhar com a problemática da imprensa, realizou-se, inicialmente, um estudo acerca de diversos trabalhos acadêmicos que tivessem como temática central a análise da imprensa, independentemente do período focado, do órgão de divulgação abrangido e, mesmo do aspecto abordado, com a preocupação de que dissessem respeito a questões vinculadas à imprensa brasileira¹¹.

O que demandou, entretanto, maiores cuidados foi a análise de outros trabalhos referentes à temática da censura política à imprensa escrita no Brasil, dentro do período proposto nesta pesquisa (1968-78).

Inicialmente, destaca-se a obra de Paolo Marconi (*A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)*. 2ª ed., SP, Global Editora, 1980.). O autor, jornalista com trabalho em vários periódicos, realizou uma coleta de bilhetes e de telefonemas dados às redações de jornais, rádios e TVs, entre 1969 e 1978, além de tomar o

⁹ Quando se destaca a questão da experiência concreta e da falta silenciada pela documentação, o que se quer dizer é que encontra-se teoricamente ao lado de preocupações constantes na historiografia contemporânea. É o caso dos problemas levantados por E. P. Thompson no sentido de aprofundar os silêncios deixados pelas obras de Karl Marx e vulgarizados pelos seus seguidores. E, também, no seu trabalho de compreensão do social como um constante refazer-se, como uma revisita que o presente pode realizar em relação ao passado, na sua estratégia de reconstrução

¹⁰ SAMUEL, Raphael. op. cit. p. 31.

¹¹ Para realizar a presente pesquisa, consultou-se a maior quantidade possível de obras referentes à problemática da imprensa no Brasil, mesmo que não dissessem respeito ao momento histórico situado ou ao tema específico da censura. Considera-se de extrema importância essa consulta, principalmente, para que se pudesse conhecer diferentes abordagens metodológicas com a temática da imprensa, o que auxiliou na definição dos métodos e técnicas que foram utilizadas na realização desta pesquisa e elaboração da análise. Destacam-se:

CONTIER, Arnaldo Daraya. *Imprensa e ideologia em São Paulo, 1822-1842*. Petrópolis, Vozes/Universidade Estadual de Campinas, 1979.

DUARTE, Celina Rabello. *Imprensa e Redemocratização no Brasil: um estudo de duas conjunturas, 1945 e 1974-1978*. SP, 1987. Dissertação (mestrado) PUC/SP. (mimeografado).

_____. *Imprensa e Redemocratização no Brasil*. *Dados*, 26(2): 181-195, 1983.

CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lúcia. *O bravo matutino – Imprensa e ideologia: o jornal O ESTADO DE S. PAULO*. SP, Alfa-Omega, 1980.

CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do Liberalismo: imprensa paulista (1920-1945)*. SP, Brasiliense, 1989.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Liberalismo e Oligarquia na República Velha: O PAIZ e a campanha do Marechal Hermes da Fonseca (1909-1910)*. SP, 1976. Dissertação (mestrado). FFLCH/USP. (mimeografado).

OLIVEIRA, José Flávio. *Liberalismo & Oligarquia na República Velha: "O Estado de São Paulo" e a campanha civilista – 1909-1910*. SP, 1976. Dissertação (mestrado). FFLCH/USP. (mimeografado).

PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *A Classe Operária: uma temporada no Paraíso – Rio de Janeiro (1923-1924)*. SP, 1987. Dissertação (mestrado). PUC/SP. (mimeografado).

GEBARA, Ademir. *Campinas – (1869/1875) – Republicanismo, Imprensa e Sociedade*. SP, 1975. Dissertação (mestrado). FFLCH/USP. (mimeografado).

MARSON, Izabel Andrade. *Posições políticas na imprensa pernambucana: 1842-1849*. SP, 1974. Dissertação (mestrado). FFLCH/USP. (mimeografado).

CAETANO, Eliane Kati. *História, Sociedade e Discurso Jornalístico - análise de alguns jornais veiculados em Corumbá durante o Estado Novo*. SP, 1981. Dissertação (mestrado). FFLCH/USP. (mimeografado).

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Liberalismo: Ideologia e controle social (um estudo sobre São Paulo de 1850 a 1910)*. SP, 1976. Tese (doutorado). FFLCH/USP. (mimeografado).

depoimento de diversos jornalistas e proprietários de jornais, o que apresenta na íntegra no apêndice de seu trabalho. Com base nesse material extrai conclusões acerca do caráter da censura, vinculando-a à Doutrina de Segurança Nacional e, estabelecendo as bases para uma análise da censura empresarial quando coloca, após 1978, a substituição da censura política por outra, constante e sutil forma de produção do silêncio nas grandes empresas jornalísticas. Entende-se este trabalho como o mais completo, no sentido do resgate das proibições, quase sempre apócrifas, dirigidas aos meios de comunicação. Possui também o registro explicitando o seu significado, da censura prévia à grande imprensa e à alternativa, embora não se dedique, em particular, a essa temática, restringindo-se a considerações de caráter geral.

O jornalista Élio Gaspari, logo após o encerramento da censura, faz publicar no JORNAL DO BRASIL, uma análise sobre o tema, um artigo intitulado "Os documentos da censura" (JORNAL DO BRASIL, RJ, 18jun1978). Ele toma por base, 270 ordens (também publicadas a seguir ao referido artigo) enviadas (por telefone ou por escrito) ao JORNAL DO BRASIL, entre 1972 e 1975. Incorre no erro de considerar, por fundamentar-se somente no que estava coletado naquele momento, que as ordens censórias se iniciam em 14 de setembro de 1972 e se encerram em 8 de outubro de 1975. Estabelece uma periodização em quatro fases para a censura, entre 13 de dezembro de 1968 e 8 de junho de 1978 e analisa os porquês da atuação censória em cada etapa. Enfatiza as proibições mais recorrentes e profere considerações a respeito do caráter desse instrumental repressivo, com base nessas notas. Como seu referencial são as proibições rigidamente (e erroneamente) periodizadas (o que o trabalho de Paolo Marconi demonstra, pois, sua coleta abrange o período de 1969 a 1978), Élio Gaspari considera genericamente que, após 8 de outubro de 1975, a censura entra em decadência, cumprindo apenas função de vigilância e segurança, o que pode ser derrubado por uma análise com base em outro tipo de documentação (por exemplo, a censura prévia, fundamentada em órgão de imprensa alternativa).

A pesquisadora norte-americana Joan R. Dassin, possui duas publicações acerca da censura política à imprensa escrita no Brasil, após 1964:

DASSIN, Joan R.. Press censorship – how and why. *Index on Censorship*, 8(4):13-19, july-august/1979; _____ . "Press censorship and the military State in Brazil". In: *Press control around the world*. NY, Praeger Publishers, 1982.

Estes dois trabalhos representam uma tentativa de análise da repressão à informação no que a autora chama de "Estado de Segurança Nacional latino-americano", utilizando como modelo a censura à imprensa no Brasil entre 1964 e 1978.

A autora, radicada atualmente no Brasil, trabalhando para a Fundação Ford, inicialmente discute a Doutrina de Segurança Nacional como fundamento para a repressão à informação no Cone Sul. A seguir, passa a analisar o sistema político de censura propriamente dito, enfatizando seu aspecto legal. Conclui que a censura do Estado foi criada e sustentada pelos altos escalões militares.

Disserta acerca das ordens recebidas nas redações e que foram suficientemente divulgadas e afirma ter analisado – embora não apresente dados que confirmem a realização de uma pesquisa extensiva – diversos arquivos como os de a TRIBUNA DA IMPRENSA, M, OESP, O SÃO PAULO, etc.; para chegar à conclusão de que a censura possuía critérios discriminatórios que variavam de acordo com o editor-chefe e com a orientação ideológica da publicação.

Com base em análise informal a artigos do arquivo da TRIBUNA DA IMPRENSA e do acervo censurado de O SÃO PAULO, e pela realização de uma pesquisa intensiva ao material vetado de M e de OESP, entende-se que, se há uma diversidade neste material, que varia de órgão para órgão de divulgação, isto se deve não somente ao caráter "discriminatório" da censura vista como se sofresse alterações ao sabor dos ventos aleatoriamente. Compreende-se que a censura agiu de modo multifacetado, presa a variáveis de ordem temporal e de acordo com o órgão de divulgação atingido e, afetando sempre os pontos sensíveis do regime.

Joan R. Dassin, após acrescentar que, há uma massa de material a ser analisada nas pesquisas relativas à censura política à imprensa escrita no Brasil, coloca três questões para chegar a uma avaliação geral sobre o tema:

a) a censura política no Brasil foi sistemática?

Ela acredita que, ao se considerar os objetivos de Segurança Nacional, pode-se dizer que sim. Aponta para a existência de excentricidades no sistema, decorrentes do poder do censor que pode extrapolar em alguns casos em perseguições e vinganças individuais e pessoais;

b) a censura foi efetiva e em quais áreas da vida nacional?

Coloca que o sistema não foi totalmente eficiente havendo uma distância entre o projeto e a execução. Acredita que notícias que representassem a discordância em relação ao regime foram suprimidas, principalmente, durante o governo Médici, mas que, após 1975, temas que concentravam áreas sensíveis para o governo (por exemplo, torturas, guerrilha e a própria censura) foram publicados, principalmente, pelos órgãos de imprensa alternativa que desafiaram a versão idílica dos fatos que o Estado autoritário desejava impor. Segundo a autora, após 1975, a tentativa dos militares de reescrever a história através da Doutrina

de Segurança Nacional, falhou;

c) a censura teve efeitos de continuidade?

Ela aponta para o fato de que a censura produziu um aumento da compreensão do papel ideal da liberdade de imprensa numa sociedade democrática e alertou para outras formas mais sutis de controle sobre os órgãos de divulgação que foram denunciadas pelas associações de jornalistas. Contribuiu para a percepção do papel da imprensa enquanto indústria com interesses próprios num sistema econômico dado e como instituição política-chave capaz de possuir uma importante função contestatória num Estado ditatorial.

Entende-se que o problema central da análise de Joan R. Dassin está em encarar a problemática da Doutrina de Segurança Nacional como, exclusivamente, vinculada a áreas de interesse político (tortura, guerrilha, ou seja, a repressão política). A autora mesma reconhece que, no caso da imprensa alternativa, temas de política econômica ou de críticas às condições sociais do País foram vetados. Compreende-se que, na ótica do regime, estas também são áreas de Segurança Nacional, muito sensíveis para o Estado autoritário, sendo que a eficácia da atuação censória, também se faz sentir com intensidade nesses aspectos.

Quanto ao fato de que ocorreram perseguições e vinganças de caráter individual e pessoal no caso de censores, acredita-se que a incidência desses acontecimentos foi de percentual muito baixo de modo que não se possa considerar a censura como aleatória.

Relativamente à problemática dos efeitos deixados pela censura política relacionada à questão da resistência de órgãos de divulgação da imprensa escrita, pensa-se que esta temática está a merecer uma análise mais acurada que leve em conta a diversidade dos períodos quanto à concepção do papel da imprensa adotado e no que tange às suas relações com o Estado autoritário brasileiro pós-64.

Gláucio Ary Dillon Soares, em seu artigo intitulado "A censura durante o regime autoritário" (*Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 4(10):21-43, jun/1989), relata sua pesquisa sobre a censura realizada através da Universidade da Flórida, nos EUA. Este trabalho apresenta um esforço de reunião de outras pesquisas sobre a mesma temática e, também uma tentativa de abordagem metodológica acerca dos materiais referentes à produção censória.

A análise do autor reunindo outros trabalhos correlatos, permite-lhe extrair algumas conclusões (objeto de considerações posteriores) e montar quadros estatísticos sobre a incidência da ação censória entre 1970 e 1978, tomando por base, entretanto, somente as ordens telefônicas e bilhetes enviados às redações. Trabalha com unidades temáticas e subtemas que lhe possibilitam analisar a incidência da censura, enfatizando, entretanto – uma vez que o seu material de análise é somente o das proibições, à distância, dadas às redações (que caracterizaram, principalmente, órgãos da grande imprensa) –, as temáticas políticas o que também ocorre com os trabalhos de outros autores que ele situa.¹²

Na abordagem metodológica feita pelo autor para o estudo da censura política, destacaram-se as seguintes fontes:

- a) as proibições na forma de bilhetes e de telefones, coletados por jornalistas;
- b) as matérias censuradas arquivadas que, segundo Gláucio Soares, devem ser contrastadas com as publicadas para que se obtenham informações sobre os dados objetivos da censura;
- c) entrevistas com pessoas que participaram desse processo, tanto jornalistas como censores.

É necessário acentuar-se que, dentre as hipóteses metodológicas detalhadas por Gláucio Soares, optou-se pelo trabalho com os materiais censurados preservados de dois periódicos e, realizou-se uma checagem em relação ao que foi efetivamente publicado em substituição ao veto do censor. Contudo não se analisou a totalidade do que foi publicado em cada um dos órgãos de divulgação por não se entender que pudesse contribuir para a explicitação do caráter da censura que se pensa estar delineado na ação política de impedimento da veiculação, bem como se acredita que a prática efetiva do órgão de divulgação encontra-se

¹² Apesar de não ter sido possível o acesso a outros trabalhos existentes tratando da temática da censura política à imprensa escrita no Brasil nos limites do Estado autoritário pós-64, o artigo (referido) de Gláucio Soares destaca três outras obras com as quais trabalha:

BARBOSA ASSIS, Sulamita Maria. *Censura à Imprensa no Regime Brasileiro Pós-64: Seus Fundamentos Ideológicos e Seus Parâmetros Políticos*. Belo Horizonte, 1987. Dissertação (mestrado). UFRJ.

BOCCANERA, Sílvia. *An Experiment in Prior Restraint Press Censorship in Brazil, 1972-1975*. Califórnia, 1978. Dissertação (mestrado). University of Southern Califórnia.

DINES, Alberto. trabalho (sem título) apresentado no Instituto de Estudos Latinoamericanos, Columbia University, 1975.

Segundo Gláucio Soares (que também utiliza unidades temáticas e subtemas diversos dos empregados nesta pesquisa), os trabalhos de Alberto Dines e Sílvia Boccanera adotaram unidades temáticas diferentes, enfatizando, do mesmo modo as questões políticas. Estes trabalhos são baseados na análise de bilhetes e ordens telefônicas encaminhados às redações (fundamentalmente do JORNAL DO BRASIL).

Alberto Dines trabalhou com as unidades temáticas de Terrorismo, Oposição Política, Problemas Econômicos, Prisioneiros Políticos, Tortura e Atividades Estudantis.

Sílvia Boccanera utilizou as seguintes unidades temáticas: Atividades Policiais, Política Interna, Política Internacional, Subversão, Igreja Católica, Autoridades, Imprensa, Assuntos Econômicos.

presente na sua produção (depois submetida a veto).

Trabalhou-se também com depoimentos de jornalistas envolvidos com o momento de vigência da censura prévia. Não houve, entretanto, a possibilidade de contato com censores devido a duas razões: pelas mudanças operadas na legislação e no Departamento de Diversões Públicas da Polícia Federal durante o processo de abertura política; pelas dificuldades em se tratar de tema politicamente espinhoso com pessoas que, em momento de vigência mínima de liberdades democráticas, mostraram-se arredias a um comprometimento com uma imagem socialmente desairosa.

O padre Antônio Aparecido Pereira realizou um trabalho (**A Igreja e a censura política à imprensa no Brasil: 1968-1978**. Roma, Tesi di diploma in giornalismo, Centro Internazionale per gli studi sull'Opinioni Publica (CISOP), giugno/1982), em que vincula a censura política à imprensa no Brasil à Doutrina de Segurança Nacional e a uma busca de consenso na sociedade civil, em relação ao Estado autoritário brasileiro pós-64. Dedicou sua atenção às conflituosas relações entre a Igreja e o Estado nesse período e, em particular, na censura estabelecida ao semanário O SÃO PAULO (do qual é atual editor-chefe). Entretanto, apesar de analisar especificamente a censura a esse órgão de divulgação, não trabalha com os textos vetados pelos censores.

Graças ao depoimento colhido do padre Aparecido, entrou-se em contato com as caixas de material preservado da censura a O SÃO PAULO, às quais se fez uma pesquisa informal e não extensiva.

José Luiz Braga trabalhou com o semanário de imprensa alternativa PASQUIM, daí resultando uma tese: **PASQUIM – Hebdo brésilien d'humour** (Paris, Thèse pour le doctorat de troisième cycle en Sciences de l'Information et de la Communication, Université de Droit d'Economie et de Sciences Sociales de Paris, juin/1984). Elaborou uma análise global do semanário, numa tentativa de compor uma compreensão geral desse periódico, através de três ângulos de observação: a história factual, distribuída cronologicamente em fases distintas; as formas e os conteúdos do PASQUIM e as relações entre o periódico e o contexto. Apesar de não se tratar de um trabalho específico sobre a censura, o autor, na cronologia que estabelece para o PASQUIM, dedica-se a uma análise do momento (1970-75) em que ele esteve sob a ação de vetos, convertendo-se em mais uma fonte de informação para a presente pesquisa, envolvendo a censura prévia.

O semanário OPINIÃO foi alvo de um trabalho realizado por J. A. Pinheiro Machado (**OPINIÃO X Censura**. RS, L&PM, 1978.) que enfatizou a questão da censura que se abateu sobre este órgão da imprensa alternativa, entre 1972 e 1977, revelando o modo pelo qual este fator foi responsável pela asfixia e posterior fechamento do periódico. Descreve sua instauração; os principais atos de violência, inclusive física, aos responsáveis por OPINIÃO; o processo movido pelo semanário contra a União comprovando a existência da censura (o que era sistemática e oficialmente negado); e a decisão de encerrar temporariamente as atividades em abril de 1977. Não há, nesta obra, um trabalho com o material censurado de OPINIÃO. Entretanto, o depoimento de seu proprietário, o empresário e deputado federal Fernando Gasparian, revelando pormenores sobre a atuação censória, bem como a discussão sobre a legalidade da mesma no processo defendido pelo jurista Aducto Lúcio Cardoso; representam um importante instrumental de análise para o estudioso da censura.

Além disso, no interesse de compor a trajetória histórica dos dois periódicos que foram alvos da presente pesquisa (OESP e M), foi necessária a consulta a publicações específicas que enfocassem estes órgãos de divulgação.

No que diz respeito a OESP, a consulta referiu-se a:

a) DUARTE, Paulo. **Pequena história de um grande jornal: de 1875 a 1940**. (datilografado)

RITTER, Marcelino. **A nova fase de vida d'O ESTADO DE S. PAULO: de 1945 a 1964**. (datilografado)

Estas obras foram realizadas a pedido do próprio jornal, na forma de um trabalho de pesquisa encomendado aos dois autores. Entretanto não se encontram publicados, estando, porém, à disposição para consulta no Arquivo de OESP.

b) SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 3ª ed., SP, Martins Fontes, 1983.

É uma retrospectiva de toda a história da imprensa no País, desde seus primórdios na Colônia até meados da década de 60, onde podem ser encontradas referências históricas a OESP.

c) OLIVEIRA, José Flávio. **Liberalismo & Oligarquia na República Velha: "O ESTADO DE S. PAULO" e a campanha civilista – 1909-1910**. SP, Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 1976. (mimeo)

Obra sobre a participação do jornal na campanha à presidência da República que envolve a disputa do marechal Hermes da Fonseca.

d) SUPLEMENTO DO CENTENÁRIO. OESP, SP, 4jan1975. 40 p.

Publicação que conta toda a história do periódico, desde sua fundação até o centenário e que foi lançada na data de sua comemoração. Além disso, a empresa publicou, ao longo do ano de 1975, semanalmente suplementos sobre temáticas variadas, dentre os quais se destaca a coleção de cinco números (46 a 50), editados entre 15 de novembro e 13 de dezembro de 1975, relativos à temática: "A liberdade de informação

no Brasil", de autoria do jornalista Flávio Galvão. Neles está presente a luta do jornal pela independência (compreendida como liberdade de expressão), desde sua fundação (1875) até 1975.

e) CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino – Imprensa e ideologia: o jornal O ESTADO DE S. PAULO**. SP, Alfa-Omega, 1980.

Nesta obra, as autoras, baseadas numa articulada Dissertação de Mestrado apresentada à FFLCH/USP, discutem, fundamentadas nos editoriais de OESP, a problemática do Liberalismo no Brasil, entre 1927 e 1937.

f) CAPELATO, Maria Helena. **Os arautos do Liberalismo: imprensa paulista (1920-1945)**. SP, Brasiliense, 1989.

Aqui, parte da tese de doutorado da autora (apresentada à FFLCH/USP, em 1986) está concentrada e, nela, Maria Helena discute os discursos dos liberais e anti-liberais na imprensa paulista, no período assinalado, para compor um painel em que a atuação dos periódicos e seu projeto para a sociedade, aparecem claramente delineados. Num capítulo especial de sua tese (**Os intérpretes das Luzes. Liberalismo e imprensa paulista: 1920-1945**), referente ao Estado Novo e à censura à imprensa, Maria Helena enfatiza a atuação de OESP e sua resistência.

Para compor a história de M, em duas oportunidades (30 de dezembro de 1987 e 22 de fevereiro de 1990), recorreu-se à entrevista com o jornalista Raimundo Rodrigues Pereira e, com o professor de cinema e colaborador do semanário, Jean-Claude Bernardet, colheu-se o seu depoimento em 8 de agosto de 1990. No caso de OESP, especificamente entrevistou-se o professor e jornalista Oliveiros S. Ferreira, em 11 de setembro de 1989.

A consulta a publicações referentes a M, restringiu-se a:

a) Publicações do Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular/RIOARTE, órgão vinculado à Secretaria Municipal da Cultura da cidade do Rio de Janeiro, contendo análises diversificadas relativas à imprensa alternativa e @M em especial, através de trabalhos de pesquisa encomendadas e de relatos de eventos patrocinados pela instituição. Destacam-se:

CATÁLOGO DE IMPRENSA ALTERNATIVA. RJ, Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular/RIOARTE, 1986.

IMPRENSA ALTERNATIVA & LITERATURA – OS ANOS DE RESISTÊNCIA. RJ, Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular/RIOARTE, 1987.

ANTOLOGIA PRÊMIO TORQUATO NETO. RJ, Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular/RIOARTE (Ano I – 1984 e Ano II – 1985).

b) ANTÔNIO, João. Escapada – considerações em torno à censura imposta a um jornal alternativo, "MOVIMENTO", nos anos de 1975-1981. Nicolau, Secretaria de Estado da Cultura, Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 6, ano I, 1987.

Artigo do escritor João Antônio que também foi colaborador de M e com o qual foi possível a realização de uma rápida entrevista, em 27 de outubro de 1989. Neste artigo, o autor realiza uma compilação da pesquisa e seleção que efetuou relativamente ao material vetado de M, a convite do centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular/RIOARTE, tendo em vista o lançamento de uma publicação específica sobre M, até o momento não concretizada.

c) Coleções completas de M (ECA/USP e Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular/RIOARTE), enfatizando o seu número inicial (07/07/1975) em que aparecem explicitados o programa e a concepção administrativa do semanário; os números 154/155/156 (12 a 26 /06/1978) que, em reportagens especiais narram a história da censura ao periódico; e o número 334 (23/11/1981) apresentando uma síntese da história vivenciada em seis anos e meio de existência de M, bem como as razões do encerramento do projeto jornalístico.

É necessária uma explicitação relativa à metodologia utilizada no trabalho com o material censurado.

No que se refere a OESP, o material encontra-se no Arquivo do jornal, disposto em três volumes cronologicamente ordenados, de modo que: o primeiro se refere às matérias censuradas entre 29 de março e 31 de dezembro de 1973; o segundo apanha o período de 1 de janeiro a 30 de junho de 1974 e o terceiro acompanha tudo o que foi vetado entre 1 de julho de 1974 e 3 de janeiro de 1975.

Os artigos aparecem em folhas comuns de jornal, já impressas na gráfica. Estes eram submetidas, diariamente, ao censor que riscava o trecho ou a totalidade do artigo, indicando o que não deveria ser publicado.

Como não existem duplicatas desse material e o mesmo, infelizmente, ainda não foi microfilmado, não foi possível xerocopiar nenhuma dessas páginas. Entretanto, encontram-se em bom estado de conservação, além do que a organização cronológica rigorosa, auxiliou o trabalho.

Procedeu-se então a um fichamento de todas as matérias ou trechos delas que receberam vetos, recorrendo-se à cópia manuscrita na íntegra quando o tema parecia mais significativo. Tomou-se o cuidado de

indicar a página e a localização do material censurado dentro dela para depois poder comparar com o tema geral do jornal (suas seções, tais como: Política, Exterior, Educação, Ciência e Tecnologia, etc.) e com o que foi efetivamente publicado em substituição ao corte do censor.

O trabalho foi realizado nas dependências do Arquivo de OESP, no período da manhã, de segundas às sextas-feiras, entre os meses de abril a agosto de 1989.

O primeiro contato com o material data do segundo semestre de 1987, quando se procedeu a uma identificação e credenciamento junto ao Arquivo, consultando inicialmente as pastas organizadas em temas. Assim, percorreu-se e xerocopiou-se, quando possível, as cópias arquivadas de matérias do próprio jornal, de outros e de revistas de todo o País sobre a temática Censura/Brasil, desde a fundação do periódico, até o ano de 1978, quando se encerra a censura prévia.

O trabalho com o material vetado resultou no fichamento de 1136 (um mil e cento e trinta e seis) matérias, entre totalmente ou parcialmente censuradas. Esse número refere-se à matéria tal e qual concebida pelo jornal e não à quantidade de cortes num mesmo artigo, crônica ou editorial. Não foi estabelecida proporção em relação ao tamanho. Às vezes, o corte podia incidir sobre uma palavra perdida no meio de um grande artigo, bem como referir-se a uma reportagem que ocupasse toda uma página. Apesar de conferir-se o mesmo peso, independentemente de quanto foi censurado (palavras, frases, linhas, colunas, etc.), em cada ficha, realizou-se uma notação referente ao tamanho do que foi cortado.

Utilizou-se uma ficha para cada página de jornal, o que significa que ela pode conter uma ou mais matérias censuradas que aparecem, isoladamente, classificadas por tamanho, localização, página e autoria (caso se trate de uma reportagem assinada). Tomou-se o cuidado de também indicar a presença de editorial (representante direto do pensamento do periódico) censurado, quando foi o caso.

Após o encerramento desta primeira fase do trabalho, submeteram-se as matérias censuradas a uma classificação em unidades temáticas, subdivididas em subtemas para apresentação de uma tabulação de todo o material.

A seguir, optou-se por uma demonstração da totalidade do material, analisando-se, de modo genérico, as unidades temáticas e especificando o conteúdo das matérias vetadas em cada um dos subtemas arrolados, procurando refletir acerca do que motivara o veto do censor, numa relação constante entre a problemática da censura prévia, o órgão de divulgação analisado e o Estado autoritário brasileiro pós-64, no momento histórico específico vivenciado.

Em relação a M, todo o material produzido pelo semanário (censurado e não censurado), entre 7 de julho de 1975 e 5 de junho de 1978 (respectivamente o número inicial do periódico e o 153, a última semana de incidência da censura prévia), foi reunido em caixas de papelão e doado pelo seu editor-chefe, Raimundo R. Pereira, ao Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular/RIOARTE.

Em dezembro de 1987, ocasião da primeira entrevista com o jornalista, soube-se, por seu intermédio da localização do material. Procedeu-se, então, a um primeiro contato com o mesmo em visita ao Rio de Janeiro, em janeiro de 1988, quando já se pôde constatar a sua imensidão e riqueza.

Em outubro de 1989, retornou-se ao RIOARTE para proceder ao trabalho de pesquisa. Esta foi realizada entre outubro de 1989 e fevereiro de 1990, em cinco breves estadas no Rio de Janeiro.

É necessário explicitar como o material encontrava-se organizado e que opções de pesquisa precisaram ser realizadas no transcorrer deste trabalho.

Cada uma das caixas de papelão onde o material se encontrava acondicionado, continha artigos de dois números do semanário. Entretanto, ao mexer-se nas mesmas percebeu-se que algumas confusões haviam acontecido, como trocas de numeração das caixas, ao lado da presença de outras contendo temas unitários, ou ilustrações vetadas, ao invés de temas variados para a composição dos números de M.

Inicialmente, consultou-se a totalidade das caixas, reordenando e separando novamente, alterando a numeração se necessário.

Percebeu-se então a impossibilidade de consulta a todo o material, dada a sua grande quantidade. M foi censurado durante 153 semanas. Com a média de dois números por caixa, só aí já existiam 77 repletas de laudas, com folhas diferentes, censuradas ou não, às vezes manuscritas, outras datilografadas, ou em estado de conservação duvidoso, o que dificultava e atrasava a pesquisa. Além disso, os censores, quando utilizavam a técnica de cortar riscando por cima do que fora escrito, algumas vezes tornava impossível a leitura do trecho vetado.

Sentiu-se também a dificuldade de se obter um quadro da totalidade do material censurado a cada número, pelo fato de que, como já foi referido, havia caixas que continham temas específicos, ou mesmo ilustrações/charges. Esse material, não se sabe em que circunstâncias foi retirado das caixas numeradas, e, uma vez perdida a sua localização, como às vezes não se encontrava no alto da lauda a indicação de data, tornou-se impossível datá-lo.

Além disso, em 1986, o jornalista e escritor João Antônio, a convite do RIOARTE, realizou uma pesquisa

relativa a esse material, selecionando 344 matérias que deveriam servir para uma posterior publicação do Centro, o que acabou não ocorrendo devido à problemas de falta de verbas e ao fato de João Antônio precisar ausentar-se do Rio durante um ano, por haver recebido uma bolsa de estudos para Berlim Ocidental. Durante sua pesquisa, ele separou as matérias que considerou as mais significativas, distribuindo-as em temas.

Os temas relacionados por João Antônio foram: Ciência, Comércio e Indústria, Comportamento e Gente, Cultura, Economia, Educação, Esporte, Habitação, Imprensa, Índios, Polícia, Política Internacional, Política Nacional, Religião, Saúde e Previdência Social, Terra-Alimentação e Agricultura, Transportes, Turismo.

Estas matérias continuam separadas, aguardando a continuidade dos trabalhos. Entretanto, com elas ocorreu o mesmo que com as caixas de temas ou ilustrações. Quando não contém indicação precisa de data ou número do semanário, torna-se impossível datá-las.

Frente a essas dificuldades, foi necessário realizarem-se opções. Com a consciência de que não era possível abordar a totalidade do material e que, na consulta às caixas não se encontrava o total de vetos por número, dadas as retiradas anteriores, resolveu-se, para manter a periodicidade, acompanhando toda a duração da censura, pesquisar parte do material da seguinte forma: a cada três caixas, observando-se a seqüência temporal, analisava-se uma, assim fazendo até chegar ao número 153. Na impossibilidade de localizar determinada caixa ou número, analisava-se a imediatamente antecedente ou subsequente. Deste modo, realizou-se uma pesquisa que cobriu pouco mais de um terço do material: trabalhou-se com 30 caixas.

Inicialmente, separava-se o material vetado daquele que fora liberado. A seguir, com aquele em mãos, tentava-se localizá-lo na publicação real para verificação de eventuais marcas da censura, deixadas como aviso ao leitor (o que foi criteriosamente verificado no caso de OESP, constituindo-se numa extraordinária montagem de estratégia de resistência). Nem sempre em M isso era possível, pois, às vezes, sem que se saiba o porquê, decidia-se pela não publicação de uma matéria vetada em parte.

A seguir, preparava-se uma ficha contendo a localização temporal do artigo vetado, seu título, autoria (quando possível), marcas da censura na publicação (se localizada), tamanho do veto e fichamento do que fora censurado. Quando se considerava o trecho significativo, optava-se pela cópia na íntegra, ou, caso fosse muito extenso, e estivesse em boas condições de conservação, pela xerocópia do material.

Chegou-se desse modo a um total de 496 (quatrocentas e noventa e seis) fichas, correspondendo ao mesmo número de matérias censuradas, pesquisadas.

Entretanto, concluiu-se que o material selecionado por João Antônio, apesar da consciência da subjetividade inerente na sua escolha, apresentava grande interesse, merecendo também, uma pesquisa paralela. Assim, elaboraram-se mais 344 (trezentas e quarenta e quatro) fichas, contendo todas as indicações possíveis (datação quando era o caso, localização se publicado, título, autoria quando existente, tamanho e tema do autor da seleção), além do fichamento, cópia na íntegra ou xerocópia quando necessário.

Assim, obteve-se um total de 840 (oitocentas e quarenta) matérias censuradas analisadas que representam apenas parte do que foi vetado em quase três anos de censura a M. Este material constituiu-se em um indicador para a análise, numa amostra não probabilística do universo disponível.

A seguir, para apresentar a tabulação dos dados, processou-se à divisão dessas matérias em unidades temáticas e subdivisão em subtemas (os mesmo verificados em OESP, quando possível, anotando-se a variedade, quando necessário).

Para demonstrar a totalidade do material, procedeu-se a uma apresentação genérica das unidades temáticas e a uma análise detalhada das matérias arroladas em cada um dos subtemas, sempre se levando em conta o periódico, a censura e o momento histórico vivenciado pelo regime político do País.

Por último, é necessário que se explicita que, no caso de OESP, optou-se por uma análise mais detalhada dos editoriais e matérias assinadas vetadas, na medida em que se vinculam mais diretamente ao pensamento do grupo representante dos interesses do periódico, podendo contribuir assim para a compreensão do caráter da censura prévia, vinculado às suas motivações naquele momento específico, no órgão de divulgação em questão. Quanto a M, selecionaram-se algumas matérias dentro de subtemas específicos: **Críticas à Imprensa** (na medida em que demonstram a concepção da função da imprensa escrita adotada pelo periódico, em confronto com a opinião de OESP), **Condições de vida e de trabalho da população** (subtema bastante forte em M e ausente em OESP, de molde a mostrar a diversidade da censura nos dois órgãos de divulgação, bem como acentuar as preocupações de M), **Grupos Diferenciados** (especificamente a problemática da condição feminina, não só porque foi alvo da apreensão de um número inteiro do semanário – o número 45 –, como também por representar um esforço de M no sentido da percepção da multiplicidade dos aspectos da dominação, fora do âmbito da exploração inter-classes) e **Críticas à Política Econômica** (porque representou o índice mais elevado de vetos a M, acentuando-se a diversidade em relação à censura efetuada em OESP e convertendo-se num extenso painel de denúncia do modelo econômico adotado pelo Estado autoritário brasileiro pós-64).

Este trabalho compõe-se de três capítulos; sendo que no primeiro deles analisa-se todo o material relacionado a OESP. Inicialmente, busca-se caracterizar teoricamente o periódico, qualificando-o de liberal

convicto, na medida em que plenamente afinado com os ideais propostos pelo Liberalismo (basicamente lockeano) que podem explicar, tanto a sua adesão à conspiração que derrubou, em 1964, o presidente João Goulart constitucionalmente eleito, bem como sua atitude oposicionista em momento de recrudescimento da repressão política do regime que ajudara a criar, o que em última instância explica os limites da censura prévia ao órgão de divulgação. A seguir, segue-se a análise detalhada do material censurado, com a apresentação de tabelas de dados quantitativos e explicitação do conteúdo de cada unidade temática, ao lado dos subtemas correspondentes. Enfatizam-se ainda algumas matérias censuradas, assinadas ou oriundas de editoriais. Por último, apresentam-se as estratégias utilizadas por OESP na substituição dos vetos deixados pelo censor, na tentativa de alertar o público-leitor para a emergência da censura. Destaca-se a importância dessa estratégia, como forma de resistência que atinge o centro das preocupações da censura, desvelando-a onde ela era só ocultamento.

O segundo capítulo é completamente dedicado a M. Em primeiro lugar, procura-se definir com precisão o significado de uma imprensa alternativa, por comparação a órgão de imprensa convencional de pequeno, médio e grande porte (grande imprensa). A seguir, procura-se caracterizar a originalidade de M dentro do paradigma mais amplo da imprensa alternativa, através de suas intenções programáticas e de sua montagem administrativa. Em segundo lugar, do mesmo modo como o realizado com OESP, busca-se apresentar o material vetado de M, com uma preocupação tanto quantitativa quanto qualitativa, destacando já alguns pontos de diversidade entre os dois órgãos de divulgação no que se refere à atuação censória, o que é também, facilitado pelo destaque de alguns subtemas. Em terceiro lugar, a tentativa é a de caracterizar o espírito geral da censura prévia a M, dentro dos parâmetros programáticos do periódico e dos objetivos do Estado autoritário brasileiro pós-64. Ao lado disto, procura-se analisar as razões que contribuíram para o término do projeto de M em particular e, para o encerramento da fase áurea da imprensa alternativa, vivenciada entre o final dos anos 60 e início dos 80.

O terceiro capítulo representa a procura de relacionamento entre os elementos do trinômio enfocado primordialmente neste trabalho, a saber: a censura prévia à imprensa escrita, a reação de órgãos de divulgação diferenciados e o Estado autoritário brasileiro pós-64. Começa-se com o estabelecimento dos marcos cronológicos da censura à imprensa escrita nos limites traçados após 1964, com a montagem de um histórico que mostra suas oscilações e alterações de percurso ao longo desses dez anos. A partir daí, utilizando-se os dados levantados pela pesquisa, procura-se caracterizar a censura prévia à imprensa escrita como fundamentalmente não-aleatória (ênfase no perfil do censor) e multifacetada variando de acordo com o momento histórico e com o periódico sobre o qual atua, mas sempre numa simbiose perfeita com os objetivos dos regimes militares brasileiros. Encerrando-se traça-se um estudo comparativo da censura realizada em OESP e da efetuada em M, procurando-se, ao mesmo tempo comparar dados e confrontar com outra análise que leva em conta a utilização de fontes de pesquisa diversificadas.

1. O jornal O Estado de S. Paulo: um liberal convicto

Analisando-se a temática da censura prévia à imprensa escrita, nos limites temporais estabelecidos pelo Estado autoritário brasileiro pós-64, depara-se com a grande quantidade de periódicos que sofreram a sua ação. Isto demandou demorada reflexão e pesquisa inicial referente aos cortes necessários derivados da imensidão do material à disposição.

O primeiro ponto a chamar a atenção - na realidade um desdobramento do mesmo movimento de dominação e resistência - foi a variedade da atuação da censura, ao lado da diversidade de reações por parte dos órgãos de divulgação, qualificados normalmente como fazendo parte da grande imprensa.

Qualifica-se de grande imprensa - e aqui o termo aparece por oposição a uma imprensa de menor porte - aos órgãos de divulgação cuja veiculação pode ser diária, semanal, ou mesmo que atuem em outra periodicidade, mas cuja dimensão, em termos empresariais, atinja uma estrutura que implique na dependência de um alto financiamento publicitário para a sua sobrevivência. À grande imprensa, como aliás, de modo geral à toda imprensa convencional de conotação liberal (de pequeno, médio ou grande porte), não se permite viver somente com a venda em bancas ou com as assinaturas, dado que costuma atingir todo um grande Estado da Federação ou, na maior parte das vezes, atinge a quase totalidade do País. A diferença, portanto, entre uma imprensa convencional de pequeno, médio e grande porte (grande imprensa) está no tamanho do empreendimento e na divulgação que possui. A grande imprensa conta com esquemas de distribuição nacional e, mesmo às vezes, com uma veiculação que abrange algumas praças internacionalmente.

Em termos de imprensa escrita diária, apontam-se exemplos de grande imprensa nos jornais: O GLOBO, do grupo Roberto Marinho, originário do RJ; JORNAL DO BRASIL, de propriedade de Nascimento Brito do RJ; FOLHA DE S. PAULO, pertencente à família Frias de SP; OESP e o JORNAL DA TARDE, dos Mesquita de SP.

Como exemplo de revista semanal, representante da grande imprensa: VEJA, da Editora Abril Cultural de SP.

Portanto, não se colocam na qualidade de grande imprensa, órgãos de divulgação diária, mas limitados às suas respectivas praças de origem como é o caso da TRIBUNA DA IMPRENSA cuja veiculação permanece muito restrita ao RJ, ou mesmo de revistas semanais de menor porte, como é o caso de ISTO É/SENHOR, cuja estrutura não lhe permite a abrangência nacional.

Restringindo-se à grande imprensa diária, limitando-se aos jornais de maior circulação do eixo Rio-São Paulo (a saber: FOLHA DE S. PAULO, OESP, JORNAL DA TARDE, O GLOBO, JORNAL DO BRASIL), o senso comum costuma estabelecer, dentre eles, como bastião do conservadorismo político e, além disso, como defensor dos chamados ideais do movimento de 64 de que foi conspirador confesso: OESP. Já a longa luta travada na sociedade civil pelo lento restabelecimento das liberdades democráticas no País (desde o final dos anos 70 e, particularmente com a luta pela volta às eleições diretas para presidência da República - o movimento das "Diretas-já!"¹ entre o término de 1983 e o início de 1984), colocou a FOLHA DE S. PAULO como um periódico tido como um dos baluartes da defesa de uma sociedade mais justa e democrática, por oposição a órgãos de divulgação vistos como redutos de conservadorismo explícito (é o caso de OESP).

Surpreendentemente, porém, iniciando-se a pesquisa verifica-se que dentre os jornais de grande circulação do eixo Rio-São Paulo e, mesmo em toda a grande imprensa diária, somente OESP e o JORNAL DA TARDE foram alvos de censura prévia (entre agosto/setembro de 1972 e janeiro de 1975), enquanto que os demais praticavam a autocensura², acatando as determinações oriundas da Polícia Federal, seja na forma de bilhetinhos, geralmente apócrifos, seja através de ordens telefônicas às redações e censurando internamente determinados assuntos considerados proibidos por essas ordens. OESP, a partir de agosto/setembro de 1972, se rebelou contra essas ordens e não mais as acata recebendo como punição a censura prévia, ou seja, a presença do censor diariamente em sua redação - o que somente se encerra em janeiro de 1975 - cortando na íntegra ou mutilando textos escritos, já editados e diagramados para publicação.

Independentemente das razões e justificativas dessas posturas diferenciadas, a surpresa na aproximação de

¹ A esse respeito é interessante a consulta a Ciro Marcondes Filho em *O Capital da Notícia* (SP, Editora Ática, 1986), em seu capítulo V, onde comenta a FOLHA e as diretas-já (p. 168-176) e a entrevista de Otávio Frias Filho a Edison Nunes, Hamilton Cardoso e Marília Garcia, sob o título A "Folha" e as Diretas, publicada na revista *Lua Nova - Cultura e Política*, 2(1):31-36, jul/set/1984.

² Nestes termos, é significativo destacar a fala do jornalista Cláudio Abramo que, durante uma fase do período de censura à imprensa escrita foi editor-chefe da FOLHA DE S. PAULO, referindo-se a essa questão nesse momento determinado: "*Seguíamos as ordens que vinham pelo telefone. Acatar a censura foi uma opção da empresa. A redação das matérias tornou-se um discurso metafórico. Eu mesmo fazia a censura, salvaguardando os colegas.*" (Trecho retirado do periódico UNIDADE/DEBATE, intitulado A CENSURA, uma publicação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, datado de julho de 1978, à página 8.)

OESP - uma vez que a pesquisa foi realizada com o material oriundo da censura prévia, e não com a análise dos bilhetes e ordens telefônicas - relaciona-se com a problemática do Liberalismo ligada à grande imprensa e, concomitantemente, à postura desse jornal em especial.

1.1. A grande imprensa e os princípios liberais: OESP (1964-68)

No que diz respeito à atuação de OESP, há uma contradição aparente, tomando-se o Liberalismo³ como modelo teórico de defesa das chamadas liberdades naturais do indivíduo e como a teoria política de contenção da interferência do Estado.

Fala-se em contradição, porque pode causar espanto o fato de que, o grupo que representa os interesses dos proprietários do jornal, tradicionalmente defensores de uma postura liberal democrática em vários editoriais do período que antecede ao golpe de 1964, não hesita em propor até a intervenção, por intermédio da ação das Forças Armadas para a derrubada de um governo democraticamente constituído. Nestes termos, as idéias do jornal OESP, aproximam-se mais do modelo do Liberalismo do que dos ideais puramente democráticos.

Limitando as idéias liberais às posturas professadas por John Locke, o pensador mais próximo das reflexões exibidas por OESP, explicitadas em diversos editoriais e mesmo por seus editores e colaboradores mais constantes, observa-se que, a posição do grupo que representa os interesses dos proprietários do jornal, conspirando abertamente contra o governo constitucional de João Goulart, é teoricamente justificável, nos moldes do Liberalismo lockeano.

John Locke admite que para viver coletivamente e, ao mesmo tempo, defender os direitos naturais do indivíduo, para que o estado de natureza não se converta em estado de guerra, os homens igualmente livres estabelecem um pacto social que cria a sociedade civil. O governante, entretanto, apenas deve executar as leis naturais preservando a vida, a liberdade e a propriedade. Seu poder de governante é outorgado pelos membros da sociedade, podendo ser revogado pela insurreição destes, caso as autoridades cometam o abuso do mando. Assim, apesar de defender a democracia, OESP, entendia as atitudes de João Goulart como interferência demasiada do governante e usurpação dos direitos naturais dos indivíduos, portanto, como alvo de resistência da sociedade civil.

Além disso, pensando-se juntamente com C.B. Macpherson⁵ que tece longas considerações à procura de uma explicitação do que erroneamente pode ser considerado como contraditório em Locke - a questão dos limites da igualdade entre os homens e o Direito de propriedade ilimitada dos indivíduos -, encontram-se outras justificativas para o pensamento liberal de OESP.

Na busca de uma explicação para a afirmação da igualdade natural entre os homens, ao lado da desigualdade surgida a partir da apropriação ilimitada de alguns em detrimento de outros, Macpherson observa que, a partir do momento em que Locke trabalha com a idéia do uso do dinheiro, invalida a noção de que só é lícito apropriar-se de algo que se possa utilizar e, ao mesmo tempo, cai por terra a condenação da apropriação ilimitada pela proibição do desperdício, na medida em que se convertem os bens (de que os indivíduos se apropriam) em elementos semelhantes ao ouro e prata (dinheiro) que não estragam, e, por conseguinte, não

³ Acerca do Liberalismo sugerem-se algumas leituras de fundamental valia:

a) Pensadores liberais dos séculos XVIII e XIX:

LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo*. SP, Ibrasa, 1963.

MILL, John Stuart. *O governo representativo*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1981.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *O Antigo Regime e a Revolução*. 2ª ed., Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1982.

b) Comentadores do Liberalismo:

DEWEY, John. *Liberalismo, Liberdade e Cultura*. SP, Companhia Editora Nacional, 1970.

LASKI, Harold Joseph. *O Liberalismo Europeu*. SP, Mestre Jou, 1973.

MACPHERSON, C. B.. *Teoria política do individualismo possessivo de Hobbes até Locke*. Trad. Nelson Dantas, RJ, Paz e Terra, 1979.

ROSS, Fitzgerald (org.). *Pensadores políticos comparados*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1980.

BOBBIO, Norberto e BOVERO, Michelangelo. *Sociedade e Estado na filosofia política moderna*. SP, Brasiliense, 1986.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. SP, Brasiliense, 1988.

WOLIN, Sheldon S.. *Política y perspectiva*. Buenos Aires, Amorrortu editores, 1960.

QUIRINO, Célia Galvão e SOUZA, Maria Teresa Sadek R. de (org.). *O pensamento político clássico: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau*. SP, T. A. Queiroz, 1980.

c) Sobre o pensamento liberal no Brasil:

SCHWARZ, Roberto. *As idéias fora do lugar*. Estudos CEBRAP 3. SP, Editora Brasileira de Ciências, jan/1973.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *As idéias estão no lugar*. Cadernos de Debate, SP, 1:61-64, Brasiliense, 1976.

CHAUI, Marilena de Souza e FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. RJ, Paz e Terra: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1978.

⁴ Considera-se de particular importância para a definição dos limites e eventuais antagonismos entre Liberalismo e Democracia a leitura da obra de Norberto Bobbio, *Liberalismo e Democracia*.

⁵ Conforme a obra clássica de C. B. Macpherson, *Teoria política do individualismo possessivo de Hobbes até Locke*, particularmente no seu Capítulo V: Locke: a teoria política da apropriação (p. 205-262).

são alvo do desperdício condenável. Prosseguindo nessa linha de argumentação, uma vez justificada a diferença entre os homens (aqueles que têm propriedade são diversos dos que não a têm), coloca-se a questão da racionalidade separando os indivíduos de modo que, admite-se que os não-proprietários, apesar de serem "parte indispensável à nação (...) não vivem e não podem viver uma vida racional"⁶. Ao lado destas considerações, observa-se que, como os não-proprietários não têm capacidade de uma ação política racional, não têm também direito à Revolução que é reservada somente àqueles que têm possibilidade de uma "decisão racional". Deste modo, encontram-se plenamente justificados os proprietários de OESP na proposição da rebelião armada contra um governo democraticamente instituído, uma vez que acreditam estar defendendo os direitos naturais dos homens contra o abuso do poder do governante e, enquanto proprietários, acham-se no direito, pois dotados da capacidade de ação política racional, de propor a Revolução.

É bastante elucidativa a posição do jornal no que se refere à questão das diferenças entre os homens, no trecho que se segue:

*"Não pretendemos cobrar de ninguém os serviços prestados a este País e à causa das liberdades e dos direitos humanos no mundo inteiro. Aprendemos de nossos maiores que as sociedades humanas se dividem em dois grupos: o dos que são credores da sociedade, formado pela imensa maioria dos desprivilegiados e o dos que são devedores da sociedade, constituído pela insignificante minoria dos que são privilegiados. Na luta diária do jornalismo, três grupos de diretores deste jornal vêm pagando sua dívida. Se deixássemos de existir hoje, estaríamos com a consciência tranqüila de quem tem a dívida quitada."*⁸

Estas palavras de Ruy Mesquita, um dos proprietários da empresa e diretor-responsável pelo JORNAL DA TARDE⁹, proferidas na data de comemoração do centenário de OESP (4 de janeiro de 1975), na abertura do primeiro de uma série de SUPLEMENTOS comemorativos que o jornal lançou ao longo de 1975, apontam como "natural" a diferenciação entre os homens, com base na apropriação ilimitada de alguns em detrimento de outros.

Acredita-se, com esta explicitação, ter sido suficientemente esclarecido o que poderia parecer contraditório a alguns, na posição defendida por OESP, e nos limites estabelecidos entre o Liberalismo e a Democracia, onde cabem, ao mesmo tempo, as questões de apologia à Democracia e a defesa da intervenção armada contra o governo legalmente instituído, além da conciliação dos direitos naturais de igualdade e propriedade entre os homens.

Porém, outras problemáticas se antepõem ao considerar a questão da grande imprensa em geral e a posição específica de OESP, no que tange à censura à imprensa escrita

Como se pode explicar a defesa intransigente que o jornal faz do Estado autoritário brasileiro instaurado em 1964, ao lado de sua recusa na aceitação de seus desdobramentos, na forma do enrijecimento do regime político? Os proprietários do jornal não teriam percebido o "monstro" que estavam ajudando a criar e que acabaria por engoli-los?

Aliás, essa mesma indagação está presente na entrevista concedida por Ruy Mesquita a José Álvaro Moisés e Maria Victória Benevides, para a revista **Lua Nova**.

A uma indagação de José Álvaro Moisés:

*" - Dr. Ruy, deixe eu entrar num aspecto que sempre foi uma dúvida, uma perplexidade. Por que houve engajamento dos liberais naquilo que levou a 64? Finalmente foi um golpe, rompeu a ordem instituída. Como explicar?"*¹⁰

Ruy Mesquita assim se pronuncia:

" - É que o Jango, pelas suas próprias condições culturais, era um incapaz. Era até uma boa pessoa para o convívio social, mas completamente despreparado para algum dia ser presidente da República, muito menos num momento como aquele. (...) Mas o fato é que (...) os militares perceberam que não havia chance de controlá-lo (ele começou a se cercar da esquerda e a iniciar aquele projeto de reforma que chamava de república sindicalista). Militares de segundo escalão nos procuraram, aqui em São Paulo. Dois anos antes do desfecho. (...) O esquema janguista cometeu, na minha opinião, o erro que levou à sua derrota definitiva. Começou a promover a subversão dentro das Forças Armadas. (...) Aí, nessa fase, semanalmente o nosso grupo de civis reunia com quarenta, cinquenta oficiais e discutia o que fazer para resistir ao golpe que achávamos inevitável. (...) Com

⁶ MACPHERSON, C.B.. op. cit. p. 233-234.

⁷ Idem. p. 236.

⁸ MESQUITA, Ruy. Nunca tão jovem como aos cem anos de idade. **Suplemento do Centenário**. OESP, SP, 4jan1975. p.2.

⁹ Periódico pertencente à mesma empresa dos Mesquita e criado em 1966 com o propósito de fazer um jornalismo mais leve e irreverente do que o apresentado por OESP, propósito aliás que havia sido o de O ESTADINHO, fundado, como uma edição noturna, em 1915, que teve, porém, curta duração.

¹⁰ O "ESTADÃO" e o golpe de 64. **Lua Nova - Cultura e Política**, 2 (1): 26-31, jul/set/1984. p.27.

a participação de civis, que esses militares organizaram em grupos, que treinavam até militarmente, o que era, na minha opinião, até meio incipiente... Em nenhum momento, nós que participávamos dessas reuniões, tínhamos a pretensão de derrubar o governo. Nós achávamos que, na hora em que ele declarasse a reforma institucional, poderíamos resistir e aí fazer uma espécie de guerra de guerrilhas (grifo do autor) e tentar criar problemas para ele até que reconhecesse um estado de beligerância dentro do Brasil... Nós éramos os subversivos contra o governo deles. E ele errou...

José Álvaro Moisés - *Insisto: eis aqui um aspecto que interessa para um exame do significado prático do pensamento liberal. Na prática, isso levou exatamente ao contrário, ao oposto do que se proclamava: à ditadura.*

Ruy Mesquita - *Levou. Isso são 'outros quinhentos mil-réis' que vêm mais tarde. (...) Havia um projeto de que os militares tinham que ficar no governo pelo menos cinco anos. (...) Mas meu pai, quando foi solicitado pelos militares a apresentar uma sugestão, achava um absurdo (por aí vocês vêem como depois as coisas mudaram) o prazo de cinco anos que estava sendo proposto. Achava que se devia fazer uma coisa muito mais rápida, no máximo três anos. E, depois, que se deveria pôr, imediatamente em vigor (com algumas modificações para permitir o expurgo) a Constituição de 1946 para que o país ficasse tranqüilo quanto às intenções do movimento. Para promover, imediatamente, depois, a redemocratização do país (sic) e tudo bem. Essa era a idéia. O Castelo Branco, no momento em que assumiu a presidência da República, tinha o firme propósito de promover uma eleição para eleger um civil. (...) A maioria esmagadora, 80% dessa oficialidade que conspirou conosco, meses depois, no governo Costa e Silva, já tinham abandonado as Forças Armadas, completamente decepcionados com o rumo que a revolução estava tomando. Quem acabou dominando a revolução, como acontece em todas as revoluções, ao longo da história, não foram os revolucionários autênticos. Que não eram homens capazes de praticar torturas, nem nada disso."¹¹*

Aqui aparecem delineados os motivos que explicam, na conceituação de um dos proprietários da empresa, a coerência da postura liberal com o apoio ao golpe de 1964 e, posteriormente sua oposição quando do recrudescimento repressivo do regime militar.

Entretanto, acompanhando-se os editoriais de OESP no período que antecede imediatamente ao golpe de 1964, observa-se o tom alarmista de crítica ao governo de João Goulart, apontando para as possibilidades de continuísmo presentes atrás de manobras do presidente; conclamando a sociedade civil e as Forças Armadas na defesa do que consideram como interesses gerais e direitos naturais dos homens e conspirando abertamente contra o governo instituído. Na seqüência, tomando os editoriais que sucedem o movimento armado de derrubada do presidente, nota-se que OESP não somente apóia o golpe, mas encara-o como viva aspiração nacional. Além de aprovar a escolha do nome do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco para assumir a presidência e de sustentar a tese da necessidade das arbitrariedades cometidas pelo Ato Institucional número 1, editado a 9 de abril de 1964.

Antes que se elucidem estas questões com alguns exemplos, é conveniente uma explicitação de ordem técnica.

Tradicionalmente, até os dias atuais, OESP reserva sua página 3 para os Editoriais. Na época e, mesmo mais tarde, no período da censura prévia, estes costumavam aparecer sob o título **Notas e Informações** (mantido desde os primeiros tempos do jornal até hoje). Cerca de três a cinco matérias versando sobre temáticas nacionais e internacionais que representavam diretamente o pensamento do periódico, estando sob a responsabilidade da Direção ou da Chefia de Edição. Estas matérias apareciam em colunas verticais (hoje se posicionam horizontalmente) ocupando o lado esquerdo e o centro da página. No lado direito (do topo até um pouco abaixo da metade da página, uma vez que a parte inferior era reservada ao Sumário do periódico), surgiam as matérias assinadas pelas Sucursais, espalhadas pelos Estados do País, de responsabilidade de suas Chefias que, obviamente, gozavam de confiança extrema dos proprietários de OESP, pois ocupavam altos cargos na empresa. Portanto, estas matérias, representavam também o pensamento do periódico.

Seguem-se alguns exemplos:

a) no dia 3 de março de 1964, na página 3, nos artigos de responsabilidade das Sucursais, a Sucursal de Brasília se manifesta, alertando o presidente da República (sr. João Goulart) para a temeridade da realização das "reformas de base"¹² e da efetivação do Comício da Central do Brasil¹³, onde localizavam

¹¹ Idem. p. 27-30.

¹² As chamadas "reformas de base", vinculavam-se ao Plano Trienal elaborado pelo Ministro do Planejamento (durante parte do governo de João Goulart) Celso Furtado. Este plano tinha por finalidade sanear a economia, acometida por uma inflação elevada (para os parâmetros da época), bem como recuperar o desenvolvimento econômico e elevar as taxas de crescimento. As "reformas de base", constituíam-se em reformas estruturais que deveriam atingir diversos setores como a educação (programas de alfabetização das massas e educação rural), habitação conjugado com um programa de reforma agrária que visava modificar ao arcaico sistema de latifúndio rural, além das reformas administrativa, fiscal e financeira.

¹³ Este famoso Comício realizou-se numa sexta-feira, dia 13 de março de 1964, junto à Estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Nesse momento, em discurso inflamado, o presidente João Goulart explicou as "reformas de base", bem como a intenção de realizá-las.

(na sua organização) a presença ostensiva de "elementos comunistas". O artigo intitulado: "Goulart teria sido alertado sobre os riscos do Comício", assim se posicionava, em relação às Forças Armadas:

*"O chefe de governo estaria advertido de que a solidariedade com que conta, no setor militar, para a sua política 'reformista', não irá em nenhum momento, além dos limites traçados pela legalidade."*¹⁴

b) no mesmo dia 3 de março, a Sucursal do Rio, sob o título "Receio", manifestava-se a respeito de uma reunião de governadores dos Estados que ocorrera recentemente em Salvador, sendo que o temor apontado desde o título era o de um golpe continuista, em marcha, nos planos do presidente da República. Segundo, OESP, o tema constante das conversas dos governadores seria: "...o medo de um golpe, o receio de que ele está sendo preparado pelo Senhor João Goulart, inconformado com a hipótese de ter que passar o governo ao seu sucessor legitimamente eleito."¹⁵

Ao mesmo tempo já estava presente o tom de ameaça:

*"O golpe é uma preocupação de todos, embora ninguém com ele se declare de acordo, sendo unânimes as afirmações de que o regime será defendido com uma determinação que talvez não esteja sendo considerada nos planos presidenciais."*¹⁶

É necessário que se aponte para a ambigüidade do trecho supracitado, quando se refere ao "golpe" que, em momento anterior, havia sido atribuído às intenções do presidente da República e, neste momento, aparece como um caminho possível (sutilmente colocado) aos governadores que agiriam com "determinação" na defesa do regime aviltado pelos "planos presidenciais";

c) alusões à "subversão da ordem", patrocinada pelo próprio governo, eram comuns nas matérias alarmistas de OESP, como é o caso deste trecho de artigo assinado por Pedro Dantas¹⁷ que se referia ao filme **Couraço Potemkim**:

"É que esse curiosíssimo órgão estudantil em que se transformou a UNE¹⁸, promoveu uma exibição do filme no auditório do Ministério da Educação. Ou a UNE ou os elementos que lhe são ligados. E levaram para assistir à exibição seus convidados especiais que eram, justamente, marinheiros e fuzileiros¹⁹, para os quais o filme pode ser impróprio. Dizem as notícias que, não satisfeitos com a estranhável iniciativa, dispunha, os patrocinadores da exibição de um comentarista, para acompanhar as cenas mais expressivas, de um incitamento expresso, apontando, como exemplo a seguir, a revolta e a subversão.

*O fato não se passou no recinto de um clube fechado: teve o patrocínio indireto do governo, já que promovido pela entidade dita dos estudantes, em salão do Ministério e, portanto, com a anuência, o 'placet' da autoridade pública, do poder estatal e do governo que o encarna. É o convite oficial à insubordinação, pela apresentação especial e comentada, ao público mais sensível ao argumento, de um filme que esse mesmo público só poderia ser admitido a assistir se o fizesse normalmente, indo ao cinema por sua conta, para ver esse filme ou outro qualquer. Como convidado do governo, só mesmo onde o governo é isso que vemos aí."*²⁰

d) nessa mesma data (3 de março de 1964), no quinto de seus editoriais (parte de **Notas e Informações**), o jornal repisava a temática do Comício que seria realizado dez dias mais tarde e que deveria ocupar o espaço da Praça da República, na Guanabara, local proibido, por medida datada dos tempos de Getúlio Vargas, para utilização com fins políticos. É sintomático que OESP saiu na defesa do governador do Estado da Guanabara, o sr. Carlos Lacerda²¹ que, "cumpridor de leis"²², proibia a realização do referido Comício. O trecho que se segue dá uma mostra das concepções políticas do periódico, do tratamento conferido ao chefe da Nação naquele momento e da ameaça subterrânea, sempre presente nesses textos.

¹⁴ GOULART teria sido alertado sobre os riscos do Comício. OESP, SP, 3mar1964. p. 3.

¹⁵ RECEIO. OESP, SP, 3mar1964. p. 3.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Pedro Dantas, um dos articulistas mais ativos na época, de OESP que, durante a fase da censura prévia, teve matérias suas vetadas pelos censores.

¹⁸ O texto se refere à União Nacional dos Estudantes, órgão nacional de representação estudantil do País que, posteriormente ao golpe, teve suas atividades proibidas, somente sendo reintegrada durante o processo de abertura política, iniciado com o presidente Geisel a partir de 1974.

¹⁹ O texto se refere ao clima de ebulição existente nessa época entre marinheiros e fuzileiros que acabou por levar ao "motim dos marinheiros", ocorrido entre 25 e 27 de março de 1964, quando cerca de 1200 marinheiros, sob a liderança da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais se rebelaram. Realizaram um protesto no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro contra a punição dos diretores da Associação pelo Ministério da Marinha, por motivos disciplinares. Frente à rebelião o governo se colocou em posição favorável aos marinheiros, o que causou a revolta das três Armas contra o presidente da República.

²⁰ DANTAS, Pedro. Couraço Potemkim. OESP, SP, 3mar1964. p.3.

²¹ Mais tarde, o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, envolveu-se na deflagração do golpe, juntamente com os governadores de São Paulo – o sr. Ademar de Barros – e de Minas Gerais – o sr. Magalhães Pinto.

²² Estamos utilizando o recurso da ironia, na medida em que, é significativo que o sr. Carlos Lacerda apelasse para as leis construídas no governo de Getúlio Vargas de quem fora inimigo visceral e ferrenho opositor.

Comenta a respeito do papel da legislação e da atitude presidencial:

"A verdade é muito outra. A lei não decorre da vontade de um só indivíduo. Fosse assim e já estaríamos em plena ditadura. (...) Nega o presidente da República, com isso, o princípio básico da Constituição, segundo o qual todos são iguais perante a lei (grifo do autor). Pior ainda, oferece, ou permite que seja oferecido publicamente um péssimo exemplo, porque, ao ser válido o argumento, também ao governador do Estado será lícito desprezar as leis das Prefeituras, e assim por diante. O lado degradante do incidente é exatamente esse, de um governo que ignora, ou pelo menos finge ignorar o sentido social das determinações legislativas, contribuindo diretamente para a desmoralização da norma legal.

O episódio desdobra-se em dois aspectos. De um lado é profundamente ridículo, porque o sr. João Goulart poderá realizar o seu comércio e conjuntamente com seus apaniguados fazer a sua demagogia em qualquer outro lugar do Estado da Guanabara onde costumeiramente são realizadas reuniões dessa ordem. Entretanto, também é simbólico. Porque, na praça da República o chefe da Nação, quer fazer público que não tem nenhum respeito pelas leis da República."²³

e) mais uma vez, causa espécie o tom de referência ao presidente da República em editorial (o primeiro de **Notas e Informações**) do dia 4 de março de 1964. Criticando o sr. Seixas Dória, governador do Estado de Sergipe que, em reunião (citada) de governadores em Salvador, apesar de pertencer à UDN²⁴, saiu em defesa das "reformas de base" de João Goulart, o editorial aproveita para fazer referência de modo pejorativo e pouco polido ao chefe da Nação.

"Mas o atual chefe do Executivo Sergipano, como o sr. presidente da República e outras figuras da política brasileira, pertencem a uma fauna, hoje intitulada 'bossa nova'²⁵, que não sente a menor relutância em se apresentar ao eleitorado com os juramentos e as promessas mais concordes com a respectiva linha partidária, e transmudarem-se depois de eleitos nos mais inconseqüentes e irresponsáveis trãnsfugas."²⁶

o primeiro editorial de **Notas e Informações**, datado de 5 de março de 1964, aponta claramente para a necessidade de intervenção das Forças Armadas e de proclamação do **impeachment** por parte do Congresso, utilizando como pretexto a greve geral que se desencadeava naquele momento em Pernambuco. Em meio a críticas violentas ao governador Miguel Arraes e ao presidente João Goulart, o jornal se coloca ao lado das "temerosas classes produtoras":

"O próprio clima de tensão gerado pelos provocadores comuno-nacionalistas torna, entretanto, difícil conter os ânimos mais exaltados, sendo numerosos os proprietários que à força querem responder com a força uma vez que nada esperam de um governo que prega o ódio entre classes e difunde o comunismo nas escolas e nos quartéis. (...)

Nesse caso resta uma única solução: a que desde o primeiro momento nos acudiu ao espírito, aquela que está na mente de todos e que só não foi posta em prática até agora porque o sr. presidente da República aceitou deliberadamente ferir a lei para prestigiar a Revolução com a sua autoridade. Em qualquer outro país (sic), um chefe de Estado que se visse em situação semelhante, enfrentando uma conjuntura tão dramática, não hesitaria um minuto em decretar o estado de sítio. Mas como na chefia do Executivo Nacional se encontra um caudilho, não acreditamos que essa ou qualquer outra solução seja aceita pelo ocupante do Palácio da Alvorada.

²³ RIDÍCULO e degradante. OESP, SP, 3mar1964. p.3.

²⁴ União Democrática Nacional, partido político fundado aproximadamente no mesmo momento do PSD (Partido Social Democrático) e do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), quando do encerramento do governo autoritário de Getúlio Vargas (1930-1945). O PSD criado basicamente por representantes das velhas oligarquias latifundiárias do País e, o PTB, formado por elementos que pretendiam apenas – uma vez que a estrutura sindical montada por Getúlio Vargas estava eivada de peleguismo – representar os trabalhadores urbanos da Nação, haviam sido montados para constituir-se em bases de sustentação do próprio Getulismo. A UDN, ao contrário, era formada por representantes do pensamento liberal típico, de base profundamente paulista (ainda remanescentes do velho PD – Partido Democrático – de 1926), com elementos oriundos da indústria e dos profissionais liberais, se constituía num bloco caracterizado como "oposição" ao que representava a política getulista e, conseqüentemente, opunha-se frontalmente ao governo do sr. João Goulart, que fora candidato a vice-presidente em chapa encabeçada pelo marechal Lott e apoiada pela aliança PSD-PTB.

Sintomaticamente, o "Brasilianista" Thomas E. Skidmore denomina o PSD e o PTB de 1945 como os "de dentro" (no sentido do situacionismo, dos que haviam apoiado Vargas durante o Estado Novo) e a UDN, do mesmo período, como oriunda dos "de fora" que haviam sido excluídos do poder desde 1937. Sugere-se a esse respeito a leitura à obra conhecida desse autor **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)** (5.ª ed., RJ, Paz e Terra, 1976), particularmente no seu capítulo II, onde esta divisão aparece explicitada.

Aponta-se a para a artificialidade dessas separações – situação, oposição; de dentro, de fora – que, pouco têm a ver com o tecido social tão entrecruzado de situações diferenciadas que fogem completamente a essas compartimentações estanques. Estas denominações são feitas por referência a análises já assimiladas de outros autores e aquilo que o senso comum tem cristalizado.

²⁵ A referência aqui surge não somente relacionada ao movimento de renovação da Música Popular Brasileira, surgido em fins da década de 50 e em voga nos anos 60, como também, como crítica ao estilo político (embora diferenciado) dos adversários das idéias professadas pelo periódico (afinado politicamente com a UDN), como o anterior presidente Juscelino Kubitschek e o sr. João Goulart (identificados com a aliança dos partidos PSD-PTB). Aliás é interessante lembrar que o sr. Juscelino Kubitschek fora chamado de presidente bossa-nova", em modinha bastante popular de autoria do compositor Juca Chaves.

²⁶ AINDA a reunião da Bahia. OESP, SP, 4mar1964. p.3.

Assim, perguntamos, até onde irão as coisas? E até quando permanecerá de braços cruzados o Exército? Não podemos admitir que os seus chefes não tenham consciência dos perigos que nos ameaçam e do sangue que acabará fatalmente correndo em torrentes se as Forças Armadas continuarem a confundir o que aí está com um regime legal. Do Congresso Nacional não é de esperar a solução que no caso seria o impeachment (grifo do autor). E a conclusão a tirar de tudo isso é que ambas as instituições – Forças Armadas e Parlamento – se resignaram a colocar acima dos direitos do povo brasileiro o seu temor em assumir a responsabilidade que o momento histórico lhes dita.”²⁷

g) no dia 1 de abril de 1964, a coluna **Notas e Informações** abria-se com a comparação entre a participação de São Paulo no movimento armado que se completava naquele momento para depor João Goulart, com a revolta constitucionalista de 32. Nestas duas ocasiões, a posição de OESP é a de júbilo pela solução armada, encarando a atuação paulista como ato de heroísmo necessário:

“Obstinadamente surdo às advertências que então lhe fizeram os velhos combatentes de 1932 e os seus descendentes, entendeu o presidente da República afrontar mais uma vez o País, fazendo sua a rebelião da marinhagem sediciosa. E sem medir as conseqüências desse flagrante acinte ao que a Nação tem de mais caro e digno de respeito, passou à prática de atos por meio dos quais se lhes afigurava possível completar a sua obra destruidora, transformando as instituições vigentes naquela república sindicalista cuja visão incessantemente o persegue. Ora, quais foram esses atos? O primeiro e o mais grave de todos eles, foi assinar o decreto exonerando do comando do II Exército o general Amauri Krueel. Não era segredo para os que estavam a par do que se tramava nos corredores do Palácio da Alvorada ser esse um dos principais objetivos do sr. Goulart. Por isso mesmo, ante a iminência desse ato presidencial, decidiu o alto comando das forças aquarteladas neste Estado, e de acordo, nesse ponto, com o governo bandeirante, entabular os entendimentos necessários para, no momento oportuno, estarem em condições de revidar ao acinte com a mobilização geral dessas forças as quais não desejavam outra coisa senão marchar, como em 1932 e com a mesma disposição sobre a Guanabara. E foi o que se fez. Como um só homem, São Paulo acha-se hoje em plena mobilização e, com o mesmo espírito de há três décadas atrás, levanta-se em defesa da Constituição vigente.”²⁸

h) em 4 de abril de 1964, OESP, posicionava-se na defesa de uma candidatura única à presidência da República, saída das altas patentes militares; encarando como o melhor perfil para compor esse modelo traçado, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Desse modo, o periódico criticava as tentativas de “petebistas e pessedistas” de impor a continuidade interina da presidência do sr. Rarieri Mazzilli (que entendiam como defesa da campanha de Juscelino Kubitschek em 1965) ou de realizar imediatamente a eleição com a candidatura de Amaral Peixoto (genro de Getúlio Vargas). Apontando nessas tentativas, manobras de continuísmo de 19 anos de predomínio político “dos que incondicionalmente apoiaram o golpe de 10 de novembro de 1937 e o regime que dele resultou”²⁹, OESP assim se manifestava:

“Já neste momento as forças revolucionárias se arregimentam para fazer saber àqueles senhores que também elas têm um candidato à Presidência da República, candidato que, como elas, nenhum compromisso tem com o passado ignominioso que eles representam. As circunstâncias especiais que neste momento influem na evolução política brasileira exigem que o problema da sucessão do atual chefe do Executivo nacional seja equacionado num âmbito muitíssimo mais amplo do que aquele em que costumam confinar as suas escusas manobras os pessedistas e petebistas. Essas circunstâncias estão a dizer que não se tolerará a escolha, para o Executivo nacional, de um nome saído apenas daqueles que neste momento exercem um mandato legislativo. Fora daqueles que desempenham as funções de representantes dos partidos na Câmara e no Senado, outros há que, neste instante, muito melhor simbolizariam o espírito revolucionário. Fala-se já na conveniência de se indicar como candidato único da Nação à presidência uma das nossas altas patentes militares. O movimento avoluma-se nesse sentido e vai logrando grande receptividade no meio daqueles a quem o Brasil deve a esplêndida campanha que nos restituiu a confiança em nós mesmos e nos destinos de nossa Terra. E essa figura é a do sr. general Humberto Castelo Branco ao qual todos devemos o ele ter, como chefe do Estado-Maior do Exército, conclamado os seus companheiros de armas contra o insulto que o sr. João Goulart lançara à face da Marinha de Guerra do Brasil ao declarar-se em público solidário com a marinhagem sediciosa. (...)

Que outro nome estará em condições de disputar a s. exa. a honra de concluir com felicidade um quinquênio iniciado de modo tão desastroso? Que saibamos nenhum membro da oficialidade brasileira lhe disputará a primazia na escolha, assim como patente alguma, da ativa ou da reserva, representaria melhor no Palácio da Alvorada o espírito que fez do Duque de Caxias o símbolo das nossas virtudes militares e o condestável das instituições nacionais da sua época.”³⁰

²⁷ O Estado de Revolução em Pernambuco. OESP, SP, 5mar1964. p.3.

²⁸ S. Paulo repete 32. OESP, SP, 1abr1964. p.3.

²⁹ A solução revolucionária. OESP, SP, 4abr1964. p.3.

³⁰ Idem.

É interessante observar que, já neste momento, para OESP a candidatura do sr. Humberto de Alencar Castelo Branco colocava-se como um mandato tampão para "*concluir com felicidade um quinquênio iniciado de modo tão desastroso*"³¹;

i) o Ato Institucional número 1, de 9 de abril de 1964, também foi alvo de comentários airosos dos responsáveis pela edição de OESP.

Nesse momento, havia uma disputa pelo poder de três candidaturas militares, o que é esclarecido pela nota de redação acrescida ao editorial em questão que traça comentários elogiosos ao marechal Castelo Branco e conclui com a seguinte observação:

*"N. da R. - Já estava composto este comentário, quando nos chegou a notícia que tanto o marechal Dutra como o general Kruel haviam desistido das suas candidaturas."*³²

Entretanto, o referido editorial que abre a coluna de **Notas e Informações**, a 10 de abril de 1964, continha também elogios às arbitrariedades cometidas pelo Ato e, ao mesmo tempo, já uma pontinha de descontentamento e discordância amainadas pelos incensos ao futuro chefe de Estado deixando, porém, muito claros os limites do referido Ato, bem como os do mandato do presidente que não deveriam exceder à posse de seu sucessor a ser eleito em prazo legal previsto constitucionalmente.

"Elaborado em poucos dias, para não dizermos em poucas horas, o Ato Institucional contém todos os elementos que o futuro governo vai necessitar para empreender, nas melhores condições, o trabalho de reconstrução que a extensão dos males causados pelo governo deposto está a exigir. Nele estão previstos, desde o processo que deverá presidir à eleição do futuro Presidente da República, aos recursos de que o futuro Presidente disporá para tornar possível a total remodelação do Tesouro Nacional. E é desse critério objetivo a que os redatores do Ato se ativeram, que dá ao documento um caráter de eficiência que não poderá deixar de repercutir do modo mais favorável, tanto nos meios econômicos internos como, e sobretudo, no estrangeiro. (...)

Outro ponto não menos importante do referido documento é o que concede ao Executivo Nacional os poderes necessários para proceder ao expurgo em todos os setores do Estado. (...)

*Ainda pelo artigo 3.º confere o Ato Institucional ao Presidente da República a autoridade para submeter ao Congresso Nacional projetos de emenda da Constituição. Confessamos que, nesse ponto nos causou certa apreensão o documento. Sempre fomos intransigentemente contrários às tentativas feitas nesse sentido pelo caudilho deposto, e não atinamos com as razões que terão levado os redatores do Ato a incluírem nele essa faculdade do futuro Presidente da República e os atuais ministros militares a sancioná-la. Todo o projeto de emenda à Constituição de 1946 é um risco que as nossas instituições correm. E não fosse a certeza absoluta em que estamos de que o nome a sair vitorioso das eleições desta tarde é o do general Humberto Castelo Branco, sentir-nos-íamos neste instante ameaçados no que temos de mais caro na democracia brasileira. Pelo seu passado e pela elevação com que soube desempenhar o seu papel de Chefe de Estado-Maior de nossas Forças de Terra, s. exa. mostrou-se digno de ter em mãos essa faculdade. Mas permitam-nos a franqueza: qualquer outro candidato que viesse a ser sufragado pela maioria dos votos parlamentares não nos deixaria tranqüilos, embora essa faculdade, como de resto, todo o Ato Institucional vigore apenas no espaço de tempo que mediará entre a posse do futuro presidente e a posse do seu sucessor em 31 de janeiro de 1966."*³³

Estão suficientemente explicitadas as posições de OESP no que se refere às circunstâncias que envolvem o movimento armado de 1964. Através destes exemplos, entende-se ter ficado clara:

- a postura de favorabilidade a uma intervenção em governo constitucionalmente eleito, sem que isso, na opinião dos responsáveis pelo jornal, representasse uma quebra nos preceitos da professada e defendida democracia liberal, na medida em que, por parte dos governantes estariam sendo cometidos vários atos que patenteavam o abuso do poder em detrimento dos direitos naturais dos homens (exemplos: manobras de continuísmo, promoção de subversão da ordem, exortação à ilegalidade por parte do chefe da Nação, tolerância para com a sublevação de alguns em detrimento das classes produtoras). No mais puro Liberalismo lockeano, entendem como justa a "Revolução", por parte dos que fazem uso da racionalidade em suas ações (os proprietários) para impedir os excessos cometidos pelos que ocupam a chefia política do País. Assumem, desse modo, abertamente a conspiração;

- a defesa da sublevação e de seus atos de exceção, como a escolha interina de um novo chefe de Estado e as medidas de fortalecimento do Poder Executivo. Entretanto, a legalidade não deve ser ultrapassada além do necessário, de modo que as regras constitucionais sejam plenamente restabelecidas, uma vez findo o mandato presidencial, iniciado com a posse do sr. Jânio da Silva Quadros, em 1961: abertura de um novo processo eleitoral, fim da excepcionalidade do Ato Institucional com a devolução dos poderes nos moldes estabelecidos pela Constituição de 1946.

³¹ Ibidem

³² O Ato Institucional. OESP, SP, 10abr1964. p.3.

³³ Idem.

estabelecidos pela Constituição de 1946.

Compreendendo-se as opiniões expressas por OESP em 1964, são claras suas posições professadas em 1968, já em franca oposição a aspectos do desenvolvimento político do movimento militar. Daí tornar-se possível entender sem hiato a sua passagem de defensor para crítico do regime que ajudara a criar, circunstância assumida coerentemente com seus princípios.

O editorial "Instituições em frangalhos"³⁴ aponta, em diversos momentos, os pontos de tensão que separam os rumos do regime político do País das convicções de OESP:

a) já no seu primeiro parágrafo a "vitória de 64" aparece creditada a toda a coletividade da Nação, e não, exclusivamente, às Forças Armadas, como a dizer ao chefe do Executivo que a sociedade civil, alijada da política, deve ocupar o espaço a que fez jus pelo seu esforço participativo. Ao lado disto, interpõe-se uma cunha entre esta mesma sociedade e as Forças Armadas, destruindo a idéia de coesão entre seus interesses.

*"É que, com o correr do tempo é o contato com a realidade, vai s. exa. percebendo que governar uma nação de mais de 80 milhões de habitantes e que acaba de dar, com a vitória de 64 – que, embora s. exa. a considere como obra das Forças Armadas, se deve ao próprio esforço da coletividade – uma demonstração viva de fé democrática, é coisa muito diferente do comando de uma divisão ou de um exército."*³⁵

b) numa crítica que faz lembrar as violentas condenações às conturbações sociais do governo João Goulart, entendidas como subversão à ordem, OESP lança-se contra as manifestações populares no governo Costa e Silva que julga responsável por essas explosões. Uma das referências presentes no texto é à famosa "passeata dos cem mil" ocorrida no centro do Rio de Janeiro no final do mês de junho de 1968, auge das diversas manifestações estudantis do período. Nesta passeata, expoentes da sociedade civil marcaram presença, incluindo membros destacados da Igreja Católica que se fizeram representar.

Além disso, a alusão textual à participação do clero nas praças públicas, diz respeito também aos episódios que envolvem a missa de 7.º dia em homenagem ao estudante morto no restaurante Calabouço no Rio de Janeiro, Edson Luís Lima Souto. Ao término da missa celebrada na Igreja da Candelária, os participantes só puderam se retirar sem maiores violências graças à intervenção dos padres que os acompanharam e garantiram sua integridade física.³⁶

Os excessos do regime são qualificados com a alcunha de "ditadura militar". Mais uma vez, os governantes ultrapassam o poder a eles conferido. Portanto, nas normas do Liberalismo lockeano, nada mais justo do que a manifestação da sociedade civil.

*"Um após outras, começaram a manifestar-se as contradições do artificialismo institucional que pela pressão das armas foi o País obrigado a aceitar. A desordem passou a campear nos arraiais estudantis, ao mesmo tempo em que, ante o mal-estar geral, o clero revoltoso fazia sentir a sua presença até mesmo nas praças públicas. Dentro dos próprios limites do feudo aparentemente submisso à vontade do Palácio da Alvorada, não se passava dia sem que se manifestassem sintomas da insurreição latente. A ARENA aderiu à rebeldia geral com tamanha evidência que o próprio MDB sentiu que era chegado o momento da desforra. Resolveu então com uma ousadia que a todos espantou, enfrentar a ditadura militar em que vivemos desde 1964 ferindo na suscetibilidade as Forças Armadas Brasileiras"*³⁷.³⁸

Atente-se para o fato de que o tom é o mesmo de 1964 e a preocupação idêntica: as instituições estavam sendo afrontadas na ótica do grupo que representa os interesses dos proprietários do jornal devido às mesmas razões, ou seja, o abuso do poder por parte dos governantes, pecado capital nos parâmetros de uma democracia liberal;

c) finalmente, o texto aponta para a desagregação institucional com base em duas atitudes diferenciadas: a transgressão legal cometida pelo próprio presidente da República ao pressionar a Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados no sentido de conceder a licença para processar o Deputado Márcio Moreira Alves; a quebra da fidelidade partidária por parte da ARENA que, apesar de situacionista, votou contra-natureza à indicação governamental. Configura-se o que o título do texto sugere: "Instituições em frangalhos". Confirma-se o caráter da matéria jornalística: preocupação com a derrocada legal do regime

³⁴ Dezembro de 1968, especificamente, o momento da edição do Ato Institucional número 5 (13 de dezembro de 1968), representa um marco temporal no que diz respeito à questão da censura à imprensa escrita. Medidas de exceção, contrárias às posições do periódico haviam sido tomadas anteriormente e o que certamente motivou críticas que poderiam explicitar o pensamento de OESP convertendo-se em alvo de análises. Opta-se, porém, por pinçar o referido editorial, na medida em que, acredita-se, resume as suas discordâncias quanto ao regime e se constitui num elemento desencadeador de posturas autoritárias contra o jornal. Ao mesmo tempo, representa um marco de sua resistência contra os ataques à liberdade de expressão, princípio básico do Liberalismo.

³⁵ INSTITUIÇÕES em frangalhos. OESP, SP, 13dez1968. p.3.

³⁶ Esses e outros acontecimentos do ano de 1968, encontram-se descritos com especial genialidade na emocionada e emocionante narrativa de Zuenir Ventura, 1968: O ano que não terminou (RJ, Nova Fronteira, 1988).

³⁷ A "ousadia" que feriu a "suscetibilidade das Forças Armadas Brasileiras" referida pelo texto, sem dúvida é a que envolve o caso do deputado Márcio Moreira Alves, peça primordial para a compreensão dos acontecimentos que convergem na edição do AI-5.

³⁸ INSTITUIÇÕES em frangalhos. OESP, SP, 13dez1968. p.3.

o que dará vazão a rebeliões não consentidas, uma vez que levadas adiante por aqueles que estão privados da racionalidade em suas atitudes. Volta à cena, o temor dos detentores da razão (de que os proprietários de OESP são representantes) que falam em nome da sociedade civil na defesa de seus direitos naturais.

*"É então que o ex-general do Exército, habituado a não admitir que lhe discutam as ordens, se viu na pouco edificante posição de deixar de lado aqueles escrúpulos que o tinham levado a afirmar que jamais transgrediria um milímetro sequer as linhas da legislação que ele mesmo traçou para cometer uma série de desmandos contra a Lei e o regulamento interno do Congresso, tentando arrancar da Comissão de Justiça da Câmara, sob o protesto de seu digno presidente e o sentimento de nojo do País, a licença para processar o autor das injúrias aos militares
Conforme o havia decidido, a sua vontade foi obedecida naquela Comissão, mas à custa da confiança que s. exa. depositava em si mesmo e da excelência das instituições vigentes. E é diante desse quadro, todo ele feito de tonalidades sombrias, que nos achamos. Até aqui as coisas pareciam suscetíveis de uma recomposição. Apesar de tudo, a passividade do Congresso Nacional, aliada à disciplina militar, poderia ainda fazer as vezes do apoio da opinião pública. Agora, porém, que são claros os sinais da desagregação irredutível da maioria parlamentar, como o comprova a estrondosa derrota sofrida ontem pelo governo, quando mais de 70 deputados da ARENA votaram contra a concessão de licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves, pergunta-se: que é que poderia resultar de um estado de coisas que tanto se assemelha ao desmantelamento total do regime que o sr. presidente da República julgava fosse o mais conveniente àquele delicadíssimo e frágil arquipélago de grupos sociais a que se referia ainda ontem, cuja integridade, é s. exa. o primeiro a reconhecê-lo, está por um fio?"³⁹*

É possível agora responder à problemáticas anteriormente lançadas e que implicam numa definição do perfil de OESP que, ao longo desta pesquisa, aprendeu-se a delinear como o de um liberal convicto.

Tomando de empréstimo o título do artigo de abertura ao **Suplemento do Centenário** de 4 de janeiro de 1975, já citado, assinado por Júlio de Mesquita Neto:

"'O Estado' mudará continuando igual"⁴⁰, aponta-se para a fidelidade de OESP aos princípios liberais.

Com base na análise de editoriais de OESP, no período entre 1927 e 1937, Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, constroem as suas "balizas ideológicas"⁴¹ sendo que, naquele momento, já identificam como seus princípios norteadores, os ideais do Liberalismo, consubstanciados na prática da Democracia. Destacam a defesa do direito de propriedade e dos demais direitos naturais do homem (como a liberdade, a igualdade, a justiça, a segurança) que devem ser assegurados pelo Estado. A Democracia seria garantida pelo equilíbrio entre os poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) o que defenderia a Nação contra o perigo do predomínio do Executivo. O que valida o governo é a vontade expressa da maioria do povo através da opinião pública, da qual se consideram intérpretes.

Guardadas as devidas proporções, esses princípios encontram-se delineados nos editoriais destacados em momentos distintos: 1964 e 1968. Realçando-se a questão da opinião pública, presente no seguinte trecho:

"Até aqui as coisas pareciam suscetíveis de uma recomposição. Apesar de tudo, a passividade do Congresso Nacional, aliada à disciplina militar, poderia ainda fazer as vezes do apoio da opinião pública."⁴²

Aqui fica clara a colocação apontada pelas autoras, da importância da opinião pública, como base de sustentação do poder no regime democrático.

Por outro lado, encontra-se de modo onipresente, na manifestação das opiniões do jornal a concepção liberal de opinião pública que pretende "*salvar, em meio a uma esfera pública em desintegração, a comunicação entre um círculo interno de representantes publicamente capacitados e formadores de opinião, que constituiria um público raciocinador em meio àquele apenas aclamador.*"⁴³

Retomando as teses de C.B. Macpherson (já referidas), as idéias acima expostas se complementam no Liberalismo lockeano. Do mesmo modo, como é vedada a capacidade de ação racional aos não-proprietários, ficando o direito da Revolução restrito aos detentores da propriedade (e conseqüentemente, da racionalidade política), é exclusivo a estes últimos, o direito de expressão de forma que falem em nome de todos e, através da imprensa sejam os formadores da "opinião pública".

Portanto, não há contradição entre o apoio conferido pelo grupo que representa os interesses dos

³⁹ Idem.

⁴⁰ MESQUITA NETO, Júlio de. "O Estado" mudará continuando igual. **Suplemento do Centenário**. OESP, SP, 4jan1975. p. 2.

⁴¹ Conforme trabalho das duas autoras **O Bravo Matutino (Imprensa e ideologia no jornal "O Estado de S. Paulo")** (SP, Alfa-Omega, 1980), particularmente em seu capítulo III.

⁴² INSTITUIÇÕES em frangalhos. OESP, SP, 13dez1968. p.3.

⁴³ HABERMAS, Jürgen. Comunicação, opinião pública e poder. In: -COHN, Gabriel (org.). **Comunicação e indústria cultural**. 4.ª ed., SP, Editora Nacional, 1978. p. 188-189.

proprietários de OESP ao movimento militar armado em 1964 e sua postura oposicionista em 1968. Os mesmos ideais que orientam sua contestação ao regime representado pela presidência de João Goulart, norteiam sua crítica ao poder militar tal e qual era exercido pelo marechal Costa e Silva. O abuso do poder pelos chefes da Nação, usurpando os direitos naturais dos homens, constitui o fundamento da oposição de OESP, nos dois casos de base liberal. Observa-se que esta afirmação pode ser corroborada pela advertência presente em um dos editoriais destacados, qual seja, a de que deveria haver um limite temporal para o mandato presidencial e para os poderes do Executivo, encontrando-se este limite nas normas constitucionais. Na realidade, o "monstro" criado não se adaptou ao modelo do criador, que se acreditou único elaborador na sua concepção.

A mesma concepção liberal encontra-se, por outro lado presente, na recusa da aceitação das ordens telefônicas ou dos bilhetes apócrifos, como o fizeram outros representantes da grande imprensa. Dentre os direitos naturais do homem, o direito à liberdade de expressão (e, conseqüentemente, a liberdade de imprensa) assume papel fundamental.

Participando de uma Mesa-redonda promovida pela II Semana de Estudos de Jornalismo, organizada pela ECA/USP – entre 15 e 19 de junho de 1970 –, Júlio de Mesquita Neto, expôs sobre o tema **Liberdade de Imprensa na América Latina**, assim se manifesta:

*"A aspiração do homem à liberdade de expressão precedeu de muitos séculos o aparecimento da imprensa. Ela é inerente à própria condição humana e manifestou-se nas primeiras sociedades organizadas onde os mecanismos repressivos para a sobrevivência da coletividade geraram dialeticamente o espírito de crítica e o desejo de mudança. Abordar, portanto, o tema da liberdade de imprensa na América é determo-nos num breve capítulo de um grande tema: o relativo a uma liberdade que não é privilégio dos jornalistas, mas sim, direito inalienável de todos os homens, que têm sobrevivido a todas as tiranias e sobre a qual se assenta o sistema democrático, único compatível com a plena realização dos indivíduos e das sociedades nacionais."*⁴⁴

É possível, portanto, sentir aqui com clareza a colocação da liberdade de expressão como um direito natural do homem e a defesa do regime democrático.

Mais uma vez, mais liberal que seus companheiros, OESP parte na defesa do ideal de liberdade de imprensa, recebendo como contrapartida a censura prévia que poupou os que aceitaram a autocensura.

1.2. Censura prévia instaurada (1972-75)

1.2.1. Da autocensura à censura prévia

A apreensão do JORNAL DA TARDE e de OESP, além de outros periódicos, entre os dias 13 e 14 de dezembro de 1968⁴⁵, na realidade, representa apenas um entreato do longo drama que a história da censura à imprensa escrita traçou.

No que se refere, especificamente, a OESP, depreende-se, embora não haja um parecer conclusivo a esse respeito, que, no período que vai de dezembro de 1968 a agosto/setembro de 1972, ocorreram telefonemas e bilhetinhos, entre os órgãos responsáveis pela censura à imprensa e a redação do jornal que, como os demais, permaneceu atuando no campo da autocensura.

Em entrevista com o professor e jornalista Oliveiros S. Ferreira que, na época, era editor-chefe e, hoje, um dos diretores de OESP, em 11 de setembro de 1989, este aludiu ao fato de que eram comuns os telefonemas à direção do jornal, acentuando o que não poderia ser veiculado pelo mesmo. Portanto, durante certo tempo (1968 a 1972), OESP acedeu em acatar ordens telefônicas até que surge a ruptura e se instaura a censura prévia.

Por outro lado, quando, na noite de 13 de dezembro de 1968, o jornal recebe a visita da Polícia Federal, sendo feita a sugestão da alteração do famoso editorial "Instituições em frangalhos", a postura é de resistência e recusa o que motiva a apreensão. O dr. Júlio de Mesquita narra a conversa, durante a madrugada, com o general Sílvio Correia de Andrade (delegado regional da Polícia Federal em São Paulo); este lhe propusera a liberação do jornal, desde que houvesse a substituição do editorial por outro que não comentasse a derrota do governo na Câmara. O general recebia ordens de Brasília. Mais tarde, o mesmo dr. Júlio de Mesquita comparece a uma reunião no Palácio dos Bandeirantes com o governador Abreu Sodré e o general Sílvio, onde coloca explicitamente que "*competia ao Departamento de Polícia Federal em São Paulo o exercício da*

⁴⁴ A fala completa de Júlio de Mesquita Neto, bem como todos os debates deste evento encontram-se documentados em publicação da COM-ARTE, de São Paulo, de 1984, sob a organização de José Marques de Melo, intitulada: **Censura e Liberdade de Imprensa**, sendo que a Mesa-redonda referida encontra-se nas páginas 27-45.

⁴⁵ Edição do AI-5 (13 de dezembro de 1968), marco histórico da censura à imprensa escrita na vigência do Estado autoritário brasileiro pós-64.

censura uma vez que 'O Estado' não podia se auto-censurar".⁴⁶

É esclarecedor citar o dr. Júlio de Mesquita Neto (diretor-responsável por OESP) quando, na abertura da II Semana de Estudos de Jornalismo – ECA/USP – junho/70 – sobre o tema **Censura e Liberdade de Imprensa** – momento posterior à edição do AI-5, mas anterior à instauração da censura prévia a OESP – responde à pergunta do auditório sobre o problema da liberdade de imprensa no Brasil – no período (1970) – assim se posiciona:

* *"Se o sr. lê O ESTADO DE S. PAULO, sabe que o jornal vem sendo editado praticamente sob protesto. Desde o dia 13 de dezembro de 1968 que não publicamos nosso primeiro editorial."⁴⁷ Não comentamos matéria política por não dispormos de liberdade suficiente para dizer o que pensamos. O senhor aludiu à liberdade de publicação de notícias. Como jornalista conhece o assunto. A verdade é que há uma censura e que essa censura freqüentemente não permite a divulgação de uma série de fatos. Temos de agir nesse contexto. Publicamos o que, dentro do possível, podemos, e chegamos ao ponto de ter edições apreendidas na boca da rotativa. Isso aconteceu quando, num momento de excepcional gravidade, fizemos questão de publicar um editorial sobre a situação geral do país (sic). É um fato. Contra a força não há argumentos."⁴⁸*

Aqui sutilmente, aparece colocada a questão da autocensura em OESP, bem como a problemática da tão decantada resistência do jornal à censura à liberdade de expressão o que, apareceu em circunstâncias determinadas, não tendo sido uma constante durante toda a vigência da censura à imprensa escrita.

Além disso, o quadro dos primórdios da censura e de seu comportamento é delineado quando, em plena vigência da censura prévia, OESP, em matéria censurada, comentando sobre o AI-5 e a repressão do regime instaurado em 1964, no dia 31 de março de 1974, à página 18, afirma:

"Desencadeia-se nova e mais ampla onda de repressão: prisões, inquéritos, demissões, aposentadorias, reformas alcançando centenas de políticos, funcionários civis e militares, intelectuais, estudantes e professores. Pela primeira vez, desde 1964 a imprensa – que Castelo Branco e mesmo Costa e Silva, numa primeira fase, consideraram intocável – é atingida pela repressão instaurando-se a censura. Muito ampla nos primeiros momentos da crise, ela se tornará um pouco mais branda tempos depois, mas não mais deixará de existir, aumentando e diminuindo o controle sobre as informações conforme as oscilações da situação político-social do País."⁴⁹

É relativamente claro que, após o AI-5, nos primeiros tempos, houve essa tendência ao recrudescimento/relaxamento das imposições censórias e até que ela viesse se instalar definitivamente em 1972, com o caráter de censura prévia.

A partir de agosto/setembro de 1972, as posições (censura x direção de OESP) se radicalizam e instaura-se a censura prévia no periódico.

Para compreender melhor o momento histórico de agosto/setembro de 1972 como marco de instituição da censura prévia a OESP é necessário ter em mente que, exatamente neste período travava-se a luta surda da sucessão presidencial: estava em questão a escolha do futuro presidente da República que tomaria o lugar do general Emílio Garrastazu Médici. Isto traz à tona a problemática das cisões internas dos militares, com alas de diferentes visões quanto ao encaminhamento do processo político brasileiro.

A fim de explicitar estas questões é preciso um recuo no tempo para uma rápida incursão nos meios militares brasileiros, a partir de fins da II Guerra Mundial, passando por sua participação no golpe de 1964, até a compreensão de suas divisões que encerram concepções diversificadas quanto ao encaminhamento histórico dado à "Revolução".⁵⁰

Em 1949, foi fundada a Escola Superior de Guerra (ESG) um organismo que, através da promoção de Cursos, Palestras e Conferências formava militares e mesmo civis, afinados com as concepções assumidas pelas Forças Armadas brasileiras. Estas, logo após a II Guerra Mundial, foram influenciadas pela participação no evento, por curtas permanências de alguns oficiais nos EUA, e pela filosofia desenvolvida naquele País nos anos iniciais da Guerra Fria. Dessas concepções se origina a chamada Doutrina da Segurança Nacional que

⁴⁶ Este depoimento consta da primeira página de OESP, do dia 14 de dezembro de 1968, data posterior à apreensão do periódico e do JORNAL DA TARDE.

⁴⁷ Este editorial a que Júlio de Mesquita Neto se refere era tradicionalmente composto de temas de política nacional e ficava sob a responsabilidade de Júlio de Mesquita Filho (pai de Júlio de Mesquita Neto e de Ruy Mesquita). A partir da edição do AI-5 e da apreensão do jornal por causa do editorial "Instituições em frangalhos" de sua autoria, Júlio de Mesquita Filho não mais escreveu vindo a falecer em 1969.

⁴⁸ MELO, José Marques de (org.). **Censura e liberdade de imprensa**. SP, COM-ARTE, 1984. p. 41-47.

⁴⁹ CRISE mundial atinge o Brasil. OESP, SP, 31mar1974. p. 18.

⁵⁰ Utilizou-se o termo "Revolução" devidamente aspeado para tomar de empréstimo a concepção dos participantes no golpe de Estado, no movimento armado desfechado em 1964, pensado por eles como ato revolucionário. Porém, não passou de um "putsch", de uma deposição ilegal e inconstitucional de um presidente constitucionalmente eleito, por parte de elites nacionais que se arvoraram o direito de se autoconceberem como representantes dos interesses e aspirações de todo o tecido social. Entretanto, a referência a essa "quartelada" como processo "revolucionário", é feita por alusão irônica à posição de seus mentores.

possui duas versões:

- a) no caso das nações economicamente mais avançadas, identifica o inimigo no comunismo externo, representado pelos países do Leste europeu;
- b) no caso das nações menos desenvolvidas, o inimigo está alojado internamente, por intermédio da subversão à ordem visando sempre corroer aos ideais democráticos e instaurar o socialismo.

Esta Doutrina também aliava o conceito de insegurança interna com o de desenvolvimento econômico, vistos como elos de uma mesma cadeia que levaria o País à condição de potência hegemônica no quadro das nações ocidentais abaixo do Equador.

Esses militares, formados nos moldes das concepções disseminadas pela ESG, foram particularmente atuantes no golpe de 1964 e é de suas fileiras que sai o primeiro presidente, após a mudança de regime. Entretanto, ainda no governo do marechal Castelo Branco, começam a surgir divergências entre os militares, basicamente, no que se refere à devolução do poder aos civis, ou seja, quanto à duração do período, por eles considerado como revolucionário. Estas divergências se acentuam no governo do marechal Artur da Costa e Silva. Neste momento, se utilizando das pressões exercidas pela sociedade civil, no sentido da liberalização do governo – forças, dentre os próprios militares, ao lado de alguns civis, acabam por levar ao recrudescimento da repressão política do regime, com a edição do Ato Institucional número 5 (AI-5) em 13 de dezembro de 1968.

Estava configurada a cisão dos militares, basicamente em dois grupos: o da "Sorbonne" e o da "linha-dura".

O grupo da "Sorbonne", mais vinculado diretamente à ESG, era assim chamado, por ser visto pelos próprios colegas, como formado por militares mais intelectualizados. Dentre eles, aparecem expressões como o general Golbery do Couto e Silva, o general Ernesto Geisel e o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. O grupo desejava uma rápida transição democrática, mas, após as pressões exercidas durante os governos Castelo Branco e Costa e Silva, passou a crer que esta transição deveria ser conduzida por intermédio de um lento processo de distensão ou abertura.

O grupo da "linha-dura" deteve a passagem rápida do governo para os civis após Castelo Branco; agiu como força de pressão no episódio da edição do AI-5; impediu que o civil Pedro Aleixo assumisse na doença de Costa e Silva; comandou a Junta Militar até a sucessão que levou ao poder o general Emílio Garrastazu Médici; iniciou o processo de multiplicação de órgãos de repressão, desfigurando as instituições originais do Serviço Nacional de Informações (SNI), criado pelo general Golbery do Couto e Silva e organizando os incontroláveis Centros de Informações do Exército (CIE) e Destacamentos de Operações Internas (DOI). Para esses militares, o inimigo interno comunista continuava à espreita e precisava ser contido através de dura repressão em que todos os meios eram válidos. Dentre eles, destacam-se os generais Sylvio Frota e Hugo Abreu, mais tarde envolvidos numa crise militar durante o governo Geisel.⁵¹

A partir de noções fragmentadas foi construído um quadro para tornar clara a instituição da censura prévia a OESP, no período de agosto/setembro de 1972.

Em entrevista, Oliveiros S. Ferreira relaciona o recrudescimento da censura a OESP com a luta interna travada pela sucessão ao presidente Médici, ou seja a briga interna entre as facções militares ("Sorbonne" X "linha-dura") com diferentes concepções sobre a continuidade do projeto político desencadeado com o movimento de 1964. Esta luta acaba por levar à imposição, para a sucessão, do nome do general Ernesto Geisel. Este, representante da linha da "Sorbonne", já havia sido chefe da Casa Militar do governo Castelo Branco. Muitas resistências surgiram a esse nome e a discussão do tema: sucessão presidencial, ficou proibida nos meios de comunicação por vários meses.

Nesta mesma linha de argumentação, Joan R. Dassin⁵² citando um depoimento do jornalista Carlos Chagas, diz que em 24 de agosto de 1972, o jornal foi invadido por policiais armados, com ordens de parar as máquinas, em busca de um editorial que estaria lançando a candidatura do general Geisel à presidência. Segundo Carlos Chagas, o artigo nunca existiu, mas se constituiu num pretexto para a invasão do jornal e o início da censura prévia.

Sabe-se que outra é a versão de Hélio Fernandes, proprietário da TRIBUNA DE IMPRENSA, para o mesmo fato; conforme contato telefônico e pela leitura de seu artigo publicado em seu jornal, em 20 de julho

⁵¹ Sobre a Doutrina da Segurança Nacional, é fundamental o conhecimento do pensamento daquele que foi tido como o mais intelectualizado dentre os militares e que se colocou como a "eminência parda" do regime autoritário pós-64: o general Golbery do Couto e Silva. Sua obra de maior destaque é *Conjuntura Política Nacional, o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil* (3ª ed., RJ, José Olympio, 1981).

A respeito das intrincadas questões militares é importante a consulta a:

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. Petrópolis, Vozes, 1984.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis, Vozes, 1981.

STEPAN, Alfred C.. *Os militares: da abertura à nova República*. RJ, Paz e Terra, 1986.

⁵² DASSIN, Joan R. *Press Censorship and the Military State in Brazil*. In: *- Press control around the world*. NY, Praeger Publishers, 1982. p. 166.

de 1978, dentro da série "10 anos de censura", sob o título "O enquadramento do ESTADO DE SÃO PAULO". Segundo ele, a questão do estabelecimento da censura prévia a OESP se inicia com uma reportagem conjunta que o periódico iria fazer com o JORNAL DO BRASIL sobre o tema da anistia, com declarações de quatro ex-presidentes vivos: o marechal Dutra, o sr. Juscelino Kubitschek, o sr. Jânio da Silva Quadros e o sr. João Goulart. A reportagem versaria sobre a capacidade da anistia de realizar a pacificação nacional, ampla e irrestrita e seria lançada nos dois jornais, em 7 de setembro de 1972. Jornalistas foram enviados à procura de João Goulart em Montevidéu, de Juscelino em Portugal e, entrevistaram Dutra e Jânio no Brasil. As opiniões dos quatro eram favoráveis à anistia.

Ainda segundo Hélio Fernandes, o SNI, chefiado na época por Carlos Alberto Fontoura, tratou de conversar com a direção dos dois jornais para impedir a publicação da reportagem. O resultado foi o seguinte: o JORNAL DO BRASIL capitulou e resolveu não mais publicar, porém, OESP nem admitiu conversar e se negou a receber Carlos Alberto Fontoura. Este, então, lança um ultimatum afirmando, no dia 2 de setembro que a reportagem não poderia sair. OESP manda dizer que ela sairia de qualquer maneira e, em 3 de setembro de 1972, o jornal foi ocupado pelos censores.

Contrariamente à posição defendida por Hélio Fernandes, um trecho de matéria censurada de OESP, em 31 de março de 1974, comentando a relação do governo Médici com a imprensa, coloca:

"As restrições impostas à liberdade dos jornais independentes são cada vez mais severas. A partir de agosto de 1972, instaura-se a censura prévia contra O ESTADO DE SÃO PAULO. O pretexto é a sucessão presidencial, que se processaria sem abalos com o próprio presidente Médici anunciando o nome de seu sucessor, general Ernesto Geisel, mas que foi decidida à revelia do País, sem que permitisse a menor discussão, ou mesmo referência pública ao problema."⁵³

Embora não seja matéria assinada, é a mesma posição quanto à motivação da instauração da censura prévia contida nos depoimentos de Oliveira S. Ferreira e Carlos Chagas. Porém, uma vez que o material da fase inicial da censura prévia (agosto/setembro de 1972 a março de 1973) encontra-se perdido, as considerações a esse respeito, foram feitas com base em análise e pesquisa.

O fato primordial das preocupações governamentais nesse momento (agosto/setembro de 1972), dizia respeito à questão da cisão entre os militares e à briga interina pela sucessão do presidente Médici o que colocava em jogo o futuro do movimento de 1964. OESP, um elemento importante na campanha de desestabilização de João Goulart, no golpe de 64 e no apoio à candidatura Castelo Branco, identificava-se com as idéias defendidas pelo grupo militar da "Sorbonne", representando, portanto, um importante adepto da candidatura Geisel. A censura prévia a OESP aparece mais como estratégia da ala militar da "linha-dura", na luta pela sucessão presidencial, para atacar um eventual e forte aliado do grupo da "Sorbonne".

A questão da defesa de uma candidatura interessada no projeto de distensão político por parte de OESP, motivou sua punição, concretizada na forma da instauração da censura prévia.

1.2.2. A construção do discurso da censura em um órgão da grande imprensa

Entre matérias censuradas, no período de 29/03/1973 a 03/01/1975 (no todo ou em parte) chegou-se à espantosa cifra de 1136 (um mil e cento e trinta e seis), distribuídas, em termos quantitativos, de modo desigual entre os diferentes meses do ano e de forma diversificada em seis unidades temáticas. É importante a observação detalhada do Quadro I (Página 26) onde se encontram as matérias censuradas divididas mês a mês de março de 1973 a janeiro de 1975. Além disso, é necessário examinar atentamente o Quadro II (Página 16) que apresenta as matérias censuradas classificadas pelas unidades temáticas, ao lado de suas respectivas quantificações percentuais. Observe-se que no Quadro I foram incluídas a distribuição mensal dos editoriais e das matérias assinadas pelos articulistas de OESP, pelo grau de importância que assumem na definição do pensamento do periódico.

No que se refere ao Quadro I, enfatiza-se que, apesar de existir uma grande oscilação mensal no que diz respeito ao número de matérias vetadas, indubitavelmente, o ano de 1974, comparativo ao de 1973, apresenta uma sensível elevação numérica no tocante aos cortes do censor. Particularmente, notável é o fato de que os meses em que a incidência das proibições é maior são os de março (84 vetos), outubro (128 vetos), novembro (139 vetos) e dezembro (87 vetos) de 1974.

Numa primeira análise, observa-se a elevação da quantidade de matérias entre 1973 e 1974. O ano de 1974, a partir de 15 de março já é governo do presidente Ernesto Geisel. Isto traz algumas problemáticas. Geisel é representante da ala militar da "Sorbonne" e, portanto, afinado com os ideais professados pelos proprietários de OESP. Ele assume o poder com o compromisso de promover a distensão política (processo dentro do qual se insere o término da censura à imprensa) no País. Entretanto, contraditoriamente, o que se dá é o recrudescimento da repressão e da censura. Este fato mostra as lutas interinas que se travavam no meio militar

⁵³ O êxito na economia e o impasse político. OESP, SP, 31mar1974. p. 18.

QUADRO DE MATÉRIAS CENSURADAS - I

FONTES: O ESTADO DE SÃO PAULO

PERÍODO: 29/03/1973 a 03/01/1975

DISTRIBUIÇÃO MENSAL DAS MATÉRIAS VETADAS

ANO	MÊS	QUANTIDADE	EDITORIAIS	MATÉRIAS ASSINADAS
1973	Março	3	-	1
	Abril	16	1	-
	Maio	24	3	1
	Junho	23	3	1
	Julho	25	1	3
	Agosto	54	2	2
	Setembro	37	1	1
	Outubro	31	-	1
	Novembro	29	3	4
	Dezembro	43	2	-
1974	Janeiro	48	3	2
	Fevereiro	27	1	-
	Março	82	5	5
	Abril	58	1	1
	Maio	74	2	2
	Junho	37	-	4
	Julho	57	1	4
	Agosto	53	-	5
	Setembro	59	1	2
	Outubro	128	4	3
	Novembro	139	3	7
	Dezembro	87	2	5
1975	Janeiro	2	-	-
TOTAL		1136	39	54

entre as duas correntes (ala da "linha-dura" e ala da "Sorbonne"); cada qual querendo imprimir a sua visão sobre a continuidade do Estado autoritário brasileiro.

E, num primeiro momento, conforme os dados quantitativos da censura prévia a OESP, a balança pende mais para o lado da "linha-dura" que consegue imprimir seu ritmo (ou a ausência dele) ao processo de abertura política. O término da censura prévia em OESP, a partir de 4 de janeiro de 1975, representa uma vitória da ala da "Sorbonne" sobre a da "linha-dura" e um momento em que o presidente Geisel começa a impor seu controle sobre os chamados "bolsões radicais" do regime⁵⁴. Entretanto, os atritos entre os militares teriam uma continuidade.

Exemplos claros desses atritos, encontram-se na crise desencadeada pela morte do jornalista Wladimir Herzog, em outubro de 1975 seguida pela do operário Manuel Fiel Filho, ambas no DOI-CODI de São Paulo, em consequência de torturas e ambas tentando fazer passar para o público a imagem inacreditável de suicídio. Essa crise traz como decorrência a rápida e violenta demissão do Comandante do II Exército (São Paulo), general Ednardo D'Ávila Melo (representante militar da "linha-dura"), substituído pelo general Dilermando Gomes Monteiro (elemento de confiança do presidente Geisel). Esta demissão, por sua vez, foi seguida pela remoção do general Confúcio Danton de Paulo Avelino (também da "linha-dura") do Comando do CIE.

Os atritos entre os militares da "Sorbonne" e os da "linha-dura", no governo Geisel se encerram com a demissão do general Sylvio Frota do Ministério do Exército, em outubro de 1977. O general Sylvio era o candidato da "linha-dura" à sucessão de Geisel, concorrendo com o general João Baptista de Oliveira Figueiredo e, sem o consentimento do presidente resolveu abrir inquéritos judiciais contra a FOLHA DE S. PAULO, O GLOBO e o JORNAL DO BRASIL, por artigos referentes a torturas a presos políticos e alusões

⁵⁴ Grupos militares e paramilitares identificados com a "linha-dura" das Forças Armadas e inconformados com o processo de abertura política, atuando à margem da lei na tentativa de deter a continuidade da distensão.

desairosas ao Dia do Soldado. Esses inquéritos motivaram a sua demissão.⁵⁵

Por outro lado, analisando-se os meses de maior quantidade de vetos, observa-se:

● são meses em que estão se desenrolando acontecimentos politicamente destacáveis. Em março, acontece a posse do novo presidente da República. Por sua vez, outubro, novembro e dezembro, referem-se ao período que envolve a realização de eleições para o Legislativo. Estas marcaram um crescimento sensível do número de votos e de candidatos vitoriosos do partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), notadamente nos maiores Estados da Federação;

● a fase final do ano de 1974 pode representar o último recrudescimento dos setores repressivos, antes da queda da censura prévia em OESP o que definitivamente vem marcar o início da abertura política no terreno da devolução da liberdade de expressão à imprensa escrita do País.

QUADRO DE MATÉRIAS CENSURADAS - II

FONTE: O ESTADO DE S. PAULO

PERÍODO: 29/03/1973 a 03/01/1975

UNIDADES TEMÁTICAS*	QUANTIDADE	%
1. QUESTÕES POLÍTICAS	601	52,91
2. QUESTÕES ECONÔMICAS	91	8,01
3. QUESTÕES SOCIAIS	128	11,27
4. QUESTÕES EDUCACIONAIS E CULTURAIS	75	6,60
5. QUESTÕES DE POLÍTICA INTERNACIONAL	33	2,90
6. CENSURA**	208	18,31
TOTAL	1136	100,00

* No que se refere às unidades temáticas, constatou-se que, muitas são as formas de tematização do material censurado. Após uma demorada reflexão, quando do encerramento do trabalho de pesquisa aos dois periódicos, chegou-se a uma série de unidades temáticas que atendem melhor aos objetivos da análise pretendida.

** A censura em si é considerada como parte do aparato repressivo que o Estado autoritário utiliza para perpetuar-se no poder. Nestes termos, rigorosamente ela deve fazer parte do tópico das questões políticas. Entretanto, como é objeto específico desta pesquisa foi destacada para que se possam extrair conclusões de interesse do trabalho.

Observando com atenção o Quadro II o que salta aos olhos é a imensa disparidade entre as matérias censuradas enquadradas na unidade temática das QUESTÕES POLÍTICAS que sozinhas representam mais da metade do material vetado. A seguir, correspondendo a praticamente um quinto da totalidade das matérias vetadas, aparecem os cortes que se referem à unidade temática da CENSURA.

Atendo-se somente a essas duas unidades temáticas, inicialmente, é preciso ponderar algumas questões:

1. o fato das temáticas políticas aparecerem privilegiadas nos vetos do censor diz respeito, de um lado, à problemática temporal. Em outras palavras, o momento histórico vivenciado pela censura prévia a OESP (1973 e 1974 basicamente) é um período em que está em pleno vigor o recrudescimento da repressão política com prisões arbitrárias e torturas a presos políticos derivados do dismantelamento dos grupos que atuavam na luta armada contra o regime. Paralelamente a isto, ocorre o crescimento desmesurado e descontrolado dos organismos de repressão com a corrupção e violência que lhe são inerentes. Estes atos, por sua vez, são alvo de críticas por parte de elementos variados da sociedade civil, do partido de oposição, o MDB e por parte de outros países, no exterior, que condenam as arbitrariedades cometidas pelo regime político brasileiro, incompatíveis com as mais elementares regras do jogo democrático. Este é um momento em que, dialeticamente, ao aumento da imposição do Estado autoritário pela força, há a resposta da sociedade civil que começa a dar seus passos rumo a uma organização na defesa de seus direitos. Essas vozes discordantes, entretanto, precisam ser caladas. É uma prioridade do ponto de vista dos setores radicalizados do governo, atuando, dentre outros locais, na comunidade de informações cujo contraponto

⁵⁵ Sobre os atritos entre os militares no governo Geisel, consultar Alfred C. Stepan (op. cit. cap. III) e sobre a relação dessas questões com a problemática da liberalização da imprensa ver Celina Rabello Duarte. *Imprensa e Redemocratização no Brasil*. Dados, 26 (2): 181-195, 1983

é o da censura;

2. a ênfase na censura prévia a **QUESTÕES POLÍTICAS**, encontra-se também relacionada ao tipo de informação oferecida pela imprensa de grande porte, como o caso de OESP. A grande imprensa com circulação garantida nos grandes Estados do País e, às vezes, cuja divulgação atinge caráter nacional, necessita de um esquema empresarial muito forte que garanta essa distribuição em larga escala, além de assegurar essa periodicidade constante. Isto cria a dependência de anunciantes para a composição de suas receitas muito mais, do que a venda em bancas ou a compra de assinaturas. Este fato além de, geralmente, criar um esquema de pressão para a publicação relacionada diretamente aos interesses dos grupos econômicos que sustentam o periódico, é responsável também por uma determinada concepção de informação.

O esquema de cobertura da grande imprensa, de modo geral, privilegia os centros do poder como o Palácio do Governo, as Câmaras dos Deputados e o Senado Federal, as Assembléias Legislativas, as Câmaras Municipais. Cobrem-se também os grandes centros financeiros, como as Bolsas de Valores ou as antecâmaras dos Ministérios da Fazenda, do Planejamento. Em suma, esse tipo de cobertura, não permite a emergência dos fatos do dia-a-dia que atingem o homem comum. E, assim o que se convencionou entender como área política, aparece de modo privilegiado na grande imprensa.

Processa-se, portanto, uma utilização já na seleção das informações a serem transmitidas ao leitor. Essa concepção de informação selecionada previamente, a partir do esquema de cobertura, contém atrás de si uma concepção de história que entende o acontecimento como um desvio do curso "natural" e "harmonioso" das coisas, como um acidente de percurso que precisa ser corrigido para que tudo retome seu curso "normal". Nesta concepção de acontecimentos como acidente, selecionam-se, privilegiam-se fatos e homens, do mesmo modo como se seleciona a informação por intermédio da cobertura.⁵⁶

A grande imprensa ao veicular os "acidentes" de percurso, deixando de lado, silenciando, sobre o que ocorre no cotidiano do homem comum, trabalha com um conceito elitizante de história que concebe o acontecimento como um desvio de um curso previamente traçado e que deve ser retomado na direção da manutenção da ordem pública. Ora, este é um reforço também da dominação, uma representação ideológica que, com sua disseminação, vem confirmar o silêncio imposto pelas desiguais condições materiais de existência da população.

Deste modo, as problemáticas nitidamente políticas aparecem com maior força, e isto representa um dos fatores que explicam o porquê dessa grande quantidade de matérias vetadas dentro das **QUESTÕES POLÍTICAS**;

3. outro problema que surge com bastante destaque é o veto a todas as referências à censura. Ou seja, a censura preocupava-se em vetar toda e qualquer menção à sua existência.

Esse zelo em se ocultar, fica muito claro no depoimento concedido por Fernando Gasparian a J. A. Pinheiro Machado, narrando a censura prévia instituída ao semanário **OPINIÃO**, a partir de seu oitavo número, em 1972. Antes que esta se instaurasse, Fernando Gasparian (proprietário do semanário), é chamado a depor na Polícia Federal onde um oficial lhe mostra as regras de "boa conduta" a serem seguidas, ou seja, os temas cuja divulgação estava proibida. Ao solicitar do oficial a lista, para que pudesse ser estudada, Gasparian teve seu pedido indeferido e ainda seguido da alegação de que a censura não existia. E assim foi, durante todo o tempo da censura prévia a **OPINIÃO** até que, após uma apreensão em bancas, quando parte do semanário já havia sido rodada, conseguiu-se a prova necessária da existência do veto. Isto possibilitou a instauração de um processo contra a apreensão indevida, alegando-se a ilegalidade da mesma com base no Decreto-lei número 1077.

Este Decreto de 26 de janeiro de 1970 aqui reproduzido, baseia-se no artigo 153 § 8º da Emenda Constitucional número 1 de 1969 que não admite publicações contrárias à moral e bons costumes.⁵⁷

⁵⁶ Sobre a questão da seleção das informações ao público por parte da grande imprensa é importante consultar José Marques de Melo que distingue diversos "mecanismos de expressão opinativa" que, na estrutura da empresa vão filtrando o que será veiculado ao leitor. (*A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis, Vozes, 1985).

Sobre a questão da concepção de história como "acidente" ou "desvio de percurso" são pertinentes as observações de Marilena Chauf acerca da idéia de crise:

"A crise serve, assim, para opor uma ordem ideal a uma desordem real, na qual a norma ou a lei são contrariadas pelo acontecimento, levando a dizer que a 'conjuntura' põe em risco a 'estrutura' ou então, que a estrutura é inadequada para absorver a novidade. O acontecimento (portanto, a historicidade) é encarado como um engano, um acidente, ou algo inadequado. Tal representação permite, assim, imaginar o acontecimento histórico como um desvio. Crise e desvio são noções que pressupõem um dever ser (grifo da autora) contrariado pelo acontecer, mas que poderá ser restaurado, porque é um dever ser. Há exterioridade entre o acontecimento e o sistema, entre a conjuntura e a estrutura, entre a historicidade e a racionalidade. Longe, portanto, de surgir como algo que ateste os limites da representação supostamente objetiva e racional, a noção de crise realiza a tarefa oposta, que é a sua tarefa ideológica: confirma e reforça a representação. Assim, a crise nomeia os conflitos no interior da sociedade e da política para melhor escondê-los." ("Crítica e Ideologia". In: *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 4ª ed., SP, Cortez, 1989. p. 37).

⁵⁷ A redação do artigo 153, § 8º da Emenda Constitucional número 1, de 1969, entretanto, ver que: *"É livre a manifestação do pensamento, de convicção política ou filosófica, bem como a prestação de informações independentemente de censura, salvo quanto a diversões e espetáculos públicos, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer. É assegurado*

Fundamentado neste artigo, ele promove uma relação entre os atentados à moral e um eventual plano subversivo com os decorrentes riscos à segurança nacional. Aliás, esta é uma característica do anti-comunismo doentio das Forças Armadas, justificado na Doutrina da Segurança Nacional que encontra nesse regime as marcas da dissolução dos costumes da civilização cristã-ocidental. Este Decreto embasa o estabelecimento da censura prévia, a proibição da veiculação e apreensão por parte da Polícia Federal, dos periódicos que se enquadrassem nestas infrações.

É importante notar a preocupação com o arsenal legal, por parte do Estado autoritário brasileiro pós-64 que produziu um batalhão de leis, projetos, decretos, regularizando e legislando sobre quase tudo, mas que deixa na ilegalidade um de seus instrumentos de repressão mais notórios.

"Decreto-lei 1077 de 26 de janeiro de 1970:

Dispõe sobre a execução do art. 153, § 8.º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, inciso I da Constituição;

e
Considerando que a constituição da República, no artigo 153, § 8.º dispõe que não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes;

Considerando que esta norma visa a proteger a instituição da família, preservar-lhe os valores éticos e assegurar a formação sadiá e digna da mocidade;

Considerando, todavia, que algumas revistas fazem publicações obscenas e canais de televisão executam programas contrários à moral e aos bons costumes;

Considerando que se tem generalizado a divulgação de livros que ofendem frontalmente à moral comum;

Considerando que tais publicações e exteriorizações estimulam a licença, insinuam o amor livre e ameaçam destruir os valores da sociedade brasileira;

Considerando que o emprego desses meios de comunicação obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional, decreta:

Art. 1.º - Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes, quaisquer que sejam os meios de comunicação.

Art. 2.º - Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal, verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior.

Parágrafo único - O Ministro da Justiça fixará, por meio de portaria, o modo e a forma da verificação prevista neste artigo.

Art. 3.º - Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e apreensão de todos os seus exemplares.

Art. 4.º - As publicações vindas do estrangeiro e destinadas à distribuição ou venda no Brasil também ficarão sujeitas, quando de sua entrada no país (sic), à verificação estabelecida na forma do artigo 2.º, deste Decreto-lei.

Art. 5.º - A distribuição, venda ou exposição de livros e periódicos que não hajam sido liberados ou que tenham sido proibidos, após a verificação prevista neste Decreto-lei, sujeita os infratores, independentemente da responsabilidade criminal:

I - A multa no valor igual ao do preço de venda da publicação, com o mínimo de NCr\$10,00 (dez cruzeiros novos);

II - À perda de todos os exemplares da publicação, que serão incinerados à sua custa.

Art. 6.º - O disposto neste Decreto-lei não exclui a competência dos Juízes de Direito, para adoção de medidas previstas nos artigos 61 e 62 da Lei n.º 5250, de 9 de fevereiro de 1967.

Art. 7.º - A proibição contida no artigo 1.º deste Decreto-lei aplica-se às diversões e espetáculos públicos, bem como à programação das emissoras de rádio e televisão.

Parágrafo único - O Conselho Superior de Censura, o Departamento de Polícia Federal e os Juizados de Menores, no âmbito de suas respectivas competências, assegurarão o respeito ao disposto neste artigo.

Art. 8.º - Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Emílio G. Médici - Presidente da República

Alfredo Buzaid."

O Tribunal acaba dando ganho de causa a OPINIÃO, o que obriga o presidente Médici a num despacho

o direito de resposta. A publicação de livros, jornais e periódicos não depende de licença de autoridade. Não serão porém, toleradas a propagação de guerra, de subversão da ordem, ou de preconceitos de religião, de raça ou de classe e as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes."

Apesar de sua ambigüidade final, o referido artigo era bastante taxativo ao afirmar que livros, jornais e periódicos não dependeriam da licença da autoridade. O que legalmente inviabilizava a censura prévia a essas publicações e tornava inconstitucional o Decreto-lei 1077.

autorizar a censura prévia ao semanário com base nos poderes extraordinários a ele conferidos pelo AI-5.⁵⁸

A importância de esconder do público leitor a existência da censura prévia, fica também extremamente clara através da quantidade de matérias vetadas que versam sobre esta temática. É fundamental para o regime autoritário ocultar a dimensão de seu próprio autoritarismo sob uma capa de aparente jogo democrático.⁵⁹

Observando-se o Quadro III(abaixo) onde as unidades temáticas aparecem distribuídas em diversos subtemas com as respectivas quantificações, e após, breve análise de cada subtema, destacando-se as matérias que nele aparecem arroladas, é possível compor um quadro mais geral de cada unidade temática e, conseqüentemente, contribuir para delinear um pouco mais, o discurso da censura construído pelo que ela subtrai.

QUADRO DE MATÉRIAS CENSURADAS - III

FONTE: O ESTADO DE SÃO PAULO

PERÍODO: 29/03/1973 a 03/01/1975

UNIDADE TEMÁTICA: QUESTÕES POLÍTICAS

SUBTEMAS	QUANTIDADE
1. Repressão Política	142
2. Críticas da Oposição	107
3. Críticas do Exterior	85
4. Relações Igreja/Estado	85
5. Críticas ao Regime	80
6. Violência Policial/Esquadrão da Morte	38
7. Comentários referentes a políticos anteriores a 64	15
8. Sucessão Presidencial	14
9. Corrupção governamental	12
10. Corrupção Militar	6
11. Cassação de Prefeitos	5
12. Caso Ana Lídia	5
13. Caso Carlinhos	3
14. Seqüestro de Industrial	2
15. Questão de drogas	1
16. Movimento Sionista Brasileiro	1
TOTAL	601

UNIDADE TEMÁTICA: QUESTÕES ECONÔMICAS

SUBTEMAS	QUANTIDADE
1. Críticas à Política Econômica	84
2. Petróleo/Petrobrás	7
TOTAL	91

⁵⁸ Este depoimento de Fernando Gasparian, bem como a história das lutas de OPINIÃO contra a censura prévia encontram-se reproduzidos em *Opinião x Censura*, de autoria de J.A. Pinheiro Machado (RS, L&PM, 1978).

⁵⁹ Em obra já citada, Maria Helena Moreira Alves (Introdução e Cap. III) explicita as relações entre a necessidade de manutenção de uma linguagem democrática por parte do Estado autoritário brasileiro pós-64, para preservar-se de um completo isolamento quanto à sociedade civil.

QUADRO DE MATÉRIAS CENSURADAS - III

FONTE: O ESTADO DE SÃO PAULO

PERÍODO: 29/03/1973 a 03/01/1975

UNIDADE TEMÁTICA: QUESTÕES SOCIAIS

SUBTEMAS	QUANTIDADE
1. Acidentes	35
2. Questão Indígena	26
3. Reivindicações Sociais	24
4. Críticas à Política de Saúde Pública	24
5. Situação dos Presídios/Criminalidade/Menores	12
6. Questão da Terra	7
TOTAL	128

UNIDADE TEMÁTICA: QUESTÕES EDUCACIONAIS E CULTURAIS

SUBTEMAS	QUANTIDADE
1. Movimento Estudantil	69
2. Corrupção no Ensino	2
3. Críticas ao Atraso Tecnológico	1
4. Ciência/SBPC	1
5. Racismo no Futebol	1
6. Questão Nuclear	1
TOTAL	75

UNIDADE TEMÁTICA: QUESTÕES DE POLÍTICA INTERNACIONAL

SUBTEMAS	QUANTIDADE
1. Chile	21
2. Uruguai	3
3. Portugal	3
4. Caso Patrícia Hearst	3
5. Peru	2
6. EUA X URSS	1
TOTAL	33

UNIDADE TEMÁTICA: CENSURA

SUBTEMAS	QUANTIDADE
1. Imprensa	151
2. Meios de Comunicação em geral	22
3. Teatro	11
4. Cinema	9
5. TV	7
6. Show	4
7. Música	1
8. Rádio	1
9. Literatura	1
10. Moral/Costumes	1
TOTAL	208

1.2.2.1. Questões Políticas

1.2.2.1.1. Repressão Política

As matérias censuradas, enquadradas no subtema da repressão política, ocupam um grande espaço dentre o total de vetos a OESP. Entre elas, merece um destaque todo especial, correspondendo à maior parte dos cortes, as referências a prisões arbitrárias, maus tratos, torturas, desaparecimentos e ao esquema de incomunicabilidade para os presos políticos. Além disso, aparecem vetos a alusões a partidos clandestinos, bem como a elementos relacionados a esses partidos e seus eventuais pronunciamentos: menções ao MR-8⁶⁰, à presença do PCB em Administrações Regionais da Prefeitura paulista, às relações entre o PCB e o MDB no processo eleitoral de 1974, à fala de Luiz Carlos Prestes referindo-se elogiosamente à Revolução Portuguesa de 25 de abril de 1974 e, em outra ocasião, criticando o imperialismo. São também, sistematicamente proibidas as notícias relativas ao andamento dos inquéritos movidos contra elementos da luta armada, assim como a solicitação de soltura de presos políticos, ou comentários relacionados à questão da pena de morte para terroristas. Existem cortes também, nas matérias que veiculam informações sobre assaltos realizados por grupos terroristas e ameaças de seqüestro (é o caso da filha de Spiro Agnew que saiu do Brasil por haver recebido ameaças de morte), ou mesmo, a narrativa da morte de agente de segurança por organizações de esquerda (como a de um professor que pertencia aos órgãos de segurança, morto pela ALN⁶¹) e críticas ao terrorismo. As proibições atingem, também, as menções à prisão e tortura de estrangeiros no Brasil (é o caso do jornalista norte-americano Frederick Morris, preso por ter escrito matéria sobre D. Helder Câmara) e as alusões a desaparecimentos em países do Cone Sul⁶².

Existem, além disso, matérias esporádicas neste subtema, como a que menciona a volta do compositor Geraldo Vandré ao Brasil, ou como o relato de um encontro acontecido entre o governador paulista Paulo Egdio Martins e um ex-deputado cassado, em Campos de Jordão.

Dentro deste subtema destacam-se:

- matérias vetadas e depois liberadas na íntegra. Por exemplo, uma notícia sobre a prisão de cinco estudantes da USP que foi censurada no dia 20 de junho de 1974, sendo que, no dia seguinte foi permitida a sua veiculação dentro de outra que recebeu cortes do censor;
- tentativas de OESP de fazer passar determinadas informações em meio a matérias com as quais elas não teriam, necessariamente, conexão. Ocorre isto claramente, no dia 3 de setembro de 1974 quando, em meio a uma notícia sobre entorpecentes e contrabando, surge um comentário sobre um desaparecimento político. Entretanto, o censor estava atento e este trecho aparece vetado;
- liberação de matérias que, dentro de uma "lógica" estabelecida, seriam vetadas e cortes em outros trechos. É o caso de uma matéria intitulada "Condenados 13 por reorganizar o PCB", publicada no dia 23 de outubro de 1974 sendo que, o único trecho censurado, diz respeito a uma denúncia pela Auditoria Militar de Brasília acusando por crime de segurança nacional James Alen Luz. O referido crime aconteceu após a morte do acusado. O interessante é que o restante da matéria versando sobre a tentativa de reorganização do PCB foi liberado. Em outros momentos, referências ao PCB foram sistematicamente vetadas.

1.2.2.1.2. Críticas da Oposição

Neste subtema, destacam-se os vetos ao discurso oposicionista. Aqui aparecem, com realce, as opiniões dos políticos do partido de oposição, o MDB, de maneira geral, com uma postura crítica em relação ao Estado autoritário brasileiro pós-64.

Esses cortes assumem particular relevância, na medida em que, ao censurar o discurso crítico oposicionista, impede-se a veiculação de compromisso do político identificado com posturas contrárias ao regime, com

⁶⁰ Movimento Revolucionário 8 de outubro, conhecido, inicialmente, com o nome de "DI da Guanabara" – ou seja, Dissidência da Guanabara do PCB. Começou a atuar em 1966 com força no meio universitário. Em 1969, em conjunto com a ALN, seqüestrou o embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, mediante o qual obtiveram a soltura de 15 presos políticos. Seu nome representa uma homenagem ao líder guerrilheiro Ernesto "Che" Guevara, morto em 8 de outubro de 1967, na Bolívia. (Dados extraídos da consulta a BRASIL: nunca mais. 3.ª ed., Petrópolis, Vozes, 1985. 3.ª parte).

⁶¹ Ação Libertadora Nacional, organização clandestina voltada para a luta armada, dissidência do PCB. Realizou, entre 1968 e 1973, ações caracteristicamente nos centros urbanos. Sua maior liderança foi Carlos Marighella. (Dados extraídos da consulta a BRASIL: nunca mais. 3.ª ed., Petrópolis, Vozes, 1985. 3.ª parte).

⁶² Durante os anos 70, quando, em quase todos os países da América Latina havia governos militares instituídos por intermédio de golpes de Estado, estabeleceu-se uma relação de "troca", envolvendo a prisão de elementos ligados a organizações de esquerda e à luta armada, entre alguns países. Basicamente, Argentina, Paraguai, Uruguai, Brasil, Chile, realizavam uma "caça" coordenada aos "subversivos", independentemente do território em que estivessem, efetuando uma extradição ilegal dessas pessoas que eram, literalmente "seqüestradas" e enviadas de um País a outro, desrespeitando as fronteiras estabelecidas. Embora, nesse momento em que estão ocorrendo os vetos a OESP esse esquema ainda não estivesse completamente montado, já existem referências a "desaparecimentos" políticos no Cone Sul.

propostas de mudança do mesmo, caso o seu partido venha a assumir o poder no Legislativo ou no Executivo. Este fato representa um dos elementos que contribuem para acentuar a imagem do político, junto ao público, como uma pessoa que desvincula completamente o discurso de uma prática efetiva. Os cortes sistemáticos impostos pela censura, relegavam o discurso oposicionista a denúncias fechadas nas paredes das Câmaras, do Senado e das Assembléias Legislativas dos Estados. Desse modo, a margem de compromisso assumido e de posterior cobrança da população ficou bastante reduzida. A censura nesse aspecto cumpre um papel de mão dupla: se, por um lado, frustra o político impossibilitando-o de veicular sua crítica; por outro, limita a amplitude de participação democrática da população na exigência do cumprimento de compromissos eventualmente assumidos.

Neste teor aparecem com realce:

- as alusões ao que ficou conhecido como "caso Chico Pinto".

Esclarecimentos se fazem necessários. O deputado emedebista baiano Francisco Pinto, por ocasião do período que antecedeu imediatamente à posse do general Ernesto Geisel (15 de março de 1974), dirigiu-se à Câmara dos Deputados para protestar indignado contra o convite e possível comparecimento ao País do general Augusto Pinochet, chefe de Estado chileno. A indignação devia-se ao fato de que o povo chileno se encontrava em plena fase da mais alta repressão e, o parlamentar admirava-se do convite que entendia como ultraje ao Chile e ao Brasil. Imediatamente, o discurso adquiriu notoriedade inusitada e, sob a alegação de ofensa a chefe de Estado de Nação estrangeira, Chico Pinto acaba processado, julgado e condenado a seis meses de prisão e perda de mandato parlamentar.

É interessante notar que, no mesmo período, o deputado arenista Clóvis Stenzel dirige-se, também da tribuna, para criticar violentamente o chefe de Estado cubano, Fidel Castro. Dúvidas pairavam quanto a uma eventual punição, nos mesmos moldes de Chico Pinto, a Clóvis Stenzel que cometera o mesmo delito. Entretanto, nada aconteceu.⁶³

A partir do momento em que proferiu o discurso, todas as alusões ao mesmo, ao processo/julgamento/condenação de Chico Pinto, foram vetadas pelos censores. Por vezes, somente a menção ao seu nome já era proibida. Registram-se um total de 35 matérias vetadas neste ítem;

- opiniões de políticos emedebistas favoráveis à restauração, no País, das liberdades democráticas, enfatizando: a necessidade do fim da censura, da queda do AI-5 e do Decreto-lei número 477⁶⁴; o sistema eleitoral anti-democrático; a concentração excessiva de poderes em mãos do Executivo;
- alguns políticos emedebistas acabam merecendo destaque sendo, particularmente, afetados pela censura. Assim ocorre com as críticas à arbitrariedade do regime político brasileiro por parte de Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Marcos Freire, Paulo Brossard e Orestes Quércia (no momento candidato ao Senado – mais tarde vitorioso – pelo Estado de São Paulo);
- críticas à política econômico-social do governo no que se refere à imposição de um modelo em que o chamado "desenvolvimento" se estabelece às custas de arrocho salarial que vitima os trabalhadores;
- em relação à campanha eleitoral (novembro de 1974), foram alvo de vetos comentários ao crescimento eleitoral do MDB, bem como no caso específico do Rio Grande do Sul, menções à influência de Leonel Brizola e suas críticas ao regime na campanha (vitoriosa) emedebista no Estado.

1.2.2.1.3. Críticas do Exterior

Pela dimensão que assume este subtema dentro da unidade temática não menos importante das QUESTÕES POLÍTICAS, percebe-se que há uma grande preocupação por parte da censura (entendida sempre como instrumento de repressão do Estado autoritário brasileiro pós-64) em coibir todas as críticas desabonadoras que nos chegam de outras nações, tentando manter, ao menos ao nível do conhecimento interno a imagem favorável que o País teria internacionalmente. É, portanto, bastante interessante perceber qual o tipo de críticas recebidas do exterior:

- admoestações contra a repressão política existente no Brasil, bem como ao regime que mantém marginalizada a maioria da população. Estas manifestações partem, ora da imprensa estrangeira, ora de reuniões internacionais de religiosos. Um exemplo interessante mostra a acuidade da censura. Em um dos artigos vetados, referentes a esta temática em especial – talvez numa tentativa de OESP de burlar os censores – no dia 2 de outubro de 1974, a atuação desabonadora ao Brasil por parte do exterior aparece apenas no resumo inicial de apresentação da matéria, não sendo citada depois no corpo da mesma. O trecho foi censurado somente na crítica do exterior;
- diversas vezes nações latino-americanas tecem críticas através de seus chefes de Estado, personalidades ou de sua imprensa (como exemplo as manifestações de Fidel Castro e de Gabriel Garcia Marques) contra

⁶³ Por duas vezes, menções ao episódio Clóvis Stenzel, foram vetadas pelos censores.

⁶⁴ O Decreto-lei 477, promulgado em 1969 enquadrava as universidades e proibia (sob pena de rigorosas punições) estudantes, professores e funcionários de exibirem quaisquer manifestações políticas.

o que denominam de imperialismo brasileiro na América Latina. Identificam, nas atitudes do governo brasileiro (que interpretam como agindo a mando dos interesses dos EUA), uma interferência nos demais países latino-americanos e, ao mesmo tempo, uma tentativa de domínio e exploração econômica (é o caso do criticado acordo para extração de gás entre Brasil e Bolívia) que fere os interesses dessas nações;

- críticas (geralmente, por parte da imprensa estrangeira), ao modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo Brasil (e por outros governos militares latino-americanos), principalmente, no que se refere ao privilégio concedido às multinacionais e ao incentivo ao capital estrangeiro. No caso brasileiro, aparecem críticas específicas ao chamado "milagre brasileiro".

O que se convencionou chamar de "milagre brasileiro" correspondia ao modelo de desenvolvimento econômico adotado, principalmente, durante o governo Médici em que a tutela financeira do País coube ao ministro Delfim Netto. Nesse período, era comum o ufanismo e a crença em que o Brasil havia atingido o estatuto de nação "desenvolvida" graças, principalmente, aos investimentos estrangeiros elevados (aqui incluídas a penetração acelerada das empresas multinacionais) e à "teoria do bolo" em que a concentração de renda era explicada como uma etapa necessária para uma posterior distribuição do capital acumulado em fatias para as largas faixas de população menos aquinhoadas. No final de 1973 (encerramento do governo Médici), vem à tona a fragilidade desse decantado "milagre" de desenvolvimento brasileiro: os investimentos estrangeiros converteram-se em vultuosa dívida externa, a entrada das multinacionais fez-se com o sucateamento da indústria brasileira e sem transferência de tecnologia, a concentração de renda somente acelerou o empobrecimento de parcelas, cada vez maiores, da população brasileira. Emergiu o malogro do "milagre";

- aparecem com destaque ainda, críticas ao Brasil quando de sua participação da feira Export 73, na Bélgica. Se, por um lado, existem elogios ao desenvolvimento econômico do País, por outro, censura-se a repressão política imposta pelo Estado brasileiro;

- manifestações contrárias à visita do presidente Ernesto Geisel à Bolívia, notadamente em relação ao acordo econômico entre os dois países visando à exploração do gás boliviano;

- críticas à indicação do ex-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), Carlos Alberto Fontoura, para embaixador de Portugal no governo Geisel, em meio à explosão da Revolução dos Cravos⁶⁵ em que ele era identificado com a PIDE⁶⁶ portuguesa;

- denúncias de envolvimento de policiais brasileiros na tortura a presos políticos chilenos, logo após o golpe que depôs Salvador Allende⁶⁷.

Além desses destaques, uma série de outras críticas aparecem uma só vez, sendo que a tônica é a da condenação estrangeira ao Estado autoritário brasileiro pós-64 no seu aspecto repressor e marginalizador da população em termos políticos e no que tange ao modelo de desenvolvimento econômico adotado. Ainda um elemento relevante: no dia 31 de julho de 1974, surgem críticas à censura aos dados sobre o surto epidêmico da meningite que assolava, principalmente, São Paulo. Destaca-se a imagem utilizada para enfatizar o aspecto negativo da censura e, mesmo sua inoperância. Segundo o texto, o governo brasileiro acreditava que por intermédio de vetos, conseguiria fazer desaparecer a realidade concreta.

1.2.2.1.4. Relações Igreja/Estado

Este subtema é particularmente importante, não somente na sua dimensão quantitativa, como também pelo fato de que é constantemente referido nas ordens telefônicas ou nos bilhetes enviados às redações dos periódicos pela Polícia Federal que, mais tarde, convertiam-se em vetos internos, ou seja, em autocensura. Aparece citado no material relacionado pelo JORNAL DO BRASIL⁶⁸, na intensiva coleta feita por Paolo Marconi⁶⁹ e nos dados de análise levantados por Gláucio Ary Dillon Soares⁷⁰.

Além disso, setores da Igreja Católica, do mesmo modo que parcelas da imprensa escrita (aqui incluído

⁶⁵ Em 25 de abril de 1974, por intermédio de uma articulação militar, foi derrubado o governo que ainda representava o Salazarismo em Portugal que dominava o País há mais de 40 anos. Esse movimento que gerou grandes transformações na nação portuguesa, ficou conhecido como a Revolução dos Cravos.

⁶⁶ A PIDE era a polícia secreta portuguesa, toda poderosa durante os anos de domínio salazarista, altamente repressiva e, conseqüentemente, odiada no País. Daí a desairosa comparação com o nosso Serviço Nacional de Informações, a serviço e no controle da repressão brasileira.

⁶⁷ Em 11 de setembro de 1973, no Chile, um golpe militar depôs o presidente, constitucionalmente eleito, Salvador Allende que foi substituído por uma Junta Militar que tinha, no comando central, o general Augusto Pinochet. Após o golpe, seguiu-se uma violenta onda repressiva com milhares de desaparecidos, mortos e presos políticos submetidos a violentas sessões de tortura das quais fariam parte militares brasileiros, coordenando o aprendizado a colegas chilenos.

⁶⁸ Refere-se ao chamado "Livro Negro do JB", uma coleta, realizada por jornalistas, das ordens telefônicas e bilhetes enviados ao jornal, entre 1972 e 1974, pela Polícia Federal, recomendando o que não deveria ser publicado.

⁶⁹ Paolo Marconi, em *A Censura política na imprensa brasileira (1968-1978)* (2.º ed., SP, Global Editora, 1980) em seu apêndice (p.225-303) reúne cerca de 565 ordens da Polícia Federal dirigidas a diversos órgãos de divulgação.

⁷⁰ Em seu artigo: *A censura durante o regime autoritário* (*Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 4(10): 21-43, jun/89), Gláucio Soares, comenta obras como as de Alberto Dines, Sílvia Boccanera, Élio Gaspari que tratam das ordens telefônicas e bilhetes da censura da Polícia Federal.

OESP) que haviam apoiado e incentivado o golpe militar de 1964, a partir de 1967, retiram o seu apoio colocando-se, cada vez mais, na oposição. Neste momento, o recrudescimento da repressão política torna-se claro com a continuidade do regime militar e a exclusão dos civis com a substituição de Castelo Branco por Costa e Silva.

Maria Helena Moreira Alves, referindo-se a episódio do ano de 1968 afirma:

"A firme posição adotada pela hierarquia religiosa propiciou uma aliança informal, os estudantes eram agora abertamente apoiados pela Igreja, a imprensa e, de modo geral, as classes médias do Rio de Janeiro, que poucos anos antes haviam apoiado o golpe militar por medo de uma ditadura comunista (...) O Estado de Segurança Nacional ficou mais isolado da sociedade civil; começava a fechar-se o círculo do poder."⁷¹

Assim, do mesmo modo como ocorre com OESP, a Igreja Católica viverá conflituosas relações com o Estado autoritário brasileiro, conflito este que aparece exposto nos cortes da censura destacados a seguir:

- vetos sistemáticos a quaisquer menções ao nome do Arcebispo de Olinda e Recife, D. Helder Câmara, seja para referir-se a uma indicação ao Prêmio Nobel da Paz, ou a saudações que recebera na Assembléia Legislativa de Pernambuco. A simples alusão a seu nome era censurada, às vezes, em meio a matérias que tratavam de outros assuntos. É sintomático notar que a trajetória política de D. Helder é bastante oscilante; tendo, durante a década de 30, sido alinhado ao pensamento integralista, para chegar, nos anos 70, a ser considerado "inimigo católico número 1 do governo" que o intitulava de "Bispo Vermelho" por alusão ao comunismo;
- opiniões políticas da Igreja Católica manifestando-se contra prisões arbitrárias de seus auxiliares e torturas a presos políticos; em suma, a postura da Igreja na defesa do respeito aos direitos humanos;
- alusões a encontros de D. Paulo Evaristo Arns, Cardeal Arcebispo de São Paulo e o ministro chefe da Casa Civil do governo Geisel, o general Golbery do Couto e Silva. Esses encontros acontecem a intervalos regulares, a partir de janeiro de 1974. Representam uma tentativa do novo governo, de retomada de diálogo com a Igreja Católica e outros setores da sociedade civil⁷², parte da estratégia de abertura política. Neste sentido, é importante destacar matéria censurada do dia 28 de agosto de 1974 em que aparecem claramente os pontos de atrito entre o Estado e a Igreja: a exigência da soltura dos presos políticos, o término da censura à imprensa, a necessidade de distribuição de renda e o fim dos conflitos de terra, assegurando-se as propriedades ameaçadas dos colonos;
- o caso da prisão de religiosos e leigos da diocese de São Félix do Araguaia, entre eles incluído o Bispo D. Pedro Casaldáliga. Além disso, destacam-se as repercussões internacionais dessa prisão, na medida em que D. Pedro, também, é um respeitado poeta espanhol. Após a soltura dos religiosos e leigos, são mantidos os vetos à continuidade das atividades do Bispo Casaldáliga;
- a condenação a 10 anos de prisão do padre francês Jentel, acusado de incitar à subversão posseiros na Fazenda Codeara, em Mato Grosso. O referido padre, em meio a rumoroso caso internacional, é solto para voltar à França em maio de 1974;
- críticas da Igreja Católica à censura à imprensa

1.2.2.1.5. Críticas ao Regime

Muitas das críticas deste subtema, apareceram arroladas na imprensa estrangeira, criando uma imagem negativa do País no exterior, ou mesmo o discurso crítico do MDB e expressões das conflituosas relações entre Igreja e o Estado nesse período. Às vezes, surgem repetidas, entretanto, não estão referidas institucionalmente ou não se encaixam nos padrões anteriormente citados.

Principais críticas genéricas ao Estado autoritário brasileiro pós-64:

- as maiores admoestações dizem respeito à não participação dos políticos em processos decisórios, de um lado criticando o isolamento imposto pelo regime militar à sociedade civil e de outro a concentração de poderes do Executivo em detrimento do Legislativo;
- referências às sanções econômicas impostas a OESP pelo governador Laudo Natel⁷³ e menções genéricas

⁷¹ ALVES, Maria Helena Moreira. (op. cit. p. 119). Como aparece destacado neste trecho, a autora utiliza a terminologia Estado de Segurança Nacional para referir-se ao que se denomina de Estado autoritário brasileiro pós-64.

⁷² A esse respeito é interessante a leitura ao artigo de Celina Rabello Duarte: *Imprensa e Redemocratização no Brasil* (Dados, RJ, 26(2):181-195, 1983) que coloca a liberalização gradual da imprensa como forma de aproximação de certos setores da sociedade civil. Além disso, Alfred C. Stepan (*Os militares: da abertura à nova República*, RJ, Paz e Terra, 1986) mostra a aproximação de Golbery do Couto e Silva em relação à Igreja Católica na recomposição de forças e aliados ao projeto de abertura do governo Geisel. Estas matérias vetadas vêm comprovar esta hipótese.

⁷³ Em 1973, após críticas à sua atuação política, apontadas por OESP, o governador paulista Laudo Natel resolve suspender a publicidade paga pelos órgãos governamentais ao referido periódico, de modo a penalizá-lo economicamente. É esta forma de pressão que aparece criticada nestas matérias, como mais um tipo de censura política exercida.

à censura à imprensa;

- expressões do jurista Sobral Pinto contra a violência do Estado brasileiro;
- críticas ao regime militar, no sentido do controle excessivo exercido pelas Forças Armadas sobre a sociedade civil;
- o partido da "situação", ou seja, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), manifesta-se contrariamente ao regime, criticando seus aspectos repressivos; notadamente no que se refere à vigência do Decreto-lei número 477 e à censura à imprensa. Nesta tônica, a ARENA, culpa a falta de liberdade pela derrota do governo nas eleições de novembro de 1974, onde o MDB obteve uma sensível elevação do número de votos (em relação a eleições anteriores), principalmente, nos grandes Estados da Federação.

1.2.2.1.6. Violência Policial/Esquadrão da Morte

Neste subtema, surgem arroladas as matérias demonstrativas da militarização da sociedade civil no período e, conseqüentemente, o elevado grau de impunidade apresentado pelas Polícias (tanto Militar como Civil) na violência exercida contra o cidadão comum e na corrupção expandida vertiginosamente na corporação. Aqui, aparece desenhado o quadro da estreita relação entre a criminalidade e a Polícia, a decantada simbiose policial/bandido e, ao mesmo tempo, a ligação estabelecida entre o combate à subversão e o grau de venalidade do aparato repressivo, diretamente proporcional ao poder que lhe é conferido.

A grande personagem, a figura símbolo que resume estas questões é o delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury, cuja menção ao nome é o alvo da maior parte dos cortes dos censores dentro desta temática:

- são proibidas menções ao julgamento a que é submetido o delegado Fleury e seus colegas por crimes imputados ao Esquadrão da Morte. A história dos tristemente famosos Esquadrões da Morte tem início com a criação na década de 60, no Rio de Janeiro, de um destacamento especial de policiais, conhecido como os "12 homens de ouro". Voltado para o combate à criminalidade. Desse grupo faziam parte, entre outros, o detetive Milton Le Cocq e o policial civil Mariel Mariscot. Em 1964, o detetive Le Cocq foi morto pelo bandido alcunhado de "Cara de Cavalo". Com a sua morte, tem início uma prática que depois se tornaria comum: a do juramento (com direito a muitos tiros), no cemitério, de vingança, por parte dos colegas da vítima, contra os assassinos que a haviam eliminado. É, portanto, em meio a essa deformação da justiça, com a padronização do "olho por olho, dente por dente" e da institucionalização de tomar a "justiça com as próprias mãos" que nasce o Esquadrão da Morte, matando em grande estilo e com requintes de violência, o bandido "Cara de Cavalo".

Em São Paulo, a história se repete e o Esquadrão da Morte paulista, do qual o membro que mais se destaca é o delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury, se forma a partir da morte, em 1968, do investigador David Romero Paré, pelo bandido "Saponga", trazendo como consequência semelhante processo de vingança por parte de um grupo de policiais.

Com o passar do tempo, a violência dos Esquadrões, espalhados por todo o País vai se sofisticando, ampliando e diversificando. Realizam muitas mortes em que as características se repetem: marcas de torturas, algemas, inúmeros tiros (alguns na cabeça) e o símbolo da caveira com duas tibiás cruzadas representando o referido Esquadrão. É interessante notar que o símbolo da caveira e das tibiás cruzadas e as iniciais EM é o mesmo utilizado pela Scuderie Le Cocq, homenagem ao detetive morto. Seus componentes negam o envolvimento em crimes e afirmam que as iniciais EM representam "esquadrão motorizado". Um dos integrantes da Scuderie, o delegado conhecido como "Sivuca" tem como lema "bandido bom é bandido morto".

Os Esquadrões da Morte chegam ao ponto de retirar marginais dos presídios para executá-los. Os mesmos aparecem dias depois, nos locais de "desova" como "presuntos". Esta é a terminologia aplicada aos cadáveres deixados abandonados nestas circunstâncias.

Além disso, os Esquadrões envolvem-se em roubos, partilham o espólio com marginais e relacionam-se abertamente com o lucrativo tráfico de entorpecentes.

Em meados da década de 70, entram em decadência à medida que sua impunidade começa a refluir surgindo as prisões e a continuidade dos processos relacionados com o desenvolvimento da abertura e com a substituição no controle do Executivo, dos militares da "linha-dura" pelo grupo da "Sorbonne", ao longo do governo Geisel.

Entretanto, entre o fim dos anos 70 e o início dos 80, com a diminuição do espaço na instituição militar para a perpetração aberta desses crimes, dois outros fenômenos correlatos se desenvolvem: de um lado, a institucionalização da violência dentro da Polícia Militar e a proliferação dos casos de vítimas entre a marginalidade, mortas por "reação" à prisão, e, de outro, a criação dos chamados grupos de extermínio, contratados por comerciantes para "defesa" contra assaltos e roubos, principalmente, nas regiões periféricas dos grandes centros. E, contando com a participação ativa de elementos (egressos ou não) da corporação

militar.⁷⁴

O delegado Fleury na época (1973), respondia por diversos crimes, em diferentes comarcas, envolvendo homicídio de marginais, ocultação de cadáveres, bem como ligações com a corrupção e o tráfico de drogas, ao lado do roubo de jóias. Sintomaticamente, as proibições de divulgação começam (20 de outubro de 1973) no momento em que, após anos de impunidade, a justiça resolve acolher o processo e pronunciar o referido delegado e demais envolvidos que passam a responder em julgamento por seus crimes. Nas matérias vetadas, observam-se menções à luta desencadeada pelo delegado contra a subversão, luta esta que, entre os anos de 1969 e 1971, lhe valera o reconhecimento militar, como figura chave neste combate. É interessante notar também que, inicialmente, matérias inteiras aparecem vetadas e, mais tarde, os cortes incidem somente na menção ao nome do delegado Fleury, devidamente destacado como protegido do Estado;

- ainda relacionadas com os processos sofridos pelo delegado Fleury e seus colegas nos crimes do Esquadrão da Morte, aparecem vetadas matérias versando sobre o afastamento de dois promotores que cuidavam desse caso. Convém notar que o referido afastamento ocorre por pressão do procurador geral e os dois promotores assumiram o caso em substituição ao jurista Hélio Bicudo, já anteriormente afastado, atingindo notoriedade pelo extenso levantamento realizado sobre os crimes do Esquadrão;

- são também alvo de vetos as menções à fuga do marginal Lúcio Flávio Villar Lúrio,⁷⁵ bem como alusões à briga interna entre policiais civis e militares em luta por sua integração numa só corporação.

1.2.2.1.7. Comentários referentes a políticos anteriores a 64

Neste subtema, concentram-se matérias relacionadas a políticos de atuação intensa no período imediatamente anterior ao movimento militar de 1964. A maior parte deles tivera seus direitos políticos cassados por 10 anos, logo após o golpe, encontrando-se alguns no exílio em outros países. Suas manifestações do exterior, possíveis articulações políticas, comentários sobre um provável retorno ao País e às atividades políticas – uma vez que, em 1964, o período de dez anos de cassação esgotar-se-ia –, são sistematicamente vetados. É interessante observar que, em algumas matérias, percebe-se o tom de advertência, assumido pelos articulistas do jornal, contra os cassados, tendo em vista uma possível retomada de sua atuação política. Num desses artigos, assinado por Carlos Chagas – chefe da sucursal de Brasília –, a posição é clara contra a volta de João Goulart ao Brasil.

São vetadas matérias:

- comentando a possibilidade de volta de João Goulart ao País, suas declarações no exterior, bem como seus encontros com outros políticos (por exemplo, com Carlos Andrés Pérez e com Juan Domingo Perón);
- versando sobre a mobilização desembaraçada de antigos janistas e janguistas no governo Geisel;
- relatando a posição de Jânio Quadros, contrariamente ao sistema eleitoral vigente;
- referindo-se à concessão de entrada no País de Darci Ribeiro para a realização de intervenção cirúrgica.

1.2.2.1.8. Sucessão Presidencial

Estas matérias tratam – basicamente durante o segundo semestre de 1973 – de declarações concedidas pelo candidato do governo (o general Ernesto Geisel) ao jornal – manifestando-se contra a censura e como opositor à candidatura Costa e Silva no episódio de sucessão de Castelo Branco. Alvo de veto também, notícia com o comentário sobre todas as sucessões ocorridas no período "revolucionário", enfatizando o paulatino desaparecimento dos políticos no processo decisório. Entretanto, o maior destaque neste subtema, cabe às matérias situando a posição do MDB contra o processo sucessório, o episódio de lançamento de candidato próprio, bem como as divergências no partido quanto à participação no Colégio Eleitoral.

No episódio de sucessão do presidente Médici, embora as regras do jogo não houvessem sido modificadas (no sentido da manutenção do processo indireto de eleição, pelo Colégio Eleitoral, formado pelo Congresso Nacional). O MDB resolve concorrer mesmo sem chances de vitória. O deputado Ulysses Guimarães se coloca

⁷⁴ Para maiores informações relativas aos Esquadrões da Morte e aos grupos de extermínio, sugere-se a leitura das reportagens realizadas pela sucursal do Rio e equipe de reportagem local, publicadas pela FOLHA DE S.PAULO, dia 26 de agosto de 1990, no Caderno C (Cidades), página 8. Além disso, a coleção *Retratos do Brasil*, dirigida por Mino Carta e Raimundo Rodrigues Pereira, no seu volume 1, possui reportagem sobre o tema intitulada: *Assassinos de aluguel: os "esquadrões da morte" e sua organização* (p. 258-260).

⁷⁵ O marginal Lúcio Flávio Villar Lúrio, objeto de livro e filme, ficou famoso pelas rumorosas e sucessivas fugas de diversas prisões, até ser assassinado em uma cela, pelo bandido alcunhado de "Marujo". Sua fama se prende às denúncias que fez do envolvimento de policiais corruptos com o tráfico de entorpecentes e partilha, bem como a participação no planejamento de assaltos e roubos. Suas denúncias representam um dos pontos de esclarecimento das ligações entre os bandos de policiais, teoricamente envolvidos no combate à subversão e controle da criminalidade, com uma extensa rede de corrupção e homicídios de marginais nos Esquadrões da Morte.

Para maiores referências ao caso Lúcio Flávio, é interessante a leitura da obra *Lúcio Flávio, o passageiro da agonia*, de autoria do jornalista e roteirista de cinema, José Louzeiro (SP, Abril Cultural, 1982. Col. Grandes Sucessos), bem como o filme de mesmo nome, uma adaptação dessa obra, dirigido por Héctor Babenco.

assim, como um "anti-candidato", tendo como vice na chapa o presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho. Essa anti-candidatura é justificada pelos próprios emedebistas, como mais uma tentativa de abrir a possibilidade de expressão do discurso oposicionista, respaldado pela condição de concorrente ao cargo. Entretanto, este fato abre uma discussão e um "racha" interno no partido, sendo que seus membros politicamente mais avançados, intitulados de "autênticos", põem à mostra, pela primeira vez, a caracterização de frente do MDB em que cabem setores "conservadores" e "avançados". Os "autênticos", contestando a decisão interna do partido, não aceitam a concorrência de Ulysses Guimarães, mesmo que a título de anti-candidatura, não participam do processo eleitoral, não comparecem ao Colégio que deu vitória a Ernesto Geisel.

Este subtema é bastante importante por duas razões. Em primeiro lugar, a questão da sucessão presidencial do governo Médici foi o motivo deflagrador da censura prévia a OESP e, em segundo lugar a existência das matérias vetadas demonstram a importância de ocultar as divergências entre os militares, bem como as críticas ao sistema eleitoral.

1.2.2.1.9. Corrupção Governamental

A maior ênfase deste subtema, refere-se ao desenrolar do chamado caso "Buritigate", como alusão ao recente (na época) escândalo norte-americano conhecido como Watergate⁷⁶. Estoura o caso de corrupção do governador do Distrito Federal Hélio Prates (a sede do governo chama-se Palácio Buriti). O governador foi acusado de trocar terrenos públicos por apartamentos de luxo em concessão à construtora ENCOL. Além do absurdo da construção dos referidos apartamentos, inacessíveis a quaisquer funcionários, devido ao elevado padrão; os terrenos públicos foram cedidos por preço abaixo do custo. Em matéria não censurada, o periódico compara Hélio Prates que cortara a publicidade governamental para o JORNAL DE BRASÍLIA, ao governador Laudo Natel, que fizera o mesmo com OESP.

Em resposta a essa comparação, o irmão de Hélio Prates rebate a acusação na coluna da Carta do Leitor, alvo de censura.

Além deste caso, foram também cortadas matérias:

- versando sobre a corrupção do antigo governador do Estado do Rio, Raimundo Padilha;
- denunciando uma festa de pagamento promovida aos operários de Perus, com a finalidade de realizar propaganda de Carvalho Pinto, candidato ao Senado pela ARENA, nas eleições de novembro de 1974;
- sobre o golpe aplicado nas poupanças populares no Rio de Janeiro, abrangendo altas figuras do governo estadual.

1.2.2.1.10. Corrupção Militar

Este subtema, refere-se exclusivamente ao caso de envolvimento de 10 oficiais do Exército em corrupção e peculato no recebimento de suborno para a cessão de concorrência na compra de material de intendência. O episódio envolve além desses oficiais, também generais. Os comprometidos denunciam as coações sofridas para a assinatura dos depoimentos.

1.2.2.1.11. Cassação de Prefeitos

No mesmo período (agosto/setembro de 1973), dois prefeitos são cassados: o de Anápolis, José Batista Júnior (MDB-GO) e o de São Paulo, Figueiredo Ferraz (ARENA-SP). Nas denúncias (vetadas) do Jornal, o motivo das cassações era o mesmo: ambos contrariavam interesses dos respectivos governadores - Leonino Caiado, em Goiás; Laudo Natel, em São Paulo - e por isso necessitavam ser expurgados.

É interessante destacar que, em matéria sobre a cassação de Figueiredo Ferraz, em data de 1 de setembro de 1973, OESP faz uma crítica à TV-2, órgão de comunicação para estatal, por suas menções desfavoráveis aos EUA, também censurada.

1.2.2.1.12. Caso Ana Lúcia

No dia 11 de setembro de 1973, no Distrito Federal, a menor Ana Lúcia Braga, foi pega à porta do colégio em que estudava por pessoas suas conhecidas. Posteriormente, a menina apareceu morta. O caso envolve gang de toxicômanos, na medida em que o irmão da garota possivelmente relacionado ao tráfico de entorpecentes;

⁷⁶ O caso Watergate foi iniciado, a partir da descoberta, por dois jornalistas norte-americanos (Carl Bernstein e Bob Woodward) que trabalhavam para o WASHINGTON POST, de cinco homens na sede do Partido Democrata dos EUA (localizada no edifício de nome Watergate), em junho de 1972. Estes homens haviam instalado transmissores clandestinos no prédio.

O desenrolar dos fatos acaba por levar ao envolvimento da Casa Branca, embora o presidente dos EUA, Richard Nixon (do Partido Republicano) negasse o comprometimento no caso.

Em janeiro de 1973 os réus foram pronunciados e os cinco declararam-se culpados. Em fevereiro do mesmo ano, após votação no Senado (por 70 votos a zero), foi aprovada a investigação e designou-se o senador Sam Ervin para presidir a Comissão formada por sete homens.

A conclusão do caso acabou por levar à renúncia do presidente Richard Nixon.

Este fato é importante não somente no que se refere a um exemplo de corrupção governamental, mas porque dá uma mostra do papel que a imprensa pode desempenhar impedindo a continuidade do envolvimento ilícito com a divulgação de suas descobertas e na proteção dos interesses da população.

e a própria irmã de Ana Lúcia, segundo se apurou, de apenas 7 anos, passava as drogas que o irmão vendia.

O caso ocorrido em pleno governo Médici, ficou sem averiguação conclusiva; pois o envolvimento no tráfico de entorpecentes em Brasília levou até o filho de alta figura governamental provavelmente implicado no crime e um dos elementos responsável pelo rapto da garota à porta da escola. E, portanto, um dos autores do crime. A referida personagem era nada menos que o filho do Ministro da Justiça do governo Médici, Alfredo Buzaid que, a propósito cuidava da censura, pois a Polícia Federal era vinculada ao Ministério da Justiça. Alfredinho e seus amigos (também filhos de políticos influentes); seriam os responsáveis pelo infanticídio.

As matérias censuradas sobre este caso ocorrem no período de junho a setembro de 1974, envolvendo:

- comentários sobre as dificuldades de apuração do caso durante o governo Médici;
- alusão à participação de filho de Ministro de Estado em caso de tráfico de entorpecentes e a reação indignada de Jarbas Passarinho por haver sido confundido com Alfredo Buzaid;
- declarações do governo de Brasília afirmando que o caso necessitava de sigilo para que as investigações não fossem comprometidas;
- menções à montagem de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre tóxicos na Câmara, relacionada com o desenrolar do processo e, ao mesmo tempo, a alusão crítica a Alfredo Buzaid e à censura à imprensa;
- censura apenas ao nome de Ana Lúcia em matéria que implica o irmão da vítima e colega na morte da garota por fazerem parte da gang de toxicômanos.

1.2.2.1.13. Caso Carlinhos

O garoto Carlos Ramirez Costa foi seqüestrado e desapareceu sem vestígios, caso que até hoje pende insolúvel na justiça.

Em fevereiro de 1974, surge uma matéria censurada sobre o seqüestro, onde se fala no encerramento do caso e do envolvimento do pai do menor, o industrial João Melo.

Em 21 de maio de 1974⁷⁷ foi localizada a existência de matéria liberada sobre o seqüestro de Carlinhos.

Em setembro de 1974, duas outras aparecem vetadas, desta vez apontando para a possibilidade de devolução do menino no Aeroporto de Recife. Os eventuais seqüestradores contataram com a mãe e ordenaram sigilo sobre a operação de devolução. Cumpre observar que esta matéria aparece em meio a uma notícia sobre assalto a uma loja realizado por policiais (possivelmente uma tentativa mal sucedida de burlar a censura) Em outra matéria, a mãe de Carlos Ramirez Costa pede o levantamento da censura sobre o caso. Segundo a notícia, ela havia solicitado à polícia que censurasse os fatos sobre o seqüestro há alguns dias, devido ao pedido de sigilo por parte dos seqüestradores, para que o garoto fosse liberado.

Dois linhas de argumentação opostas orientam a análise neste tópico:

- a constatação da arbitrariedade da censura, na medida em que um pedido pessoal implica no estabelecimento de regras sobre o que pode ou não ser veiculado;
- a hipótese inverossímil de que a censura ao caso ocorrera por pedido pessoal da mãe do menino. Esta explica o corte às matérias de setembro e a liberação à de maio, mas não a censura de fevereiro de 1974.

1.2.2.1.14. Seqüestro de Industrial

Dois matérias foram censuradas envolvendo o seqüestro do industrial Olívio Berleze em Porto Alegre e sua posterior liberação no município de São Paulo, no Bairro de Pinheiros. Segundo depoimento do industrial, o grupo que o seqüestrou possuía conotações internacionais, na medida em que afirmaram já ter realizado outro seqüestro em Buenos Aires.

1.2.2.1.15. Questão de drogas

Matéria proibida versando sobre o aumento do tráfico e consumo de drogas no Estado do Rio e, ao mesmo tempo, sobre a apreensão e queima das mesmas em Niterói.

1.2.2.1.16. Movimento Sionista Brasileiro

No dia 13 de novembro de 1973, o grupo que se intitula Movimento Sionista Brasileiro lança matéria paga (vetada) em OESP cujo teor é de crítica ao imperialismo soviético, de ataque contra a agressão árabe-soviética a Israel e de solidariedade ao povo brasileiro.

1.2.2.2. Questões Econômicas

1.2.2.2.1. Críticas à política econômica

Antes da explicitação dos principais assuntos vetados dentro deste subtema, é preciso enfatizar que as

⁷⁷ A presente pesquisa não incide sobre a totalidade da publicação de OESP no período de vigência da censura prévia e, sim, somente sobre as matérias vetadas dessa época. Não há o controle sobre outras matérias liberadas relativas a este mesmo subtema. Quis o acaso que, em página onde outra matéria fora vetada, em 21 de maio de 1974, fosse encontrada liberada, matéria sobre o caso Carlinhos.

críticas surgidas, de modo geral, não representam divergências de fundo em relação à condução da política econômica por parte dos governos "revolucionários". Isto se deve ao fato de que OESP que, nesta época, possuía claras divergências em relação ao sistema político vigente no País que, *latu sensu*, são responsáveis pela instauração da censura prévia no periódico; por outro lado, o jornal não discordava em profundidade do modelo econômico concentrador de renda, baseado no endividamento externo e no privilégio às multinacionais, assim como numa política de debelamento da inflação fundamentada no arrocho salarial. Da análise dos editoriais vetados do jornal, nessa época, percebe-se OESP concordar basicamente com a política econômica desenvolvida após 64 o que explica, em parte, a baixa incidência de vetos às QUESTÕES ECONÔMICAS (se comparadas com as POLÍTICAS) e esclarece o tipo de cortes efetuados pelos censores nesse tópico que, genericamente, referem-se a comentários relativos a crises temporárias na economia do País.

Principais cortes efetuados:

- em dezembro de 1973, ocorre uma crise no abastecimento de carne envolvendo problemas de tabelamento imposto pelo governo o que contraria interesses dos pecuaristas e dos açougues. O governo ameaça aos pecuaristas com o confisco dos bois, caso a carne não aparecesse no mercado; e com punições aos açougues que vendessem acima da tabela. Aqueles denunciam a política governamental de financiamento de gado aos grandes frigoríficos em prejuízo dos de pequeno e médio porte. Todas essas críticas vetadas, representam divergências em relação à condução econômica do ministro Delfim Netto – já, nesse momento, encarado como "superministro";
- em maio de 1973, dá-se a renúncia do Ministro de Agricultura Cirne Lima que, em carta ao presidente Médici, explica suas divergências em relação ao ministro Delfim Netto envolvendo críticas à sua posição de "superministro", a seus métodos de redução da inflação no País, à sua política de proteção às multinacionais e à imposição de pesada carga tributária aos produtores agrícolas. É importante destacar que os pecuaristas reagem negativamente à renúncia de Cirne Lima relacionada à crise de abastecimento de carne que se manifestará meses depois (já mencionada no item anterior). Todas as referências à renúncia do ministro, às reações provocadas à divulgação de sua carta, ao acompanhamento de seu retorno à sua região, resultaram em vetos. O número deles chega a ser tão grande no dia 10 de maio de 1973 (8 matérias e uma charge) que OESP move um processo contra a União por perdas e danos obtendo ganha de causa em 1978;
- comentários sobre uma proposta de abono salarial de emergência aos trabalhadores a ser conferido pelo governo, tendo em vista os elevados índices de inflação (para a época) e a diminuição do poder aquisitivo com a política de reajustes anuais de salário. Isto ocorre no final de 1974, e é visto por políticos oposicionistas como medida meramente eleitoreira (em face das eleições de novembro) e por alguns articulistas do jornal como contradição à política de contenção da inflação e quebra das metas do II Plano Nacional de Desenvolvimento. Por outro lado, os lojistas manifestam-se contrariamente à concessão do abono, enquanto os trabalhadores criticam a política salarial do governo, considerando-o insuficiente;
- críticas à importação de carne congelada do Uruguai, encarada como forma de proteção aos frigoríficos multinacionais que adquiriram a carne desse País. Esta não possui grande aceitação pela população correndo o risco de ficar encalhada. O governo suspende o abate para garantir o escoamento da importada.

1.2.2.2.2. Petróleo/Petrobrás

As matérias vetadas neste subtema causam espécie por que se referem apenas aos acordos, contratos ou negócios feitos pela Petrobrás com outros países, para exploração ou compra de Petróleo para suprir o mercado brasileiro. Somente uma matéria assume um tom mais crítico. Refere-se à comparação da atuação da Petrobrás com a expansão estatal dos serviços de gás e Petróleo realizada na Itália por intermédio do político socialista Eurico Mattei. As demais relacionam-se a:

- críticas de empresas norte-americanas e inglesas contra a exploração de petróleo na Líbia pela Petrobrás, uma vez que esse País nacionalizara essas empresas sem indenização;
- negócios efetuados pela Petrobrás na compra de Petróleo do Irã;
- reclamações do Peru relativas ao reajuste do preço do Petróleo fornecido para a Petrobrás;
- menções à paralisação dos negócios com o Egito e Iraque em vista dos conflitos no Golfo Pérsico. Em contrapartida, estabelecimento de comércio com a Arábia Saudita;
- compra de petróleo da Venezuela.

Dois questões contribuem para explicitar a emergência desses vetos:

- o acirramento do conflito do Oriente Médio em 1973 levou a uma brusca elevação dos preços internacionais do Petróleo, o que representou, para o Brasil, dificuldades extras no tocante ao controle dos preços e ao combate à inflação; bem como no que diz respeito ao balanço de pagamentos e aos juros da dívida externa.

Além disso, essa questão e as opções de compra de Petróleo pela Petrobrás deste ou daquele País, representa, da parte do governo brasileiro, um posicionamento frente ao conflito e aos interesses em jogo que afetam profundamente nações, como os EUA, considerados parceiros brasileiros. É uma área, portanto, de alto risco internacional;

● a nacionalização da extração do Petróleo e a criação da Petrobrás, na década de 50, foram alvo de intensa campanha que acaba por dividir o País entre "nacionalistas" e "entreguistas". Em que pese o resultado mediano dessa campanha (afinal, a distribuição dos derivados do Petróleo continuou a cargo dos grandes grupos internacionais), esse é um assunto de risco, de "segurança nacional" envolvendo interesses variados e encastelados no poder, particularmente dividindo os militares (não esquecer que o general Ernesto Geisel ocupou o posto de presidente da Petrobrás). Assim, os cortes dentro dessa área trazem à tona cisões indesejáveis.

1.2.2.3. *Questões Sociais*

1.2.2.3.1. *Acidentes*

Neste subtema, aparecem as matérias vetadas envolvendo a realização de assaltos e roubos, ameaças telefônicas de explosão de bombas e incêndios em prédios (geralmente, no centro de São Paulo), ou possibilidades de calamidades públicas como a presença de uma lata de formicida (enferrujada e com vazamento) em caixa d'água de um grande edifício e referências à intoxicação de funcionários da VASP com a refeição. Além disso, destacam-se acidentes com transporte de massa e depredação de trens por descontentamento da população.

Digno de nota aqui é o fato de que a maior parte das matérias vetadas, relacionam-se somente a quantias levadas em assaltos. A descrição do evento permanece e o corte incide só sobre o valor roubado. E essa preocupação em esconder o montante do roubo vai permanecer até o final da censura prévia em OESP, pois, a última matéria a esse respeito data de 31 de dezembro de 1974 e a censura se encerra a 4 de janeiro de 1975. Outro ponto acentuado diz respeito a duas matérias (10 de julho e 19 de setembro de 1974) em que foram liberadas partes referentes à violência policial e ao Esquadrão da Morte (ambos alvo também da censura), vetando-se apenas as menções a quantias roubadas.

É necessário esclarecer alguns pontos no tocante a este tópico:

- a proibição sistemática de veiculação de notícias que representem possibilidade de comoção social, violência, crise, ou seja, elementos que possam traduzir visão diferente daquela que encara a sociedade como harmônica, ausente de tensões e conflitos, condiz com a idéia de que o regime militar preocupou-se em passar a imagem de tecido social harmonioso em que a rota da normalidade não pode ser interrompida;
- tanto neste subtema, como no caso dos arrolados nas QUESTÕES POLÍTICAS envolvendo seqüestros (o do menino Carlinhos e o do industrial Olívio Berleze, por exemplo), parece existir a preocupação de uma eventual ligação com os grupos de luta armada que, no final da década de 60 e início dos anos 70, realizaram diversos assaltos para financiamento de suas ações e seqüestros para a libertação de presos políticos. Embora não se creia que, no caso destes seqüestros censurados ou dos assaltos aludidos exista a vinculação com o crime político localizando-se na área do crime comum;
- o fato de haver a explícita preocupação em ocultar quantias roubadas em assaltos, relaciona-se com a proteção às corporações militares que, naquele momento, às custas da militarização da sociedade e de anos de completa impunidade, encontram-se envolvidas em extensas redes de corrupção que unem o policial ao bandido e cujo sintoma mais claro é a emergência dos Esquadrões da Morte (já referidos). Entende-se que o ato de ocultar as quantias esconde atrás de si o desejo da preservação das corporações militares de uma possível denúncia de relação com o crime e, conseqüentemente, com a não devolução do montante monetário se, eventualmente, fosse recuperado.

1.2.2.3.2. *Questão Indígena*

De um modo geral, as matérias vetadas constantes deste subtema estão ligadas à problemática da demarcação das terras indígenas e aos conflitos decorrentes entre índios, posseiros, latifundiários aliados à política da FUNAI⁷⁸, criticada em muitos artigos por não manter eficiente proteção ao indígena, tanto no que diz respeito às suas terras como em relação à disseminação de doenças provenientes do contato com o homem branco. Outro ponto de destaque, refere-se à atuação da Igreja Católica na questão indígena, denunciando a omissão dos órgãos governamentais e a violência dos grandes proprietários e seus jagunços na invasão das terras indígenas. Em maio de 1974, a Igreja Católica lança um documento veiculado somente no exterior devido à proibição no Brasil, intitulado "Y Juca Pirama, o índio, aquele que deve morrer", alusivo ao poema (Y-Juca-Pirama) do poeta romântico brasileiro Antônio Gonçalves Dias. Neste poema, estão presentes a narração das qualidades dos indígenas e de seu modo de pensar. O significado do título em tupi é "Aquele que deve morrer". O indígena tupi é aprisionado e condenado à morte pelos timbiras. Ele implora pela vida, pois tem o pai cego que dele depende para viver. Entretanto, de volta à tribo, o pai o renega chamando-o de covarde, pois chorou em presença da morte. Não o reconhece como filho e vai aos timbiras oferecer sua vida pela do filho. Em contrapartida, o filho luta até a morte para provar sua dignidade. O pai volta a reconhecê-lo como

⁷⁸ Fundação Nacional do Índio, criada em 1967, um órgão estatal para defesa dos interesses indígenas.

filho, agonizante, em seus braços e sua bravura é louvada pelo chefe dos timbiras.

É digno de menção o fato de que, dentre as várias tentativas de mostrar ao leitor que estava sob censura, OESP utilizou poemas, sendo que o primeiro foi exatamente **Y-Juca-Pirama**.⁷⁹ ↙

1.2.2.3.3. Reivindicações Sociais

Este subtema contém alguns itens cujas matérias vetadas revelam a existência de incipientes manifestações de categorias de trabalhadores em luta pelo respeito aos seus direitos e pela melhoria salarial:

- manifestações de motoristas de taxi (com início em 3 de janeiro de 1974) pelo aumento de tarifas. As manifestações e as tentativas de greve são violentamente reprimidas pela polícia, ao passo que o Sindicato dos Taxistas permanece completamente ausente do movimento;
- greve de motoristas e cobradores de ônibus em São Paulo;
- ingerência do Ministério do Trabalho nos sindicatos como é o caso de sua atuação no episódio que envolve o empresário Abdalla e os operários que lutam para receber o que ele lhes deve. A intervenção do Ministério ocorre no sentido do posicionamento ao lado do empresário e, contrariamente, aos trabalhadores;
- recurso dos policiais militares manifestando-se contra o sistema de promoções na carreira;
- luta do sindicato dos trabalhadores de São José dos Campos por uma nova política salarial;
- mobilização dos funcionários da Santa Casa de Santos contra a falta de pagamento. É interessante observar que, no final dessa matéria que seria publicada em 23 de julho de 1974, a administração da Santa Casa insinua que tal notícia deveria ser censurada (como de fato foi).

1.2.2.3.4. Críticas à Política de Saúde Pública

As matérias censuradas neste subtema dizem respeito exclusivamente ao surto epidêmico de meningite que assolou o País, particularmente forte em São Paulo, em 1974. As primeiras notícias sobre essa temática deveriam ter sido publicadas em 27 de julho de 1974. Basicamente os artigos relacionam-se a:

- dados sobre o número de doentes internados e de óbitos decorrentes da meningite. Referências ao aumento da incidência do surto, incluindo um quadro estatístico fornecido pela Secretaria de Saúde de São Paulo;
- informações tranquilizadoras e sonegação de dados por parte do governo do Estado de São Paulo e da Secretaria de Saúde dos Estados;
- críticas sobre a insuficiência de doses da vacina contra a meningite cuja responsabilidade da compra competia ao governo federal. Reclamações da população quanto ao sistema de saúde pública do País;
- denúncia no Senado sobre a censura aos dados de surtos epidêmicos no País;
- mobilização dos alunos da PUC/SP contra o comparecimento às aulas, enquanto providências não fossem tomadas em relação ao surto de meningite.

Neste caso, em que houve a tentativa de ocultar da população a existência de quaisquer crises que pudessem ameaçar a imagem construída de harmonia social ausente de conturbações de qualquer espécie; atingiu-se um elevado grau de paroxismo na medida em que desta vez, o ato de esconder dados sobre a gravidade de um surto epidêmico letal, pode acarretar o aumento de mortes e de doentes acometidos pela meningite. É uma interessante medida para aquilatar a efetiva periculosidade da existência da censura prévia à imprensa escrita.

1.2.2.3.5. Situação dos Presídios/Criminalidade/Menores

As matérias proibidas aqui relacionadas, envolvem, fundamentalmente, as condições de vida dentro dos presídios, o crescimento da violência policial contra os presos, as constantes fugas dos mesmos e o aumento da criminalidade. Além disso, são alvo de censura notícias que destacam a elevação dos índices de delinquência entre os menores, com a crítica aos reformatórios, bem como suas tentativas de fuga das casas de correção.

1.2.2.3.6. Questão da Terra

As matérias vetadas arroladas, neste subtema, referem-se à luta pela posse da terra entre posseiros instalados há anos em propriedades, das quais não possuem documentação legal, contra latifundiários que chegam alegando ter direito legítimo às terras, o que quase nunca pôde ser constatado. Surgem destacadas as lutas dos posseiros contra os grandes proprietários, a violência dos jagunços e mesmo da PM atuando ao lado do latifundiário, até chegar ao despejo das famílias das terras que, pelo trabalho e estabelecimento, con-

⁷⁹ Isto aconteceu no dia 29 de junho de 1973, quando a notícia proibida versava sobre censura no cinema. O poema que a substituiu é exatamente **Y-Juca-Pirama** no seu canto VIII que narra a maldição do pai, iniciando com os versos:

" - Tu choraste em presença da morte?
Na presença de estranhos choraste?
Não descende o cobarde do forte;
Pois choraste, meu filho não és!"

sideravam como suas. São conflitos que envolvem as mais diferentes localidades como Cuiabá (MT), São Luiz (MA) e São Pedro (PR).

1.2.2.4. Questões Educacionais e Culturais

1.2.2.4.1. Movimento Estudantil

As notícias censuradas referentes à mobilização dos estudantes começam a aparecer a partir de março de 1974. Dizem respeito basicamente à reclamações dos alunos contra as condições de ensino (particularmente no 3.º Grau), envolvendo inclusive críticas às reitorias das Universidades pelas dificuldades que, geralmente, criam para a participação dos alunos nas decisões a serem tomadas nos campus. Além disso, surgem protestos dos alunos contra o aumento das anuidades e, em relação ao preço das refeições cobradas nos restaurantes estudantis.

As matérias que mais apareceram foram:

- greve na Faculdade de Medicina da USP em protesto contra o esquema de residência médica, com a dificuldade de acesso às vagas por parte dos alunos e pela ausência de regulamentação como Curso de Especialização;
- greve na Medicina do ABC contra a falta de professores;
- mobilização dos alunos do Mackenzie contra o novo reitor. Ao lado disto, o Diretório Central dos Estudantes alega neutralidade no caso;
- greve na Universidade Federal do Rio Grande do Sul contra a dispensa de professores;
- crítica estudantil contra o sistema de avaliação e o projeto de Jubilamento;
- mobilização dos estudantes junto ao MEC pedindo mais verbas para a educação;
- manifestação de alunos contra a falta de participação estudantil nas decisões educacionais e contra a baixa qualidade de ensino;
- críticas ao desejo dos alunos do CRUSP.

É importante destacar que no ano de 1973 (a partir de 29 de março data de referência inicial), não foram localizadas matérias vetadas referentes ao movimento estudantil, o que pode levar a duas hipóteses diferentes: a falta de mobilização estudantil decorrente da promulgação do Decreto-lei número 477 e dos rescaldos do desbaratamento dos grupos de luta armada contra o regime (final da década de 60 e início dos anos 70) nos quais os estudantes possuíam participação destacada, ou a ausência de interesses da censura em vetar essas matérias ao longo de 1973. Acatou-se a primeira hipótese, mesmo porque a forma pela qual se manifesta o movimento estudantil nas matérias detectadas ao longo de 1974, faz pressentir o recomeço de uma organização interrompida pela força e que reinicia seus passos numa escalada cautelosa, abordando temas que dizem respeito quase que exclusivamente às condições de ensino no País, sem envolver diretamente questões mais gerais de crítica à política nacional.

1.2.2.4.2. Corrupção no Ensino

Somente duas matérias censuradas são encontradas inseridas neste subtema. Uma delas, representa um protesto contra a existência de faculdades "fantasmas" e, a outra, concentra a denúncia relativa ao comércio de provas envolvendo alunos do 2.º Grau do Colégio Mackenzie.

1.2.2.4.3. Críticas ao atraso tecnológico

Trata-se de um editorial vetado, datado de 19 de junho de 1973, em que críticas são feitas a acidentes ocorridos com aviões comerciais brasileiros (como Samurai e Caravelle). A tônica das condenações incide sobre o baixo avanço tecnológico no setor e a falta de infra-estrutura aeronáutica, ao lado da inadequação para o voo e de problemas trabalhistas envolvendo contratação de pilotos.

1.2.2.4.4. Ciência/SBPC

Aqui se encontra a censura a um memorial encaminhado pela 26.ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (1974), dirigido ao presidente Geisel, pedindo o fim das medidas de exceção, a elevação do salário mínimo, a redução das disparidades salariais e o congelamento das dívidas do BNH.

1.2.2.4.5. Racismo no Futebol

O corte do censor incide sobre comentários de diversos jogadores de futebol negros, manifestando-se a respeito do referido esporte (alguns com postura crítica, outros não), como uma forma de "democracia racial" no País. Chegam a tomar, como exemplo, o jogador Pelé que, pela projeção obtida graças ao esporte, é aceito socialmente, "apesar de negro".

1.2.2.4.6. Questão Nuclear

Matéria vetada versando sobre acordo de cooperação técnica relativamente a pesquisas nucleares, es-

tabelecido entre Israel e Brasil.

1.2.2.5. Questões de Política Internacional

1.2.2.5.1. Chile

Todas as matérias censuradas neste subtema, referem-se aos acontecimentos que envolvem a queda do presidente chileno Salvador Allende, por intermédio de um golpe ocorrido em 11 de setembro de 1973, bem como as circunstâncias de violência contra a população em decorrência de uma resistência ao "putsch" militar que colocou no poder uma junta coordenada pelo general Augusto Pinochet.

Destacam-se as seguintes matérias:

- críticas à repressão política no Chile;
- manifestações contrárias ao Imperialismo brasileiro, identificando a participação do Brasil no golpe que depôs Salvador Allende;
- comentários elogiosos ao governo de Salvador Allende;
- referências à prisão, tortura e desaparecimentos de brasileiros asilados no Chile;
- menções à explosão no escritório da LAN-Chile no Brasil.

É importante destacar que os cortes da censura no que diz respeito ao Chile, relacionam-se ao temor de possíveis analogias, por parte dos leitores, entre a realidade chilena e o processo político desenrolado no Brasil; onde um presidente constitucionalmente eleito, foi também derrubado por um golpe militar ao qual, embora em menor grau, se seguiu uma escalada de violência que derrocou as possibilidades de oposição no País. Este mesmo temor explica a punição exacerbada do deputado Francisco Pinto (já referida) pelo pronunciamento de um discurso contrário à presença do general Pinochet no Brasil, por ocasião da posse do presidente Ernesto Geisel.

1.2.2.5.2. Uruguai

Estas matérias versam sobre a mesma temática e compreendem comentários do político de oposição e exilado, após o golpe uruguaio (em 1973), Júlio Maria Sanguinetti (mais tarde presidente do Uruguai), referindo-se à crise institucional que seu País atravessava naquele momento (julho de 1973).

1.2.2.5.3. Portugal

As matérias aqui relacionadas referem-se, embora datem de maio de 1974, à circunstâncias ligadas à Revolução dos Cravos, ocorrida em Portugal em 25 de abril do mesmo ano e responsável pelo fim dos resquícios do Salazarismo no País.

Dizem respeito a comentários de Marcelo Caetano (antigo governante português, representante do regime deposto e de passagem pelo Brasil) sobre a Revolução dos Cravos e observações quanto a possíveis "exageros" políticos cometidos pelo novo regime.

As matérias censuradas, ao contrário do que se imagina, não apresentam posturas favoráveis à Revolução dos Cravos que, em tese, não se afina com os ideais defendidos pelo Estado autoritário brasileiro pós-64 que chega a oferecer asilo a políticos ligados ao regime salazarista, como o próprio Marcelo Caetano e Antônio Spínola; além de enviar como embaixador para Portugal o ex-chefe do SNI brasileiro, Carlos Alberto Fontoura, o que mereceu o repúdio dos portugueses.

Desta forma, do mesmo modo como ocorre com as questões de política econômica em que o veto incide em opiniões concordantes com o modelo imposto pelo governo com o qual OESP está de acordo, neste caso, o que é censurado é a posição crítica do jornal em relação à Revolução dos Cravos que, parece ser a mesma da equipe governamental.

Além disso, acredita-se que não interessava ao regime militar brasileiro a divulgação de suas relações com antigos governantes salazaristas e, muito menos a veiculação do asilo político que lhes tinha sido ofertado pelo País.

1.2.2.5.4. Caso Patrícia Hearst

A filha do industrial das comunicações norte-americano Randolph A. Hearst, Patrícia Hearst, foi seqüestrada em 7 de fevereiro de 1974 por um grupo terrorista intitulado Exército de Libertação Simbionês. Por ocasião de seu seqüestro, as notícias foram liberadas. Entretanto, quando seus pais receberam foto e gravação nas quais ficava claro que a jovem seqüestrada havia se transformado em guerrilheira (em abril de 1974), as matérias começam a ser vetadas. Há três notícias censuradas com o seguinte teor:

- declarações de suspeitas da morte de Patrícia, após 2 meses de seqüestro;

- manifestações dos pais de Patrícia com esperança de revê-la apesar da foto e da gravação, assumindo-se como guerrilheira;
- narrativa do reconhecimento de Patrícia Hearst em assalto a Banco em Los Angeles, cometido pelo grupo terrorista que a seqüestrou.

Há o temor de analogia nas proibições a matérias, referindo-se à realidade chilena, e o medo da semelhança com os atos de terrorismo político tão comuns no final dos anos 60 e começos dos 70 no Brasil. Ao lado disso, evitava-se divulgar o exemplo de Patrícia Hearst que passou para o lado de seus seqüestradores, para evitar que seu gesto desperte no público leitor a solidariedade em relação às causas do terrorismo político.

1.2.2.5.5. Peru

As matérias censuradas nesse subtema, encontram-se em dois editoriais em que OESP critica o regime do general Juan Velazco Alvarado, presidente do Peru, e cobra de setores considerados mais progressistas no País, como, por exemplo, parcelas da Igreja Católica, a condenação às posturas do general que compreende como ditatoriais. Em suma, a cobrança é a de que setores sempre prontos a atacar governos tidos como "direitistas" pelos seus atos autoritários, tenham a mesma coerência na investida contra o regime peruano, embora este seja visto como "esquerdista".

Como no item em que é descrito o veto às matérias do subtema Portugal, estes cortes do censor parecem insólitos.

1.2.2.5.6. EUA X URSS

A matéria censurada em questão, também apareceu em um editorial sendo igualmente digna de provocar mocha. Trata-se de um comentário da visita de Leonid Brezhnev aos EUA em momento (19 de junho de 1973) em que o presidente norte-americano (Richard Nixon) encontrava-se enfraquecido pelo escândalo de Watergate, de modo que o temor do jornal era o da possibilidade de concessões em demasia ao governo soviético. A visita visava acordos comerciais (por parte da URSS) de importação de trigo, capitais e tecnologia. As possíveis concessões em "excesso" são vistas como "ameaças à paz". Além disso, critica-se o atraso tecnológico da URSS e a política de restrições imposta aos judeus russos pelo regime soviético.

1.2.2.6. Censura

1.2.2.6.1. Imprensa

Este subtema versa sobre a problemática dos comentários relativos a censura à imprensa, e é o item quantitativamente mais elevado. Logo abaixo dele vem o que se refere à **Repressão Política**, dentro da unidade temática das QUESTÕES POLÍTICAS.

Tendo em vista a especificidade de nosso trabalho, resolveu-se separar a **Censura** como unidade temática à parte. Entretanto na medida em que é considerada como instrumental do aparato repressivo do Estado autoritário brasileiro pós-64; na realidade, é encarada como parcela da unidade das QUESTÕES POLÍTICAS e, particularmente, enquadrada no subtema da **Repressão Política** que, numericamente, ao se pensar nestes elementos como reunidos, apresentaria um percentual muitas vezes mais elevado do que os demais subtemas.

É importante explicitar a importância que, tem o fato de haver uma porcentagem tão significativa de matérias vetadas, especificamente, sobre a censura à imprensa.

No ponto de vista da censura, era muito importante ocultar do público a sua própria existência e, conseqüentemente, muito grande a preocupação em não deixar provas concretas que pudessem vir a constituir elementos que implicassem em ações judiciais contra a União, por parte dos órgãos de divulgação afetados⁸⁰.

É preciso considerar alguns pontos que parecem básicos para a compreensão dessa atitude:

- o Decreto-lei número 1077 de 1970 embasa a existência da censura prévia aos órgãos de divulgação. Os casos em que, mesmo ilegalmente⁸¹, a censura pode ser aplicada, referem-se a atentados à moral e aos bons costumes, o que dentro da ideologia da Doutrina de Segurança Nacional está vinculado a um amplo projeto de subversão aos valores da civilização cristã ocidental, por parte do comunismo internacional. Ora, salvo em casos de proibição de importação de revistas - tais como PLAYBOY em que se pode alegar o atentado moral -; no que se refere aos periódicos alvo da censura prévia, como OESP, JORNAL DA TARDE, TRIBUNA DA IMPRENSA, O SÃO PAULO, OPINIÃO, MOVIMENTO, são raríssimas ou inexistentes as ocorrências classificadas como atentatórias aos bons costumes. Não há, portanto, duplamente, justificativa legal para a imposição da censura prévia que, sob esse aspecto, precisa se esconder e não deixar rastros, sob pena de comprometimento do interesse do governo federal;

⁸⁰ Enfatiza-se a importância da instrutiva leitura da obra de MACHADO, J. A. Pinheiro. **Opinião x Censura**, para um maior conhecimento do caso específico da luta do semanário OPINIÃO contra a censura prévia.

⁸¹ Uma vez que, conforme ficou claro no processo movido e ganho por OPINIÃO, o artigo 153 da Constituição, em seu § 8º que fundamenta a existência do Decreto-lei 1077, proíbe a apreensão prévia de periódicos. É, portanto, inconstitucional o referido Decreto.

- a intencionalidade do ocultamento pode ser sentida com clareza na forma como agiam os mecanismos censórios para os periódicos que aceitavam trabalhar no limiar da autocensura. Atuavam através de recados telefônicos ou bilhetes onde a identificação nem sempre surgia, observando-se as clássicas fórmulas: "de ordem superior", "Polícia Federal pede", "fica terminantemente proibida a divulgação...", "da ordem do Exmo. Sr. general Diretor-geral do D.P.F.", "assinado pelo general Antônio Bândeira - diretor-geral da Polícia Federal", "assinado pelo coronel Moacir Coelho", etc.. Os responsáveis pelos periódicos sabiam que o não cumprimento dessas ordens "fantasmas" implicava em represálias, tais como a presença de censores na redação e a instauração da censura prévia ou apreensão do material na gráfica ou nas bancas gerando imensos prejuízos.

Por outro lado, esse tipo de atuação pegou de surpresa proprietários, direção e jornalistas nas empresas, sendo que muitas delas acabaram por não constituir qualquer registro que pudesse recuperar mais tarde a memória desse tempo de exceção. Outras começaram a montar arquivos tardiamente, é o caso do JORNAL DO BRASIL que, sob censura desde 1968, somente começa a catalogar essas ordens em 1972 quando principia a montagem do famoso "Livro Negro do JB". ✱

Este fato mostra com nitidez a importância de uma resistência que acaba por forçar medidas concretas da parte da Polícia Federal que, quando atua pela censura prévia ou realiza apreensões, sempre termina por deixar provas, na forma do material produzido, vetado e não publicado. Este num trabalho de recuperação da memória, pode ser restaurado e contribuir para traçar e ampliar as linhas que definem os contornos do Estado autoritário brasileiro pós-64, dos mecanismos da censura e da atuação da imprensa no País;

- a censura representa parte do aparelho repressivo do Estado montado a partir de 1964. Conforme Maria Helena Moreira Alves⁸² - faz parte da estratégia desse Estado - na tentativa de construir a imagem de um País harmonioso, ausente de conflitos -, produzir uma representação de nação democrática. Nesta se as regras do jogo democrático foram quebradas momentaneamente, o foram por extrema necessidade, uma vez que no período (1964) havia, segundo sua concepção a possibilidade de manobras continuístas por parte do presidente (João Goulart) ele sim, interessado em destruir a liberdade no Brasil. Essa inversão do quadro (cujo exemplo notório encontra-se nos editoriais de OESP já destacados) acaba por justificar a interrupção do processo democrático (o golpe e a derrubada do presidente) em nome da manutenção dos ideais de liberdade feridos. Da mesma forma, se explicam as contínuas incursões violentas da parte do regime contra a população no recrudescimento da repressão política. Estariam sendo forçados por acontecimentos que na sua ótica, subvertiam a ordem institucional (1967 e 1968). É portanto, na defesa dessa ordem que se coloca a justificativa de sua ação. Não é à toa que se observa, em todas as manifestações públicas dos presidentes após 1964, a intenção (na palavra) de devolver o País à plenitude democrática. O caso típico é o de Médici, governo no qual a repressão atinge seu grau mais elevado, mas cujos discursos encontram-se plenos de propósitos democratizantes. A manutenção dessa imagem é, portanto, muito importante para a própria saúde do Estado autoritário, fundado em pilares que o colocam como defensor de ideais de liberdade contra eventuais agressores.

Além disso, tentavam garantir o respaldo de importantes setores da sociedade civil (por exemplo, parcelas da Igreja Católica e mesmo empresas jornalísticas poderosas como OESP) que haviam emprestado apoio à conspiração e ao golpe o que, aos poucos, com a escalada da violência do regime, vinha arrefecendo. Representa a procura de manutenção de um consenso de sustentação ao Estado autoritário brasileiro pós-64.

O padre Antônio Aparecido Pereira em seu trabalho (**A Igreja e a censura política à imprensa no Brasil: 1968-1978**), coloca claramente a questão da necessidade de um consenso por parte dos regimes autoritários. Em sua concepção, a propaganda vive um papel fundamental que, no caso brasileiro, atuou antes da perpetração do golpe e ao longo do regime. Ela é importante, como parte da estratégia da Doutrina da Segurança Nacional, na criação de um inimigo comum: o comunismo; estigmatizado como ameaça concreta e contra a qual toda a sociedade deve se lançar na defesa dos "ideais de liberdade". Ao lado disso, ela busca criar

⁸² Segundo Maria Helena Moreira Alves, o Estado autoritário brasileiro pós-64 denominado por ela de "Estado de Segurança Nacional", possui graves contradições que se manifestam, entre outras formas, na sua impossibilidade de eliminar completamente a oposição e, conseqüentemente, necessitar fazer uso de uma coerção, cada vez maior, o que coloca em posições antagônicas ao regime, mais e mais, setores da sociedade civil. Deste modo, segundo a autora este Estado é intrinsecamente instável e tende a isolar-se cada vez mais. Maria Helena analisa que entre 1967 e 1968, de certa forma, cumpre-se este ciclo de isolamento quando estudantes, Igreja Católica, Movimento Sindical e setores políticos (representados na Frente Ampla e nos próprios parlamentares), se afastam do regime que reage na forma do AI-5, editado em plena crise política que envolve a maioria do Congresso Nacional.

Segundo Maria Helena: "... a crise entre o Executivo e o Legislativo que terminou com o fechamento do Congresso Nacional por período indeterminado mais uma vez lançou luz sobre a contradição entre o uso da linguagem da democracia e a prática da repressão por parte do Estado. Forçado a utilizar suas últimas fontes de poder - a força física -, o Estado sofreu nova perda de legitimidade. A perda de legitimidade e seu crescente isolamento, por sua vez só lhe deixaram a alternativa de continuar a escalada do emprego da força." (op. cit. p. 136).

É importante ao Estado autoritário a manutenção da legitimidade. Aqui está presente a concepção liberal lockeana concebendo a sustentação do governante, com base no apoio de setores da sociedade civil que o reconhecem como legítimo. Se essa aura de aceitação foi perdida, estes setores podem compreender ser chegada a hora da substituição governamental. Daí, a importância do uso da "linguagem da democracia" para esconder a "prática da repressão".

a empatia da sociedade civil em relação ao Estado, inclusive, através dos famosos slogans de ufanismo e convocação que trabalham com a idéia de bloco consensual e o dos excluídos; aos quais, como opositores "minoritários", só resta a expulsão do corpo social. É a mensagem candente daquele que ficou o mais famoso dos slogans do governo Médici: "Brasil, ame-o ou deixe-o".

O padre Aparecido assim reúne censura e propaganda no Estado autoritário brasileiro pós-64:

*"Se a propaganda buscou, através de seus métodos, criar um clima de simpatia ao regime e implantar a doutrina que o sustenta, a censura será, ao lado de outros tipos de repressão, o instrumento que buscará eliminar toda possibilidade de debate, crítica e oposição. Neste sentido, propaganda e censura nos regimes autoritários caminham juntas, uma sustentando a outra. A propaganda apóia a censura dando-lhes as justificativas. A censura favorece a propaganda permitindo-lhe uma maior eficácia pela eliminação de qualquer possibilidade de instância crítica."*⁸³

Principais tópicos destacados dentre as matérias vetadas, particularmente, versando sobre a censura à imprensa:

- comentários envolvendo OESP e sua luta contra a censura; abrangendo manifestações de políticos condenando essa repressão ao periódico. E, no final do ano de 1974, abarcando as homenagens prestadas por diversas representações do corpo social, em relação ao centenário do periódico a ser comemorado em 4 de janeiro de 1975. É digno de nota (uma vez que esclarece posturas de OESP), destacar a matéria que, no dia 31 de dezembro de 1974, aponta uma observação de Ruy Mesquita na qual ele se reporta ao pai, Júlio de Mesquita Filho, que o aconselhara sempre a desenvolver uma atitude de proteção aos perseguidos políticos, uma vez que a família (Mesquita) fora obrigada a se exilar na Europa, no período do Estado Novo. Ruy Mesquita alude, exemplificando com a repressão vivida naquele momento, dizendo que jornalistas e colaboradores, considerados "esquerdistas" tinham voz e presença na redação de seus jornais;
- críticas genéricas de personalidades públicas contra a censura à imprensa, envolvendo a fala de Senadores e Deputados e o estabelecimento de relações entre o processo de abertura política e a necessidade de fim às restrições impostas aos meios de comunicação;
- alusões elogiosas e cumprimentos a Júlio de Mesquita Neto pelo recebimento do prêmio "Pena de Ouro da Liberdade - 1974" por sua luta pelo fim da censura à imprensa, concedido pela Federação Internacional de Editores de Jornais (FIEJ). É importante mencionar o discurso proferido (e vetado) por Júlio de Mesquita Neto na cerimônia de entrega do prêmio que seria publicado em OESP, em 4 de setembro de 1974 e onde estão delineadas as concepções do jornal sobre a questão da liberdade de expressão:

"Não aceitamos, não aceitaremos como verdades absolutas, as verdades oficiais.

Essa mesma atitude leva-nos a não encarar a censura à imprensa como resultante do inelutável. Batemo-nos pelo seu desaparecimento, esforçamo-nos para que a plena liberdade de expressão seja restabelecida no Brasil. (...)

Não tem sido fácil sobreviver, mantendo intacta a nossa independência. 'O Estado' suportou, ao longo de sua existência, toda sorte de pressão. Aprendemos a enfrentá-las. Sabemos o que significam invasões da oficina e da redação, as ameaças pessoais, a ocupação do próprio jornal, a censura prévia, toda a gama de pressões econômicas. As gerações que me precederam suportaram, inclusive, a perda do jornal durante anos. Não capitularam e o exemplo que nos legaram não foi esquecido. (...)

Há sempre beleza na luta cotidiana de um jornal quando as circunstâncias da história o transformam em porta-voz de justas aspirações coletivas. (...)

Eu diria que sem ditaduras e ditadores não haveria na América Latina jornais como o 'O Estado de S. Paulo', não haveria justificativa para prêmios como 'A Pena de Ouro', não contaríamos com organizações com a FIEJ e a AII, que encarnam a eterna luta do homem pela liberdade. (...)

*Reconheço que editar diariamente um jornal censurado é uma tarefa ingrata. Mas capitular será bem pior. Quanto mais opressivo é um regime, mais necessário se torna abrir brechas na cortina do silêncio. Mais fundamental é a recusa de uma verdade oficial monolítica e trituradora. Há sempre notícias e artigos que passam pelo crivo da censura. A simples existência da censura provoca, aliás, a reação do corpo social, estimula a comunidade na busca daquilo que dela procuram ocultar. Um jornal independente, mesmo amordaçado, serve sempre à causa da liberdade. Essa é a nossa convicção no 'Estado'. Por isso trabalhamos, dia após dia na fronteira do proibido."*⁸⁴

O discurso tem o condão de, além disso, patentear a importância do tipo de resistência vivenciada, naquele momento por OESP, comparativamente à capitulação da autocensura que ocorria com outros periódicos;

- condenações à censura à imprensa no Brasil expressas pela Associação Interamericana de Imprensa (AII)

⁸³ PEREIRA, Antônio Aparecido. op. cit. p. 47.

⁸⁴ Discurso proferido (trechos) por Júlio de Mesquita Neto, em agradecimento à concessão do prêmio "Pena de Ouro da Liberdade - 1974", outorgado pela FIEJ e que seria publicado em OESP, SP, 04set1974. p. 4, ao longo de duas matérias, completamente vetadas: "A defesa da liberdade de imprensa não é solitária" e "Combate é de todo o jornal".

que elegeu como seu presidente Júlio de Mesquita Neto, em 1974;

- menções à reuniões da AII, sendo que os relatórios a respeito da situação da imprensa no Brasil, geralmente eram apresentados por Júlio de Mesquita Neto. Este posiciona a questão da falta de liberdade de expressão no País, as opiniões de OESP sobre a temática, as esperanças de melhoria da situação no governo do presidente Geisel, tendo em vista o manifesto desejo de diálogo e o contato efetuado com jornalistas. Interessa salientar que, no dia 19 de outubro de 1974, foi censurado o discurso de Júlio de Mesquita Neto quando de sua eleição como presidente da AII. No dia 20 de outubro de 1974, o mesmo discurso foi liberado havendo censura somente na parte em que se referia especificamente ao Brasil. Este fato faz levantar duas hipóteses não excludentes: a da existência de negociações entre a direção do jornal e os censores (o que é mais cabível) e a mudança de censores com preocupações diferenciadas;
- menções ao caso da censura prévia ao semanário OPINIÃO apontando a questão da inconstitucionalidade da mesma e destacando a existência de uma nova portaria governamental exigindo a antecipação da entrega do material aos censores, além de enfatizar o julgamento do processo movido pelo periódico contra a União. Alusão à apreensão do número 24 de OPINIÃO (depois alvo do processo movido) que continha, entre outras, uma matéria sobre OESP (inclusive objeto de capa) intitulada "Um jornal contra o governador", versando sobre a suspensão, em represália ao jornal, por Laudo Natel, da publicidade paga pelo governo. Com as laudas vetadas, não voltaram a tempo da Polícia Federal, o jornal foi rodado e depois apreendido, constituindo-se numa prova para a promoção de processo judicial. E, cortes em matérias que versavam sobre os atrasos na devolução do material vetado de OPINIÃO implicando em altos prejuízos, além de vetos a 27 artigos de um só número, inviabilizando a circulação do mesmo;
- insistentes pedidos de comparecimento, por parte da bancada oposicionista, do Ministro da Justiça Alfredo Buzaid à Câmara, para responder sobre as questões relativas à problemática da censura. O pedido de comparecimento obteve o veto da ARENA;
- leituras na Câmara e no Senado de discursos de Júlio de Mesquita Neto (na AII) e de telegrama de Ruy Mesquita enviado ao presidente da República, com o teor de denúncia da censura imposta à imprensa;
- críticas da AII às restrições impostas à imprensa escrita no Brasil.

1.2.2.6.2. Meios de Comunicação em geral

Este subtema abarca a condenação vinda de variados setores à censura aos meios de comunicação em geral. Envolve críticas:

- do Conselho Federal de Educação;
- à questão do despreparo dos censores e à problemática da subjetividade do veto. É interessante notar que esta crítica, censurada no dia 25 de dezembro de 1973, parte do próprio general Nilo Caneppe, um dos chefes da Polícia Federal, encarregado da censura durante certo período e autor de inúmeras ordens proibitivas aos periódicos;
- à incoerência da censura, exemplificando sua preocupação em proibir atentados aos bons costumes, e ao mesmo tempo a liberação ao Show do cantor Alice Cooper (em visita ao Brasil) e toda a apologia da violência dele decorrente;
- à formação dos censores apontando para a necessidade de um caráter mais policial à censura sem a presença de agentes ligados às Ciências Humanas (note-se que essa opinião foi expressa pelo Departamento de Polícia Federal);
- ao processo de abertura política, relacionando-o com a necessidade de levantamento da censura.

É importante situar somente a título de destaque esta preocupação com a objetividade do censor por parte dos responsáveis diretamente pela censura. Guardadas as proporções, ela envolve um mesmo tipo de crença presente na fala do Senador Danton Jobim (vetada) que ao criticar as restrições impostas aos meios de comunicação afirma: "*A censura é o biombo atrás do qual se esconde a verdade*".⁸⁵ Esta frase foi salientada inicialmente, pela beleza de sua construção e, em segundo lugar, pelo que contém de procura da imparcialidade, de crença na verdade sem mediação e na neutralidade, na ação, do sujeito.

1.2.2.6.3 Teatro

Aparecem vetos às manifestações da classe teatral (tanto artistas como empresários) contra a censura ao teatro, identificando os danos que ela causa à instituição na forma de elevados prejuízos e do afastamento do público. E, na opinião deles isto ocorre porque o que aparece como, finalmente, liberado acaba por ter pouco interesse dada a desvinculação completa com a realidade nacional. Além das queixas de Fernanda Montenegro e Bibi Ferreira são dignas de destaque:

- a crítica do ator Paulo Autran à censura que sofreu a montagem da peça **Édipo, Rei** (Sófocles) porque

⁸⁵ Afirmação do senador Danton Jobim (ex-presidente da ABI) em matéria completamente censurada, da Sucursal de Brasília. "Senador critica Censura". OESP, SP, 11dez1973. p. 4.

numa fala em que a personagem central fazia uma crítica ao poder, houve um corte. O zelo da censura atinge o paroxismo de mutilar o texto do dramaturgo grego, produzido em 430 a. C.;

- diversas reclamações contra os sucessivos adiamentos da liberação e posterior proibição definitiva da peça **Calabar, o elogio da traição** de autoria de Chico Buarque de Holanda e Ruy Guerra. A peça em questão começou a ser ensaiada, havendo gastos com a equipe de atores e direção, além da montagem do cenário. a um passo da apresentação, veio a interdição provocando consideráveis prejuízos.

1.2.2.6.4. Cinema

Neste subtema, os vetos incidem, principalmente, sobre as matérias que estabelecem uma relação entre a crise do cinema nacional (já tão combatido) e a vigência da censura que limita a criação e implica em danos financeiros. O Sindicato Nacional dos Produtores Cinematográficos reivindica oficialmente o fim dos cortes nos filmes. Outra matéria versa sobre a proibição de veiculação de 10 filmes que, inclusive, já estavam em cartaz, entre nacionais (dentre os quais se destaca **Toda nudez será castigada**, baseado na obra homônima de Nelson Rodrigues) e os estrangeiros (ênfatisa-se **A Classe Operária vai ao paraíso** - Elio Petri e **Mimi, o metalúrgico** - Lina Wertmüller). Os referidos filmes foram simultaneamente retirados de circulação e o artigo alega a inconstitucionalidade da medida. E salienta-se uma carta ao leitor, vetada, em que o mesmo indagava sobre os critérios da censura, narrando a sua experiência de ter conduzido suas filhas adolescentes ao cinema e ter assistido abismado a um filme que não condizia com a titulação e que apresentava vários "atentados à moral". O leitor questiona então qual a orientação que conduz o veto do censor: somente a problemática política?

1.2.2.6.5. TV

Aqui se destaca matéria em que uma emissora de TV foi censurada por veicular a denúncia de um deputado contra o prefeito paulista Figueiredo Ferraz. O tom é de ironia, na medida em que o deputado em questão é Caio Pompeu de Toledo do partido da situação (ARENA) paulista. Os demais artigos referem-se à proibição da emissão pela TV do programa eleitoral do MDB em que o deputado Ulysses Guimarães, na época candidato à presidência da República, iria realizar seu discurso programático com críticas ao regime.

1.2.2.6.6. Show

Vetos a referências ao Show do compositor, poeta e diplomata Vinícius de Moraes, em Brasília; suspenso porque o mesmo proferiu palavras e cantou música não liberada pela censura. Alusões à proibição ao Festival de Verão a ser realizado em Fazenda Nova - Nova Jerusalém, em Pernambuco, contando com a presença de diversos artistas, dentre os quais Chico Buarque de Holanda e Milton Nascimento.

1.2.2.6.7. Música

Matéria versando sobre a proibição de um espetáculo do conjunto MPB-4 que veicularia músicas do compositor Chico Buarque de Holanda.

1.2.2.6.8. Rádio

Alusões ao fechamento das rádios "Nove de Julho" e "São Paulo".

1.2.2.6.9. Literatura

Menção a uma possível proibição da veiculação do livro **Depoimento** de autoria do ex-governante português (em passagem pelo Brasil, após a Revolução dos Cravos), Marcelo Caetano.

1.2.2.6.10. Moral/Costumes

Matéria sobre a incidência da prática do "streaking" entre jovens norte-americanos. O hábito consistia em rapidamente tirar a roupa em local público.

Neste momento destacam-se as matérias censuradas assinadas e os editoriais vetados, porque traduzem em parte o que se considera como pensamento do jornal. Isto, nos editoriais está claramente colocado, na medida em que são da responsabilidade da direção do periódico. Já as matérias assinadas, geralmente, advêm de articulistas constantes de OESP, de modo geral, afinados com as posições defendidas por este órgão de divulgação.

1.2.2.7. Matérias assinadas

Em primeiro lugar, o que merece destaque é que da totalidade dessas matérias, um número significativo recebe a assinatura de Carlos Chagas, jornalista que, durante muitos anos foi um dos mais importantes articulistas políticos de OESP, e que, naquele momento, dirigia a sucursal do jornal em Brasília. Atualmente, Carlos Chagas é um dos comentaristas políticos, de política nacional, sediado em Brasília, da **Rede Manchete de Televisão** e colaborador do jornal carioca **TRIBUNA DA IMPRENSA**. Das matérias censuradas com a sua assinatura, é possível retirar algumas conclusões importantes:

- a primeira delas, data de 30 de março de 1973 e a última, de 28 de dezembro de 1974. Considerando-se

que a preocupação de OESP em guardar o material vetado começa em 29 de março de 1973 e os últimos cortes dos censores ocorreram em 3 de janeiro de 1975; Carlos Chagas recebeu vetos aos seus comentários ao longo de toda a vigência da censura prévia;

● pensamento político de OESP, os motivos de suas discordâncias frente ao regime instaurado em 64 e, as razões da censura a que se viu submetido, aparecem claramente expostas nos cortes verificados em matérias assinadas por Carlos Chagas. Convém destacar alguns pólos:

a) Carlos Chagas, reiteradas vezes, em crítica ao encaminhamento dos governos pós-64, enfatiza o que considera como necessário, mas não efetivado até o momento, ou seja, a conciliação de "Revolução" com "Democracia". Nos seus termos, o movimento de 64, a "Revolução", com sua dureza inicial, seus expurgos, seus aspectos de ilegalidade e exceção eram necessários, como também o era o retorno gradativo à "Democracia", à legalidade institucional. Assim ele se coloca:

1. no dia 19 de junho de 1973, afirma que a *"Revolução e Democracia são expressões que se completam da mesma forma como Segurança e Desenvolvimento"*⁸⁶

2. a mesma idéia da indesejada ruptura dos dois termos surge neste texto:

*"Como a política parece a arte do possível, o primeiro a evitar são as promessas. De nada adiantará ao novo presidente da República [aquí a referência é ao presidente Ernesto Geisel] prometer rétoricamente o reencontro da Revolução com a Democracia - dissociadas desde 68"*⁸⁷

b) Essa mesma idéia ressurgue, quando da análise do autor a respeito do processo "revolucionário", onde aparecem referências elogiosas ao governo Castelo Branco e Costa e Silva, ao contrário dos que merecem críticas, no caso a Junta Militar e o governo Médici. Por sua vez, o iniciante governo Geisel, recebe o apoio do comentarista:

1. criticando o radicalismo de alguns setores por suas posições, o autor afirma:

*"Quando isso acontecer - se puder acontecer um dia - terá a Revolução retornado às suas origens e inspirações. Porque a Revolução, apesar de tudo, nasceu democrática. Assentou-se na necessidade de resistência não só aos caos econômico-financeiro e social, mas também na importância de garantir a democracia ameaçada pela anarquia."*⁸⁸

2. numa referência ao governo do general Médici, Carlos Chagas afirma, apontando para a situação colocada para o general Geisel frente à vitória nas eleições do MDB (novembro de 1974):

*"De outro lado, também poderia ir simplesmente mantendo as rígidas tenazes herdadas do general Garrastazu Médici, ou seja, continuar renegando os ideais de 64 em favor de uma tranquilidade funesta e em desacordo com a índole e as necessidades do povo."*⁸⁹

3. Carlos Chagas ao se posicionar, contrariamente, ao caráter de permanência do AI-5, acaba por fazer a defesa da transitoriedade dos Atos anteriores e de suas inspirações governamentais:

"Na realidade institucional, portanto, os Atos eram efêmeros, transitórios e jamais incorporados à temática revolucionária como permanentes. Havia em cada governante, de Castelo Branco a Costa e Silva, a intenção declarada de apresentar os Atos como fórmulas eventuais de fazer apressar o aprimoramento do regime. a institucionalização definitiva, o fim das dificuldades econômicas ou a normalização administrativa. (...)

À sua sombra, no entanto, trabalhavam os fazedores de tempestade, radicais de um e de outro lado. (...) O resultado foi um presidente comprimido entre duas tempestades e obrigado a ceder a uma delas, obviamente a mais forte. A 13 de dezembro de 1968, pela primeira vez surgia um Ato Institucional sem prazo, mais autoritário que os anteriores e fornecendo ao poder revolucionário hipóteses de intervenção ainda mais profundas nos direitos humanos, na vida política, administrativa e econômica do País. (...)

*Era o instrumento permanente, a nova fase da Revolução que se estratificava."*⁹⁰

c) Além disso, por várias vezes aparece a defesa do autor na direção de uma abertura política lenta e gradual e a condenação em contrapartida, das tentativas de apressar o processo de redemocratização por parte de Castelo Branco e Costa e Silva o que, na sua concepção, provocou o recrudescimento da repressão:

⁸⁶ CHAGAS, Carlos. Consideração em torno do candidato. OESP, SP, 19 jun 1973. p. 8.

⁸⁷ CHAGAS, Carlos. E agora? OESP, SP, 16mar1974. p. 6.

⁸⁸ CHAGAS, Carlos. O tempo da cobrança. OESP, SP, 15 ago 1974. p. 4

⁸⁹ CHAGAS, Carlos. Diante do Desconhecido. OESP, SP, 28 nov 1974. p.12

⁹⁰ CHAGAS, Carlos. Porque o fim do ato. OESP, SP, 28 dez 1974. p. 4.

A esse respeito, ou seja, sobre a questão do caráter de permanência e não de efemeridade do AI-5, é interessante a consulta à obra citada de Maria Helena Moreira Alves que disserta longamente sobre essa problemática.

"Agora é falar do presente, pois, o passado, afinal acabou passando mesmo. A partir de hoje, objetivamente, ele importa pouco, quase nada. Para qualquer projeção futura, no entanto, convém não esquecer o passado. Pelo plano subjetivo, há que utilizar suas experiências, suas distorções e até suas falhas como um tesouro valioso. A maior herança poderá não estar nas conquistas ou realizações recebidas pelos que chegam, mas no volume dos erros cometidos pelos que saem. Esse volume não dirá o que deve ser feito, mas com certeza indicará o que precisa ser evitado. E há o que evitar agora. (...)

Castelo Branco e Costa e Silva avançaram rápidos demais com os fatos, obrigando-se depois a retrocessos amargos no AI-2 e AI-5. Garrastazu Médici, de seu turno, discursou com rara felicidade pelo menos por três vezes, ao prometer entregar ao sucessor o País em plenitude democrática. Teve, porém, de ficar com as palavras, que os fatos hoje contradizem severamente. (...)

Há muito o que evitar. A marginalização de determinadas classes específicas, como os operários, a Igreja, os intelectuais e os estudantes, aos quais não se pode continuar concedendo a benesse de cumprirem funções sociais isoladas e sem vínculo com o conjunto nacional. (...)

Diante do quarto governo revolucionário, surge um desafio não colocado apenas sobre seus ombros, mas pertinente a todo processo iniciado com Castelo Branco. Ou se estabelece o divisor de águas, livrando-se a Revolução da exceção, ou breve uma terá sucumbido às fragilidades da outra."⁹¹

"Como se vê, concretamente chegou a hora de a Revolução pensar na forma, ainda que lenta e gradativa, de institucionalizar o País e acabar com os Atos permanentes. Porque, caso contrário, estará correndo o risco de ver a oposição defender a sua permanência para, mais tarde, aplicá-los contra seus próprios inspiradores."⁹²

d) Interessante também a postura do jornalista (que o jornal assume, como se verá) na defesa do "saneamento" econômico realizado pela "Revolução". É como se o aspecto econômico dos "ideais de 64", fosse um divisor de águas que devesse ser defendido em meio ao "desvio da rota", ocorrido com a repressão do regime. Apenas se posiciona contra expectativas enganosas e ilusórias provocadas pelo chamado "milagre brasileiro".

"Ao crescimento do Produto Nacional Bruto e ao aumento das exportações, à redução da inflação e à abertura de mais alguns quilômetros de estradas na selva, é preciso opor e fazer corresponder a liberdade, o respeito pelos direitos fundamentais da pessoa humana, a garantia dos mandatos eletivos e da representatividade popular - em suma, a democracia. Fora disso, ou sem isso, estarão compactuando com o estado totalitário."⁹³

"O Brasil cresceu, graças à ação de s. exa. [aqui a referência é ao presidente Médici], isto é inegável. Mas já se imaginou como teria crescido muito mais, caso não relegasse à meta democrática o sentimento de verdadeiro pavor?"⁹⁴

Nas esperanças relativas ao governo Geisel, Carlos Chagas apontara o "término do triunfalismo econômico e a expectativa de reforma democrática"⁹⁵ e ao fazer críticas ao regime, assim qualifica o sistema que rege o País: "imobilizado nos traços capitais de um regime de exceção institucional e de ilusão econômica."⁹⁶

e) Finalizando, é possível apontar algumas críticas feitas pelo jornalista à questão da censura à imprensa, relacionando-a com o momento fundamental no processo de abertura política⁹⁷ e aproveitando para construir julgamentos sobre o comportamento de outros representantes da imprensa escrita.

1) Surge aqui uma breve referência à censura imposta no que diz respeito ao processo de sucessão, de Médici para Geisel:

⁹¹ CHAGAS, Carlos. E Agora? OESP, SP, 16mar1974. p. 6.

⁹² CHAGAS, Carlos. Porque o fim do Ato. OESP, SP, 28 dez 1974 p.4

⁹³ CHAGAS, Carlos. Dois Caminhos. OESP, SP, 30mar1973. p. 4.

⁹⁴ CHAGAS, Carlos. Obscuridades do passado. OESP, SP, 13mar1974. p. 3.

⁹⁵ CHAGAS, Carlos. O tempo da cobrança. OESP, SP, 15ago1974. p. 4.

⁹⁶ CHAGAS, Carlos. Diante do Desconhecido. OESP, SP, 28nov1974. p. 10.

⁹⁷ Destacam-se os trabalhos de Celina Rabello Duarte: sua Dissertação de Mestrado (apresentada à PUC/SP em 1987) sob o título de *Imprensa e Redemocratização no Brasil: um estudo de duas conjunturas, 1945 e 1974-78* e seu artigo anterior, publicado pela Revista de Ciências Sociais, *Dados*, denominado: *Imprensa e Redemocratização no Brasil* (26(2):181-195, 1983). Tanto num como noutro trabalho, a autora, relacionando a imprensa ao processo de abertura política do governo Geisel, coloca que a liberalização gradual da imprensa escrita, começando pelo fim da censura prévia a OESP em 4 de janeiro de 1975, representou um importante componente para que o regime político restabelecesse o contato, interrompido pelo processo de repressão, com importantes parcelas da sociedade civil.

*"Mas o que dizer da quarta sucessão, aparentemente a mais pacífica e tranqüila, mas também a mais misteriosa? Médici instituiu, durante o seu governo, o primado do silêncio, o costume do monólogo e a tática dos fatos consumados, dos quais o País apenas tomava conhecimento. Como pensar, falar (baixo) e escrever (com cautela) ainda subsistiam como práticas especulativas da atividade humana, foi natural que o nome de Ernesto Geisel ganhasse as colunas de jornais, em meio a outros. Logo, dos mais altos centros de poder, veio a decisão: pensar sim, o resto não."*⁹⁸

*"Como consequência de quem evita o monólogo há que ser incentivado o debate. Como a crítica. Aqui sobressai o papel dos órgãos de comunicação. Mesmo sem se colocarem como objetos estanques e desvinculados da realidade nacional e internacional, eles precisam adquirir um mínimo de condições de independência para a crítica e o debate. Valores como o interesse nacional ou a segurança necessitam estar presentes, mas nunca ultrapassando os próprios limites ou transformando a tarefa de informar o público num sarau poético ou num exercício culinário."*⁹⁹

Este trecho grifado (o grifo é nosso) aparecia circundado no material censurado preservado pelo jornal, o que, provavelmente, representa uma marca de interesse especial do censor. A referência aqui é clara: o "sarau poético" diz respeito às poesias publicadas por OESP, em lugar dos trechos censurados e o "exercício culinário" relaciona-se à forma como o JORNAL DA TARDE, reagia publicando receitas para cobrir os espaços deixados pelos cortes do censor;

2. Numa matéria, sintomaticamente intitulada "A premissa da reforma", Carlos Chagas coloca a questão do término da censura à imprensa como básica (premissa) para o processo de abertura. Além disso, em outro trecho, o autor alude às desastrosas consequências da censura à imprensa fazendo a crítica à política econômica do governo, no que tinha de enganoso e excessivo. Aproveita também para comentar a atitude de outros órgãos de divulgação:

→ *"...os que puniam passaram a achar que, se não havia notícias desagradáveis, também não havia atos e fatos desagradáveis. Daí nasceram aberrações do tipo milagre brasileiro (grifo do autor). Aqui tudo era diferente do resto do mundo. Inexistiam crises, lamentações, abusos de poder ou fracassos. Bastava ler os jornais ou assistir à televisão para se notar o Brasil como um oásis de paz, tranqüilidade justiça e fartura. (...)*
Por acomodação, medo ou interesse, breve muitos dos responsáveis pelas notícias deixaram de lutar por elas. Aderiram à mesma prática, fechando o círculo da ilusão. Do Olimpo tonitruante, os deuses de plantão puniam a notícia. Da planície árida, grande parte de seus súditos omitiam a notícia.
→ *Assim ela se transformou num agente a serviço do Estado, ou melhor, dos interesses dos homens ou dos grupos que em determinado momento dirigiam o Estado. (...) A restauração da notícia, melhor seria dizer sua ressurreição, surge como exigência primeira para o início do processo de aprimoramento do regime. Será impossível permitir que determinados eventos ou pessoas pretendam ficar imunes às notícias, ainda mais quando as estiverem produzindo."*¹⁰⁰

Em segundo lugar, ainda no que diz respeito às matérias assinadas, é preciso enfatizar que inúmeras abordagens podem ser feitas na análise deste material. Porém a preocupação foi extrair do pensamento próximo ao dos proprietários do periódico vetado pelo censor, o discurso diferenciado da censura, relativamente a OESP

Dentre as matérias assinadas vetadas, assumem especial relevo aquelas escritas por jornalistas, pensadores ou professores, de alguma forma próximos ao jornal.

a) Inicialmente, situam-se duas matérias censuradas de autoria do pensador católico e de matriz nitidamente conservadora¹⁰¹, Gustavo Corção.

⁹⁸ CHAGAS, Carlos. Os processos eleitorais da Revolução. OESP, SP, 15jan1974. p. 5.

⁹⁹ CHAGAS, Carlos. E agora? OESP, SP, 16mar1974. p. 6.

¹⁰⁰ CHAGAS, Carlos. A premissa da reforma. OESP, SP, 8ago1974. p. 6.

¹⁰¹ As expressões direita e esquerda, conservador e avançado, como quaisquer denominações maniqueístas correm o risco do reducionismo rasteiro, além de, dependendo do contexto, poderem assumir conotações diversas. Aqui, entretanto, por necessidade de caracterização são tomadas, às vezes, de empréstimo, cientes, no entanto, de seu potencial limitador e enganoso. Neste momento, a expressão "conservadora" é referida a um tipo de pensamento que admite a adoção da violência contra a instituição democrática na defesa de privilégios minoritários (proprietários) que, acreditam, representem interesses de todo o tecido social.

A preocupação com a manutenção da ordem, contra a anarquia gerada pelo caos das tensões sociais em aberto confronto, justifica medidas inconstitucionais, ilegais e autoritárias. Além disso, destaca-se seu anticomunismo ferrenho. Nesta caracterização, está claro o pensamento liberal democrático, defendido por OESP como "conservador", embora haja diferenças entre ambos, na medida em que Gustavo Corção repudia o Liberalismo.

Enfatiza-se também a importância da resistência do periódico perfeitamente coerente com o perfil do Liberalismo defendido, à dominação imposta pela censura à imprensa escrita, no quadro maior da organização da sociedade civil contra o Estado autoritário brasileiro pós-64.

Está implícito também que o Liberalismo assume as mais variadas facetas; naja visto que demais órgãos da grande imprensa, sob alguns aspectos, podem ser considerados como liberais, assumem posturas diferenciadas da de OESP, caminhando até o final na estreita trilha traçada pela autocensura.

Elas relacionam-se dentro do subtema em que se destacam as conflituosas relações entre Igreja e Estado nesse período.

Na primeira delas, datada de 16 de agosto de 1973, Gustavo Corção, comenta a Carta Pastoral dirigida pelo Arcebispo Metropolitano de Goiânia aos seus diocesanos, em 29 de junho de 1973 em que o referido Arcebispo (D. Fernando Gomes) exprimia diversas críticas ao regime político brasileiro pós-64. Gustavo Corção coloca-se contrariamente à Carta Pastoral dizendo que:

1. o Arcebispo, apesar de reconhecer méritos no regime de 64 coloca a fórmula maldosa de "*país rico de povo pobre*";
2. D. Fernando não explicita a situação de anarquia em que os "*depredadores*" pré-64 colocaram o País;
3. os ideais de conscientização do povo¹⁰² expressos na Carta Pastoral são dignos de críticas;
4. a Carta Pastoral representa uma agressão ao atual governo.¹⁰³

A segunda matéria vetada do mesmo autor de 24 de outubro de 1974 e refere-se a críticas feitas a duas autoridades religiosas internacionais (Monsenhor Casaroli - secretário do Conselho para Assuntos Públicos do Vaticano e Padre Frederick McGuire – diretor da Divisão para a América Latina da Conferência Católica dos Estados Unidos) que, segundo ele, minimizam o sofrimento dos presos e dos católicos em Cuba. A seguir, comenta que não aceita que o mesmo tratamento seja dado aos subversivos de Cuba e do Brasil, dizendo:

*"Repilo a idéia de que ambos sejam subversivos, e portanto merecedores do mesmo castigo. Não! Mil vezes não! Acima da torpeza liberal que talvez seja pior que o comunismo, existe um absoluto entre o bem e o mal, existe uma lei de Deus, ou uma lei natural, pela qual o cidadão cubano que se ergue contra Fidel Castro não é um subversivo, é um patriota, talvez, um herói, eventualmente um mártir. Ao contrário, os padres socialistas que conspiravam contra o regime brasileiro, no 'aparelho' recentemente estourado no Nordeste..."*¹⁰⁴

b) O jornalista Flávio Galvão teve uma matéria vetada quando criticou a censura à imprensa. O referido jornalista foi colaborador de OESP durante muitos anos, tendo sido, durante a articulação do golpe de 64, um de seus maiores entusiastas e, segundo depoimentos de antigos funcionários do Arquivo do jornal, homem muito ligado aos círculos do poder que se instaurou no País após 1964.

Nesta matéria, Flávio Galvão aponta para a ilegalidade da apreensão da revista ARGUMENTO, lançada na época, tendo como um de seus diretores Barbosa Lima Sobrinho, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). A alegação da Polícia Federal para a apreensão da revista, seria a de que ela era clandestina uma vez que não estava registrada na Divisão de Censura do Departamento de Polícia Federal. A necessidade tal registro advinha da Portaria número 209 de 16 de abril de 1973 que, no seu artigo 1.º estabelece que:

*"As publicações periódicas que circulam no país do gênero revistas nacionais ou estrangeiras, ficam sujeitas a registro na Divisão de Censura de Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal, mediante requerimento do editor, importador ou responsável, para verificar da existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo 1.º do Decreto-lei número 1077, de 26 de janeiro de 1970."*¹⁰⁵

Ocorre que, argumenta o jornalista, o Decreto-lei número 1077, baseado no artigo 153, § 8.º da Constituição, pode ter sua inconstitucionalidade decretada, na medida em que fere o referido artigo que afirma que "a publicação de livros, jornais e periódicos não depende de licença de autoridade", o que foi regulamentado pela Lei de Imprensa, número 5250, de 10 de fevereiro de 1967 que estabelece que "*é livre a publicação e*

¹⁰² No contato rápido travado com o material censurado de O SÃO PAULO (semanário da Arquidiocese de São Paulo, de responsabilidade da Cúria Metropolitana da cidade), as matérias que mais se destacam em termos numéricos, são exatamente estas em que fica expresso o interesse por parte da Igreja Católica (pelo menos da parcela representada por O SÃO PAULO) em esclarecer o público leitor sobre suas próprias condições de vida e trabalho; colocando-as como passíveis de transformação pela participação popular organizada. A censura (de O SÃO PAULO), estava preocupada em deter a veiculação desse discurso religioso. Isto mostra o caráter multifacetado assumido pela censura na análise de uma mesma temática, vetando, de um lado, a crítica a esse trabalho "conscientizador" da Igreja (caso de Gustavo Corção em OESP) e, de outro, a expressão desse mesmo papel católico (caso de O SÃO PAULO).

¹⁰³ Estas citações foram pinçadas da matéria de Gustavo Corção intitulada "Carta Pastoral do arcebispo de Goiânia", que seria publicada em OESP, no dia 16 de agosto de 1973, na página 22.

¹⁰⁴ CORÇÃO, Gustavo. Cuba e a nova Igreja. OESP, SP, 24out1974. p.23. O grifo é nosso. Este pequeno trecho aparece com a marca (talvez do censor) particularmente assinalada em vermelho. Refere-se a repressão da polícia a um "aparelho" subversivo no Nordeste que levou ao desbaratamento de um grupo atuante do PCB e da Ação Popular (de vinculação com a Igreja Católica) e contando com a participação do jornalista norte-americano Frederick Morris, caso já citado, de prisão, tortura e extradição do Brasil.

¹⁰⁵ O Decreto-lei 1077, citado na referida Portaria, teoricamente (pois é discutível), instituiu a censura prévia, com base no artigo 153, § 8.º da Constituição Federal. O citado artigo 1.º desse decreto estabelece que:

"Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes, quaisquer que sejam os meios de comunicação."

a circulação, no território nacional, de livros, de jornais e de outros periódicos salvo se clandestinos ou quando atentem contra a moral e os bons costumes."

Criticando a ilegalidade da Portaria número 209, Flávio Galvão considera-a como "um resquício do espírito que imperou no Brasil durante o Estado Novo, regime totalitário imposto ao País pelo golpe de 10 de novembro de 1937 desferido por Vargas com o apoio das Forças Armadas."¹⁰⁶

c) Situam-se duas matérias proibidas pelos censores de autoria de Pedro Dantas, também velho colaborador de OESP e, em 1964, autor de artigos extremamente críticos ao governo do presidente João Goulart. Estas foram classificadas dentro do subtema **Críticas ao Regime**.

Na primeira delas, o autor sutilmente tece comentários sobre o que seria um regime autocrático e a respeito do significado da democracia. Coloca que nos regime autocráticos, o poder é a fonte do Poder e este não tem que dar satisfações nem reconhece limites ao seu arbítrio. Estes regimes caracterizam-se pelo império incontrastável do Príncipe, cuja vontade confunde-se com a própria Lei. Tudo isto se baseia no pressuposto da autogeração do poder.

Já nos regimes democráticos, o Poder é outorgado por delegação de um grupo social que o faz em determinadas condições que limitam a área de atuação dos governantes. Estabelece-se um contrato entre mandantes e mandatários e este não pode exercer seu mandato contra o interesse dos mandantes.¹⁰⁷

Na segunda matéria vetada do mesmo autor, volta-se a comentar a diferença entre os regimes autocráticos e democráticos, dizendo que nos últimos há divergências de entendimento dos direitos do grupo social que outorga o poder ao mandatário, baseadas nas diferenças de interesses individuais e coletivos. Diz que o mesmo ocorre na literatura em que os textos são sujeitos a interpretações várias. Cita entre os autores Camões, ao lado do qual acrescenta "este último, nosso eminente e operoso companheiro de redação, aqui no 'Estado'."¹⁰⁸, referindo-se à questão da censura que obrigava o jornal a publicar nos espaços em branco trechos de *Os Lusíadas*. Comentando ainda sobre a democracia, afirma que a superioridade dos que recebem os poderes sobre aqueles que os conferem "tem limites intransponíveis, exatamente definidos em função dos poderes indelegáveis. É a 'grilagem' destes últimos que caracteriza o desvio e abuso dos mandatários."¹⁰⁹

d) Existe apenas uma matéria censurada de autoria do professor e jornalista Oliveiros S. Ferreira, que foi entrevistado acerca da censura à OESP. O professor Oliveiros, durante certo período de censura prévia era editor-chefe do jornal, cargo que, mais tarde, foi ocupado por Fernando Pedreira.

Oliveiros S. Ferreira em seu artigo se dispõe a analisar o resultado das eleições de novembro de 1974 e afirma haver três interpretações diversas para o mesmo fato: o MDB atribui a vitória à aceitação de suas teses sócio-econômicas pela população; a ARENA atribui a derrota à infidelidade dos correligionários, enquanto que o governo minimiza os resultados dizendo ainda possuir maioria das cadeiras da Câmara e no Senado. A seguir, aponta os riscos dessa avaliação governamental, na medida em que, atrás dessa mudança outras virão e que não se apagam os descontentamentos com o mascaramento da realidade. Os ânimos exaltados têm todas as condições de perceber as alterações que se dão na realidade. Coloca que nem da parte do governo nem da oposição há sensibilidade para que se produzam as mudanças almejadas pelas massas, quando se expressaram pelo voto. Afirma que surgirão brevemente frustrações e: "nesse momento, quando a frustração produzir seus frutos, o mar da alma humana, nauseado poderá lançar nova vaga que virá assolar a praia – mas desta vez não encontrará os canais eleitorais para dirigir sua força."¹¹⁰

e) Também há duas matérias censuradas de autoria de Alberto Tamer, durante muitos anos colaborador de OESP e hoje comentarista econômico da **Rede de Televisão SBT**.

A temática das duas é a mesma: Alberto Tamer comenta a Feira Brasileira Export-73, ocorrida na Bélgica. Foi uma feira de exposição da indústria nacional que acabou sendo alvo de um protesto contra o Brasil. Os manifestantes foram até o Sheraton Hotel, onde estava hospedada a maioria dos brasileiros e tentaram derrubar a bandeira brasileira, além de atirarem pedras. Foram contidos e dispersos pela polícia. O motivo do protesto foi o fato de que o governo brasileiro fora o primeiro a reconhecer o regime militar chileno que depôs Salvador Allende, no momento em que a opinião pública mundial se voltava contra esse regime, além de ser uma manifestação contra a falta de liberdade existente no Brasil.

Alberto Tamer assim descreve os acontecimentos:

"A maioria do povo belga confunde o Brasil com o Chile, acredita que os produtos aqui expostos foram feitos com o sangue do operário, que a miséria campeia à solta e que os pobres morrem e o desabrigo nas praças públicas. Tudo isso é fruto de vários fatores definidos, tais como a falta de conhecimento quase total do Brasil e

¹⁰⁶ GALVÃO, Flávio. Registro policial para as revistas. OESP, SP, 28out1973. p. 52.

¹⁰⁷ Estas observações estão contidas dentro do artigo de Pedro Dantas intitulado "Autocracia e democracia" que seria publicado em OESP em 3 de dezembro de 1974, na página 4.

¹⁰⁸ DANTAS, Pedro. Significado do significante. OESP, SP, 10dez1974. p. 4.

¹⁰⁹ Idem.

¹¹⁰ FERREIRA, Oliveiros S. Não compreender, pior que perder. OESP, SP, 24nov1974. p. 29.

da América Latina, o evento chileno e a ação bem orientada de elementos de esquerda, muitos dos quais brasileiros, que vivem em Paris, distante apenas 45 minutos por via aérea. Neste quadro a Igreja Católica representa um papel importante nos protestos da opinião pública contra o País, realizando uma pregação liderada pelo padre Jean Talpe expulso do Brasil. (...) A feira que trouxe para a Europa a imagem de dois Brasís contraditórios. Um rico e em expansão, outro pobre, injusto e faminto. Decididamente é muito difícil explicar a um povo de apenas 9 milhões de habitantes e renda per capita de 3.000 dólares que um país (sic) de mais de 100 milhões de habitantes tem renda de 500 dólares e uma população que cresce de 2 milhões e 500 mil habitantes anualmente."¹¹¹

Essas palavras do autor, remetem às demais matérias assinadas censuradas, na medida em que nelas transparece a recusa a uma análise da realidade brasileira que levasse em conta as condições de vida e trabalho do povo; bem como as arbitrariedades do regime político. Há uma transferência de culpabilidade: não se nega a precariedade da renda per capita nacional, entretanto, se a imagem do País no exterior aparece negativamente, a culpa é dos "subversivos" de plantão que confundem e deturpam as condições vivenciadas no Brasil.

As matérias assinadas vetadas objeto de considerações, na maior parte das vezes, sugerem a questão: por que houve censura? De modo geral, as críticas ao regime são leves e não há contestação quanto às suas origens; bem como se destacam as virtudes do desenvolvimento econômico alcançado. Em suma, tudo caminha na direção da explicitação de nossa hipótese, qual seja a de que a censura prévia a OESP se insere num quadro de atrito aberto entre as duas alas militares ("linha-dura" e "Sorbonne"), assim como as divergências do jornal em relação ao Estado autoritário brasileiro pós-64, relacionavam-se ao recrudescimento da repressão, fruto da condução política por parte da ala militar da "linha-dura", o que se acentua após a edição do AI-5. Não há diversidade de compreensão, quanto à orientação a ser dada aos rumos do processo político brasileiro entre os proprietários de OESP e os militares da chamada "Sorbonne". Por isso é que a censura prévia se encerra no periódico, no momento em que as rédeas políticas do País começam novamente a retornar com segurança aos militares ("Sorbonne"), diretamente (junto com OESP) responsáveis pelo golpe de 64. A teoria do "desvio da rota" dos acontecimentos pode servir para explicar, de um lado, os atritos entre OESP e o Estado autoritário brasileiro pós-64 e, de outro, os danos causados pelo sistema contra o jornal até a instauração da censura prévia.

1.2.2.8. Editoriais

Considera-se a análise dos editoriais vetados, ao lado das matérias assinadas, um material privilegiado dentro da totalidade dos vetos, na medida em que possibilitam uma compreensão maior acerca das relações da censura, enquanto instrumental repressivo do Estado autoritário brasileiro pós-64, e um órgão de divulgação determinado que vivenciou importante papel na construção desse mesmo Estado. Além disso, permite aprofundar o entendimento do caráter multifacetado da censura, preparando o terreno para a análise posterior do material vetado de M.

Propõe-se inicialmente, uma consideração quantitativa distribuindo-se os editoriais censurados nos subtemas já referidos.

Considerando-se apenas os editoriais cujas temáticas se repetem é possível chegar-se ao seguinte quadro:

EDITORIAIS CENSURADOS	QUANTIDADE
QUESTÕES POLÍTICAS	
1. Críticas ao Regime	08
2. Violência Policial/Esquadrão da Morte	06
3. Repressão Política	04
4. Sucessão Presidencial	03
QUESTÕES ECONÔMICAS	
1. Críticas à Política Econômica	12
CENSURA	
1. Imprensa	02
QUESTÕES DE POLÍTICA INTERNACIONAL	
1. Peru	02
TOTAL	37

¹¹¹ TAMER, Alberto. Feira: êxito econômico, porém malogro político. OESP, SP, 10nov1973. p. 16.

Observa-se, em primeiro lugar que, no cômputo geral, se repete na censura aos editoriais o que já foi constatado.

As matérias referentes à unidade temática classificada de **QUESTÕES POLÍTICAS** acentuando-se o subtema **Críticas ao Regime**, predominam sobre as demais, com a presença insólita do subtema **Críticas à Política Econômica**, com dados quantitativos mais elevados comparativamente à totalidade do material vetado. Ainda nesta direção debatem-se subtemas que, em termos gerais, possuem quantidades relativamente elevadas quanto à frequência; no total dos editoriais censurados não apresentam o mesmo destaque (é o caso da **Repressão Política** e da censura à **Imprensa**). Por último, outra nota aparentemente insólita é a presença de dois editoriais vetados sobre a problemática do **Peru**.

Neste momento, propõe-se a análise de cada um desses subtemas destacados (os mesmos aparecerão por ordem decrescente de incidência quantitativa):

a) Críticas à Política Econômica:

1. OESP comenta as críticas da população aos exageros devido a "*incorrecções no preenchimento da declaração*"¹¹². O editorial se coloca a favor do Imposto de Renda que considera como "*a mais justa das formas a que o neocapitalismo liberal pode recorrer para justificação da desnecessidade dos coletivismos distributivistas*"¹¹³. Acredita que o imposto seja justificável para deter o avanço da "ditadura do proletariado" sendo que teria uma "*função social reguladora sem que por isso desestímule a liberdade de iniciativa e o direito de propriedade*".¹¹⁴

Após essa afirmação dos princípios do Liberalismo, as críticas vêm na direção da concentração de poderes do governo:

*"Tudo isto parece de secundária importância se não fosse pelo sintoma de prepotência governamental que revela. A máquina estatal brasileira está ficando imbuída de um sentido majestático do poder que já ameaça reduzir o cidadão anônimo das ruas, e até o representante ilustre do povo e do empresariado, a uma subserviência timorata."*¹¹⁵

2. Três dos editoriais vetados contendo **Críticas à Política Econômica** referem-se à demissão do Ministro da Agricultura Cirne Lima por divergências com o Ministro Delfim Netto, quanto à condução da política agrícola do País. Sabe-se que OESP possuía atritos em relação à posição de "superministro" do sr. Delfim Netto, e, mesmo, mais tarde, contra o ufanismo do propalado "milagre". É interessante observar suas posições em relação à referida demissão:

"Constitui surpresa a sua [do ministro Cirne Lima] repentina acusação contra os imaginários males advindos dos investimentos de capital no desenvolvimento industrial do país (sic). É bem verdade que s. exa. concentra a sua discordância na participação das corporações multinacionais no panorama econômico brasileiro. Mas há nos corsi e ricorsi deste argumento um ar tão denso de familiaridade com o universo do discurso nacionalista, entre nós reinante desde o fim da Segunda Guerra Mundial até meados da década de 60, que a primeira dúvida a instalar-se na mente de quem a lê [refere-se à carta de demissão do ministro] é a de saber se o sr. Cirne Lima faz demagogia por convicção ou por desconhecimento de causa. De fato, trai uma ingenuidade palmar o homem político que neste mundo interdependente, em que os próprios países socialistas abrem de par em par as suas portas ao capital e à tecnologia internacionais, pretendesse limitar a expansão de qualquer economia nacional à participação exclusiva dos capitais internos. (...)

*Dir-se-ia que ao retirar-se de uma equipe cujo mandato se aproxima do término, em sinal de protesto contra uma política que vem sendo consistentemente desenvolvida não a partir de ontem, mas desde os primeiros dias da Revolução de 64, s. exa. não teve presente o valioso apoio que lhe emprestou durante mais de três anos de colaboração à frente da pasta da agricultura."*¹¹⁶

3. Outras três matérias comentam a questão da mudança na política salarial com a correção de resíduos do ano anterior (1973) e com base de cálculo estabelecida por 12 meses e não mais por 24 meses. Além disso, naquele momento (final de 1974), como as modificações somente passariam a entrar em vigor a partir de janeiro de 1975, o governo estava propondo um abono imediato de 10%.

A posição do jornal é a de crítica a essa atitude, alegando a necessidade de se manter a coerência com os ideais "revolucionários" de combate à inflação (para OESP, salário gera inflação). Seguem alguns trechos:

*"A coerência é atributo indispensável a qualquer revolução que aspire à permanência."*¹¹⁷

"Eles [referindo-se à Roberto Campos e Delfim Netto] souberam trocar o efêmero da populari-

¹¹² DECLARAÇÃO de renda e prepotência. OESP, SP, 4abr1973. p. 3.

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ Ibidem.

¹¹⁵ Ibidem.

¹¹⁶ A renúncia de Cirne. OESP, SP, 11maio1973. p. 3.

¹¹⁷ A coerência em crise. OESP, SP, 24out1974. p. 3.

dade pelo ideal, ainda que longínquo de uma economia em bases estáveis e de sua pré-condição: uma política salarial realista."¹¹⁸

*"Mas é de se perguntar se o governo conseguirá deter o aumento inflacionário e se será real o aumento salarial e se o crescimento da demanda não levará ao crescimento da importação o que prejudicaria o crescimento econômico."*¹¹⁹

b) Críticas ao Regime:

1. O jornal critica a ausência de diálogo no País e a falta de garantias constitucionais para o cidadão. Entretanto, aproveita para deixar clara sua posição que não é totalmente contrária ao sistema eleitoral indireto e fazer a defesa da democracia. A matéria é um comentário à fala do presidente nacional da ARENA, Petrônio Portella relativamente ao sistema eleitoral:

"...o sistema de eleição indireta não implica a supressão do diálogo. Não havendo um debate profundo, com ampla participação popular, num quadro caracterizado pela plena vigência do Estado de Direito, com todas as garantias inerentes aos direitos individuais – a principiar pelo habeas corpus – o pleito jamais será democrático. (...)

Num ponto estamos totalmente de acordo com o sr. Petrônio Portella 'as instituições têm necessariamente de ser moldadas pelas inspirações da história'. E nossa história nos aponta o caminho da democracia. Aí acabam as coincidências. A democracia, tal como a concebemos, é um regime sem qualquer afinidade com a Democracia (grifo do autor) que seduz o Presidente da Arena."¹²⁰

2. Num balanço do governo Médici, o jornal analisa o Ministério da Justiça exercido nesse período por Alfredo Buzaid, dizendo que o Judiciário em sua gestão reduziu-se a velar pela Segurança Nacional: *"a subversão foi sobretudo usada como um bicho-papão para justificar o desrespeito da lei por parte daqueles que deveriam defendê-la."*¹²¹

3. Ainda realizando o balanço do governo Médici mas, desta vez ao analisar o Gabinete Civil, o jornal apontou a hipertrofia de suas funções que, nesse governo foram assumidas pelo sr. Leitão de Abreu que é o alvo das críticas deste trecho, bem como os dois partidos políticos:

*"Agiu [referiu-se ao sr. Leitão de Abreu] como rígido intérprete de um sistema para o qual os partidos não passam de meras excrescências decorativas. Arena e MDB cumpriram, assim, em atmosfera de indiferença geral, o triste papel que o regime lhes atribuiu. Realizaram suas convenções, lançaram seus candidatos a uma eleição (grifo do autor) da qual o povo não participou, travaram escaramuças floridas num Congresso privado de qualquer função política significativa."*¹²²

4. Comentando as eleições próximas (novembro de 1974), o jornal aponta para mudanças em marcha e de quebra tece elogios ao "acerto" do movimento de 64, mas, elabora críticas aos seus "desvios":

*"A Revolução Brasileira em 1964 foi indiscutivelmente uma vigorosa afirmação da consciência política nacional. Por cerca de três lustros fora ela comprimida e oprimida ilícitamente, embora sensivelmente majoritária. Majoritária, mas dividida, inerte e, além de tudo, cerimoniosa e protocolar. Mesmo assim, teve, por duas vezes, breves períodos intercorrentes de vitória que acabou por deixar que se escoasse pelos ladrões esses operosos descuidistas da cheia, os quais, pelo contrário, nada tem de convencionais. Finalmente, produziu-se o pronunciamento das armas, sensibilizadas ante a iminência de colapso do regime. Com esse movimento venceu a melhor tradição democrática, longamente espezinhada, na República pela infidelidade de muitos e de seus supostos servidores. (...) Acontecer, propriamente, não aconteceu nada. Talvez pelo contrário, esteja desacontecendo alguma coisa: a euforia do 'milagre' que há um ano tende a entrar em recesso. Ou 'milagre' que acabou por tornar-se a grande justificativa da Revolução na atual conjuntura mundial e depois de algumas notórias extravagâncias nossas, parecem ter ido por água abaixo de vez. Seria preciso suscitar outro para suprir-lhe a falta. Com isso, veio uma geral e repentina tomada de consciência da situação nacional. Certo ou errado, generalizou-se a convicção de que desse mato não sai coelho. Aparentemente o sistema já disse ao que veio, mas nem assim prepara o terreno para mudança fundamental que todos esperam e que seria simplesmente o modo de voltar ao normal. O que não se corrigiu em dez anos, não se corrige mais com o mesmo equipamento. É hora de sair para táticas diferentes, ainda que conservando a mesma concepção estratégica essencial."*¹²³

¹¹⁸ Idem.

¹¹⁹ A reviravolta na política econômica. OESP, SP, 26out1974. p. 3.

¹²⁰ A fala de Portella. OESP, SP, 20jan1974. p. 3.

¹²¹ Balanço de um governo: justiça. OESP, SP, 3mar1974. p. 3.

¹²² Balanço de um governo: gabinete civil. OESP, SP, 7mar1974. p. 3.

¹²³ E agora? OESP, SP, 10nov1974. p. 3.

5. Analisando o resultado das eleições de novembro de 1974, o periódico apresenta a sua concepção de democracia representativa neoliberal:

*"Mais que uma doutrina econômica, a democracia representativa neoliberal é uma teoria política cuja meta consiste em educar o homem para a liberdade. Trata-se portanto de uma experiência que, a exemplo de todas que incidem sobre sociedades humanas, nunca se esgota. É a esta luz que se impõe analisar as conseqüências do ato eleitoral de 15 de novembro."*¹²⁴

c) Violência Policial / Esquadrão da Morte:

Destaca-se, inicialmente, que os seis editoriais que trabalham com esse subtema, não se relacionam com a questão mais ampla da violência policial, e sim, tratam especificamente da temática do Esquadrão da Morte.

Em diversas ocasiões, o jornal manifesta sua posição no sentido de que representa uma afronta ao Judiciário a forma pela qual estavam ocorrendo os "julgamentos" dos implicados nos crimes do Esquadrão, bem como se expressa na direção da condenação à chamada "Lei Fleury"¹²⁵, assim denominada por alusão ao Delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury, em benefício do qual ela foi especificamente criada. O referido Delegado era figura tão forte do Sistema que chegou a ter seu nome impedido, com exclusividade, de ser veiculado em matérias que versavam sobre o Esquadrão. Seguem alguns trechos:

*"O problema do 'Esquadrão da Morte' não tem as conotações que lhe emprestam os órgãos mencionados [aqui a referência é à Associação dos Delegados de Polícia]. Trata-se de mais uma apuração de crimes de homicídio praticados, com requintes de crueldade, por policiais que se erigiram em árbitros da Justiça. Se, depois de os cometerem, se atrelaram ao Sistema de Segurança do Estado, isto não lhes dá imunidades e nem lhes confere tratamento privilegiado perante os Tribunais."*¹²⁶

*"Não se poderia, honestamente, reconhecer 'bons antecedentes' a quem responde a uma dezena de processos que resumam uma corrupção sem limites. Todos esses fatos, todo este procedimento deslustra as tradições da Magistratura e do Ministério Público paulistas, levando ao mais completo descrédito a própria justiça."*¹²⁷

*"A gravidade da crise não pode ser negada. Resta esperar que o governo, usando dos meios de que dispõe se decida, de uma vez por todas, a lutar contra a corrupção policial. Não devemos esquecer que uma das metas mais caras à Revolução de 64 era a preservação dos órgãos incumbidos de processar a distribuição da Justiça dando a cada um o que é seu, na velha e sempre atual definição do Direito Romano."*¹²⁸

*"A modificação em apreço [no caso, a Lei Fleury] parece ter sido formulada para favorecer os réus do chamado 'Esquadrão da Morte' a julgar pelo relaxamento da prisão de um delegado [o delegado Fleury] e de um investigador pronunciados em dois processos por homicídio."*¹²⁹

*"Nos bastidores dos julgamentos dos crimes do Esquadrão da Morte certos atos foram praticados e, outros, omitidos, para que todos soubessem do grande interesse do sistema de segurança na preservação dos mais expressivos componentes daquele bando de criminosos."*¹³⁰

*"Mas não se detiveram aí estes policiais truculentos e rudes, estes censores do Poder Judiciário (...) e chegaram a imitar o exemplo das 'gangs' que nos Estados Unidos, na década de 30, vendiam 'proteção'. Montou-se, enfim, em São Paulo uma 'maffia' altamente eficiente e violenta, intervindo nas guerras de quadrilhas, disposta a eliminar quantos tentassem barrar-lhe os passos."*¹³¹

d) Repressão Política:

As matérias de repressão política representam condenações à forma, como são tratados os presos políticos, à flagrante ilegalidade da manutenção da incomunicabilidade além dos 10 dias permitidos por lei, ao sistema carcerário que mistura todos os tipos de presos e à prisão ilegal e a tortura de jornalista de OESP.

1. Comentando sobre a prisão da Ilha Grande, o editorial afirma:

"... não há distinção entre o traficante de drogas, o tarado sexual, o policial-bandido, o terrorista

¹²⁴ Os novos eleitos. OESP, SP, 3dez1974. p. 3.

¹²⁵ A chamada "Lei Fleury" permitia aos réus com bons antecedentes, os réus primários, responderem aos processos em liberdade.

¹²⁶ Pressões contra o Judiciário. OESP, SP, 7nov1973. p. 3.

¹²⁷ A Justiça levada ao descrédito. OESP, SP, 22dez1973. p. 3.

¹²⁸ A corrupção policial e a Justiça. OESP, SP, 5jan1974. p. 3.

¹²⁹ Serão uns mais iguais que os outros? OESP, SP, 27jan1974. p. 3.

¹³⁰ Os jurados zelam pela Justiça. OESP, SP, 30mar1974. p. 3.

¹³¹ A Justiça precisa ser restaurada. OESP, SP, 24jul1974. p. 3.

ou alguém condenado por delitos de opinião. Todos são tratados como animais e vivem amontoados numa atmosfera de incrível promiscuidade."¹³²

2. O editorial transcrito, em parte, abaixo analisa a prisão e as violências cometidas contra o jornalista Carlos Garcia, da sucursal do Recife de OESP. A referida prisão ocorreu sob o pretexto de que ele escrevera uma matéria (segundo OESP com "perfeita objetividade") sobre a invasão violenta por parte de dois policiais ao Gabinete do líder da oposição da Assembléia Legislativa de Pernambuco:

"Pretendiam os esbirros que o interrogavam e agrediam que o nosso companheiro confessasse (grifo do autor) ter conhecimento da existência de uma célula comunista instalada na Redação de "O Estado" a mando da qual agiria no Recife."¹³³

O mesmo editorial encerra criticando o regime e deixando claras suas divergências com o Estado autoritário brasileiro pós-64:

"Nesta hora em que tanto se fala de abertura política e de uma gradual volta ao Estado de Direito, episódios como o de Recife confirmam a existência no País de um sistema voltado para a repressão irracional, movido pelo ódio, e que pretende agir autonomamente, colocando-se acima das Forças Armadas e da própria pessoa do Presidente da República. Esse monstro tentacular, que projeta do Brasil a imagem de uma republiqueta sem lei, precisa ser destruído."¹³⁴

É de particular importância este último editorial citado, publicado na data da posse do general Ernesto Geisel. É conveniente lembrar que o pretexto para a instauração da censura prévia a OESP foi a questão da luta pela sucessão presidencial envolvendo o nome de Ernesto Geisel.

É sintomática a prisão e o tipo de acusações ao jornalista de OESP, exatamente nessa data.

e) Sucessão Presidencial:

Os editoriais vetados versando sobre a problemática da sucessão presidencial, em linhas gerais, representam uma crítica à escolha indireta e ao sigilo que envolveu essa opção. Por outro lado, ao mesmo tempo que criticam esse aspecto do regime autoritário, apontam para qualidades do mesmo no plano econômico, confirmando a tônica das posições do jornal de não-divergência em relação à "necessidade" do movimento armado de 1964 e condenação a alguns desvios de rumo por ele cometidos.

Destacam-se trechos particularmente significativos:

"O anúncio de seus nomes [do presidente e do vice] teve, contudo para a esmagadora maioria da população o sentido de uma revelação. (...) É o sistema de indicação que continua chocando. Mas a confirmação da evidência, apesar de tudo, deixou um rastro de amarga melancolia. Poder-se-ia talvez dizer que ela tornou mais notória uma contradição do sistema. Era muito cedo e era demasiado tarde para uma matéria de tamanha importância. Muito cedo porque a certeza sobre o nome de um presidente da República nove meses antes da data de sua posse carrega consigo a eliminação da opinião pública como sujeito do processo. Muito tarde porque o sigilo oficial foi rigorosamente mantido até o fim, numa demonstração do caráter vertical da escolha, embora a decisão fosse já do conhecimento do mundo político."¹³⁵

"Não pomos em causa o patriotismo dos homens que hoje enfeixam em suas mãos poderes que jamais governo algum teve no Brasil. Acreditamos também na sua boa fé. Sua convicção de que agem sempre em benefício da Nação é profunda e sincera. O que nos inquieta é a intransigência, o isolamento, a naturalidade com que uma política para momentos de exceção é erigida em rotina. Como liberais as certezas dogmáticas nos assustam. O culto da infalibilidade é sempre perigoso. Nenhuma elite, por mais válida que seja, pode governar sabiamente sem saber o que dela pensa a massa dos governados."¹³⁶

"Estamos nos transformando numa grande potência. A revolução econômica e cultural tingem todas as classes sociais com efeitos benéficos. A longo prazo as perspectivas são magníficas. A ausência de uma revolução política paralela torna, porém, as mudanças em curso traumatizantes."¹³⁷

"A opinião pública tem condições para ser sujeito. Merece ser, pelo menos, ouvida."¹³⁸

f) Censura à Imprensa:

¹³² Violações aos direitos humanos. OESP, SP, 18nov1973. p. 3.

¹³³ Um episódio lamentável. OESP, SP, 15mar1974. p. 3.

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ Escolhidos presidente e vice. OESP, SP, 28jun1973. p. 3.

¹³⁶ Idem.

¹³⁷ Ibidem.

¹³⁸ Ibidem.

Um dos editoriais vetados sobre a problemática da censura à imprensa, comenta, inicialmente, que a seleção brasileira de futebol publicou um comunicado nos jornais de domingo contra a imprensa devido às críticas à sua atuação. O editorial censurado aproveita, no momento em que se coloca contrário à atitude dos atletas, para posicionar-se quanto à importância da liberdade de imprensa no mundo para a construção da história. Estabelece, de quebra, uma comparação entre a falta de liberdade de expressão na URSS e no Brasil:

*"... em que medida as restrições opostas um pouco em toda a parte ao direito de informação obedecem ao propósito deliberado de impedir que a história de amanhã registre os corsi e ricorsi da história da atualidade. Por outras palavras, se o boicote a certas informações, o veto à divulgação a certos fatos não constitui entre nós um sucedâneo mais insidioso mas infinitamente mais eficaz das reedições expungidas de obras como por exemplo a 'Enciclopédia Soviética'. Com efeito, enquanto estas refazem a história, a coação da imprensa executa um trabalho precursor, ao não permitir que se consignem o ato histórico consumado. Assim o falso estadista de hoje esperaria aparecer à face das gerações de amanhã revestido da púrpura dos ungidos pela abnegação."*¹³⁹

Outro editorial censurado traz à tona a questão da responsabilidade dos meios de comunicação ao comentar a proibição, por parte do Ministério da Justiça, da publicação de revista especializada no crime e em criminosos famosos. OESP coloca que a irresponsabilidade de certas publicações acaba por justificar o exame prévio por parte do governo relativamente aos órgãos de divulgação, acabando por prejudicar toda a imprensa. É muito interessante este editorial, pois, coloca a concepção do jornal sobre a questão da responsabilidade do jornalista como um limite na problemática da liberdade de expressão.

*"À ordem, oposto do caos, chega-se pela responsabilidade - caminho nem sempre fácil mas o único concebível. E ela nada tem a ver com a subserviência e o servilismo. Como aconteceu com o ser humano, também, os veículos de comunicação são pessoas de direitos e deveres."*¹⁴⁰

g) Peru:

Os dois editoriais censurados, já aludidos anteriormente, tratam sobre a questão da política interna peruana e são muito interessantes, pois, de um lado, acentuam a posição conservadora do jornal, e, de outro, o caráter da censura que, na sua rigidez, chega a vetar opiniões, teoricamente, semelhantes às do regime autoritário. Os vetos ocorrem, porque um dos editoriais continha referências (mesmo que críticas) a D. Helder Câmara, cujo nome era virtualmente cortado em todas as publicações e o outro, porque aludia ligeiramente à condenações internacionais à repressão chilena e brasileira, embora o tom fosse o de cobrança no sentido de que internacionalmente também houvesse manifestações contra a repressão peruana.

OESP se manifesta nos dois editoriais contra o regime político peruano do general Juan Velasco Alvarado que considera autoritário e repressivo. A todo o momento cobra dos setores ditos progressistas ou avançados, um posicionamento crítico contra o regime peruano. Como exemplo, o seguinte trecho:

*"É o silêncio com que a consciência revolucionária do mundo para traduzir em romântica hipérbole aquela corrente cuja moral política se define pela frase segundo a qual 'não há inimigos à esquerda', assiste ao sacrifício de um povo diante da fria determinação de um regime apostado em perpetuar-se. Quem já se acostumou ao autoritarismo da indignação do Arcebispo de Olinda e Recife e de tantos outros corações regularmente sensíveis ante as violências praticadas por vários regimes de facto (grifo do autor) existentes no mundo, estranha-lhes hoje a compungida indiferença. Ter-se-á empedernido o espírito de s. exma. revma., pelo uso e abuso das emoções humanitárias? Ou não passará o seu desinteresse de um reflexo automático da apatia de certa imprensa, de entre a qual é justo salientar em Paris LE MONDE e em Nova York o TIMES, perante o direito que a revolução peruana tem de se defender 'como julgar melhor' e com 'as armas que estão ao seu alcance', quando lhe assiste o carisma da ideologia anti-imperialista?"*¹⁴¹

Encerrado este momento de análise do material produzido e vetado de OESP, é preciso firmar alguns pontos.

Parece claro que o material censurado demonstrou a um só tempo os parâmetros nos quais se inscreve a censura prévia a um órgão da grande imprensa neste País (no momento histórico situado entre 1973 e 1975 – período que abrange a presente pesquisa), bem como a relação entre a censura e a época vivenciada pelo Estado autoritário brasileiro pós-64.

Há coerência cristalina no pensamento político de OESP tomando-se o período que antecede imediatamente o golpe militar de 1964, as primeiras resoluções do governo "revolucionário", o momento-chave de 1968 com o recrudescimento do regime personificado na edição do AI-5, bem como ao longo da vigência da censura

¹³⁴ Futebol e Imprensa. OESP, SP, 3jul1973. p. 3.

¹⁴⁰ Informação e responsabilidade. OESP, SP, 21set1974. p. 3.

¹⁴¹ Qual a diferença? OESP, SP, 25nov1973. p. 3.

prévia, no que foi possível acompanhar (29 de março de 1973 a 3 de janeiro de 1975). OESP coloca-se sempre na defesa da "democracia representativa neoliberal" e cujos princípios encontram-se claramente explicitados no Liberalismo lockeano. Guardadas as proporções, estes mesmos ideais políticos estão presentes no pensamento dos militares mais ligados às idéias difundidas pela Escola Superior de Guerra, conhecidos como grupo da "Sorbonne". Enquanto a condução dos rumos do País pertenceu a esse grupo no pós-64 (num primeiro momento, o governo Castelo Branco), não houve divergências de profundidade entre OESP e o comando do poder Executivo da Nação. A partir da "mudança de rumo", do "desvio da rota revolucionária", com a passagem do controle do poder ao grupo dos militares da "linha-dura", as diferenças se aprofundam, as críticas se acentuam, fecha-se o cerco da censura para calar a voz destoante. O mesmo fato explica o começo da repressão definitiva a OESP, na forma da apreensão de 13 de dezembro de 1968 e explicita a instauração da censura prévia; a partir do episódio da divulgação da sucessão presidencial de Médici ("linha-dura") por Geisel ("Sorbonne"). E esclarece o final da presença diária do censor na redação, como um presente de 100 anos, parte da estratégia de controle do processo de abertura política do governo Geisel. A leitura dessa sucessão de acontecimentos é a de que pode ser compreendida à luz de diferentes concepções, quanto aos rumos políticos a serem seguidos pelo País entre alas militares divergentes: "linha dura" x "Sorbonne". Em meio a isso, como contraponto, o compromisso de OESP com os objetivos defendidos por uma dessas alas ("Sorbonne").

A análise do material vetado de OESP, seus dados percentuais, as unidades temáticas e os subtemas, ao lado dos respectivos assuntos que os compõem, apresentam grandes semelhanças com as ordens telefônicas e os bilhetes enviados às redações, já objeto de estudo em outros trabalhos. Neles se encontram:

- a mesma predominância das QUESTÕES POLÍTICAS sobre as demais temáticas, com claro predomínio do subtema da **Repressão Política** (aqui incluída a censura à imprensa);
- o percentual relativamente baixo das QUESTÕES ECONÔMICAS e SOCIAIS;
- as proibições aparentemente insólitas, como as que não permitem a divulgação das compras efetuadas pela Petrobrás de outros países; os seqüestros (Carlinhos, Patrícia Hearst), os assaltos e demais acidentes;
- a força dos vetos às conflituosas relações entre a Igreja e Estado no período.

O que justifica a pesquisa intensiva ao material produzido e vetado de um jornal como OESP?

A produção realizada por um periódico, diz de suas crenças, concepções políticas, das causas que abraça; em suma, representa um painel à leitura de sua visão de mundo, do seu referencial a partir do qual ele fala.

A censura realizada diretamente pelo censor, evita a queda na tentação da crença na possibilidade da neutralidade e objetividade a que as ordens enviadas à distância podem conduzir. A mão do censor ao vetar, mostra a diferença entre a ordem recebida e a prática vivenciada sofrendo a dupla influência do texto a ser lido que pode não conter exatamente o que a instrução diz e do ponto de vista do sujeito (censor) frente ao material a ser vetado.

Somente nesta perspectiva podem ser compreendidos vetos a elogios à política econômica, porque tocavam na questão tabu da política salarial. Os cortes em textos de críticas à postura da Igreja Católica (contrária ao regime), somente porque o nome proibido de D. Helder Câmara é citado.

Análises simplistas colocam em dúvida a capacidade intelectual do censor, visto como um burocrata. O trabalho com as ordens enviadas às redações, faz crer na existência de divergências muito maiores entre o Estado autoritário brasileiro pós-64 e um órgão da grande imprensa, como OESP.

O trabalho com a matéria produzida pelo jornalista e diretamente vetada pelo censor, pela prática dos sujeitos que contém, pode dar a justa medida das complexas relações entre a imprensa e Estado neste momento determinado, afastando os reducionismos que esmaecem a riqueza de compreensão das relações sociais envolvidas nesta temática.

Ainda um ponto a clarear e que permeia a questão dos vetos excessivos às matérias versando diretamente sobre a problemática da liberdade de expressão. A censura censurando a si mesma, evoca a importância da resistência por parte dos órgãos de divulgação que não captularam às ordens apócrifas e, como castigo, receberam a censura prévia.

1.3. Criatividade: uma estratégia de resistência em construção

Já foi suficientemente enfatizada a importância da resistência de OESP a atuar no limite da autocensura como os demais órgãos representantes da grande imprensa.

Também, já está, assaz claro o mérito que a censura confere ao ato de ocultar sua própria existência. Este aspecto encontra-se integrado ao objetivo maior do Estado autoritário brasileiro pós-64, no sentido da manutenção de uma imagem democrática que escondesse sua face repressiva. Isso como uma tentativa de manter o apoio da sociedade civil a seu projeto, garantindo um mínimo de consenso em torno de sua legitimidade.

É importante, neste momento, assinalar a relevância do fato de OESP, de um lado sofrer a censura prévia

explicitando a oposição ao regime e, em contrapartida, provocando a sua reação repressiva declarada e, de outro, conseguir mostrar ao leitor a existência da censura, forçando-o a um exercício de busca e descoberta a partir do insólito da substituição que leva ao questionamento do que poderia estar oculto e que teria motivado o corte do censor.

Se a censura prévia, preocupa-se em se esconder do público num jogo de gato e rato, evidentemente, a sutil e criativa forma de manifestação ao leitor utilizada por OESP, atinge em cheio os objetivos do Estado autoritário. Em primeiro lugar, porque denuncia a repressão rompendo com a representação democrática criada pelo regime para si mesmo. Em segundo lugar, porque pode levar o leitor mais atento e disposto ao exercício reflexivo a tentar adivinhar qual o objetivo do censor naquele momento determinado construindo assim, ao mesmo tempo, o painel informativo que se ocultava e o perfil da repressão aos meios de comunicação.

Deste modo, considera-se que, duplamente OESP trava uma batalha vencedora contra a dominação imposta pelo regime militar através de sua estratégia de resistência. Conseguir burlar o objetivo maior da censura prévia na forma do duplo ocultamento da informação e da sua existência. Destaca-se assim, dos outros representantes da imprensa escrita que acataram as ordens enviadas pela Polícia Federal às redações. Sua reação de resistência, estabelece com eles um marco divisório que contribui para se compreender o caráter multifacetado das posturas ditas liberais e do exercício concomitante da dominação e resistência.

Em depoimento do professor e jornalista Oliveiros S. Ferreira já aludido, sente-se uma certa tendência a minorar a importância dessa estratégia, quando o professor afirma o aspecto aleatório da escolha - feita por ele mesmo, segundo seu depoimento - do material a ser colocado em substituição ao trecho vetado. Além disso, há o menosprezo relativamente à compreensão por parte do público-leitor no que diz respeito a essa estratégia, quando diz que utilizaram várias fórmulas até chegar a uma que chamasse a atenção pelo insólito de sua presença: a publicação em "suaves prestações" d'*Os Lusíadas* de Luís de Camões, isto no caso de OESP.

É interessante notar que Luís de Camões aparece pela primeira vez publicado no dia 19 de julho de 1973, em substituição a uma matéria relativa à volta ao País do compositor Geraldo Vandré. Neste dia, publicou-se um *Soneto* que faz parte da lírica camoniana e que se inicia com os versos:

*"Que poderei do mundo já querer,
Que naquilo em que pus tamanho amor,
Não vi senão desgosto e desamor
E morte enfim ao que mais não pode ser!"*

Segundo Oliveiros S. Ferreira, somente quando o longo poema começou a ser publicado¹⁴² é que o público pareceu notar que algo estranho estava acontecendo¹⁴³. Quanto ao JORNAL DA TARDE, Oliveiros S. Ferreira afirmou que a redação chegou a receber telefonemas de leitores reclamando que as receitas culinárias não davam certo.

Entretanto, trabalhando-se apenas ao nível de uma memória coletiva que resta no imaginário das pessoas pode-se extrair interessantes observações.

Durante a realização desta pesquisa, inúmeras vezes questionou-se a respeito do assunto, objeto de grande interesse. Estes questionamentos partiram das mais diferenciadas pessoas no que se refere à condição socio-econômica, faixa etária e ramo de ocupação. Quando seus referenciais permitiam uma ampliação das questões e o estabelecimento de um diálogo envolvendo a temática pesquisada, invariavelmente, na memória delas restou desses tristes tempos de institucionalização da ausência de liberdade de expressão:

1. a recordação de uma censura que se efetivava através de bilhetinhos e telefonemas às redações e aqui a referência marcante é ao trabalho de coleta realizada pelo JORNAL DO BRASIL¹⁴⁴;
2. a idéia presente de que houve uma época em que existiu a censura prévia, que se abateu com muita violência sobre os periódicos da imprensa alternativa (os casos citados com frequência são PASQUIM, OPINIÃO e M) e sobre alguns jornais (a lembrança agora destaca OESP, JORNAL DA TARDE e TRIBUNA DA IMPRENSA);

¹⁴² O começo da veiculação d'*Os Lusíadas* em OESP, ocorre no dia 2 de agosto de 1973 (lembrando que a censura ao jornal surge entre agosto/setembro de 1972, portanto, esta estratégia que viria a ser definitiva somente aparece quase um ano após a instauração da censura prévia) em substituição a um editorial vetado, intitulado "Uma fórmula esdrúxula". *Os Lusíadas* surgem como parte de seu Canto Primeiro, destacando as estrofes de 1 a 9 tendo início com os clássicos versos:

*"As armas e os barões assinalados
Que, da Ocidental praia lusitana, (...)"*

¹⁴³ Neste sentido, seria bastante interessante uma consulta, caso haja esse registro, às cartas enviadas pelos leitores de OESP nesse período. Pela amplitude do material consultado, não foi possível realizar esse intento. Fica aqui, no entanto, a sugestão para uma outra pesquisa, na medida em que a consulta a essa fonte seria importante para traçar um perfil do leitor do jornal e do significado que a existência da restrição à liberdade de expressão poderia ter para ele, além de servir para aquilatar a real eficácia dessa estratégia.

¹⁴⁴ Aqui a referência é ao Livro Negro do JB.

3. a mistura da imagem da censura prévia com a da publicação de Camões e das "receitas de bolo".

Assim, entende-se que a repercussão que essa estratégia de substituição obteve é de molde e não menosprezar sua importância que, supera, muitas vezes, os espaços em branco deixados pela TRIBUNA DA IMPRENSA.

Em relação aos espaços em branco deixados no local dos cortes efetuados pelos censores, são necessárias duas ressalvas. Em pergunta a Oliveiros S. Ferreira se os censores reclamavam quando se substituíam as matérias vetadas por poemas, cartas, anúncios ou colunas de **Jurisprudência**, a afirmativa foi a de que não e que a única coisa que não podia acontecer era deixar o espaço em branco no local onde ocorreria o veto.

Hélio Fernandes, da TRIBUNA DA IMPRENSA, confirma essa proibição em uma série de artigos que escreveu sobre os 10 anos de censura do periódico, logo após o fim da censura prévia. Ele menciona o fato de que os censores impediam que se deixasse espaços em branco e isso se traduzia no esforço hercúleo do jornal para se produzir novas matérias diariamente em substituição às vetadas, o que nem sempre era possível. Até que, esgotado por esse desdobramento, o jornal conseguiu um acordo e começou a sair com imensos espaços em branco (estratégia também bastante eloqüente de denúncia da censura para o leitor) onde ocorriam os cortes.

É preciso destacar a questão da estratégia construída lentamente por OESP utilizando formas variadas de substituição dos vetos, sempre com uma sutileza e inteligência, que faz repensar seu aludido aspecto aleatório (segundo depoimento do professor e jornalista Oliveiros S. Ferreira).

Inicialmente, antes de passar para a análise das formas de substituição utilizadas, é preciso estabelecer uma ligação entre a criatividade traduzida na estratégia do jornal na construção dessas formas e a possibilidade de percepção do público-leitor.

Pensando-se a questão das formas utilizadas por OESP para a substituição das matérias vetadas como um processo criativo, entende-se que ele não é aleatório, não surge do nada, e sim, aparece vinculado a todos os referenciais do criador. Observe-se a manifestação de Fayga Ostrower a esse respeito:

"Os processos de criação ocorrem no âmbito da intuição. Embora integrem (...) toda experiência possível ao indivíduo, também a racional, trata-se de processos essencialmente intuitivos (...) Intuitivos, esses processos se tornam conscientes na medida em que são expressos, isto é, na medida em que lhe damos uma forma. Entretanto, mesmo que a sua elaboração permaneça em níveis subconscientes, os processos criativos teriam que referir-se à experiência dos homens, pois só assim poderiam ser indagados a respeito dos possíveis significados que existem no ato criador. Entende-se que a própria consciência nunca é algo acabado ou definido. Ela vai-se formando no exercício de si mesma, num desenvolvimento dinâmico em que o homem, procurando sobreviver e agindo, ao transformar a natureza se transforma também. E o homem não somente percebe as transformações como sobretudo nelas se percebe. (...)

Daí podermos falar da 'intencionalidade' da ação humana. Mais do que um simples ato proposital, o ato intencional pressupõe existir uma mobilização interior, não necessariamente consciente, que é orientada para determinar a finalidade antes mesmo de existir a situação concreta para qual a ação seja solicitada. É uma mobilização latente seletiva. Assim, circunstâncias em tudo hipotéticas podem repentinamente ser percebidas interligando-se na imaginação e propondo a solução para um problema concebido. Representariam modos de ação mental a dirigir o agir físico.

O ato criador não nos parece existir antes ou fora do ato intencional, nem haveria condições, fora da intencionalidade de se avaliar situações novas ou buscar novas coerências. Em toda criação humana, no entanto, revelam-se certos critérios que foram elaborados pelo indivíduo através de escolhas e alternativas."¹⁴⁵

Pensa-se como Fayga Ostrower que há uma intencionalidade na criação humana, que se o processo criativo é intuitivo, relaciona-se necessariamente com a consciência dos homens e que sua sensibilidade e sua cultura atuam na produção de suas "escolhas e alternativas". Deste modo, acredita-se não ser possível imaginar, que a seleção dos materiais para o preenchimento dos espaços deixados pelos cortes do censor, houvesse sido aleatória, processo no qual tanto faria uma coisa como outra. Entende-se, isto sim, que houve uma intencionalidade na escolha que orientou, inclusive, a busca incessante até se chegar a uma fórmula que falasse mais diretamente à percepção do leitor.

Sobre a percepção, Fayga Ostrower afirma

"As formas de percepção não são gratuitas nem os relacionamentos se estabelecem ao acaso. Ainda que talvez a lógica de seu desdobramento nos escape, sentimos perfeitamente que há um nexo. Sentimos, também, que de certo modo somos nós o ponto focal de referência, pois ao relacionarmos os fenômenos nós os ligamos entre si e os vinculamos a nós mesmos. Sem nos darmos conta, nós os

¹⁴⁵ OSTROWER, Fayga. Potencial. In: _____ . Criatividade e processos de criação. 6ª ed., Petrópolis, Vozes, 1987. p. 10-11.

*orientamos de acordo com as expectativas, desejos, medos, e sobretudo de acordo com uma atitude de nosso ser mais íntimo, uma ordenação interior. Em cada ato nosso, no exercê-lo, no compreendê-lo e no compreender-nos dentro dele, transparece a projeção de nossa ordem anterior. Constitui uma maneira específica de focalizar e de interpretar os fenômenos, sempre em busca de significados".*¹⁴⁶

De acordo com Jerome Bruner, a percepção não é isolada independente de um sistema, interagindo com outros grupos de sistemas psicológicos. Assim, não é um produto primitivo ou determinado por estímulos, mas também por fatores da experiência, motivacionais e sociais. Deste modo, o ato de perceber não significa uma passividade do organismo, mas é antes uma atividade de selecionar informações, hipóteses de formas perceptuais e recompõe os **input** para reduzir a surpresa e para atribuir valor aos objetos. A forma de percepção é, de algum modo, a representação externa do mundo.¹⁴⁷

Nos dois autores, sente-se a preocupação em desvencilhar a noção de percepção da idéia de ato isolado, gratuito ou casual. Na concepção de Fayga Ostrower e Jerome Bruner, com a qual se concorda a percepção relaciona-se profundamente com o sujeito que percebe e com os seus referenciais, sua visão de mundo, suas experiências que indicam ou não a possibilidade de perceber e a forma como essa compreensão ocorre. Nesta linha de argumentação, para que o leitor "percebesse" a ocorrência da censura através dos materiais utilizados no lugar dos espaços vetados, era preciso que estivessem de algum modo relacionados com suas expectativas, com suas vivências; em suma, dissessem algo ao seu mundo interior, permitindo-lhe decodificar a metáfora sob a qual se escondia a mensagem transmitida pelo jornal.

Neste momento, relaciona-se a noção de criação e a de percepção, utilizando a expressão de Jerome Bruner que introduz um novo elemento no processo criativo: a surpresa.

Segundo Bruner, o processo criativo tem algo único que é a surpresa. A criação surpreende ainda que seja familiar, amolda-se à forma da experiência humana. Sendo verdade ou ficção, ela tem verossimilhança. Para Bruner, a surpresa no ato criativo assume três formas; mas, somente uma delas, tem relação com o raciocínio desenvolvido: é a surpresa metafórica, cujo valor depende do meio de linguagem estruturado em símbolos. Ela abre novas conexões em percepção, relata onde as relações estavam, antes não suspeitadas. Ainda de acordo com Bruner, a produção da surpresa criativa pede um perfeito controle do meio, não sendo produto de um ato espontâneo.¹⁴⁸

Pensando agora no caso específico de OESP, observa-se que no seu ato de criação de materiais de reposição para os vetos, o elemento que capta a atenção do leitor é a surpresa do insólito causado pela presença de algo em local onde necessariamente não deveria estar, cujo comparecimento naquele momento não faz sentido. Entretanto, para que se chegue à percepção é necessário falar à experiência do leitor e permitir que se reduza o grau de surpresa possibilitando o estabelecimento de relações, atingindo verossimilhança para com a visão de mundo do leitor. E isto se produziu no caso da publicação de *Os Lusíadas* de Camões em OESP e das receitas de bolo no JORNAL DA TARDE, ambos exemplos de percepção da metáfora e remanescentes na memória das pessoas.

Pensando a questão dessa memória e, para finalizar estas considerações, cita-se novamente Fayga Ostrower que relaciona a memória com a percepção e, conseqüentemente, com a vivência:

"Nota-se uma seletividade que organiza os processos em que a própria memória vai se estruturando. A semelhança do que sucede no sensorio, onde a percepção ordena certos dados que chegam a ser percebidos por nós, a memória também ordena as vivências do passado. Em nossa experiência vivencial estruturam-se configurações de vida anterior, formas psíquicas, que surgem em determinados momentos e sob determinadas condições, e são lembradas, 'percebidas' em configurações. De modo similar ao da percepção pelos processos ordenadores da memória, articulam-se limites entre o que lembramos, pensamos, imaginamos e a infinidade de incidentes que se passaram em nossa vida. De fato, se não houvesse essa possibilidade de ordenação, se viessem anarquicamente à tona todos os dados da memória, seria impossível pensarmos ou estabelecermos qualquer tipo de relacionamento. Seria impossível funcionarmos mentalmente. Surgindo por ordenações, a memória se amplia, o que não exclui especificidade maior. Além de renovar um conteúdo anterior cada instante lembrado constitui uma situação em si nova e específica. Haveria de incorporar-se ao conteúdo geral da memória e, ao despertá-lo, cada vez o modificaria, se modificaria em repercussões, redelineando-lhe novos contornos com nova carga vivencial. Nossa memória seria, portanto, uma

¹⁴⁶ OSTROWER, Fayga. op. cit. p. 9.

¹⁴⁷ Baseado em tradução livre da obra de Jerome Bruner em sua Introdução (*Play: its role in development and evolution*. Harmondsworth, Penguin Books, 1976)

¹⁴⁸ A utilização novamente aqui é da tradução livre da obra já citada de Jerome Bruner no capítulo intitulado *Play and criativity*, no momento em que se refere à Surpresa, habilidade e criatividade (p. 66).

memória não-factual. Seria uma memória de vida vivida. Sempre com novas interligações e configurações, aberta às associações."¹⁴⁹

Esta citação remete diretamente à idéia da importância da resistência de OESP que, por sua vez, promoveu a instauração da censura prévia que acabou por gerar esse interessante processo criativo de substituição dos espaços deixados pelos vetos do censor. Entende-se que a criação, ao produzir a surpresa, o processo de busca da melhor fórmula para se atingir ao leitor com base nas suas experiências anteriormente vivenciadas e a percepção que permite a decodificação da metáfora, geraram a formação de uma memória vivenciada, essencial para a compreensão da historicidade.

A própria justificativa desse processo contribui para legitimar a importância deste trabalho de resgate de uma memória perdida na forma da recuperação do material censurado que representa a possibilidade de delimitação de um momento histórico determinado.

Agora uma breve análise dos procedimentos utilizados por OESP na seleção dos materiais de substituição aos espaços em branco deixados pelos cortes produzidos pela censura, no período analisado entre 29 de março de 1973 e 3 de janeiro de 1975.

Quando a pesquisa foi realizada, envolvendo a consulta às páginas destacadas com a existência de vetos¹⁵⁰, num total de 911 páginas, no período acima descrito, foram computadas também duas outras séries de dados que são pertinentes:

- a) a referência ao assunto da página em que apareceu o veto, de acordo com o índice publicado na primeira página do jornal;
- b) a menção ao número da página em que ocorreu o corte do censor.¹⁵¹

A seguir, os quadros resultantes desse cômputo:

assuntos	nº de vezes(*)	nº da página	nº de vezes(*)
Política	342	4	127
País(**)	117	5	97
Exterior	60	6	55
Editoriais/Sumário(***)	54	3	54
Educação	42	16	40
Polícia	40	10	37
Diplomacia	31	14	35
Artes	31	1ª p(****)	30
Cidades	25	18	28
Abastecimento	16	8	26
Igreja	13	17	25
Saúde	12	7	24
Índios	10	23	23
Igreja/Militares	9	20	21
Ensino e Saúde	8	12	20
Militares	8	9	20
Educação/Saúde	5	15	19
Meningite	5	19	18
Cidades/Polícia/Falecimentos	5	11	17
Militares/Índios	5	22	17
Economia	4	13	16
Cidades/Polícia	4	21	14
Petróleo	4	28	13
Educação/Comunicações	4	12	13
Esportes	4	29	12

¹⁴⁹ OSTROWER, Fayga. op. cit. p. 19.

¹⁵⁰ É necessário observar que, em muitas páginas, nota-se a existência de duas ou mais matérias vetadas. Como foram feitas fichas para cada uma das páginas onde foram detectados vetos, têm-se 911 fichas que correspondem a 911 páginas de jornal com incidência de cortes do censor. O total de matérias vetadas, entretanto é de 1.136. A diferença diz respeito ao fato de que há, às vezes, mais de uma matéria vetada por página.

¹⁵¹ Urge comentar que as combinações de assuntos por páginas são muito variadas, de modo que se depara com uma grande série em que alguns aparecem misturados de forma muito diversificada e que, dada a concentração dos temas tratados, nem sempre, encontram-se diretamente relacionados com o veto existente na referida página. Entretanto, é importante situar tanto o número da página como o assunto em questão para que se tenha uma mostra da incidência dos vetos, inclusive em relação às temáticas destacadas na ótica do jornal.

Trabalho	4	26	10
Interior	3	25	10
Tribunais	3	24	10
Índios/Igreja	3	2	7
As decisões do governo	3	30	7
Relações Externas	3	32	7
Alimentação	2	36	6
Sindical	2	31	5
Tecnologia/Ciência	2	34	4
Política/Falecimentos	2	41	4
Chuvas	2	27	4
Posse	2	46	4
Local;	2	42	3
Dos Leitores	1	33	3
Local/Polícia	1	35	3
Cidade/Acidentes	1	48	2
Cidades/Falecimentos	1	45	2
Saúde/Cidades	1	44	2
País/Cidades	1	37	2
Segurança	1	38	2
Natal	1	52	1
Igreja/Terras	1	63	1
Novo Governo	1	56	1
Revolução	1	54	1
País/Comunicações	1	43	1
Rural	1	58	1
Educação/Falecimentos	1	49	1
Transportes/Igreja	1	92	1
Saúde/Polícia	1	50	1
Ecologia/Comunicações	1	39	1
Política Externa	1	47	1
Dia do aviador	1	60	1
Militares/Transportes	1	74	1
Transportes/Terras	1		
Agricultura	1		
A nova política	1		
Brasil/Bolívia	1		
Terras	1		
Igreja/Enchentes	1		
Comunicações/Saúde	1		

* O número de vezes refere-se à incidência de determinado assunto ou número da página em relação ao total de 911 páginas analisadas.

É importante notar que este assunto, tantas vezes presente em 1973, desaparece completamente em 1974 e 1975. A causa desse fato é de que o mesmo foi englobado dentro da temática da **Política**, uma vez que o que aparece assinalado com esta última denominação refere-se somente a questões de **Política Nacional**. Portanto, a partir de determinado momento, passou-se a encaixar num só assunto o que, anteriormente aparecia subdividido em **Política** e **País**. Deste modo, os dados que aparecem computados nesse tópico referem-se somente a 1973.

Convém destacar que, a partir da 2.^a metade do ano de 1974, a denominação para esse assunto se modifica passando a ser **Editoriais/Política**. O primeiro nome, deve-se ao fato de que aparecia, na parte de baixo da página 3 um sumário com um resumo das principais matérias tratadas naquele dia pelo jornal. Na parte superior e central existiam em colunas verticais os editoriais e as matérias das sucursais, geralmente assinadas pelas suas respectivas chefias. Como essas matérias (das sucursais) versavam, geralmente, sobre **Política Nacional**, optou-se, em determinado momento, por modificar a denominação.

8 vezes detectou-se a presença da censura na última página do jornal. Esta, ao contrário da primeira, aparece com numeração própria. Além disso, é importante observar também que, diariamente, o número de páginas do jornal é muito variável.

Em relação aos dados apresentados, é digno de destaque a absoluta predominância dos assuntos **Política** e **País** que representam desdobramentos e acabam sendo superpostos, bem como dizem respeito a questões exclusivamente de **Política Nacional**. Observa-se também o domínio completo das páginas 4 e 5 sobre as demais, sendo que elas situam exatamente os assuntos dedicados à **Política** (dentro da divisão temática utilizada pelo jornal). Este fato está de acordo com os percentuais apresentados que localizam o maior número de matérias vetadas dentro da unidade temática das **QUESTÕES POLÍTICAS**.

O que interessa ao jornal é demonstrar ao leitor que algo estranho estava acontecendo. Isto somente poderia acontecer se conseguisse criar uma surpresa, pelo insólito da presença de alguma coisa em local onde naturalmente não deveria estar. Neste sentido, várias estratégias foram utilizadas para promover o espanto com a função de instigar o leitor a procurar as razões dessa alteração do que é costumeiro.

Tratando-se dessas estratégias, uma delas refere-se à modificação da diagramação original ou à manutenção da mesma. Nota-se que, no início do período consultado, a tendência foi a de manter inalterada a diagramação

da página em que ocorrera a censura; ao mesmo tempo em que se observa a propensão a cortes em matérias na íntegra ou, pelo menos, em grandes trechos. Com o passar do tempo (notadamente a partir da 2ª metade de 1974), os cortes do censor reduzem-se somente ao estritamente necessário; vetando, às vezes, palavras ou frases apenas. No momento em que isto ocorre, surge a inclinação a deixar pequenos espaços em branco no local onde houve o veto e, ao mesmo tempo, inserir no final da matéria uma substituição (geralmente relativa a trechos d'Os Lusíadas de Camões) indicando a censura. Este tipo de evento caracteriza-se como uma mostra de alteração da diagramação. Há, portanto, números elevados para manutenção, bem como para a modificação da diagramação original, e, tanto num caso como no outro, correspondem a um elemento de surpresa para o leitor. O quadro no que se refere a esse aspecto é o que se segue:

DIAGRAMAÇÃO	INCIDÊNCIA(*)
Alteração	395
Manutenção	516
Total	911

* O número de vezes (por página) em que houve alteração ou manutenção da diagramação, em relação ao total de páginas consultadas

Estratégias diversificadas foram utilizadas por OESP na substituição das matérias censuradas. Classificam-se basicamente em dois grandes tópicos:

1.3.1. Introdução de assuntos diferenciados

Inicialmente¹⁵², observa-se que não era comum a substituição dos vetos por poesias ou poemas, sendo que, destacam-se nessa fase a presença básica de três estratégias:

1.3.1.1. Carta aos leitores

A substituição por cartas dos leitores, introduzindo em todos os locais onde o censor fazia seus cortes, a coluna **Dos Leitores** que é reservada pelo jornal especificamente para a publicação das queixas, sugestões e, mesmo, congratulações com OESP. Na utilização desta estratégia, havia duas intenções por parte do periódico. Promover a surpresa do leitor através da colocação, em lugar não usual, de uma coluna que, normalmente, apareceria em outra página ou local. Provocar o estabelecimento de ligações no raciocínio do leitor pela publicação de uma carta com assunto insólito (pela utilização da ironia) ou diretamente relacionado com a matéria vetada. Alguns exemplos explicitam melhor estas colocações:

- no dia 30 de março de 1973, duas cartas são significativas. Numa delas, o ministro da Saúde elogia o trabalho (na área) desenvolvido pelo governador Laudo Natel de São Paulo. A outra salienta ironicamente a dificuldade que a geração futura de historiadores teria para escrever sobre a história da "revolução" de 64. No primeiro caso, a estocada atinge a figura do governador paulista que se encontrava em querela contra o jornal por críticas que havia recebido. No segundo, alusão é à censura que impede a veiculação dos acontecimentos, dificultando a tarefa posterior do historiador;
- em 4 de abril de 1973, uma carta de um leitor com uma preocupação de defesa ambiental destaca a importância do cuidado com as flores. Seu título é: "Já é hora de dar mais atenção às flores"¹⁵³;
- publicação de uma carta que critica a violência da Polícia Militar, no dia 6 de abril de 1973;
- apresentação de uma carta (17 de abril de 1973) cuja temática (relativa ao Imposto de Renda) é complementar à matéria vetada que ocuparia aquele espaço;
- no dia 10 de maio de 1973, veiculação de uma carta com referência a Salomão (intitulada "Salomão e Rosas") que, no **Cântico dos Cânticos** fala sobre a "Rosa de Sharon" que personifica os ideais de liberdade. Seguem-se comentários de OESP sobre a não-existência de rosas azuis que seria um sonho irrealizável (como a existência de liberdade no Brasil);
- duas cartas publicadas em 11 de maio de 1973: uma, solicitando que não se plantem marmeleiros, e sim,

¹⁵² Foi feita uma checagem do que efetivamente foi publicado pelo jornal em substituição aos vetos do censor, somente no período que sucede a 29 de março de 1973. O que antecede a essa data com a vigência da censura prévia não foi pesquisado, na medida em que envolveria uma consulta a todas as páginas do jornal, todas as matérias, todos os dias e, como nesse momento a estratégia de substituição de OESP não estava definida, seria bastante problemático localizar com certeza a evidência do corte. Assim, de certa forma, pode-se avaliar a dificuldade do leitor em identificar com clareza, a ocorrência da censura prévia, somente pelo material substituído.

¹⁵³ Esta carta é digna de nota, porque está relacionada com uma "campanha" que OESP viria, brevemente, desenvolver em favor das flores, particularmente das rosas o que também, converteu-se em estratégia de substituição dos vetos da censura.

rosas brancas que simbolizam o silêncio (alusão à censura) e outra, congratulando OESP por sua campanha em defesa das rosas e, recordando Fernando Pessoa e Virgílio. É interessante notar que essas duas cartas possuem endereços metafóricos: Praça da República e Avenida da Liberdade;

●veiculação de trecho de Nota da Redação (11 de maio de 1973) corrigindo erro que teria sido cometido na carta de demissão do ministro Cirne de Lima que foi censurada e, portanto, não publicada;

●no dia 19 de junho de 1973 publicação de uma carta não terminada para enfatizar o fato de que sua função é somente preencher espaço.

1.3.1.2. Anúncios

A substituição por anúncios variados sendo que os mais comuns são os da Rádio Eldorado (emissora pertencente à empresa de OESP), da Agência Estado, Classificados e auto propaganda (como por exemplo, o incentivo à assinatura do jornal). Além desses, anúncios particulares, como é o caso de venda de aparelhos náuticos ou de propaganda do curso de Caligrafia De Franco. Neste aspecto, destacam-se no dia 10 de maio de 1973 (substituindo matérias que versavam sobre a demissão do ministro Cirne Lima) e, mais tarde, repetindo-se a 22 de dezembro de 1973 (substituindo matérias que versavam sobre a demissão do ministro Cirne Lima) e, mais tarde, repetindo-se a 22 de dezembro de 1973, um anúncio da rádio Eldorado, utilizando, ironicamente, a frase "Agora é samba"¹⁵⁴. É digno de ênfase um anúncio da mesma rádio que diz "Som estereofônico que leva a mensagem da rosa ao Brasil"¹⁵⁵;

1.3.1.3. Jurisprudência

Preenchimento dos vetos com matérias da coluna **Jurisprudência** tratando das mais variadas questões do Direito e das Leis. São dignas de nota duas situações dessa coluna: no dia 19 de junho de 1973 destaca-se o tema de **abuso de autoridade** e na subsequente o de **arbitrariedade**. Ambas temáticas são metafóricas em relação à situação de censura prévia vivenciada pelo jornal.

Abaixo segue o quadro com a totalidade dos assuntos utilizados para substituir cortes da censura e suas respectivas marcas quantitativas.

ASSUNTOS	NÚMEROS DE VEZES
Anúncios variados	43
Cartas/Coluna Dos Leitores	30
Coluna Jurisprudência	19
Substituição por outra matéria	4
Substituição por foto	3
Substituição por matérias jurídicas	2
Mudança apenas do título	1
Total	102(*)

* Esses números não são absolutos, ou se referem, cada um deles, a uma matéria ou corte relativo a um trecho vetado, na medida em que a substituição poderia ultrapassar ou não ocupar todo o pedaço censurado. Assim, não correspondem nem ao total de páginas analisadas ou ao todo das matérias disponíveis para consulta, cortadas parcial ou totalmente.

1.3.2. Colocação de poesias e poemas

A grande maioria dos vetos da censura foi substituída por poesias e poemas de autores nacionais e estrangeiros de variadas épocas e escolas literárias. O hábito da substituição por peças da literatura, surge em 29 de junho de 1973, com a publicação de um trecho do poema **Y-Juca-Pirama** de Antônio Gonçalves Dias, poeta romântico indigenista nacional e, a partir daí predominando (embora com recuos, pois, às vezes retoma-se a publicação da coluna de **Jurisprudência** ou de anúncio da rádio Eldorado) até se instaurar em definitivo, em 9 de julho de 1974, quando, pela segunda vez ocorre a veiculação d'**Os Lusíadas** de Luiz de Camões. Convém esclarecer que a publicação (em pequenos trechos) desse longo poema épico começa em 2

¹⁵⁴ Nesta frase, o samba assume não apenas o significado de ritmo musical, mas também o sentido de que as coisas teriam piorado, que a situação seria negativa. Corresponde ao que hoje se traduz em gíria pelo verbo "dançar". Quando se afirma hoje que alguém "dançou" significa que perdeu, "entrou bem".

¹⁵⁵ Mais uma vez aqui aparece a "campanha" das rosas promovida por OESP como uma estratégia para dar ao leitor a possibilidade da percepção da censura.

de agosto de 1973 e se encerra (na sua primeira vez) em 24 de maio de 1974, tendo sido interrompida inúmeras vezes para a divulgação de poesias ou poemas de outros autores nacionais ou estrangeiros. Houve, portanto, muitas dúvidas e oscilações quanto a qual seria a marca (código) registrada para que o leitor tivesse a percepção clara da censura.

Durante todo o tempo em que houve a substituição das matérias vetadas por poemas ou poesias, manteve-se o hábito de publicação de parte da peça literária, utilizando-se o expediente de deixar para o leitor os termos **continuação** e **continua**, às vezes apontando a página do mesmo dia em que ocorreria a seqüência, o que, certamente, era uma indicação de outro local em que a censura estaria presente.

Outras estratégias interessantes, indicativas para o leitor, foram criadas, em se tratando de poemas e poesias, como por exemplo, o hábito de, na publicação d'Os Lusíadas, colocar fora de ordem as estrofes dentro dos Cantos, em diferentes páginas, ou na mesma página. Além disso, utilizou-se a norma de repetir determinadas estrofes, como no caso do Canto Décimo (e último) onde, antes de encerrar definitivamente o poema repetiu-se várias vezes em diversas estrofes. Chegou-se, também, a publicar partes d'Os Lusíadas sem que aparecesse o título, ou mesmo, a veicular com o título do poema de Camões, trecho que, na realidade, pertencia a Y-Juca-Pirama.

Utilizou-se também a grafia antiga da língua portuguesa para a publicação da poesia **Meus oito anos** de Casemiro de Abreu. E, para surpreender ainda mais o leitor, chegou-se a divulgar trecho de poema rimado em latim – é o caso de **Carmina Burana**.

As **Carmina Burana**, de autores anônimos, cuja ênfase é satírica, dirigida contra a Igreja e seus dignitários. Muitas vezes são paródias de hinos latinos ou de trechos da liturgia sendo importantes para a compreensão da mentalidade medieval. É significativo o aparecimento de uma delas como estratégia de OESP na substituição dos trechos vetados, levando-se em conta o fato de que representam uma forma não institucional de resistência em determinadas circunstâncias históricas.¹⁵⁶

No dia 30 de julho de 1974, publicou-se um anúncio, indicando a proximidade do Centenário do jornal com o logotipo que caracterizou todas as homenagens à data: o número 100 tendo abaixo o número 95. A referência é aos 100 anos de existência e aos 95 de independência; durante o período getulista, entre 1940 e 1945, OESP sofreu intervenção e a família Mêsquita foi ao exílio. Dentro desse anúncio comemorativo, fazia-se alusão a Os Lusíadas e a Luís de Camões.

Também foi muito comum, no final do período censório, o corte a palavras ou frases apenas e, nesse caso, a substituição era feita usando-se o nome Os Lusíadas e/ou o autor (Luís de Camões) e/ou o número do Canto, sem inserção de versos ou estrofes.

Seguem-se dois quadros demonstrativos enfatizando:

QUADRO I - autores, obras e número de vezes em que a mesma aparece para substituir matéria vetada.

QUADRO II - estratégias utilizadas por OESP, com poemas ou poesias, para surpreender o leitor, alertando-o para a existência da censura.

QUADRO I

AUTOR	OBRA	Nº DE VEZES
Luís de Camões	Os Lusíadas	656
Olavo Bilac	O caçador de esmeraldas	27
Gil Vicente	A farsa de Inês Pereira	13
Vicente de Carvalho	Rosa, rosa de amor	11
Castro Alves	O navio negreiro	7
Antônio Golçalves Dias	Y - Juca - Pirama	7
Luís de Camões	Soneto	7
Machado de Assis	O desfecho	6

¹⁵⁶ Os poemas rimados denominados de Carmina Burana surgem na Idade Média (por volta dos séculos XII e XIII), em latim ou, parcialmente em alemão medieval, divulgados pelos goliardos. Estes são estudantes universitários, poetas ou religiosos itinerantes que se dedicavam à função de jogral para poderem sobreviver. Suas canções contestam o "establishment" religioso e a moral ascética.

Manuel M. B. du Bocage	A Isbela	6
Fagundes Varela	Cântico do calvário	6
Cecília Meireles	Fala aos pusilânimes	6
Manuel Bandeira	D. Janaina	6
Olavo Bilac	Tercetos	6
Manuel M. B. du Bocage	Soneto	5
Manoel Bandeira	Rondó dos cavalinhos	5
Hilda Hilst	Poema aos homens do nosso tempo	5
Luís de Camões	Inês de Castro	4
Manoel Bandeira	O amor, a poesia e as viagens	4
Castro Alves	Vozes d'África	3
Álvares de Azevedo	Lembrança de Morrer	3
Vicente de Carvalho	Vida	3
Vicente de Carvalho	A esperança	3
Casemiro de Abreu	Meus oito anos	3
Almeida Garrett	Barca bela	3
Jorge de Lima	Soneto	3
Manoel Bandeira	Tema e voltas	3
Marco Túlio Cícero	Catilinária I	3
Manoel Bandeira	Canções da parada do Lucas	3
Manoel Bandeira	Boca do forno	3
Manoel Bandeira	Água forte	3
Manoel Bandeira	A filha do Rei	3
Manoel Bandeira	Trem de ferro	3
Hilda Hilst	O poeta inventa viagem, retorno e sofre de saudade	3
Antônio Golçalves Dias	Canção do Tamoio	2
Vicente de Carvalho	Fugindo do cativoiro	2
Gonçalves de Magalhães	Napoleão	2
Almeida Garrett	Cântico da Noite	2
Manoel Bandeira	Sacha e o poeta	2
Manoel Bandeira	O desmemoriado de vigário geral	2
Manoel Bandeira	A estrela e o anjo	2
Manoel Bandeira	Jacqueline	2
Manoel Bandeira	Flores murchas	2
Manoel Bandeira	Oração à Nossa Senhora da Boa Morte	2
Manoel Bandeira	Canção do vento e da minha vida	2
Manoel Bandeira	A morte absoluta	2
Manoel Bandeira	Mozart no céu	2
Manoel Bandeira	O martelo	2
Manoel Bandeira	Canção das duas índias	2
Olavo Bilac	Virgens mortas	2
Olavo Bilac	Palmeira imperial	2
Olavo Bilac	"In extremis"	2
José B. de A. e Silva	Ode aos Bahianos	2
Antônio Golçalves Dias	O canto do Piaga	1
Antônio Golçalves Dias	O gigante de pedra	1
Antônio Golçalves Dias	No jardim	1
Vicente de Carvalho	Serenata	1
Vicente de Carvalho	Desiludida	1
Vicente de Carvalho	Manhã de Sol	1
Cecília Meireles	Das sentenças	1
Carlos Drummond de Andrade	Poema da purificação	1
Antero de Quental	Com os mortos	1
Humberto Campos	Condor	1
Manuel M. B. du Bocage	A morte para os tristes é ventura	1
Manoel Bandeira	A estrela	1
Manoel Bandeira	Trocidaram o rio (sic)	1
Manoel Bandeira	Desafio	1
Manoel Bandeira	Rondó no Palace Hotel	1
Manoel Bandeira	Marinheiro triste	1
Manoel Bandeira	Cossante	1
Manoel Bandeira	Soneto inglês nº 1	1
Manoel Bandeira	Soneto inglês nº 2	1
Manoel Bandeira	Momento num café	1
Manoel Bandeira	Declaração de amor	1
Manoel Bandeira	Contrição	1
Manoel Bandeira	Maçã	1
Manoel Bandeira	Versos de Natal	1

Manoel Bandeira	Nietzschiana	1
Manoel Bandeira	Cantiga	1
Manoel Bandeira	Estrela da Manhã	1
Manoel Bandeira	Os voluntários do Norte	1
Manoel Bandeira	Canção	1
Manoel Bandeira	Soneto italiano	1
Manoel Bandeira	Pousa a mão na minha testa	1
Manoel Bandeira	O exemplo das rosas	1
Manoel Bandeira	Balada das três mulheres do sabonete Araxá	1
Padre J. J. de Almeida	A remoção do Dr. Salomé	1
Jorge de Lima	Audição de Orfeu	1
Jorge de Lima	Comidas	1
Jorge de Lima	Inverno	1
Jorge de Lima	Missão e promessa	1
Hilda Hilst	Os poetas repensam	1
Cecília Meireles	Canção	1
Cecília Meireles	Glórias ao vento	1
Olavo Bilac	Os Curinqueãs	1
Olavo Bilac	As Amazonas	1
Olavo Bilac	Os matuius	1
Olavo Bilac	Goiares	1
Olavo Bilac	Numa concha	1
Olavo Bilac	As estrelas	1
Olavo Bilac	Os rios	1
Olavo Bilac	Inania verba	1
Olavo Bilac	Música Brasileira	1
Olavo Bilac	Maldição	1
Anônimo medieval	Carmina Burana	1

QUADRO II

ESTRATÉGIA	Nº DE VEZES
Poema/Poesia não concluído	554
Colocação da poesia/poema no final da matéria	310
Aparecimento de pequenos espaços em branco	191
Menção apenas ao título/autor/nº do Canto	148
Interrupção da matéria e colocação de poema/poesia	24
Alteração da ordem (estrofes) nas páginas do jornal	13
Aparecimento de Cantos fora de ordem	5
Alteração da ordem (estrofes) na mesma página	4
Concentração das matérias não vetadas na parte superior da página	3
Publicação de Y-Juca-Pirama com o título d' Os Lusíadas	2
Utilização de grafia antiga	1
Publicação de poema em latim	1
Manutenção da foto sem matéria (vetada)	1
Interrupção d' Os Lusíadas /Colocação de outros poemas/poesias	1
Publicação de anúncio comemorativo ao centenário de OESP juntamente com Os Lusíadas	1

Reafirmando considerações anteriormente expressas, o exame dos quadros de substituição das matérias vetadas, a diversidade das estratégias utilizadas, o número de vezes que se repetem determinados poemas/poesias, bem como a variedade das indicações, a todo momento, deixadas ao leitor, mostram um exercício constante de pesquisa da(s) fórmula(s) mais adequada(s) para atingir o público provocando (pela surpresa) a busca da compreensão das razões que levam à modificação da estrutura rotineira do jornal. Deste modo, o leitor atento chega ao entendimento da existência da censura que passa a identificar, no caso de OESP, com as publicações d'**Os Lusíadas**.

Da mesma forma, como a censura possui uma lógica interna que, somente raras vezes, permite, por um acaso, a emergência do aleatório e sem explicação, a estratégia de substituição das matérias vetadas construída por OESP adquire um sentido que se explicita pela repetição e criação do hábito na identificação (exemplo d'**Os Lusíadas**), na procura de poetas (exemplo de Manoel Bandeira) e poemas (exemplo de **Y-Juca-Pirama**) conhecidos. É necessário, para que haja a percepção, que o símbolo utilizado tenha relação com as experiências

vivenciadas pelas pessoas. Esse fato, ao mesmo tempo, explica a escolha não casual de OESP e a estratégia bem sucedida com o poema épico de Camões que faz parte de uma memória escolar mínima do comum dos indivíduos e hoje, no caso da censura prévia, ficou no imaginário coletivo como lembrança de um tempo em que os cortes dos censores promoveram a sua publicação.

Restou como símbolo de resistência construída no cotidiano de um jornal que, de muitas e variadas maneiras, procurou, em dado momento histórico, fugir de determinada dominação exercida sobre o corpo social.

2. O Semanário Movimento: Democracia, Nacionalismo e os Interesses Populares

2.1. A imprensa alternativa e a proposta do semanário

Para que se tenha clara a questão da emergência da censura prévia em M, é necessário que se explicita sua proposta, enquanto semanário que se constituiu em 1975 e teve a circulação interrompida por força de Convenção interna em 1981. Do mesmo modo como se observou em OESP, são os princípios que defende, os responsáveis pela definição dos limites da censura a ele imposta. São eles que explicam, em última instância, o porquê da continuidade da ação repressiva sobre o periódico, enquanto ela havia sido suspensa em outros órgãos de divulgação a partir de janeiro de 1975. É, portanto, fundamental o esclarecimento dos objetivos que nortearam a montagem e a sobrevivência desse projeto jornalístico.

Entretanto, assim como é difícil desligar a existência de M da vigência prévia que marcou profundamente sua história, não é possível desvinculá-lo daquilo que se chama de imprensa alternativa e, em especial, de certo momento vivenciado por esse tipo de imprensa escrita. É necessário ter clareza a respeito da concepção de imprensa alternativa adotada, em meio a muitas discussões que se travam nesse campo.

2.1.1. Imprensa Alternativa

As opiniões que se referem a imprensa alternativa são bastante variadas, diversificando-se quanto ao momento de seu aparecimento no Brasil, como no que diz respeito às características que a definem e a separam de outro tipo de imprensa ao qual ela se impõe como opção.

Leila Miccolis, no CATÁLOGO DE IMPRENSA ALTERNATIVA, organizado pelo Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular do RIOARTE, órgão vinculado à Secretaria Municipal da Cultura do Rio de Janeiro, preocupada em definir o critério que utilizou para listar os periódicos de imprensa alternativa estudados no referido Catálogo, afirma:

*"Em matéria de alternativos tudo pode acontecer: de revistas de luxo a páginas datilografadas, de encartes que crescem tanto a ponto de se transformarem em revistas a suplementos e colunas literárias que divulgam notícias e textos sobre produção independente, mesmo dentro de jornais da grande imprensa. Diante disso, o critério que adotamos para definir o que seria alternativo (grifo do autor) foi o de listar o que oferecesse algum tipo de resistência contracultural, no sentido amplo: publicações universitárias, de teatro, de música, de vanguarda, de asa delta, de cinema, místico-filosóficas, de fanzines, de grupos estigmatizados (negro, mulher, homossexual, índio), de literatura, de alimentação, natural, de quadrinhos, de humor, de crítica aos costumes, de ecologia, de variedades, etc."*¹

Ciro Marcondes Filho relaciona a imprensa alternativa às experiências de imprensa européia não alinhada, ligando-a ao jornalismo que não quer reproduzir relações de dominação e exploração de capital. Estabelece um elo com o marco histórico do Movimento Estudantil de 1968 e diz:

*"O característico dessa nova imprensa é a proposta de desvinculação das correntes políticas. A 'linha' desses jornais, se é que se pode dar esse nome à sua orientação, é somente a de se dar espaço e publicidade aos grupos postos à margem dos processos políticos, econômicos e sociais. São, portanto, jornais-instrumento (grifo do autor) antes de serem jornais-ideologia. Sua proposta é a de serem apenas porta-vozes e não condução desses movimentos."*²

Falando da experiência brasileira recente com a imprensa alternativa, Sônia Virgínia Moreira, estabelece que os jornais alternativos apareceram em grande quantidade e representaram uma opção ao praticado pela grande imprensa. Ela conclui que:

"... convencionou-se chamar de alternativos os jornais e revistas que nasceram nos últimos vinte anos

¹MICCOLIS, Leila. *Catálogo de Imprensa Alternativa*. RJ, Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular do RIOARTE, 1986. p. 3-4. Ver também da mesma autora: "As diversas manifestações da Cultura alternativa - décadas de 60/70". In: - *Antologia Prêmio Torquato Neto*. RJ, Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular do RIOARTE, 1984. Ano I. p. 75-101.

²MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia*. SP, Ática, 1986. p.141.

e não estavam ligados, via cordão umbilical, à chamada grande imprensa ou imprensa oficial. ³

Alberto Dines localiza a origem da expressão imprensa alternativa, nos anos 60, nos Estados Unidos, onde se criaram em todos os meios de comunicação, uma série de veículos independentes, numa tentativa de desvincular-se de compromissos comerciais e políticos com o poder estabelecido. Considera os alternativos como a vanguarda do jornalismo, não amarrada a " *conchavos, compromissos e Tordesilhas mercadológicas.* " ⁴ Seu desejo é o de informar e procurar a verdade, sem fazer disso um negócio.

Ao conceituar o termo alternativa para um determinado tipo de imprensa, Sérgio Caparelli diz:

"É um dos termos mais apropriados, principalmente porque esse conceito sugere imediatamente referência ao contexto de seu aparecimento. Alternativa indica uma relação com outro, um alter (grifo do autor) que chama a si os que se desviam de um caminho inicial, no caso, a imprensa tradicional." ⁵

Raimundo Rodrigues Pereira, editor de M, define a imprensa alternativa como uma " *imprensa democrática, nacionalista e popular de resistência ao modelo em implantação* " ⁶ sendo que o modelo ao qual ele se refere é o capitalista de desenvolvimento. E relaciona o termo ao " *movimento democrático e popular no Ocidente, que impôs a discussão de formas alternativas de vida, de experiências comunitárias, de contraculturas (grifo do autor), de rebelião dos jovens e temas correlatos.* " ⁷ Ele se contrapõe à concepção de Sérgio Caparelli, no sentido de que ela seria uma correção da rota normal da " imprensa tradicional ". Para ele, enquanto a grande imprensa se monopolizava ligada ao grande capital nacional e internacional e, apesar das divergências setoriais apoiava o regime, a imprensa alternativa defendia interesses nacionalistas e populares e condenava o sistema político do País. Quanto à possibilidade, sugerida na concepção de Caparelli, de que houve um desvio accidental da grande imprensa que depois retomaria seu curso, tornando, portanto, desnecessária a continuidade da experiência da imprensa alternativa, ele opõe a concepção de que a " imprensa tradicional " não retornará de seu acidente de percurso a uma rota em que desse voz a interesses nacionalistas e populares, na medida em que está cada vez mais comprometida com objetivos monopolistas de grandes corporações nacionais e multinacionais.

Levando-se em conta estas conceituações, em muitos pontos divergentes, e tomando-se de empréstimo a Sérgio Caparelli a consideração de que " *alternativa indica uma relação com outro, um alter* " porém, em concordância com Raimundo Pereira, é necessário que se afirme que se a chamada imprensa alternativa, na sua própria designação tem implícito o fato de ser opção a um outro tipo de imprensa, isto não significa que essa outra forma a qual ela se opõe, tenha se desviado de uma rota que lhe é natural.

É necessário distinguir, fundamentalmente dois tipos de imprensa: a convencional e a alternativa. Em primeiro momento, estas considerações não levarão em conta a questão do circunstancial histórico de sua localização.

A imprensa convencional é aquela que se organiza em torno dos princípios liberais, estruturando-se como uma empresa capitalista que pode atingir pequeno, médio e grande porte (e, nesse caso, é chamada de grande imprensa). Na medida em que se orienta pelos princípios do Liberalismo, ela se pauta na suposta defesa da imparcialidade da apuração dos fatos. Distingue, deste modo, dois tipos básicos de jornalismo: o informativo (artigos e reportagens com a presença apenas de descrição dos eventos) e o opinativo (os editoriais e as matérias assinadas, considerados como expressão da opinião do grupo representante do periódico ou de seu autor em particular) ⁸. Assim, sendo pretensamente veículo para a exposição das mais variadas correntes com suposta igualdade de vez e voz em seus órgãos de divulgação. Sua sobrevivência em grande parte vem dos anunciantes que sustentam financeiramente as publicações, e, somente pequena parcela de seus recursos são advindos das vendas em bancas e assinantes. No nível da produção de informações, trabalham com o esquema de grandes empresas, comprando, em termos de notícias internacionais, as informações produzidas pelas grandes agências como Associated Press, France Press, UPI e outras e, em termos nacionais, pode-se afirmar que o mercado é dominado pelos grandes grupos como Agência Estado (de OESP), Agência Globo (do jornal O GLOBO), Agência Folhas (do grupo Empresa Folha da Manhã), etc. .

A alternativa se converte em opção ao modelo convencional, ocupando de variadas formas o espaço deixado pela publicação desse tipo de imprensa. Pode ser organizada em termos empresariais (como, por exemplo, o semanário OPINIÃO, de propriedade do empresário e deputado Fernando Gasparian) ou como propriedade

³ MOREIRA, Sônia Virgínia. " Retratos brasileiros: 20 anos de imprensa alternativa ". In: - *Antologia Prêmio Torquato Neto*. RJ, Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular do RIOARTE, 1985. Ano II. p. 17.

⁴ DINES Alberto. Os alternativos e as aspas. PASQUIM, RJ, 8 ago 1980. p. 3.

⁵ CAPARELLI, Sérgio. *Comunicação de massa sem massa*. SP, Cortez, 1982. p. 44.

⁶ PEREIRA Raimundo Rodrigues. "Vive a imprensa alternativa. Viva a imprensa alternativa!... ". In : - *FESTA*, Regina e LINS E SILVA, Carlos Eduardo (org.). *Comunicação Popular e Alternativa no Brasil*. SP, Edições Paulinas, 1986. p. 61.

⁷ Idem, Ibidem.

⁸ Nesta direção é interessante a leitura à obra de José Marques de Melo *A opinião no jornalismo brasileiro* (Petrópolis, Vozes, 1985) em que apresenta o jornalismo opinativo e o informativo como duas categorias jornalísticas distintas.

coletiva de um grupo de jornalistas e representantes de grupos sociais diferenciados (o caso típico foi o de M, constituído como uma sociedade anônima, com o capital bancado por um grande quantidade de acionistas). A alternativa não trabalha no campo da perseguição de uma pretensa neutralidade e se assume como veiculadora a serviço da defesa de interesses de determinados grupos (aqui incluídos partidos, sindicatos, associações, minorias raciais, sexuais ou nacionais, e mesmo entidades religiosas). É um jornalismo engajado orientado na direção da inexistência de separação entre a informação e a opinião. Sua sustentação financeira advém basicamente da venda em bancas ou de assinaturas (o caso de OPINIÃO e M), de seus associados (a imprensa sindical e de associações), dos filiados (como na partidária) e fiéis (como na religiosa). Como alternativa à imprensa convencional, de uma maneira geral, seu esquema de produção de informações busca recuperar a figura do jornalista/repórter que constrói pela pesquisa a matéria a ser veiculada, buscando fugir da homogeneização das versões das empresas dos países economicamente mais poderosos ou dos grandes grupos jornalísticos nacionais.

A amplitude destas considerações não é de molde a envolver limitações a um momento determinado de aparecimento deste ou daquele tipo de imprensa. Entretanto, é necessário que se faça uma distinção, no caso da imprensa alternativa, em relação ao período de grande desenvolvimento que alcançou, no Brasil, entre o final dos anos 60, a década de 70 e o início dos 80, momento no qual se insere o aparecimento e o término do projeto de M.

A fase de "boom" da imprensa alternativa coincide, portanto, em grandes linhas com o recrudescimento do Estado autoritário brasileiro pós-64, dentre o qual se insere a vigência da censura.

José Luiz Braga, ao analisar as condições de desenvolvimento da imprensa alternativa relacionando-a com a questão da censura instaurada após 1968, assinala alguns fatos que contribuem para sua expansão:

*" - la disponibilité sur le marché d'un grand nombre de journalistes professionnels qualifiés et critiques, concevant leur travail dans une perspective qui s'accommode mal des contraintes de la presse-industrie. Ils se voient plus comme des professionnels libéraux et intellectuels comme des salariés ayant des tâches à accomplir. Ils sont aussi critiques par rapport à la répression du régime et à l'absence de la liberté d'expression;
- l'existence de voix qui ont perdu leur espace de manifestation: des intellectuels, des groupes d'opinion qui n'ont pas le journalisme comme profession mais qui trouvaient dans la presse un achèvement régulier d'expression de leurs idées et positions: à ces voix s'ajoutent celles qui, dans la presse politico-partidaire d'avant-64 étaient plus des militantes que des journalistes;
- un appauvrissement des contenus de la presse et de la télévision, conséquent à la censure, aux alignements des entreprises avec le régime, à une production dirigée à une consommation d'évasion et de masse. Cette production ne peut pas répondre aux attentes de la part du lectorat habituellement bien renseigné."*⁹

Em concordância com as idéias defendidas por J.L. Braga, é necessário que se acrescente que o recrudescimento do Estado autoritário, a impossibilidade de expressão de todas as correntes partidárias e o conseqüente agrupamento de tendências políticas diversificadas com um posicionamento crítico em relação ao regime dentro da sigla do partido da oposição (permitido) MDB, faz com que, esse período seja propício ao desenvolvimento de um tipo específico de imprensa alternativa da qual M faz parte.

A imprensa alternativa tem sua fase áurea nesse momento de repressão política acentuada é a de "frente" agrupando as mais variadas tendências com graus diversos de divergências em relação à continuidade a ser dada à realidade do País, mas que, naquela época, em especial, possuem muitos pontos em comum na oposição ao regime militar, formando um grande bloco considerado, genericamente, como progressista no que diz respeito à análise do circunstancial histórico vivenciado pelo Brasil.

Em torno dessa característica de "frente oposicionista", vão se estruturar projetos jornalísticos como os de OPINIÃO e M.

2.1.2. Proposta do semanário

O semanário M nasceu em 07 de julho de 1975 tendo como núcleo básico um grupo de jornalistas que se retirou de OPINIÃO em protesto contra o afastamento da direção do periódico de Raimundo Rodrigues Pereira, por decisão de seu proprietário Fernando Gasparian¹⁰ em 25 de fevereiro do mesmo ano.

Esse mesmo núcleo de jornalistas era originário da equipe que montara a revista REALIDADE. Assim

⁹ BRAGA, José Luiz. PASQUIM - Hebdo brésilien d'humour. Paris, Thèse pour le doctorat de troisième cycle en Sciences de l'Information et de la Communication, Université de Droit d'Economie et de Sciences Sociales de Paris, juin/1984. p.369-370.

¹⁰ Existem versões diferenciadas a respeito da saída do editor de OPINIÃO. Assim elas são explicadas no Suplemento de lançamento de M, redigido por Raimundo R. Pereira, intitulado "Nasce um jornal" e publicado em 07/07/1975: "Os rumores nascidos com a crise embaralharam extraordinariamente as discussões. Havia dois textos básicos de explicação dos acontecimentos, mas que não saciavam a curiosidade dos interessados: o de Fernando Gasparian, publicado em OPINIÃO, uma nota curta falando da saída da equipe, e o da redação redigido pela equipe e lido na Associação Brasileira de Imprensa, no Rio. Como a redação explicava a saída em termos políticos e o Fernando em termos pessoais, mais especialmente das minhas características pessoais, havia rumores desses dois tipos." (p.4).

Raimundo R. Pereira, em depoimento, assinalou que a divergência política que provocou o seu afastamento de OPINIÃO, dizia respeito à questão de se conferir ou não o apoio ao governo Geisel e ao projeto de abertura política.

Raimundo R. Pereira descreve a dissolução da redação da revista:

*"O fim da primeira equipe de REALIDADE se devia a um desses dilemas a que sistematicamente chega uma equipe que cria um jornal para uma empresa que, com o passar do tempo, e com o sucesso da publicação, começa a acreditar que a publicação é dela, e não do dono. O resultado da crise foi que a equipe saiu, e o dono ficou."*¹¹

A equipe fundou, algum tempo depois, a editora ARTE & COMUNICAÇÃO que possuiu algumas publicações importantes (como BONDINHO, GRILO, JORNALIVRO), mas entrou em processo de falência dois anos após sua fundação. Parte desse grupo se dedicou à montagem de um projeto que nunca passou de um "boneco" (modelo gráfico), chamado ASSUNTO. Segundo Raimundo Pereira, mesmo assim ASSUNTO foi importante *"porque mostra a continuidade de todos os projetos, a preocupação que se tornara constante entre um grupo de jornalistas de São Paulo - a mesma que sempre se repetira entre outros jornalistas, em diferentes épocas e lugares - em fazer um jornal independente. E a convicção de que isso não se faria nos quadros das grandes empresas jornalísticas existentes, aferradas a grandes interesses econômicos, defensoras interessadas de um modelo de desenvolvimento baseado nas grandes empresas como elas e seus anunciantes."*¹²

Bernardo Kucinski (um dos editores de M durante certo período), já trabalhara com Raimundo R. Pereira na revista VEJA, conhecera Fernando Gasparian em Londres e soubera de seu interesse em lançar um jornal no Brasil. Como o projeto o interessasse, Kucinski acabou indicando Raimundo R. Pereira para editor de OPINIÃO e o grupo que elaborava ASSUNTO achou o convite uma boa oportunidade, acatando a idéia com as seguintes expectativas:

*"O sentimento geral do grupo, se é que consigo expressá-lo, era mais ou menos o seguinte: sentia-se um certo cansaço do jornalismo da grande empresa; acreditava-se que a tarefa do jornalista não é apenas a de descrever o mundo, mas de ajudar a transformá-lo (grifo nosso); e que as grandes empresas jornalísticas tinham quase todas, se acomodado a uma situação de censura progressiva que vinha asfixiando a imprensa brasileira há algum tempo."*¹³

Entretanto, o acerto definitivo entre o grupo e OPINIÃO ainda levou algum tempo, porque a equipe insistia em possuir uma boa parcela das ações da empresa (49%) para ter garantida sua presença em todas as decisões. Fernando Gasparian não aceitou e insistiu em manter a propriedade jurídica da empresa, comprometendo-se a não se transformar também em proprietário das idéias do semanário. Como a equipe não conseguiu viabilizar financeiramente seu próprio projeto, aceitou os termos do acordo que, segundo Raimundo R. Pereira, foi cumprido por Fernando Gasparian durante os primeiros 121 números do periódico até sua decisão pelo afastamento do editor.

Após uma semana de discussões, o grupo dissidente de OPINIÃO resolveu nomear uma comissão plenipotenciária composta de 16 pessoas com a preocupação de que estivessem representadas todas as tendências existentes dentro da equipe.¹⁴ Essa comissão elaborou o projeto de M, tinha poderes para decidir quem seria o editor-geral e sobre a problemática das relações internas dentro da redação.

Decisões importantes foram tomadas:

- a pacificação em relação ao proprietário de OPINIÃO no sentido de um não abandono ao projeto para uma garantia da fidelidade aos princípios que haviam vivenciado;
- a montagem de uma empresa como Sociedade Anônima com o controle acionário distribuído entre um grande número de pessoas (200 aproximadamente). A forma da sociedade acabou sendo definida por exigências legais, pois a idéia original era a de que o semanário fosse propriedade dos que o fizessem. O compromisso foi o de, com o passar do tempo, preservar o controle para a redação de M. Assim nasceu a Edição S.A., uma editora para fazer M, que distribuiu cotas de 5000 cruzeiros até o total de 1 milhão, o capital necessário previsto para o empreendimento;
- a opção por um periódico mais popular que se não pudesse ser comprado amplamente *"por exemplo, por trabalhadores sindicalizados, falasse de temas que pudessem interessar a esses trabalhadores e numa linguagem que pudesse ser entendida por eles quando os artigos, de uma forma ou de outra, chegassem até eles. Disso decorreu uma preocupação de MOVIMENTO em descrever as condições-de-vida-das massas (grifo nosso), apresentar a cena brasileira, a gente brasileira"*¹⁵;
- aprovação de um programa político mínimo e de uma lista de nomes para o Conselho Editorial com poderes para escolher o editor-chefe;
- estabelecimento do nome de Raimundo R. Pereira para editor-chefe e do grau de abrangência de suas

¹¹ PEREIRA, Raimundo R.. "Nasce um jornal". M, SP, 7 jul 1975. p. 4.

¹² Idem, ibidem.

¹³ Idem, ibidem.

¹⁴ A esse respeito, em depoimento, Raimundo R. Pereira afirmou que existiam elementos representantes de uma burguesia liberal nacionalista, trotskistas, pessoas ligadas ao Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o que ele chamou de uma "esquerda independente".

¹⁵ PEREIRA, Raimundo R.. "Nasce um jornal". M, SP, 07 jul 1975. p. 5.

atribuições: escolher os editores, nomear e demitir os funcionários da redação, devendo responder pelos seus atos perante o Conselho da Redação. As discordâncias surgiram quanto ao fato do editor (eleito por um ano) poder ou não ler as matérias com direito de veto às diferentes seções que compunham o semanário. A decisão (favorável à leitura e eventual veto) foi tomada em votação e provocou o primeiro "racha" em M. Quatro pessoas, discordantes, se retiraram da comissão;

- transformação da comissão em Conselho de Redação provisório (12 pessoas) e criação de um Conselho Editorial formado por 9 personalidades "democráticas" (como, por exemplo, Orlando Villas-Boas, Chico Buarque de Holanda, Fernando Henrique Cardoso, Audálio Dantas). Em torno desses dois instrumentos todas as decisões de M eram tomadas;

- programa mínimo com os objetivos de M consistindo em: "*apresentar, analisar e comentar os principais acontecimentos políticos, econômicos e culturais da semana; descrever a cena brasileira, as condições de vida da gente brasileira; acompanhar a luta dos cidadãos brasileiros pelas liberdades democráticas; pela melhoria da qualidade de vida da população; contra a exploração do país (sic) por interesses estrangeiros; pela divulgação dos reais valores artísticos e culturais do povo; pela defesa de nossos recursos naturais e por sua exploração planejada em benefício da coletividade.*"¹⁶

Além dessa exposição detalhada de seus propósitos no lançamento do projeto em julho/75, no momento de seu encerramento, em novembro/81, o semanário promove uma edição especial (Última Edição. M., SP, 334, 23 nov 1981) onde são expostas as razões de seu fechamento ao lado de um retrospecto do que tinha sido o periódico durante os seis anos e meio de sua existência. Algumas dessas considerações são importantes para que se componha um perfil de M.

Uma das reportagens da histórica edição, relembra o apoio conseguido na época de seu lançamento e resumia de modo claro a recusa do órgão de divulgação em aceitar a tese da isenção jornalística:

*"O que motivava o apoio, contudo, eram as propostas de um jornal democrático a ser feito em pleno regime terrorista. Um jornal político, quase assumia sua parcialidade e ajudava a destruir o mito de que jornalista é um técnico, se não da neutralidade ao menos da objetividade."*¹⁷

Na página final de sua última Edição, M resolveu reafirmar seu programa editorial e político aprovado em julho/80 e que se abria com uma re colocação do programa mínimo aprovado quando do lançamento. A reafirmação dos princípios abria com a frase: "*Por um jornal democrático e popular, independente e pluralista.*"¹⁸ Esta frase com múltiplas variedades aparece à exaustão nesta reafirmação de princípios, ao longo de toda a última edição, na de lançamento, em diversas matérias censuradas e nas fórmulas criadas para substituição dos vetos do censor. Tomando-se cada um destes termos que definem o periódico na opinião dos próprios criadores, chegam-se a algumas conclusões:

- a questão, da democracia traduzia-se em defesa da luta pelas chamadas liberdades democráticas, pelo retorno do País ao pleno Estado de Direito o que, na concepção de M incluía a questão da anistia ampla, geral e irrestrita; a Assembléia Nacional Constituinte livre e soberanamente eleita;

- a concepção de um órgão de divulgação popular expressava-se para M através da luta pela melhoria das condições de vida da população manifestada na descrição das cenas da gente brasileira, um dos temas mais recorrentes no periódico e, também, alvo constante dos censores. A esse respeito é importante que se reflita acerca da forma pela qual M encarava esta luta, nas suas próprias palavras:

*"Um dos pontos inseridos no programa político-editorial de MOVIMENTO é a luta pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Coerente com esse item de seu programa, o jornal publicou desde as suas primeiras edições, uma numerosa série de matérias sobre as condições de vida dos operários."*¹⁹

É importante acentuar que a problemática das condições de vida da população é vista sob a ótica do trabalho. A esse respeito quando, no seu número 45, M preparou uma edição especial sobre a condição feminina, a temática central era a da "Mulher no Trabalho". Ao lado disto, é bom que se afirme a colocação já acentuada da população sob o termo de "massas". Uma breve reflexão a respeito pode mostrar o ângulo sob o qual o periódico encara a questão da exploração: apesar do esforço em se tratar da problemática feminina e, mesmo (como se verá) da discriminação racial que escapam à mera dominação do capital exercida sobre o trabalho; a tendência geral será a da abordagem-economicista claramente colocada na preocupação com a exploração do trabalhador. Ainda resta uma consideração: o termo "massas" apresenta duas faces de uma mesma moeda. Contém ao mesmo tempo a indiferenciação e a preocupação com as maiorias. De fato, problemáticas que atingem minorias discriminadas (sexuais, raciais, religiosas) não encontram expressão em M, francamente preocupado com a exploração de largas parcelas da população;

¹⁶ Idem, ibidem.

¹⁷ "Nos bastidores de MOVIMENTO". M, SP, 334, 23 nov 1981. p. 20

¹⁸ Idem, p.24.

¹⁹ Idem, p.11.

● no tocante à questão da independência, temática tão cara aos princípios liberais. M inverte o assunto quando assume a luta por um projeto político definido e seu engajamento que não possibilita a neutralidade.

Aos jornais liberais, a questão da independência se resume na expressão do descontentamento e da crítica, quando o Estado interfere em seus interesses, ou seja, quando, por exemplo, adentra no problema da liberdade de expressão considerado como um direito natural. Sob esta capa de rebeldia espelham sua "independência" em relação aos órgãos governamentais.

M coloca o caso da independência onde ela não é almejada pelos órgãos liberais. Independência em relação à possibilidade de pressões econômicas, seja por intermédio dos anunciantes (do Estado ou particulares), seja através das relações empresariais estabelecidas dentro da redação e mesmo em relação ao setor de produção das informações por parte das grandes empresas nacionais e estrangeiras;

● referindo-se ao pluralismo desejado, apresenta-se demonstrado na reafirmação constante do semanário como uma frente:

*"...MOVIMENTO deve continuar sendo, como sempre, um jornal de frente (grifo do autor), sem vinculação partidária, que tem como aspecto principal o combate ao regime ditatorial-militar e a defesa de um programa democratizador de acordo com os interesses populares; mas que tem também, como aspecto subordinado o debate das posições divergentes no seio do movimento democrático e popular com o sentido de contribuir para a superação de suas debilidades."*²⁰

A crescente definição do projeto político almejado pelo periódico, ao longo do processo de abertura política, com a adoção de bandeiras de luta mais específicas (por exemplo a da Assembléia Nacional Constituinte e a da Anistia ampla, total e irrestrita) irão dificultar enormemente a continuidade de sua constituição, enquanto "frente" progressista. Além disso, a obtenção do pluralismo fica irremediavelmente comprometida em meio a concepções tais como a de povo enquanto "massa"; de condições de vida vistas sob a ótica da exploração do trabalho e de população, enquanto expressão de uma homogeneidade das maiorias, sem espaço correspondente para a diferenciação das minorias que expõem a multiplicidade de aspectos da dominação. Estes limites vêm dificultar o exercício da democracia interna na redação, expressando-se nos "rachas" ocorridos dentro do semanário e que não o abandonaram até sua conflituosa decisão de fechamento em novembro de 1981.

M conviveu com a censura durante 153 semanas, desde seu lançamento até o momento em que oficialmente ela foi suspensa, quando permanecia apenas sobre M, TRIBUNA DA IMPRENSA e O SÃO PAULO. Durante esse período (07/07/1975 a 05/06/1978), segundo dados do próprio periódico²¹, a censura cortou 3.093 artigos na íntegra, 3.162 ilustrações e uma média de 4.500.000 palavras.

A seguir, aparecem os Quadros de matérias vetadas e analisadas de M. É importante notar que não se trabalhou com uma amostragem probabilística, fazendo-se, dadas as condições do material preservado, uma amostra de um universo possível, um indicador para a análise. Os Quadros, e a análise do material anexo, acima de quaisquer considerações programáticas acerca do semanário, tornam claro que a censura não somente apresenta uma diversidade de interesses se comparada com o que se observou em OESP, como demonstra uma compreensão nítida das críticas realizadas pelo órgão de divulgação a diversas facetas do Estado autoritário e o grau de desestabilização que sua veiculação poderia causar.

2.2. A censura prévia em MOVIMENTO (1975-78)

Abrindo-se este tópico é necessário que se apresentem os quadros demonstrativos dos dados levantados na pesquisa realizada. O Quadro I possui a especificação das unidades temáticas trabalhadas com as respectivas quantificações e o percentual correspondente em relação ao total analisado. O Quadro II representa o detalhamento dos subtemas em cada uma das unidades temáticas com suas respectivas potencialidades numéricas. O Quadro III apresenta a relação dos autores vetados em M e o número de vezes em que isso ocorreu dentro do material selecionado para análise. Por último, o Quadro IV, relaciona algumas colunas, encartes especiais, ou mesmo dados que são importantes destacar para o enriquecimento destas considerações analíticas.

Convém explicitar também que, ao trabalhar com o material vetado de M, optou-se por utilizar as mesmas unidades temáticas aplicadas na análise de OESP. O mesmo ocorreu no que se refere aos subtemas no interior

²⁰ Idem, p. 24.

²¹ Dados apresentados na reportagem especial sobre a censura "Os números do arbítrio - 18,6 milhões de prejuízos". M, SP, 154, 12 jun 1978. p. 14. Nessa matéria, não fica esclarecido onde foram incluídos os artigos vetados parcialmente. Devido às dificuldades de consulta ao material preservado, não se chegou a uma cifra definitiva em relação ao total dos vetos. João Antônio, numa publicação da Secretaria do Estado da Cultura do Paraná, denominada Nicolau (ano I, número 6, 1987), num artigo intitulado "Escapada - considerações em torno à censura imposta a um jornal alternativo, 'Movimento', nos anos 1975-1981", inclui as considerações da censura até o momento de fechamento de M e afirma "foram mais de 4.200 matérias de toda natureza, da nota oficial à grande entrevista ou reportagem."

Ainda neste aspecto é importante destacar que a seleção de João Antônio e a presente pesquisa em relação ao que foi vetado, tiveram-se apenas ao material escrito. Para analisar ilustrações ou charges é preciso um conhecimento artístico e gráfico adicional.

de cada unidade. Ressalva-se apenas a emergência de alguns novos elementos que aparecem em M e não, em OESP; dadas as características específicas que distinguem um órgão de divulgação de outro²² e as implicações de ordem temporal.

Outra escolha foi a de usar a mesma seqüência de aparecimento para as unidades temáticas da análise do material vetado de OESP, embora haja diversidade em relação ao aspecto quantitativo²³.

QUADRO DE MATÉRIAS CENSURADAS - I

FONTE: MOVIMENTO

PERÍODO: 07/07/1975 a 05/06/1978

UNIDADES TEMÁTICAS	CAIXAS	J.ANTÔNIO	TOTAL	%*
1. QUESTÕES POLÍTICAS	149	65	214	25,48
2. QUESTÕES ECONÔMICAS	82	26	108	12,86
3. QUESTÕES SOCIAIS	100	115	215	25,60
4. QUESTÕES EDUCACIONAIS E CULTURAIS	78	63	141	16,79
5. QUESTÕES DE POLÍTICA INTERNACIONAL	57	32	89	10,60
6. CENSURA	21	28	49	5,83
7. RECONSTITUIÇÕES HISTÓRICAS**	9	15	24	2,84
TOTAL PARCIAL	496	344		
TOTAL GERAL			840	100,00

* Este resultado percentual refere-se ao total de cada uma das unidades temáticas sem que se leve em consideração para este efeito a divisão efetuada no material analisado (retirado das Caixas e selecionado por João Antônio).

** Esta unidade temática envolve reportagens vetadas sobre acontecimentos não contemporâneos ou que fazem uma retrospectiva histórica de determinados assuntos.

O fato de não se encontrar matérias vetadas com esse teor em OESP, não significa que o jornal não comente assuntos passados ou que não se dedique a reconstituições históricas. Certamente ele o faz, inclusive durante o período de realização da presente pesquisa; verificou-se que os jornalistas possuem excelente manancial de consulta no Arquivo da empresa.

Dois motivos explicam a ausência desta temática em OESP: uma forma sutil de autocensura impedindo, naquele momento a veiculação de notícias relacionadas a acontecimentos passados que melindrassem o regime autoritário e determinados assuntos (exemplificando: organização dos trabalhadores) que, sem que ocorra uma greve ou um evento de destaque, não entram nas preocupações do periódico.

²² Aqui a referência é ao caso da unidade temática das RECONSTITUIÇÕES HISTÓRICAS presentes somente em M e, por exemplo, o subtema do Movimento Sionista Brasileiro exclusivo de OESP e o de Anticomunismo / TFP que surge apenas em M.

²³ No terceiro capítulo, aparece em relevo o trabalho comparativo, inclusive em termos quantitativos destacando-se a diferença entre os percentuais resultantes em OESP e M. Acentua-se apenas aqui que a ordem de aparecimento não significa a adoção do critério decrescente em termos numéricos.

QUADRO DE MATÉRIAS CENSURADAS - II

FONTES: MOVIMENTO

PERÍODO: 07/07/1975 a 05/06/1978

UNIDADE TEMÁTICA: QUESTÕES POLÍTICAS

SUBTEMAS	CAIXAS	J. ANTÔNIO	TOTAL
1. Críticas ao Regime	73	12	85
2. Repressão Política	22	21	43
3. Corrupção Governamental	8	12	20
4. Críticas da Oposição	16	--	16
5. Violência Policial/Esquadrão da Morte	10	6	16
6. Relações Igreja/Estado	6	10	16
7. Anistia	6	--	6
8. Críticas do Exterior	2	1	3
9. Assembléia Nacional Constituinte	3	--	3
10. Comentários referentes a políticos anteriores a 64	1	1	2
11. Caso Ângela Diniz	--	1	1
12. Anti-Comunismo/TFP	--	1	1
13. Casos Aracelli/Cláudia/Ana Lídia	1	--	1
14. Questão de drogas	1	--	1
TOTAL PARCIAL	149	65	
TOTAL GERAL			213

UNIDADE TEMÁTICA: QUESTÕES ECONÔMICAS

SUBTEMAS	CAIXAS	J. ANTÔNIO	TOTAL
1. Críticas à Política Econômica	81	25	106
2. Petróleo/Petrobrás	1	1	2
TOTAL PARCIAL	82	26	
TOTAL GERAL			108

UNIDADE TEMÁTICA: QUESTÕES SOCIAIS

SUBTEMAS	CAIXAS	J. ANTÔNIO	TOTAL
1. Condições de vida e trabalho da população	53	38	91
2. Críticas à Política de Saúde Pública	11	15	26
3. Questão da Terra	6	15	21
4. Grupos Diferenciados*	6	15	21
5. Questão Indígena	4	16	20
6. Reivindicações Sociais	4	8	19
7. Acidentes	4	6	10
8. Poluição Ambiental	5	2	7
TOTAL PARCIAL	100	115	
TOTAL GERAL			215

* Este subtema refere-se a questões vinculadas à condição feminina, uma preocupação constante de M e alvo especial da censura; o número 45 do semanário dedicado exclusivamente ao tema da Mulher no Trabalho foi tão mutilado pelos censores, sendo impossível sua publicação. Além disso, arrolou-se neste tópico o veto a questões da terceira idade e dos menores. A esse respeito, é importante frisar que no caso de OESP a problemática dos menores apareceu vinculada à situação dos presídios e da criminalidade, conforme enfoque dado à questão pelo periódico o que não é o caso de M. Por último, a questão racial, tratada com maior relevância por M e não por OESP em que o único caso atestado, referia-se ao racismo no futebol vinculado à unidade temática das QUESTÕES EDUCACIONAIS E CULTURAIS.

UNIDADE TEMÁTICA: QUESTÕES EDUCACIONAIS E CULTURAIS

SUBTEMAS	CAIXAS	J. ANTÔNIO	TOTAL
1. Movimento Estudantil	12	26	38
2. Críticas à Política Educacional	14	12	26
3. Imposição Cultural	12	4	16
4. Críticas à Imprensa	6	5	11
5. Ciência/SBPC	7	4	11
6. Cinema*	5	2	7
7. Música*	5	1	6
8. Teatro*	5	--	5
9. Críticas ao Nível de Ensino	3	2	5
10. Esporte	3	2	5
11. Rádio e TV*	3	1	4
12. Críticas à Política Cultural	--	4	4
13. Crítica Religiosa	2	--	2
14. Literatura*	1	--	1
TOTAL PARCIAL	78	63	
TOTAL GERAL			141

* Estes subtemas, dentro desta unidade temática, aparecem relacionados a opiniões expressas pelos colaboradores de M e vetadas pelos censores no que diz respeito a Cinema, Música, Teatro, Rádio e TV e Literatura. Não representam comentários em cada uma dessas áreas sobre a censura existente no período. Estes comentários aparecerão relacionados na unidade temática específica da CENSURA.

UNIDADE TEMÁTICA: QUESTOES DE POLÍTICA INTERNACIONAL

SUBTEMAS	CAIXAS	J. ANTÔNIO	TOTAL
1. Relações EUA X Terceiro Mundo	11	4	15
2. Defesa Internacional dos Direitos Humanos	8	2	10
3. Espanha	3	6	9
4. Chile	5	2	7
5. Portugal	3	2	5
6. URSS	4	1	5
7. Cuba	2	2	4
8. Partidos Comunistas	4	--	4
9. Argentina	2	2	4
10. Peru	2	1	3
11. Indonésia	1	2	3
12. Angola	1	2	3
13. China	1	2	3
14. Relações Internacionais	2	1	3
15. Equador	--	1	1
16. Israel	1	--	1
17. Venezuela	1	--	1
18. Uruguai	1	--	1
19. Bolívia	1	--	1
20. México	1	--	1
21. Moçambique	1	--	1
22. Inglaterra	1	--	1
23. Tailândia	--	1	1
24. Etiópia	--	1	1
25. Guiné-Bissau	1	--	1
TOTAL PARCIAL	57	32	
TOTAL GERAL			89

UNIDADE TEMÁTICA: CENSURA

SUBTEMAS	CAIXAS	J.ANTÔNIO	TOTAL
1. Imprensa	2	23	25
2. Moral/Costumes	7	2	9
3. Literatura	5	--	5
4. Meios de Comunicação em geral	2	1	3
5. Teatro	2	1	3
6. Artes Plásticas	--	1	1
7. Cinema	1	--	1
8. TV	1	--	1
9. Histórias em Quadrinhos	1	--	1
TOTAL PARCIAL	21	28	
TOTAL GERAL			49

UNIDADE TEMÁTICA: RECONSTITUIÇÕES HISTÓRICAS

SUBTEMAS	CAIXAS	J.ANTÔNIO	TOTAL
1. Organização dos Trabalhadores	1	6	7
2. Críticas ao governo Vargas	1	2	3
3. Análise Historiográfica	1	1	2
4. Governo JK	--	1	1
5. Redemocratização	1	--	1
6. Segundo Reinado	1	--	1
7. Colonização Espanhola/Genocídio Indígena	1	--	1
8. General Francisco Franco/JK	1	--	1
9. Conjuração Baiana	1	--	1
10. Histórico da Dívida Externa	--	1	1
11. Sacco e Vanzetti	--	1	1
12. Constituição de 1967	1	--	1
13. Hitler	--	1	1
14. Experiência de governo popular	--	1	1
15. Frente Ampla	--	1	1
TOTAL PARCIAL	9	15	
TOTAL GERAL			24

QUADRO DE MATÉRIAS CENSURADAS - III

FONTE: MOVIMENTO

PERÍODO: 07/07/1975 a 05/06/1978

MATÉRIAS ASSINADAS*

AUTOR	N.º DE VEZES**
1. Teodomiro Braga***	11
2. Chico Pinto	9

* Aqui houve a preocupação em detectar a quantidade de matérias assinadas, bem como o grande número de colaboradores de M que não observa a mesma constância de OESP. A variedade, o hábito da publicação com assinatura, os colaboradores, inclusive, em outros países ou periódicos (é o caso do LE MONDE), distingue OESP de M.

** Refere-se à incidência com que apareceu o autor vetado na parte do material censurado e consultado.

*** O ex-deputado Francisco Pinto processado e cassado em 1974 por ter proferido na Câmara um discurso considerado ofensivo ao General Augusto Pinochet, presidente chileno, possuía uma coluna constante em M, denominada "A Semana em Brasília" em que sempre comentava assuntos de política nacional. Observa-se que o referido ex-parlamentar era também um campeão de matérias cortadas.

3. Márcio Bueno	7
4. José Meirelles Passos	7
5. Flávio Aguiar	7
6. Jorge Baptista	6
7. Jean-Claude Bernardet	6
8. Luiz Carlos Antero	6
9. Fernando Peixoto	5
10. Bernardo Kucinski	5
11. Carlos Mosmann	4
12. Maurício Azêdo	4
13. Jadson Oliveira	4
14. Fátima Murad	4
15. Aguinaldo Silva	4
16. Gilberto N. Galvão	4
17. Wolfgang Leo Maar	3
18. Sérgio Buarque	3
19. Jefferson Barros	3
20. Dagomir Marquezi	3
21. José Miguel Wisnick	3
22. Murilo de Carvalho	3
23. Tércio Santos	3
24. Flaminio Fantini	3
25. Jaime Santchuk	3
26. Deputado João Gilberto Lucas Coelho	2
27. Jorge Barradas	2
28. Lélío Fabiano Santos	2
29. Cecília Magalhães	2
30. Denise Cunha	2
31. Rachel Moreno	2
32. Antônio Carlos Moura	2
33. Caco Barcelos ←	2
34. Pablo G. del Barco	2
35. Plínio Marcos	2
36. Emílio Chagas	2
37. Murilo Albernaz	2
38. Fernando Miranda	2
39. Antônio José Mendes	2
40. Dominique Pouchin	2
41. Solange Paolido	1
42. Roberto de Souza	1
43. Aureliano Biancarelli	1
44. Gustavo Barcelos	1
45. Frederico Lacer	1
46. Genilson Cesar	1
47. Francisco Weffort	1
48. Carlos Pastore	1
49. Carlos Alberto Sardemberg ←	1
50. Fábio Campana e Walmor Marcelino	1
51. Fernando Pereira	1
52. Roberto Zuzedelo	1
53. Marcos Gomes	1
54. Tarso Fernando Genro	1
55. Manuel Domingos Nebo	1
56. Edgar Godói da Mata Machado	1
57. Clóvis Moura	1
58. Jorge Luiz Zappia	1
59. Marcelo Auler	1
60. Marcos de Castro	1
61. Deputado Ruy Brito	1
62. Hélio Pereira	1
63. Ricardo Maranhão	1
64. João Antônio	1

**** O escritor João Antônio, autor da seleção de parte do material de M para futura publicação, segundo seu próprio depoimento, durante o período que colaborou com o semanário, teve 8 de suas matérias censuradas. Destas, foi localizada uma e classificada no subtema *Condições de vida e de trabalho da população*, intitulada "Mariazinha 'tiro-a-esmo'", onde ele narra a vida de uma garota da favela da Rocinha, no RJ, que tem a função de ser olheira de pedintes e que se admite como "piranha".

65. Benê Simões	1
66. Jorge Aquino Filho	1
67. Paolo Marconi	1
68. Alfredo Lourenço	1
69. Paul Singer	1
70. Maria Rita Kehl e Inimá Simões	1
71. Antônio Jorge Moura e Tibério Canuto	1
72. Tibério Canuto	1
73. João Bastos	1
74. Pedro Paulo Felismino	1
75. Octávio Rangel	1
76. Wagner Carelli	1
77. Aloísio Moraes	1
78. Sérgio Avancini	1
79. Maria Angélica	1
80. Rogério Menezes	1
81. Denise Mert	1
82. Cláudia Sampaio	1
83. Marco Antônio Vale	1
84. Palmério Dória e Vincent Carelli	1
85. Carlos Gentile de Melo	1
86. Bárbara Hartz	1
87. Dr. Mário Victor de Assis Pacheco	1
88. Luiz Carlos Antônio e Ana Medeiros	1
89. Itamar Sardinha	1
90. Lucília Machado	1
91. Paulo Costa Galvão	1
92. Branca Moreira Alves e Leila Linhares	1
93. Lia Freitas Garcia Fukin	1
94. Michèle Solat	1
95. Sueli Tomasini	1
96. Antônio Carlos de Brito	1
97. Paulinho Assunção	1
98. José Álvaro Moisés	1
99. Maria Rita Kehl	1
100. Narciso Lobo	1
101. Gildo Santos	1
102. J. Oliveira Couto	1
103. Mirna Pinski	1
104. Cecília Machado	1
105. Scharge Esteves	1
106. Ana Elisa Roch	1
107. Carlos Jurandir	1
108. Carlos Dória	1
109. Miriam Chystus	1
110. Delmar Marques	1
111. Antônio Mendes Júnior	1
112. Antônio Cândido	1
113. Aldir Blanc	1
114. Antônio Marcondes Spiridião	1
115. Eurico Andrade	1
116. Amaury Müller	1
117. Maria Cristina Pfau	1
118. Nelson Lemos	1
119. Elvira Lobato e Isis Alves	1
120. Ivan Maurício	1
121. Antônio Jorge Moura	1
122. Paul Singer, Cândido Procópio Ferreira de Camargo, Elza Berquó	1
123. Paulo Freire	1
124. Antônio Dimas	1
125. Ana Maria Guimarães	1
126. Luiz Augusto Falcão	1
127. Luiz Augusto Falcão e José Rocha	1
128. Eduardo Sganzerla	1
129. V. T. Costa	1

***** O jornalista Paolo Marconi, autor do primeiro trabalho sobre a censura à imprensa no Brasil, teve um artigo vetado em M, que seria publicado no número 40 do semanário, em abril de 76, intitulado "Homens que constroem barragens" classificado também no subtema **Condições de vida e trabalho da população**.

130. Roldão Oliveira	1
131. Marcos Faerman	1
132. Ênio Bucomar	1
133. Gabriel Garcia Marques	1
134. Ana Patrícia Pessoa	1
135. Toni Melline	1
136. Paulo Romão	1
137. Leandro Konder	1
138. Olivier Duhamel	1
139. Vanda Pinto	1
140. Basil Davidson	1
141. João Batista dos Mares Guia	1
142. Arthur José Poerner	1
143. Miguel Coelho Gimenez	1
144. Jean Genet	1
145. Marcus Penchel	1
146. Manuel F. Andrade	1
147. Wilfred Burchett	1
148. Maria José Trindade	1
149. Luiz Sérgio Flores Lino	1
150. Cleunir Porto	1
151. Aristides Coelho	1
152. Manoel Lobato	1
153. Sylvio Abreu	1
154. Antônio Barreto	1
155. Mauro Fausto e Oliveira Filho	1
156. Roniwalter Jatobá de Almeida	1
157. Rogério Menezes	1
158. Hamilton D'Amato	1
159. Luiz de Miranda	1
160. Liane Muhlemberg	1
161. Victor Leonardi	1
162. Rui Vega	1
163. Luiz Roncari	1
164. Geraldo Lisboa	1
TOTAL	273

QUADRO DE MATÉRIAS CENSURADAS - IV

FONTE: MOVIMENTO

PERÍODO: 07/07/1975 a 05/06/1978

ASSUNTOS	N.º DE VEZES
1. Cartas Abertas*	26
2. Entrevistas**	24
3. Capas***	38
4. Fatos/Assuntos****	24
5. Notas*****	11

* M possuía uma coluna intitulada Cartas Abertas, dedicada à publicação das cartas dos leitores com comentários variados relativos, geralmente, a temas tratados pelo periódico. Aqui a referência é a quantidade de vezes que o censor vetou cartas dos leitores em M, dentro do material analisado.

** Constantemente o semanário realizava entrevistas com as mais variadas personalidades, geralmente do cenário nacional. Estas entrevistas também ficavam duramente sujeitas à tesoura do censor, como este dado vem comprovar.

*** A referência aqui é ao número de Chamadas de Capas de M vetadas dentre o material consultado. Levando-se em conta que das 77 caixas de material vetado preservado por M, foram consultadas aproximadamente 30 e, considerando-se que em cada uma destas caixas havia material de dois números do semanário; a pesquisa restringiu-se a mais ou menos 60 números do órgão de divulgação. Destes, detectaram-se vetos em 38, às Chamadas de Capa.

**** M possuía uma coluna denominada Notícias de jornal: os Fatos, ou, simplesmente, Fatos e um encarte especial intitulado Assuntos. Ambos tratavam de comentários curtos e variados, na forma de tópicos, geralmente de política nacional. Aqui se encontra assinalado o número de vezes que essas colunas/encarte apareceram cortadas no material consultado. Observa-se haver uma variedade de temáticas tratadas que não foram separadas e classificadas dentro das unidades temáticas e subtemas.

***** Outra coluna em que se observavam temáticas variadas era a de Notas que, geralmente, era dedicada a pequenos comentários da política internacional, embora assuntos de política nacional também ocupassem esse espaço. Do mesmo modo como não foram classificados os Fatos/Assuntos, também não foram agrupadas as Notas pela sua variedade.

2.2.1 *Questões Políticas*

Como o Quadro I mostra, esta unidade temática aparece em M com um peso relativizado no que tange a uma comparação com as QUESTÕES SOCIAIS.

Mais uma vez, entretanto, percebe-se a presença com destaque dos vetos a críticas aos governos militares e às menções ao aspecto repressivo do Estado autoritário brasileiro pós-64, como se nota no Quadro II e pela descrição de cada um dos subtemas desta unidade temática que se segue.²⁴

2.2.1.1. **Críticas ao Regime**

Numa análise em grandes linhas deste subtema, observa-se como mais enfatizadas as matérias censuradas versando sobre o assunto da crítica à ausência de democracia no regime militar e, ao mesmo tempo, a manifestação da luta pela volta ao Estado de Direito no País. Ao lado dessa questão, destacam-se as proibições aos comentários relativos ao processo de distensão política encaminhado pelo governo Geisel, a críticas ao comportamento de determinados oficiais militares e aos governos que se sucederam ao golpe de 1964, em geral. Paralelamente a isto, a censura cortava alusões desairosas ao sistema eleitoral vigente e menções às eleições a serem realizadas em novembro de 1976. Foram vetadas, também, matérias referentes à organizações de empresários manifestando-se a favor de uma maior participação política da categoria mas decisões governamentais.

A natureza desse grupo de vetos deve-se à preocupação governamental, de um lado, em esconder seu caráter autoritário e repressivo e, de outro, em ocultar o descontentamento da população e o anseio por maiores liberdades democráticas.

A seguir, observam-se as matérias condenatórias da ARENA principalmente, tendo em vista seu desempenho nas eleições.²⁵ A tônica é a de procura de explicações para a fraca atuação do partido em termos eleitorais e sua sentida diminuição de popularidade. Do mesmo modo, são sistematicamente vetados os artigos que fazem admoestações ao MDB criticando seu adesismo, visto por analistas como uma falha oriunda de sua criação.²⁶ Alguns textos reconhecem o MDB como frente, distinguindo posturas mais avançadas no grupo dos chamados autênticos e posições conservadoras e adesistas nos moderados do partido que, eleitos para determinados cargos em novembro de 1974, demonstraram prática semelhante a dos arenistas no exercício do poder, decepcionando a população que depositou sua confiança na expressão do voto. Estas matérias referentes aos partidos, vêm se reunir às que exibem censura à atuação dos políticos (de maneira geral) no Congresso Nacional e às que revelam condenação à ARENA e ao MDB, indistintamente, ou mesmo àquelas em que a tônica é de crítica à corrupção eleitoral, ou seja, ao hábito clientelista disseminado entre os políticos, de oferecimento ao eleitor de alguma "benesse" futura em troca de seu voto.

Neste tópico do veto à crítica partidária, é interessante notar que o corte do censor tanto atinge o julgamento negativo à ARENA quanto ao MDB apresentando dois elementos distintos. Em primeiro lugar, torna patente a ambigüidade dos termos situação e oposição utilizados para os partidos (respectivamente ARENA e MDB) dada, em alguns casos, a semelhança de sua prática política. Em segundo lugar, a preocupação da censura em preservar a atuação parlamentar para impedir o questionamento da pequena margem de atuação do Legislativo no País devido à concentração excessiva dos poderes em mãos do Executivo, após o golpe de 1964.

2.2.1.2. **Repressão Política**

O subtema da repressão política divide-se no material consultado de M em três grandes tópicos que se resumem a: denúncias dos excessos da repressão, narrativas de tentativas de resistência ao regime militar e resistência/repressão a nível partidário.

No primeiro tópico, aparecem com destaque descrições das condições vivenciadas pelos presos políticos,

²⁴ É importante assinalar que, apesar de ter ocorrido uma apresentação dos dados separadamente em relação ao extraído das caixas e da seleção realizada por João Antônio, na análise que se segue será discutido, dentro de cada subtema, conjuntamente, o todo do material.

²⁵ Particularmente a referência é às eleições de novembro de 1976 em que se observou a seqüência do quadro já sentido em novembro de 1974 com a tendência à elevação do número de votos obtidos pelo MDB notadamente nos grandes centros e nos Estados mais populosos do País.

²⁶ O MDB, bem com a ARENA foram criados pelo Ato Institucional número 2, promulgado em 1965, pelo então presidente da República, Marechal Castelo Branco. Desse modo, como foi criado no e pelo regime autoritário, algumas análises, encaram o MDB como fruto do sistema e não como oposição, mas sim, como pronto à adesão às exigências do Estado.

a evolução de seus processos, a procura pelos familiares, as consequências das prisões.

Uma série de 6 artigos denuncia o seqüestro e prisão do estudante pernambucano Edval Nunes da Silva (maio de 1978), conhecido como Cajá. Este, aluno de Ciências Sociais da UFPE, pertencia à Pastoral da Juventude, vinculada à Arquidiocese de Olinda e Recife, vinha sendo seguido até ser seqüestrado e preso, ficando incomunicável, sob acusação de tentar reestruturar o PCR.²⁷

Três artigos deveriam ter sido publicados, respectivamente nos números 18, 116 e 151 de M, tratando do caso Herzog.²⁸ A primeira reportagem, realizada logo após a morte do jornalista representa uma solicitação de investigações para apuração do caso. A segunda relata o envolvimento do legista Harry Shibata, processado por ter assinado o laudo de morte de Herzog sem ver o corpo. A terceira apresenta depoimentos de testemunhas confirmando a existência de torturas no jornalista.

Dois artigos relatam o caso do estudante Antônio dos Três Reis, desaparecido em São Paulo em 1970. A narrativa vem a propósito da realização de uma missa em homenagem ao estudante (maio de 1978) em Apucarana (PR).

Além disso e ainda neste tópico, várias reportagens tratam de casos isolados:

- O pedido de esclarecimento de Zuzu Angel sobre o desaparecimento de seu filho, Stuart Angel Jones, ocorrido em 1971. A figurinista, casada com um cidadão norte-americano, teve seu filho desaparecido, tendo procurado descobrir seu paradeiro durante anos; até morrer em trágico acidente de automóvel²⁹;
- denuncia de dois estudantes condenados por participarem de atentado e por pertencerem à MOLIPO³⁰;
- alusão ao caso PARA-SAR que envolveu o capitão Sérgio Miranda de Carvalho pela recusa no cumprimento de ordens de seu superior, o brigadeiro João Paulo Penido Burnier³¹;
- narrativa relativa à mãe do padre Antônio Henrique Pereira, assassinado em 1969. Ela escreve ao presidente Geisel, dizendo querer estudar Direito para rever o processo arquivado de seu filho;
- solicitação da mãe da médica presa, Selma Bandeira Mendes, intercedendo pela filha;
- narrativa das condições vivenciadas pelo filho do preso político Altino Dantas Junior, afastado do pai por motivo da prisão deste e da mãe por processo movido pelos avós;
- notificação da demissão do professor José Goldenberg dos cargos que ocupava no Instituto de Física/USP por causa da condenação de seu filho, Claudio Goldembeg, ex-estudante do ITA, condenado a dois anos e meio de prisão por subversão;
- denúncia do caso da estudante Marie Hélène Russi, presa e ameaçada de deportação para a Suíça.

No segundo tópico, estão relacionadas as formas de resistência ao Estado autoritário brasileiro pós-64 abrangendo desde menções à luta armada, como notas relativas ao PCB e seus militantes. Duas matérias referem-se exclusivamente a comentários sobre uma entrevista dada pelo Secretário-geral do partido, na época, Luís Carlos Prestes, em Paris. As opiniões de Prestes apontavam para questões passadas, como o episódio do apoio ao Marechal Lott na campanha de 1960³² contra o qual o Secretário se posicionava e sobre as célebres cadernetas que foram encontradas em sua residência em 1964 sendo responsáveis, mais tarde, pela queda de inúmeros comunistas³³. Além disso, estabeleciam uma relação entre o PCB e o MDB nas eleições de 76, indicando uma série de candidatos comunistas alojados na sigla do partido reconhecido pelo governo militar.

Ainda neste tópico, aparece o abaixo-assinado que seria publicado em 13 de março de 1978 onde intelectuais se manifestam contra as prisões de Fernando Moraes, Antônio Callado e Chico Buarque de Holanda. Em maio de 1978, foi vetada a menção a um Ato público realizado em São Paulo, em solidariedade

²⁷ Partido Comunista Revolucionário. Convém explicitar que esse material de denúncia do caso do estudante Cajá encontra-se também vetado nas caixas censuradas de O SÃO PAULO.

²⁸ O jornalista Wladimir Herzog foi morto em consequência de torturas nas dependências do DOI-CODI de São Paulo. Na época forjou-se a *causa mortis* como suicídio por enforcamento na própria cela, o que viria ser provado como inverossímil. A morte do jornalista ocorreu no dia 25 de outubro de 1975 e abriu uma crise nos escalões militares, crise essa que seria resolvida somente com o afastamento do general Ednardo D'Ávila Melo do comando do II Exército, em janeiro de 1976.

²⁹ Zuzu Angel chegou a interceder inclusive junto à Embaixada dos EUA. Testemunhas (como, por exemplo, o preso político Alex Polari) contam que o estudante de 20 anos teria sido amarrado a um jipe aspirando o escapamento e o veículo procedeu a várias voltas no pátio do presídio onde se encontrava no RJ. Seria essa, portanto, a causa de sua morte.

³⁰ Movimento de Libertação Popular, dissidência da Ação Libertadora Nacional (ALN), surgido em 1971.

³¹ O PARA-SAR (serviço de salvamento da Força Aérea Brasileira) estava sendo usado para executar planos de assassinato a personalidades políticas e diversos atentados que, cometidos pelo grupo seriam atribuídos a comunistas. A ordem para a execução foi dada pelo brigadeiro Burnier (vinculado ao Gabinete do ministro da Aeronáutica) em 13 de junho de 1968. Nesse dia, o capitão Sérgio Miranda pertencente à equipe, se recusou a cumprir essas ordens e denunciou o plano aos superiores. Por causa disso foi punido e teve um processo movido pelo Superior Tribunal Militar, sendo reformado em 1969.

³² O Marechal Francisco Teixeira Lott concorreu nas eleições presidenciais de 1960, disputando, entre outros candidatos, com o Sr. Jânio Quadros que acabou vitorioso. Na ocasião, o PCB apoiou a candidatura Lott.

³³ Estas cadernetas continham preciosas anotações sobre os militantes do PCB e se encontravam na residência de Luiz Carlos Prestes. Após o golpe, o líder pecebista precisou refugiar-se e sua casa foi vasculhada, tendo sido encontradas as famosas cadernetas.

a presos políticos que se encontravam em greve de fome. Registra-se também a prisão de atores em Ato público efetuado pela classe teatral (SP) em expressão de luta pelas liberdades democráticas.

O terceiro tópico, relaciona a resistência partidária ao regime militar, apontando para a luta do MDB contra a repressão e à situação de políticos cassados. A esse respeito, matéria que seria publicada em 21 de dezembro de 1977, foi vetada por conter referência à cassação do vereador Marcos Klassmann em Porto Alegre.

De todas as matérias vetadas, as que parecem mais transparentes quanto às intenções do censor são as que compõem este subtema da **Repressão Política**. É característico de regimes de opressão ou de força o não permitir a divulgação de seus aspectos repressivos, na medida em que eles se mantêm às custas da construção de uma imagem e que a aparência de um mínimo de relação consensual para com o público é fundamental. Deste modo, a existência de uma resistência ao regime e a contrapartida da reação repressiva do mesmo, precisam estar ocultas a qualquer custo. E, neste parecer, o controle dos meios de comunicação impedindo a divulgação de notícias incômodas que venham empanar o brilho do regime, ocupa papel primordial na manutenção do Estado.

2.2.1.3. Corrupção Governamental

Um dos pilares sobre os quais foi construído o Estado autoritário brasileiro pós-64 e, ao mesmo tempo, uma das justificativas mais recorrentes do golpe foi o do estabelecimento de uma linha divisória entre o **status quo** anterior e o posterior a 31 de março de 1964; tomando por base a afirmação de uma vasta rede de corrupção governamental no período anterior à tomada do poder pelos militares. Uma das funções do regime pós-64 era, portanto, assumir o papel purificador, livrando o País das malhas corruptas a que governos civis o tinham submetido. Isto dentro do espírito "salvacionista" que orienta basicamente a formação militar desde suas origens positivistas. Nestes termos, denúncias de corrupção governamental eram altamente comprometedoras para a imagem impoluta que o regime construía de si mesmo.

Neste subtema, os vetos do censor atingem matérias sobre a corrupção visando à obtenção de ganhos pessoais da parte de representantes do poder como é o caso de:

- artigos (três) comentando a CPI instaurada para apurar os gastos do ex-governador do Paraná Paulo Pimentel. Este caiu em desgraça por divergências com uma das figuras fortes da ARENA paranaense, o ex-ministro e ex-governador Ney Braga. Esta briga interina custou a Paulo Pimentel, além da CPI instaurada, o corte dos gastos publicitários governamentais em suas empresas e a perda de concessão de rádios e TV;
- notas sobre a corrupção de funcionários do ministério do Trabalho, gestão do Ministro Arnaldo Prieto;
- críticas à corrupção do ex-governador do RJ, Raimundo Padilha e ao prefeito do Rio Marcos Tamoio, aludindo ao fato de que o mesmo passava mais tempo viajando do que se dedicando à Prefeitura;
- notícia sobre corrupção na Prefeitura de Campo Grande;
- alusões a diversos casos de corrupção envolvendo os governadores dos seguintes Estados: MA, MT, ES, DF, RN, RJ e PR;
- denúncia de corrupção do diretor do Departamento de Trânsito do Rio Celso Franco, amigo do governador Faria Lima. Celso Franco, aproveitando-se do cargo ocupado, estaria favorecendo suas próprias empresas de transporte. O artigo aponta também a demissão de Josef Barat, Secretário dos Transportes por haver denunciado a transação.

Foram sistematicamente censuradas notícias dando conta da realização de gastos excessivos ou de malversação de verbas públicas. Assim, foram vetados artigos sobre:

- malversação das verbas do PIS³⁴;
- gastos excessivos por parte da Prefeitura do Recife com publicidade. O Prefeito gastou cerca de um terço do valor de uma obra (a construção de uma escadaria em uma favela) com publicidade para divulgá-la;
- gastos excessivos da Riotur com o carnaval;
- desvio de verbas da FUNDEPE³⁵ na construção de um parque em Brasília contendo um lago artificial, considerado a maior piscina de América do Sul;
- salários elevados de executivos de empresas estatais ou mistas.

Os vetos também atingiram alusões a favorecimento de determinados grupos econômicos em negociatas escusas. Assim foi caso de artigo denunciando o Secretário de Indústria e Comércio da Bahia, há cinco anos ocupando o mesmo posto e permitindo a penetração de grandes empresas no Pólo Petroquímico da Bahia. Do mesmo modo foi vetada a reportagem contendo a denúncia de favorecimento por parte do Ministro Mario Henrique

³⁴ Programa de Integração Social, criado pela lei complementar número 7 de 07/09/70, publicada no D.O. da União de 08/09/70.

³⁵ Fundação Nacional de Desenvolvimento da Pecuária.

2.2.1.4. Críticas da Oposição

O corte aqui incide sobre a opinião de políticos emedebistas e isto acontece em escala muitas vezes menor do que o observado em OESP. Convém lembrar a ressalva feita no subtema das **Críticas ao Regime**, onde se notam em M vetos indistintos tanto à críticas à ARENA, como ao MDB ressaltando a ambigüidade dos termos situação e oposição na análise dos partidos permitidos pelo regime, entretanto, determinadas opiniões expressas pelo MDB são merecedoras de vetos.

Assim ocorre com críticas do MDB à ARENA, inclusive no que se refere à utilização da máquina administrativa em período eleitoral. A esse respeito foi também alvo da censura um artigo em que eram veiculadas menções desairosas à Lei Falcão em vigor a partir das eleições de 76, estabelecendo novas normas para a veiculação da propaganda gratuita no rádio e TV³⁶.

A censura preocupava-se em vetar constantemente o pensamento crítico emedebista, posicionando-se na defesa dos direitos humanos e na luta pela reconquista das chamadas liberdades democráticas, bem como às reclamações referentes à cassação do líder do MDB, o deputado Alencar Furtado, ocorrida em 1977. A tesoura do censor mostrou-se ávida em cortar o discurso oposicionista de identificação com os anseios populares. Exemplo deste caso é o veto a artigo favorável a mudanças na Lei de Inquilinato, propondo o fim da denúncia vazia que, na prática, consagrava o direito dos proprietários sobre os inquilinos.³⁷

O Estado autoritário brasileiro pós-64 mostrou-se sempre muito sensível a críticas que pudessem denunciar sua natureza repressiva ou mesmo corrupta, conforme já foi referido. Observa-se que, em M, alusões que pudessem demonstrar uma opção por parte do regime na direção das camadas mais favorecidas da população, descuidando-se da justiça social, serão particular objeto de atenção dos censores, como já se pode notar nos cortes efetuados ao discurso emedebista de busca de uma identidade com os anseios populares.

2.2.1.5. Violência Policial/ Esquadrão da Morte

A sensibilidade dos militares mostrou-se particularmente ativa, quando se tratava de proibir comentários que trouxessem à tona eventuais nódoas da corporação, seja no que diz respeito ao caráter violento, seja no que se refere ao aspecto corrupto e, principalmente, no que pudesse vincular as características repressivas à escalada da corrupção policial, como é o caso típico das denúncias envolvendo os Esquadrões da Morte. As matérias vetadas dentro deste subtema, vêm estabelecer os elos de ligação entre o Estado autoritário implantado no Brasil após 1964 e a indústria de segurança pretensamente criada para deter o avanço terrorista com a militarização em larga escala da sociedade. Estas matérias põem a nu a incontrolável corrupção instaurada nos organismos militares e a vinculação, cada vez mais sentida entre a criminalidade e a polícia. Colocam em cheque o sistema penitenciário desumano e o hábito disseminado da tortura aos presos comuns. Estas matérias atuam como feridas expostas no coração do regime e, como tal, precisam ser, rapidamente, extirpadas.

Novamente o Delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury povoa a preocupação dos censores. Foi vetada matéria em que críticas à sua figura apareciam vinculadas às feitas ao Secretário da Segurança Pública, Antônio Erasmo Dias, bem como artigo comentando o julgamento a que seria submetido por envolvimento em crimes do Esquadrão.

Um artigo cortado tratava da CPI da violência policial apresentada pelo Deputado pernambucano Roberto Freire e outro comentava o aumento de armamento da polícia.

Digna de nota é a entrevista com o chamado "Rei da Boca do Lixo", o preso Hiroito que, ao mesmo tempo em que faz projetos para a saída da prisão, coloca em cena as profundas relações entre os criminosos e a corporação militar. Sua fala atua como crítica ao sistema penitenciário. Como se pode observar pelo Quadro IV, era um hábito de M a realização de entrevistas que foram alvo de cortes constantes da censura. Isto fazia parte de uma estratégia de M, o dar voz, através dessas entrevistas a seres humanos que, habitualmente, não possuíam oportunidade de expressão como o caso do prisioneiro (comum) Hiroito. O instrumental repressivo do Estado autoritário preocupou-se em calar essas vozes que mostravam um quadro conflituoso e desagradável afetando a imagem idílica do regime almejado. Na comparação de seu projeto jornalístico com outro órgão de divulgação da grande imprensa, como OESP, em M sobressai a questão da importância conferida às camadas

³⁶ Essa lei é assim conhecida pela autoria do Ministro da Justiça do governo Geisel, Armando Falcão. Estabelecia que na propaganda eleitoral gratuita a ser veiculada por rádios e TV, não poderia haver manifestação pessoal de candidato. Na TV, o programa eleitoral limitava-se à exibição de uma fotografia e uma voz em "off" dissertava sobre as qualidades do pleiteante aos votos. Tratava-se de uma tentativa de deter o crescimento eleitoral observado pelo MDB em 1974, colocando no mesmo nível, candidatos emedebistas e arenistas, sem submeter o ouvinte à retórica oposicionista.

³⁷ Pela denuncia vazia, o proprietário, descontente com o inquilino, tinha o poder de retirá-lo de seu imóvel para poder alugá-lo por preços mais elevados. Mais tarde, com a modificação da legislação, essa possibilidade foi excluída estabelecendo-se garantias ao inquilino de permanência no imóvel.

populares para quem o espaço era aberto, seja através de colunas inovadoras como CENA BRASILEIRA e GENTE BRASILEIRA e mesmo de ESTÓRIAS BRASILEIRAS onde pontuavam descrições das condições de vida e de trabalho da população menos favorecida. Ao mesmo tempo, observa-se, em entrevista com o professor de cinema Jean-Claude Bernardet (ECA/USP), colaborador de OPINIÃO e de M, a seguinte colocação. Para ele, não eram todos os oprimidos que tinham vez no semanário. Jean-Claude, um dos fundadores do periódico LAMPIÃO DE ESQUINA, voltado para a problemática da discussão da homossexualidade entre outras questões, referiu-se especificamente à abordagem do problema do homossexualismo que, segundo ele, não tinha voz ou vez em M. De fato, entre as matérias vetadas analisadas, não foi localizada uma sequer que tratasse da questão. Fica essa ressalva para que se aprofunde a discussão.

2.2.1.6. Relações Igreja / Estado

É interessante notar que no período em que se localiza o material vetado as relações entre a Igreja e o Estado continuavam conflituosas e pelos mesmos motivos como os que puderam ser observados nos vetos a esse subtema em OESP, embora em termos quantitativos em M apareçam em menor escala.

As questões envolvendo conflitos entre a Igreja Católica, principalmente, no que se refere aos seus setores progressistas, referem-se a postura da primeira a favor da defesa dos direitos humanos para todos os cidadãos, de uma política mais justa de distribuição de terras englobando a problemática da defesa dos direitos dos indígenas. Entretanto, algumas matérias já fazem pressentir as divisões internas na Igreja Católica, bem como uma discussão de seu papel em relação ao Estado e à população.

Alguns artigos vetados tratam de colocações relativas ao Bispo de São Félix do Araguaia, D. Pedro Casaldáliga. A censura recaiu sobre comentários relativos ao lançamento de seu livro **Creio na Justiça e na Esperança**, com elogios à inteligência e à sensibilidade do prelado e sobre uma entrevista de D. Pedro em que ele falava sobre a relação entre a Igreja, os indígenas e a FUNAI. Além disso, vários artigos censurados relacionavam-se ao episódio envolvendo D. Pedro e o Arcebispo de Diamantina, D. Sigaud. Este Arcebispo, militante anti-comunista e, até 1971, membro da direção da TFP³⁸, tinha em mente a expulsão do Bispo do Brasil sob a alegação de que era comunista. Entretanto, no decorrer dos artigos, foi ficando claro que D. Sigaud fazia parte de um plano articulado pela CIA para desmoralizar a Igreja Progressista. O referido Arcebispo era também empresário da Cooperativa de Diamantina e como Presidente da associação desejava fechar o posto de vendas que favorecia os lavradores.

Três outras matérias cortadas dedicam-se a questões relacionadas à problemática da repressão política. Uma manifestação de D. Ivo Lorscheider e de D. Avelar Brandão Vilela contra a fala do general Euclides Figueiredo alertando para a existência de padres subversivos. Narrativa referente ao pastor e cidadão norte-americano Frederick Morris que escreveu um artigo (relativo a D. Helder Câmara) e por isso foi preso e torturado. Relato do assassinato do padre João Bosco Penido Burnier por um soldado da PM de Mato Grosso, quando tentou (junto com D. Pedro Casaldáliga) interceder por duas mulheres lavradoras torturadas na Delegacia de Polícia.

Como já foi assinalado, outras matérias vetadas tratam das divisões da Igreja e de sua relação com o Estado, como as que se seguem:

- veto a um trecho de um documento sobre a divisão da Igreja Católica em três grupos: tradicionais, moderados e progressistas. A parte censurada contém denúncias de que o documento pertenceria à Ala Progressista da Igreja;
- proibição a uma carta falando sobre Padre Cícero e a existência de disputas entre a Igreja e as elites;
- comentários referentes a uma Conferência proferida na ESG em 71, por D. Avelar Brandão Vilela relacionando a Igreja e o Estado. A Conferência provocou estremecimentos nas áreas governamentais o que somente foi desfeito após uma carta do Cardeal, dirigida ao presidente Médici;
- documento relatando reunião de teólogos em Roma para avaliar o papel da Igreja.

2.2.1.7. Anistia

Observa-se que este subtema presente em M não se encontra referido no material vetado de OESP. Isto se deve ao fato de que somente no final da década de 70 começa-se a colocar com clareza a necessidade da discussão da Anistia e de seu caráter, face ao encaminhamento do projeto de abertura política. Este assunto, diretamente relacionado à temática da repressão política, representou elemento de extrema sensibilidade entre a corporação militar, notadamente entre os chamados "bolsões radicais" do regime que, de um lado, não aceitavam a idéia, em primeiro lugar de uma anistia e, em segundo lugar, de seu caráter amplo e, de outro, embora não admitissem discutir a culpabilidade dos torturadores, posicionavam-se favoravelmente a uma anistia recíproca para evitar

³⁸ A sigla TFP corresponde aos termos Tradição, Família e Propriedade e refere-se a uma organização de perfil conservador e anti-comunista intitulada Sociedade Brasileira para a defesa da Tradição, Família e Propriedade, iniciada no Brasil, sob a liderança do pensador católico Plínio Correia de Oliveira. Possui representação em diversos países.

constrangedores processos contra os envolvidos na "guerra suja" de perseguição e extermínio da luta armada no País.

Foram vetadas matérias dentro deste subtema com o seguinte teor:

- referências ao lançamento de Comitês pela Anistia;
- opinião do General João Baptista Figueiredo (candidato à sucessão do Presidente Geisel) sobre a anistia em relação aos cassados;
- intenção de ex-juiz, acusado de terrorista de voltar ao Brasil;
- opinião do jurista Dalmo de Abreu Dallari sobre a situação dos exilados;
- manifestação contrária à anistia recíproca.

2.2.1.8. Críticas do Exterior

Três matérias vetadas referem-se a críticas efetuadas em outros países, mas dizendo respeito à realidade nacional. Em termos numéricos, este subtema aparece de modo bastante inferior ao observado em OESP. A preocupação novamente relaciona-se à imagem construída do País no exterior que deve ser preservada de comentários negativos, como os que se seguem:

- moções de protesto de deputados trabalhistas em Londres contra a visita do presidente Geisel à Inglaterra, ocorrida em fevereiro de 76;
- expressão de opiniões desairosas sobre o Brasil de um antigo caudilho peruano Vitor Raúl Haya de la Torre;
- críticas ao "milagre brasileiro" e à nossa dívida externa por parte de dois órgãos de divulgação estrangeiros: o FINANCIAL TIMES (Londres/Inglaterra) e a revista PERSPECTIVES (França).

2.2.1.9. Assembléia Nacional Constituinte

No segundo semestre de 1977, setores da sociedade civil, lançam a Campanha da luta por uma Assembléia Nacional Constituinte, vista como uma forma de encaminhar o processo de abertura política e conduzir o País a um regime democrático. O semanário M foi um dos primeiros a abraçar esta tese, fato responsável por uma das cisões observadas no periódico³⁹ e também alvo da censura sempre vigilante, particularmente no que diz respeito aos avanços do processo de distensão política.

Os artigos censurados dentro deste subtema, específico de M por razões de ordem temporal, referem-se ao lançamento da Campanha pelo MDB em meio à luta pelas liberdades democráticas e à participação do movimento estudantil na ampliação da luta pela Assembléia Nacional Constituinte.

2.2.1.10. Comentários referentes a políticos anteriores a 64

Os políticos com participação ativa no período imediatamente anterior ao movimento armado de 1964, representavam um tabu ao Estado autoritário. Quaisquer menções a seus nomes eram taxativamente proibidas, numa tentativa de apagar suas figuras da memória coletiva e, com eles destruir o que representaram, principalmente, de ameaça aos valores da corporação militar. É o caso, particularmente, dos dois políticos cujas referências foram vetadas em dois artigos de M: Leonel Brizola e João Goulart, ambos envolvidos em episódios onde a instituição das Forças Armadas foi afrontada⁴⁰.

Uma das matérias vetadas apresenta a fala de Leonel Brizola em Genebra sobre a anistia e o exílio e a outra tece comentários sobre João Goulart, por ocasião de sua morte, em dezembro de 1976.

2.2.1.11. Caso Ângela Diniz

Matéria vetada versando sobre o envio a júri popular (junho de 1976) do julgamento do assassinato do vigia da socialite mineira Ângela Diniz, ocorrido em 1973. O artigo narra o desencontro de depoimentos entre

³⁹ Aqui a referência é ao "racha" observado no interior de M quando grupos trotskistas que não se identificavam com a luta em defesa da Assembléia Nacional Constituinte se retiraram fundando no mesmo ano o periódico EM TEMPO.

⁴⁰ Leonel Brizola, governador do RS, em 1961, com a "cadeia da legalidade" garantiu, contra setores militares e civis, a posse de seu cunhado João Goulart (vice-presidente), após a renúncia de Jânio Quadros. Neste e noutro episódio não concretizado, (a resistência ao golpe de 1964) o recurso à população armada foi utilizado pelo governador. João Goulart feriu o princípio da disciplina militar, quando no evento da rebelião de marinheiros e fuzileiros navais que eclodiu a 25 de março de 1964, resolveu a crise demitindo o almirante Mota, ministro da Marinha que havia punido o cabo Anselmo o que motivara a sedição militar e decretando ampla anistia aos rebeldes.

Ângela e outro envolvido Tuca Mendes (da construtora/Mendes Júnior). Inicialmente, Ângela depôs afirmando que o vigia teria tentado assaltar a sua casa e que ela em legítima defesa o matara. Posteriormente, Tuca Mendes que se encontrava com ela na casa no momento do assassinato, assumiu a culpa pelo crime.

Pode-se computar este caso de censura na mesma categoria de outros, também vetados em OESP, (o caso Carlinhos e o da menor Ana Lúcia). Representam crimes, de algum modo, envolvendo personalidades importantes do mundo político ou dos negócios sendo que é na preservação de sua privacidade e na defesa de seus interesses que atua o instrumental repressivo da censura. Estes vetos, aparentemente, desconexos e ausentes de sentido, colaboram para compor o quadro do Estado autoritário brasileiro pós-64, através de suas opções no plano social. O que a censura nega, revela muito do perfil do regime militar.

2.2.1.12. Anti-comunismo / TFP

O artigo censurado apresenta uma discussão do autor da matéria (Jorge Luiz Zappia) com membros da Sociedade Brasileira para a defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). No decorrer do debate, Jorge Luiz questiona o que de fato representaria essa Sociedade (um partido? uma Igreja? o quê?) e põe em cheque o anti-comunismo manifesto de seus membros o que faz com que receba, em contrapartida, ameaças dos presentes.

A TFP foi participante ativa de toda a conspiração e mobilização ao deflagrar do golpe que derrubou o presidente João Goulart; representando, inclusive no seu anti-comunismo doentio, ideais semelhantes aos da comunidade militar, tanto no que se refere à ala da "Sorbonne" identificada com a Doutrina da Segurança Nacional, como a da "linha dura" cujo pensamento exacerba estes princípios. A preservação da TFP, através do veto à divulgação de matéria que colocava em risco sua imagem pública, assemelha-se à defesa da corporação militar.

2.2.1.13. Casos Aracelli / Cláudia / Ana Lúcia

Esta matéria que deveria ter sido publicada no número 117 de M (25set1977), contribui para que se desvende o sentido dos vetos à divulgação de crimes, que num primeiro momento podem escapar à compreensão do pesquisador. Representa um comentário relativo ao quarto aniversário da morte da menor Ana Lúcia (1973, em Brasília) aludindo ao fato de que o processo fora engavetado em período em que toda a imprensa estava calada e que, neste momento, com uma certa liberdade⁴¹, houve o desvendamento dos casos Aracelli, garota de 8 anos encontrada morta no ES⁴² e Cláudia Lessin Rodrigues, jovem de 19 anos, assassinada no RJ⁴³. O artigo, entretanto, conclui pela não existência de indícios de que venha a ser resolvido o caso Ana Lúcia.

A relação entre a censura à imprensa e o desvendamento desses crimes, vem nos mostrar o caráter não aleatório dos cortes. A censura à imprensa se inscreve no quadro da proteção de interesses (envolvidos na solução desses casos) de grupos que ao regime militar importa preservar.

2.2.1.14. Questão de drogas

Este artigo profundamente incômodo aos órgãos da Justiça, compara dois casos de envolvimento de pessoas com posse de drogas. Num deles, Ângela Diniz (novamente a socialite mineira), condenada por porte de drogas, foi enquadrada como viciada e aconselhada a seguir tratamento médico. Noutro, moradora de morro no Rio de Janeiro, por ter maconha em casa, foi enquadrada como traficante, categoria de muito maior peso na condenação.

Esta matéria vetada desnuda a separação social professada por uma Justiça que se pretende "igual para todos".

2.2.2. Questões econômicas

Tomando-se como referência o Quatro I, observa-se que esta unidade temática adquire um peso maior (em termos apenas quantitativos), se a comparação for feita entre os percentuais de M e de OESP. Apesar de

⁴¹ A alusão é ao término da censura prévia sobre alguns periódicos como OESP, JORNAL DA TARDE, revista VEJA e PASQUIM.

⁴² Aracelli foi encontrada morta em condição de extrema violência. Seus assassinos, na tentativa de destruir as provas do crime, intentaram a dissolução do corpo em ácido, sem sucesso. Os restos foram encontrados e as investigações conduziram a jovens da sociedade capixaba, dentre eles, um representante da rica família Helal. Mais tarde, o escritor José Louzeiro, documentou o caso em livro intitulado *Aracelli, meu amor*, sofreu problemas com a censura permanecendo proibido durante algum tempo.

⁴³ Cláudia Lessin Rodrigues foi encontrada morta na Praia do Recreio dos Bandeirantes (RJ), amarrada a pedras com marcas de violência, inclusive sexual e de consumo de drogas. A reconstituição do crime, feita principalmente sob a responsabilidade do investigador de polícia Jamil Wawar, conduziu a uma festa ocorrida na noite carioca na casa de Michel Frank envolvido no caso juntamente com o cabeleireiro Jorge Khour. A conclusão do processo levou ao afastamento do investigador e à fuga de Michel Frank à Suíça. O cabeleireiro Jorge Khour foi incriminado e cumpriu curta pena na prisão.

manter-se a mesma divisão de subtemas e, neste sentido, M não apresentou novos assuntos que não tivessem sido detectados em OESP. O que causa espécie é a qualidade dos textos apresentados, notadamente, no que se refere ao subtema das **Críticas à Política Econômica**, onde o tom é o de contestação ao modelo de desenvolvimento adotado pelos regimes militares, bem como o de denúncia de seu caráter na não aceitação da opção pelos grandes grupos nacionais e internacionais. A análise dos subtemas desvela um mundo de diversidade na concepção de imprensa entre os dois periódicos e o aspecto multifacetado da censura atenta a esta variedade.

2.2.2.1. Críticas à Política Econômica

Em grandes linhas, pode-se dividir este subtema em três grupos de críticas. Em primeiro lugar, em termos mais gerais, é o modelo de desenvolvimento econômico utilizado após 64 que é contestado e suas facetas estimuladoras da desigualdade social foram denunciadas e vetadas. Em segundo lugar, desdobramento do mesmo modelo, a contestação atinge profundamente o que os colaboradores de M identificam, como um caráter "entreguista" deste mesmo modelo na extrema facilidade de concessões fantásticas às empresas multinacionais para operar em nosso território com prejuízo ambiental, social e econômico do País. Em terceiro lugar o que se critica é a política adotada em relação aos grandes grupos econômicos nacionais em detrimento das pequenas e médias empresas e da população em geral.

As críticas ao modelo de desenvolvimento econômico adotado, atingem o chamado "milagre brasileiro" que não se efetivou exceto na retórica dos governantes, o aumento excessivo dos preços paralelamente a um achatamento crescente dos salários, o processo inflacionário numa espiral de constante crescimento, a dívida externa atingindo cifras excessivamente elevadas. Ao lado disto, não escapam das admoestações do semanário, os tecnocratas na condução da política econômica, bem como a crescente intervenção do Estado na economia do País. Surgem denúncias relativas ao fato de que um dos objetivos do movimento de 64 era a realização da reforma agrária o que acabou não se efetivando. O tom crítico abrange também as campanhas feitas contra a estatização, ao lado de uma defesa do periódico na questão da reserva da informática. Os lucros excessivos dos bancos são apontados, ao mesmo tempo, em que se demonstram as dificuldades crescentes do País em fazer tempo, em que se demonstram as dificuldades crescentes do País em fazer face ao déficit comercial na disparidade da balança de pagamentos. Os artigos vetados criticam a idéia corrente entre os economistas da equipe governamental de que aumento salarial gera elevação da inflação e relacionam a crise econômica e a recessão ao modelo de desenvolvimento seguido pelo País.

Constantemente em matérias censuradas, o governo brasileiro aparece como "entreguista", na medida em que opta pela proteção às empresas de capital multinacional em detrimento de interesses nacionais. Este fato é denunciado de múltiplas e variadas formas:

- nas críticas ao empresário norte-americano Daniel Ludwig e ao controvertido "Projeto Jari"⁴⁴;
- no artigo relativo a Kurt Mirow, autor do livro **Ditadura dos Cartéis** em que são denunciadas as negociatas das grandes empresas multinacionais para obtenção de monopólios e com veiculação suspensa no Brasil;
- na exposição da política do governo brasileiro para o setor de medicamentos, liberando somente a produção do artigo similar ao do exterior o que expõe a um só tempo a deficiência do investimento em pesquisa científica e o campo aberto ao domínio dos grupos estrangeiros;
- na revelação da proteção por intermédio do Delegado do Trabalho à Coca-Cola, no caso de morte de dois operários em serviço.

O aumento do controle exercido pelas empresas multinacionais sobre o País, é denunciado ao lado da crítica à destruição ambiental promovida por indústrias de grande porte (como, por exemplo, a da produção de celulose). Aparecem também vetadas matérias tratando sobre a questão dos imensos financiamentos às empresas estrangeiras pelo governo brasileiro, ao lado da política interna dessas indústrias de investimentos maciços nas suas matrizes. O discutível Projeto Carajás com a planejada exploração de minérios em área de riqueza e diversidade de grandes dimensões, mesmo considerando-se o plano internacional; e a contrapartida do favorecimento a preços baixos às nações estrangeiras, dilapidando o País em matéria de recursos não-

⁴⁴ O bilionário norte-americano Daniel Keith Ludwig, convidado a investir no Brasil, em 1964, quando o ex-ministro Roberto Campos foi aos EUA explicar a nova ordem política brasileira aos empresários locais, criou aqui o chamado Projeto Jari. Este Projeto, estabelecido ao longo do Rio Jari no Amapá, foz do Amazonas, um dos maiores projetos empresariais instalados no local, correspondia, em termos territoriais a uma área de 1,5 milhão de hectares equivalente a mais da metade da Holanda. Daniel Ludwig ali instalou a Jari Florestal e Agropecuária, além de possuir vários outros projetos (como por exemplo de mineração em MG), espalhados pelo Brasil. Segundo pesquisa de M, havia envolvimento do secretário particular do presidente Geisel, Heitor de Aquino com o Projeto para o qual havia trabalhado. A questão central era a de concessão de empréstimos imensos (200 milhões de dólares) ao bilionário, aumentando em 1% (padrão da época) nossa dívida externa, com o aval do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Assim, o poderoso empresário não desembolsaria dinheiro próprio, endividando ainda mais o País.

renováveis, também não escapou às denúncias e, conseqüentemente, à censura.

A política de favorecimento aos grandes grupos nacionais em detrimento das pequenas e médias empresas, aparece demonstrada em todas as suas cores sombrias apontando para a corrupção e malversação de verbas públicas, como é o caso dos grupos Copersucar e Lutfalla e mesmo na crítica à prática do Banco Nacional de Habitação (BNH), gerando grandes benefícios somente aos empresários do setor de construção civil. No terreno agrícola, os artigos envolvem a contestação aos latifundiários do café e à política desenvolvida pelo setor voltada, exclusivamente, para a exportação e às denúncias de monopólio do abastecimento exercido pelos grandes grupos econômicos como, por exemplo, Paes Mendonça.

O conjunto de matérias vetadas dentro deste subtema compõe uma fascinante radiografia do modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo País a partir de 1964, em continuidade ao projeto que se delineia com clareza nos anos 50 (notadamente a partir do governo JK). Um modelo de concentração da renda e de aceleração das diferenças sociais, paralelo a uma política de favorecimento aos grandes grupos econômicos, tanto nacionais quanto internacionais. É necessário que se observem algumas questões: a grande conspiração dos "grupos multinacionais e associados"⁴⁵ envolvidos na perpetração do golpe de 64, ao lado dos militares vinculados à ESG e aos ideais da Doutrina de Segurança Nacional identificados como relacionados à ala da "Sorbonne"; a variável temporal que separa a censura prévia de M (1975-78) da de OESP (1972-75), entremeadas pelo encaminhamento do projeto de distensão política do governo Geisel; as diferenças de concepção da imprensa exibidas em cada um dos periódicos trabalhados. Assim, tornam-se claras, a um só tempo, o caráter da censura em M e sua diferença relativamente à que se observa em OESP. Para os militares da "Sorbonne", no comando do projeto de abertura política, dialeticamente, é questão de Segurança Nacional a manutenção da censura prévia (instrumental repressivo, aparentemente contraditório a um processo de distensão) a um periódico como M, dedicado à defesa dos chamados interesses nacionais. Pois, censurando M estão defendendo seu projeto de desenvolvimento para o Brasil em nome do qual a "Revolução" de 64 foi planejada e executada.

2.2.2.2. Petróleo/Petrobrás

Ao contrário da aparente falta de sentido nas matérias vetadas e analisadas relativas a este subtema em OESP; no que se refere a M a questão da exploração do Petróleo no País e a do monopólio estatal da Petrobrás foram motivo da apreensão de um número do semanário, dedicado à discussão do projeto dos contratos de risco, anunciado em cadeia nacional de TV pelo presidente Geisel, em outubro de 1975.

Os contratos de risco, na ótica governamental, representaram uma forma de aumentar a produção de combustível conduzindo a exploração para áreas consideradas de risco, na medida em que não havia certeza da obtenção de Petróleo na região. Como a Petrobrás, segundo estimativas governamentais, não tinha condições de arcar com o alto custo financeiro da apuração, contratos em 10 áreas de risco foram oferecidos a empresas estrangeiras, às quais o governo oferecia toda a análise geológica da região pelo preço de 400 mil dólares.

O número 15 de M era, portanto, destinado ao debate deste controverso projeto que, na prática, representava uma quebra no monopólio estatal e abertura da concessão da exploração do Petróleo para companhias estrangeiras. A censura, entretanto, além de mutilar terrivelmente o material preparado para a edição, acabou apreendendo este número⁴⁶ que, ao lado dos números 45 (dedicado à "Mulher no Trabalho") e 116 (versando fundamentalmente sobre a Constituinte e a Anistia), representaram as três edições apreendidas durante a vigência da censura prévia a M.

Como o material preservado por M contém algumas caixas temáticas, sendo que uma trata sobre o tema da Petrobrás e, na medida em que elas não se constituíram em objeto de análise, por uma opção feita ao longo da pesquisa; no material consultado foram localizadas apenas duas matérias relativas ao subtema acima descrito. Uma delas datada de março de 78, seria publicada no número 141 do semanário e a outra cuja data

⁴⁵ Aqui a terminologia utilizada é feita de empréstimo à obra de René Armand Dreifuss, 1964: *a conquista do Estado - Ação Política, Poder e golpe de classe* (Petrópolis, Vozes, 1981). O autor identifica na articulação do golpe de 1964 (por ele denominado de golpe de classe, no sentido de que reconhece nos grupos que compõem essa articulação os interesses de uma classe): o grande capital nacional que aparece associado a grupos multinacionais. Além disso, localiza a oficialidade das Forças Armadas brasileiras que, desde o final da II Guerra Mundial encontrava-se concentrada na ESG, elaboradora - com a influência das idéias disseminadas, principalmente, pelos EUA durante a Guerra Fria - da Doutrina de Segurança Nacional.

⁴⁶ O material (78 laudas) produzido por M foi entregue, como de costume, à Polícia Federal, retornando terrivelmente mutilado. Entretanto, na avaliação do semanário, ainda restava material suficiente para produzir uma boa edição. Quando o material, já diagramado, foi encaminhado para a gráfica e, como era de praxe, a cópia pronta foi de novo enviada à censura, veio a contraordem: a edição não poderia ser veiculada e nada disso (as idas e vindas da censura) poderia ser divulgado.

O depoimento relativo a esta e outras histórias da censura a M encontra-se documentado nos seus números 154, 155 e 156 (12 a 26 de junho de 1978) onde, logo após o encerramento formal da censura prévia (8 de junho de 1978) o semanário dedicou três longas reportagens para contar em detalhes a história de três anos de censura.

não foi possível localizar, parte da seleção realizada por João Antônio, mas que se inferiu pertencer ao apreendido número 15 (outubro de 75) de M. Ambas tratam sobre a problemática dos contratos de risco, exibindo posturas contrárias à sua efetivação. Surgem críticas à gestão do general Geisel na presidência da Petrobrás (durante o governo Médici). Dentro da análise feita aos contratos de risco, um entrevistado (Euzébio Rocha) se posiciona no sentido de considerá-los, como "o maior erro histórico dos últimos tempos" e chega-se a detectar o fato de que as empresas estrangeiras não demonstraram tanto entusiasmo, como era de se esperar na compra das informações geológicas sobre as áreas de risco.

Do mesmo modo como ocorre nas críticas ao modelo de desenvolvimento econômico adotado no País, esta questão do Petróleo/Petrobrás contém subjacente a temática da internacionalização da economia brasileira *versus* uma postura que se pode definir como de defesa do nacionalismo. Esta é também na ótica governamental uma questão de Segurança Nacional, na medida em que a abertura ao capital estrangeiro se colocava com clareza nos objetivos definidos pelo movimento de 1964.

2.2.3. Questões Sociais

Esta unidade temática apresenta o índice percentual mais elevado dentre as unidades trabalhadas em M, bastante próxima da porcentagem exibida pelas QUESTÕES POLÍTICAS. Em comparação aos dados percentuais observados em OESP, a média obtida por M foi sensivelmente mais elevada. Há relativamente maior diversidade nos subtemas apresentados e observa-se um destaque especial ao que trata das **Condições de vida e trabalho da população** que não se encontrava presente no material analisado de OESP. Este subtema mostra um pungente painel em que ficam claramente expostas as condições de miserabilidade a que foi submetida a maior parte da população brasileira. De maneira geral, observa-se que o tom de todos os subtemas constantes desta unidade temática é o da descrição das sofridas condições de nosso povo. Isto decorre do fato de que um dos objetivos a que se propôs o semanário foi o da luta pela melhoria do **modus vivendi** da população. Daí a ênfase natural, nesta temática, em suas reportagens e a contrapartida da censura vetando a divulgação destas feridas expostas num regime que se pretendia promotor de um desenvolvimento econômico aliado a uma maior justiça social.

2.2.3.1. Condições de vida e trabalho da população

Neste subtema, são abordados os vetos a reportagens que trabalham basicamente sobre as dificuldades de sobrevivência de trabalhadores do campo ou da cidade frente a condições extremamente desfavoráveis colocadas pelo processo de concentração de renda, cada vez mais acelerado num sombrio quadro de injustiça social.

Optou-se por distribuir estas matérias em três blocos, apenas para facilitar sua compreensão; na medida em que estas divisões não correspondem a compartimentos estanques, e sim, a uma diversidade de assuntos entrelaçados.

Primeiramente o que se convencionou chamar de bloco das condições de trabalho trata basicamente de:

- descrição da situação dos bóias-frias e à luta pela extensão dos direitos dos trabalhadores urbanos aos rurais;
- denúncia da falta de proteção aos trabalhadores de couro da fábrica Kelson's;
- narração genérica das condições de vida dos trabalhadores abordando os baixos salários, as lutas contra os proprietários, as violências exercidas contra eles, a existência de regimes de semi-escravidão, a batalha diária contra o enlouquecimento provocado pelo sistema de trabalho a que são submetidos;
- o subemprego dos migrantes nordestinos nas grandes cidades;
- situação dos plantadores de fumo no Rio Grande do Sul e as relações de exploração estabelecidas pelas empresas produtoras de cigarros;
- denúncia da morte de operários na Coca-Cola;
- diversas matérias tratando da questão dos acidentes de trabalho entre várias categorias, como os operários da construção civil e os ferroviários. Apresentação dos dados de 1974 sobre os altos índices de acidentes de trabalho em indústrias correspondendo a 14% dos trabalhadores;
- descrição das condições de trabalho dos professores em diversas regiões do País;
- condições específicas de exploração do trabalho entre os carregadores do Mercado Municipal (SP), meninos (8 a 10 anos) britadores de pedras, jornalistas de O GLOBO, cobradores e motoristas de Londrina;
- críticas à Legislação plenipotenciária para o patronado, especialmente, no que se refere ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- críticas à farsa da instituição do operário-padrão e à falta absoluta de lazer entre os trabalhadores que vivem correndo atrás da necessidade de realização de horas-extras para completar o orçamento familiar.

Em segundo lugar, na abordagem das chamadas condições de vida da população estão presentes suas dificuldades de falta de infra-estrutura e saneamento básico, elementos geradores de problemas de saúde e de altos índices de mortalidade infantil. Além disso, a ausência de transportes coletivos adequados, como fator complicante das já penosas condições de trabalho e a decorrência desse conjunto desfavorável na deterioração das relações familiares com os tradicionais problemas de violência e alcoolismo. No que tange, especificamente, às condições de moradia, longas reportagens descrevem a situação de desalojamento das famílias de baixa renda, desde as condições de despejo por irregularidades na ocupação de terrenos até a transferência de elevado número de pessoas para construção de Arquibancadas para o Carnaval do Rio de Janeiro. Ainda no que se refere à problemática da habitação, várias matérias dedicam-se a descrever a condição de vida dos favelados nos grandes centros, notadamente em São Paulo e Rio de Janeiro. Corroborando este quadro negativo da ausência de condições mínimas de vida para a população menos favorecida, algumas matérias tratam das calamidades que atingem e destroem o pouco que as pessoas têm como condição de sobrevivência, como as enchentes e o fenômeno das secas.

Por último, para coroar este perfil traçado da vida das camadas populares no Brasil, diversas matérias apontam especificamente para a problemática das disparidades e da injustiça social, demonstrando como as autoridades costumam agir em visitas oficiais, ostentando riqueza, em clara desconsideração pela miséria das pessoas, a fala dos trabalhadores destacando a distância entre seu padrão de vida e o das categorias mais abastadas, comentários de pesquisadores e cientistas sociais sobre as reais dimensões da pobreza no Brasil. Como exemplos, destas questões, colocam-se dois artigos que em regiões diferentes do País (Araruama-RJ e Santos-SP) mostram medidas tomadas pelos respectivos prefeitos para deter a utilização das praias pelos chamados "farofeiros" ou seja, por moradores de regiões distantes do mar que, como única condição de lazer nos finais de semana, têm o hábito de se dirigir às praias mais próximas à custa de muitos sacrifícios envolvendo a distância e a dificuldade de transportes. Como não possuem condições financeiras de arcar com refeições no próprio local, trazem de suas casas a comida para consumir no domingo ensolarado, sendo por isso alcunhados de "farofeiros". Provocam o descontentamento da população local que os acusa de poluidores das praias. Na realidade, o choque ocorre pela divergência dos hábitos e costumes de populações diferenciadas. Daí a reação dos prefeitos: preocupados em manter a "beleza" de suas praias.

↳ Embora se observe que a análise da injustiça social na ótica de M. raramente, ultrapassa a dimensão da exploração econômica, deixando de lado outras formas de dominação, a grande novidade de seu enfoque, comparativamente às matérias de um órgão da grande imprensa como OESP, reside no fato de que suas reportagens trazem à tona como sujeitos os anônimos perdidos na multidão, como Hiroito "Rei da Boca do Lixo", Mariazinha "tiro a esmo" da favela da Rocinha no Rio de Janeiro. São eles as personagens de destaque desta história construída no seu cotidiano sofrido, sujo, mal cheiroso, pobre que sua fala tem o mérito de expor. Apesar do fato de constatar que M silencia determinadas vozes (como, por exemplo, os homossexuais), representou uma tentativa de emergência de muitas falas caladas, entre outros elementos pela própria concepção que a grande imprensa impõe ao público. Essa fala, profundamente incômoda e subversiva dos padrões de eugenia do regime, mais uma vez foi silenciada pela tesoura do censor.

2.2.3.2. Críticas à Política de Saúde Pública

As matérias vetadas destacadas neste subtema tratam basicamente do descaso do Estado em relação às condições precárias de saúde a que se vê submetida a maioria da população brasileira. Esta desconsideração começa no não provimento de infra-estrutura e rede de saneamento básico cuja ausência é responsável por um sem número de doenças e mortes. E termina na concepção e execução da política previdenciária no descabro em que se converteu o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Ao lado destas questões, M denunciou as mas sutis formas de privatização da medicina dificultando ainda mais o acesso público ao serviço médico. Alguns artigos destacam especificamente determinadas doenças em estado de proliferação pela desatenção dos órgãos públicos:

- a doença de chagas cujo método de prevenção pela aplicação de BHC nas paredes das moradias é pernicioso à saúde, na medida em que o produto é um inseticida de componentes cancerígenos;
- a tuberculose que, segundo o cálculo do semanário, tem um índice de incidência que ultrapassa as estatísticas oficiais;
- a desidratação e a imprecisão de seus dados, enquanto causadora de mortes;
- a esquistossomose cujo maior foco do País encontra-se concentrado na favela da Vila Socó (Cubatão-SP);
- a meningite que afeta particularmente a população operária de São Paulo que por diversos fatores (alimentação deficiente/baixos salários, cansaço/horas-extras, aglomeração/fábricas) não tem condições de evitá-la.

Ainda no que diz respeito à política conduzida pelo INPS, diversos artigos criticam a condição de saúde dental da população brasileira, apontando para o fato de que oficialmente os problemas dentários são

solucionados com o apelo à extração sumária de dentes.

Relacionando a problemática da saúde pública com a questão da internacionalização da economia brasileira, dois aspectos mereceram atenção especial: a não regulamentação da comercialização de sangue e remédios no País. Um artigo critica as multinacionais que utilizam duas formas de exploração no que se refere ao sangue. Extraem-no da população brasileira e revendem o plasma. Além disso, como não são realizados testes, o sangue contaminado é comercializado livremente. O artigo discute projeto de Lei para disciplinar a comercialização de sangue no Brasil. Duas outras matérias debatem a questão de projeto de Lei para regulamentar a comercialização de remédios no País argumentando que a concepção do referido projeto facilita a entrada das multinacionais e a concentração de renda no setor. Situam também a CPI do consumidor e concluem que muitos medicamentos comercializados livremente (como, por exemplo, a Novalgina) são prejudiciais à saúde.

Este subtema aponta para a problemática do planejamento familiar a um só tempo, exibindo a posição de colaboradores do semanário que criticam a intenção governamental de democratização somente da pílula anticoncepcional e não do leite ou do feijão e a postura da Igreja Católica manifestando-se contrariamente ao Estado na questão, na medida em que não aceita métodos contraceptivos como a pílula, o dispositivo intra uterino (DIU) ou as lavagens.

As motivações que movem o braço da censura no veto às questões tratadas neste subtema são as mesmas que explicam os cortes às **Críticas à Política Econômica** - e às **Condições de vida e trabalho da população**: a exposição nua e crua das opções governamentais pelas elites mais favorecidas, no plano nacional e internacional. A contrapartida é o descaso dos órgãos públicos no que se refere à falta de acesso da maioria da população aos serviços médicos, à proliferação de doenças, à crescente privatização da medicina, ao domínio de setores (medicamentos, comercialização do sangue) por conglomerados multinacionais.

2.2.3.3. Questão da Terra

Mais uma vez apresenta-se aqui documentada, a temática da injustiça social gerada pela má distribuição da riqueza no País. O problema central é o da concentração da terra com as situações dele decorrentes: o latifúndio e a exploração do trabalho do homem na terra (bóias-frias) ao lado da violência contra o trabalhador do campo (ação dos jagunços), ocupação não institucionalizada fundiária (posseiros e grileiros), conflitos pela posse da terra. Ladeando a discussão desta problemática primordial, existe a questão não resolvida da Reforma Agrária vista, como única possibilidade de solução para uma ocupação produtiva do solo, para uma justa distribuição da riqueza, bem como dos frutos da terra.

2.2.3.4. Grupos Diferenciados

Este subtema, apresenta um interesse peculiar, na medida em que explicita a diversidade das atenções do semanário no trato dado à questão social. Sob a alcunha de **Grupos Diferenciados**, aparecem aqui especificadas matérias censuradas tratando de problemáticas como a da mulher trabalhadora, do negro e da discriminação racial de que é vítima na sociedade brasileira e da situação abandono que atinge menores e velhos encarados, oficialmente, como cidadãos de segunda classe. O pano de fundo dos diversos artigos é sempre o da marginalização social que, em meio à questão da má distribuição de renda; cinde a sociedade em privilegiados e desfavorecidos sob o ponto de vista da exploração econômica e destaca a multiplicidade das formas de dominação para além de considerações meramente economicistas. Negros, mulheres, velhos e crianças são cidadãos de segunda categoria na padronização social que valoriza o homem adulto ativo e branco, independentemente e apesar da condição financeira que ostentem.

É necessário, ressaltar que os grupos que destacam na análise crítica de M, não são exatamente minorias. Para elas fica faltando a menção o que demonstra os limites na concepção de injustiça social e quanto aos múltiplos e diversificados aspectos de abrangência da dominação, na pensamento do periódico.

Entretanto, também é significativo apontar que os cidadãos de segunda classe não ocupam espaço nas matérias censuradas de OESP o que vem ressaltar a diferença de compreensão do papel e da dimensão da imprensa nos dois órgãos de divulgação que, representam um a grande imprensa, e outro, um momento rico e significativo da imprensa alternativa no País.

O Estado autoritário brasileiro pós-64 na mesma medida em que deseja um corpo social harmônico escamoteando as diferenciações entre as camadas da sociedade e, particularmente, os conflitos derivados de posturas antagônicas, almeja também ocultar as divergências inter classes homogeneizando a diversidade e escondendo a dominação. Nestes termos, é relativamente fácil compreender a atuação censória impedindo a divulgação da existência destas fraturas expostas no corpo social.

Registram-se em maior número matérias censuradas abordando problemáticas relacionadas com a condição feminina. A maior parte dessas reportagens é oriunda do número 45 de M, apreendido e dedicado exclusivamente à temática central da "Mulher no Trabalho". O elemento norteador das discussões é a condição de discriminação a que ela é submetida no trabalho, no aviltamento salarial, na acumulação de uma dupla jornada,

na sua relação com o homem. Destacam-se alguns artigos:

- análise do papel da mulher na legislação concluindo que na ótica do Liberalismo, é colocada como excluída, juntamente com os negros e não-proprietários;
- colocação da luta pelas liberdades democráticas e a defesa dos direitos da mulher, como questões que devem ser tratadas separadamente;
- ênfase na questão da dupla jornada, analisando o acúmulo de funções para a mulher que trabalha fora e dentro de casa. Desvalorização social do trabalho doméstico;
- apresentação da análise estatística da participação econômica feminina em todas as regiões do globo, concluindo que as taxas mais baixas concentram-se na América Latina;
- reportagem narrando as condições de preparação do número 45 do semanário. Inicialmente, estava prevista a realização de um grande artigo analisando as condições das 33 milhões de mulheres trabalhadoras (dados do ano de 1976) do Brasil. Posteriormente, a equipe se empolgou e acabou recebendo inúmeras colaborações inclusive espontâneas. O resultado foi a participação de 60 pessoas, dentre as quais 33 mulheres que elaboraram 440 laudas suficientes para escrever um livro sobre a temática da "Mulher no Trabalho";
- artigo, contribuição do jornal francês LE MONDE que seria publicado em novembro de 77, tratando da violência sexual contra a mulher: o estupro e posicionando sua discriminação legal, enquanto crime ao lado da análise das condições de constrangimento social a que é submetida a vítima;
- estudos sobre as condições de trabalho da mulher: com filhos e ausência de creches, a associação de lavadeiras de Juazeiro (BA) e o avanço que a organização representa, um dia na vida de uma horista trabalhando na Volkswagen de São Bernardo do Campo: as condições de repressão interna na fábrica, a repetição e ausência de sentido na linha de montagem, a interpenetração do mundo do trabalho ao lado impossibilidade de lazer;
- as esperanças e as condições de vida e de trabalho das prostitutas. A violência e a exploração masculina, a marginalização social e o sonho com a difícil ascensão social.

A temática do racismo, na sociedade brasileira, encontra-se presente em reportagem que traça uma comparação entre a nossa situação e a norte-americana em relação ao posicionamento frente aos negros, apontando no Brasil, a questão da busca de uma unidade nacional como elemento disseminador do medo da explicitação do ódio entre as raças. A discriminação encontra-se situada em artigos mostrando o episódio de um garoto que, barrado por ser negro no Hotel Méridien (RJ) ao se dizer filho do jogador Pelé, passou oito horas convivendo com todas as mordomias até que, descoberta a mentira foi notificada a Polícia. Outro narra a segregação a que foi submetido um estudante de medicina negro em Sanatório Psiquiátrico em Botafogo (RJ). A questão da resistência também é contemplada em reportagem que analisa as favelas como novos quilombos contra a exploração do negro pelo branco.

O abandono de menores e velhos é trabalhado em artigo descrevendo o recolhimento de mendigos em Belo Horizonte e o encaminhamento a asilos aos portadores de mais de 60 anos e, ao juizado, os menores de idade. Toda a complexidade da problemática do menor abandonado transparece em pungente reportagem intitulada "O Diário de Dorinha". Este Diário é um folheto distribuído às meninas recolhidas na Fundação para o Bem-Estar do Menor (FEBEM) em que se estimula sua preparação futura para atuarem como empregadas domésticas, submissas às ordens da patroa e encarando os baixos salários recebidos como perfeitamente adequados aos padrões de seu comportamento no trabalho. A personagem fictícia Dorinha, mulher e oriunda de um reformatório feminino, como todas meninas da FEBEM, deve se contentar em se preparar para ocupar o posto de cidadã de segunda categoria.

2.2.3.5. Questão Indígena

Neste subtema, os artigos a merecerem a atenção dos censores, localizam-se na maior parte em críticas à desastrosa atuação governamental (através da FUNAI) na condução da problemática indígena. Responsabiliza-se (dados de Darci Ribeiro) o órgão oficial pela dizimação, verdadeiro genocídio, constante dos indígenas. A intervenção negativa da FUNAI é sentida quando:

- são narradas as pressões sobre o cacique Caingangue (PR), ao se retiradasua candidatura, como vereador pelo MDB;
- é descrita sua interferência na direção da proibição das atividades do Conselho Indigenista e Missionário (CIMI) nas reservas e no ensino bilíngüe nas escolas frequentadas por indígenas;
- são esclarecidas as condições de demarcação das terras em prejuízo dos interesses dos índios. Sucedem-se críticas às autoridades que desejam atuar na problemática indígena sem consultar os diretamente interessados. É o caso de um Simpósio organizado oficialmente, como parte das atividades da SBPC (em 1976) sobre a temática central do "Brasil Indígena" e que permaneceu esvaziado sem a presença dos índios. Análise

negativa do Estatuto do Indígena prevendo a descoletivização da propriedade e a posse legal individual fundiária pelo índio, destruindo o sentido original da terra, enquanto algo que pertence à comunidade.

Foram alvo da censura matérias que descrevem o impacto negativo do contato do homem branco com o indígena trazendo doenças, destruindo seus costumes e introduzindo hábitos desarticuladores como o alcoolismo, exterminando o ambiente e as condições de sobrevivência das comunidades, bem como trazendo a cobiça pela posse de suas terras e da riqueza que elas contêm com os conflitos (jagunços, posseiros, grileiros, fazendeiros, garimpeiros) daí decorrentes.

A censura a M mostrou-se, particularmente, sensível a todas as formas de organização popular que envolvessem a discussão de problemas dos grupos e a mobilização no sentido da busca de uma solução específica aos problemas detectados. Não foi diferente com a **Questão Indígena**. Os vetos atingiram diversos artigos descrevendo, em longos depoimentos de indígenas a participação em Assembléias, de chefes e representantes das comunidades realizadas nos mais variados locais do País. Do mesmo modo, a censura proibiu matérias narrativas da experiência bem sucedida dos índios Gaviões e Suruis do Pará que, após um processo de perda do controle sobre suas terras, recuperaram e resgataram suas tradições, graças à sua organização no sentido de promover o plantio, a colheita e a comercialização de castanhas.

2.2.3.6. Reivindicações Sociais

Os assuntos alvo dos censores neste tópico, foram, fundamentalmente, os que se referem à organização da população a nível institucional (no caso a luta sindical) e não institucional (como reuniões em comunidades e no Movimento do Custo de Vida).

No plano institucional, destaca-se a luta de diversas categorias pela substituição de diretorias sindicais consideradas pelegas por novos eleitos combativos e representantes de fato de seus interesses. Tratando, lateralmente, desta questão, um artigo se posiciona relativamente ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) colocado como uma organização criada oficialmente em 1945 para atrair a participação dos trabalhadores. Três artigos dedicam-se à exposição de tentativas regionais de organização de sindicatos de jornalistas: o primeiro trata da posse da nova diretoria do Sindicato de Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, em 1977, sob o comando de Carlos Castello Branco, em substituição a um grupo que, desde 1964 ocupava o sindicato de forma pelega e burocratizada. O segundo exhibe críticas a José Machado, presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro, há dez anos e envolvido em casos de corrupção e abuso de poder. O terceiro narra a tentativa de Anísio Felix de concorrer novamente às eleições do Sindicato dos Jornalistas Profissionais da Bahia. Caracterizado como combativo na defesa dos interesses da categoria, foi impedido na sua pretensão pela Delegacia Regional do Trabalho. A esse respeito também há matérias dedicadas à questão da intervenção governamental na organização dos trabalhadores. Uma delas mostra a pequena participação dos operários na eleição do Sindicato da Construção Civil em Brasília, depois deste ter sofrido intervenção federal. A luta dos docentes, principalmente, do terceiro grau, encontra-se documentada em artigos onde se constata sua batalha contra anteprojeto de reforma de seus estatutos (USP-1977) e pela não deterioração salarial (USP/UNESP/UNICAMP-1978). A atriz Lélia Abramo à testa do Sindicato dos Artistas e Trabalhadores de Teatro de São Paulo (1978) destaca a importância da organização sindical e do teatro para a discussão de questões nacionais, reivindicando o direito de organização, reunião e de greve.

A nível não institucional, recebem destaque as reclamações da população de São Paulo contra os transportes públicos, acentuando, de um lado as críticas dos passageiros contra o ônibus quebrados e desconfortáveis e, de outro, as dos motoristas contra os baixos salários. A Igreja Católica aparece em duas situações diferenciadas: em um artigo é o alvo da mobilização populacional que culpa os padres da Igreja São José (Belo Horizonte) pela iniciativa de construção de um prédio onde antes havia um bosque. Em outro, enfatiza-se a experiência do padre Manuel Lira Parente na comunidade de São Raimundo Nonato (sertão do PI) na criação de uma escola, compra de máquinas de costura para o trabalho das mulheres, no estímulo ao artesanato, no desenvolvimento da criação de cabras e no fabrico de calçados. Sua preocupação reside em deter os fenômenos do êxodo e conseqüente desenraizamento, no que foi bem sucedido. O Movimento do Custo de Vida (1978) aparece enfatizado em algumas matérias que narram o lançamento de abaixo-assinado de trabalhadores em São Paulo, lutando pelo congelamento de preços de gêneros de primeira necessidade, aumento de salários acima do custo de vida e concessão de um abono imediato para todas as categorias, sem desconto. Clubes de Mães estruturados em torno deste movimento, nas Zonas Sul e Norte de São Paulo, organizados para reivindicar melhorias nos transportes da periferia e atuando na alfabetização de adultos, utilizando o método do educador Paulo Freire.

A Doutrina da Segurança Nacional, baliza ideológica do movimento de 1964, ao deslocar a necessidade de detenção do inimigo do exterior para o plano interno (luta contra a subversão) demonstra não aceitação de contestações sociais, sejam elas organizadas institucionalmente, ou não. Deste modo, a censura às reivindicações sociais de trabalhadores dentro ou fora dos sindicatos, se insere no quadro da luta mais ampla

conter o inimigo interno.

2.2.3.7. Acidentes

A maioria quase absoluta dos artigos relacionados neste subtema são relativos à questões envolvendo problemas da população com transportes coletivos (ônibus ou trens) nos grandes centros (especificamente Rio de Janeiro e São Paulo). Dizem respeito a acidentes com transportes ou a revoltas da população devido a atrasos (o que implica em perda salarial) ou a quebras de ônibus ou trens. Paralelamente, as matérias posicionam o descaso ou a impotência das autoridades frente ao problema. A população usuária sofre com a ocorrência de acidente (vagão de trem que pegou fogo na Baixada Fluminense) e se revolta contra os atrasos apedrejando trens e depredando estações (Central do Brasil, Estação Mauá em São Paulo) ou quebrando ônibus (bairro de Belo Horizonte). É interessante notar que a fala das autoridades a respeito também aparece censurada, como as observações do Ministro dos Transportes do governo Geisel, General Dirceu Nogueira que tem pesadelos com a situação dos trens e admite o estado calamitoso em que se encontram os subúrbios ferroviários. Também foi alvo de cortes a transcrição de entrevista do Secretário da Segurança Pública de São Paulo, Erasmo Dias, concedida para a TV Gazeta, pedindo calma à população e referindo-se a dois saques ocorridos em trens em São Paulo.

Fora desta problemática merece destaque um artigo sobre a questão das cheias em São Paulo com a possibilidade aventada da represa de Guarapiranga estourar com a conseqüente inundação de um quarto da cidade. Particularmente, a condenação recai sobre a imprevidência das autoridades (especialmente, o governador Paulo Egydio Martins e o prefeito Olavo Setúbal) que, conhecedores do problema nada fizeram para evitá-lo até que a catástrofe quase aconteceu.

Mais uma vez o que norteia o braço da censura é a concepção de uma sociedade harmônica, ausente de conflitos. A revolta indisciplinada e não institucionalizada da população ou mesmo a fala reveladora (do descaso e do estado calamitoso) das autoridades precisam ser contidos se não na prática que o sejam a nível de conhecimento do público-leitor.

2.2.3.8. Poluição Ambiental

Encontram-se aqui destacadas a um só tempo, matérias vetadas cuja temática gira em torno da cumplicidade ou omissão dos órgãos oficiais em relação à poluição ambiental e suas conseqüências geradas por grandes empresas (nacionais e multinacionais). A esse respeito é significativa a opinião expressa (e proibida) do Ministro Mário Gibson Barbosa convidando empresas norte-americanas impedidas de entrar em outros países para instalação no Brasil afirmando que "nós queremos a sua poluição".⁴⁷ Presente aqui a visão enviesada de progresso e desenvolvimento econômico sem levar em conta a população envolvida. Uma frase como esta é altamente incômoda para a imagem do regime. A supressão dessa expressão crua da autoridade fica, portanto, claramente justificada.

Vários casos de poluição e de protestos da população aparecem documentados:

- denúncia da poluição promovida por indústrias de detergente em Santana do Parnaíba;
- protestos da população contra a Companhia de Cimento Portland Itaipu em São Paulo;
- reclamações do MDB e da FIESP contra a aprovação, por decurso de prazo, de lei, na Assembléia Legislativa paulista centralizando a questão da poluição em mãos do Executivo e de técnicos;
- mobilização popular (inclusive através da encenação de uma peça teatral) contra a poluição e conseqüências (tuberculose, sinusite, dores de cabeça) geradas pela fábrica Cal Sublime em Feira de Santana (BA) que tem como acionista majoritário, o próprio governo do Estado;
- insatisfação popular com o descaso de autoridades (particularmente o governador Aureliano Chaves) relativamente à poluição da fábrica de cimento SOEICOM em Vespasiano (MG);
- denúncia de impressionantes estatísticas sobre a poluição em Cubatão onde todos os dias as indústrias lançam no ar 875 toneladas de gases tóxicos.

2.2.4. Questões Educacionais E Culturais

As QUESTÕES EDUCACIONAIS E CULTURAIS em M possuem um índice percentual bastante elevado se comparadas com os dados apresentados por OESP. Além disso, a variedade demonstrada e a riqueza interna de cada um dos subtemas é de molde a que se perceba que há, de um lado, uma amplitude muito grande nas preocupações do semanário e, de outro, múltiplos ângulos para se analisar a censura prévia à imprensa de acordo com as variáveis de tempo e de diferentes órgãos de divulgação. Isto pode ser claramente sentido pelos

⁴⁷ BUENO, Márcio. Faturando em águas turvas, M, SP, 35, 9mar1976.

aspectos culturais em que a música, o teatro, o cinema, a TV aparecem com destaque, independentemente de tratarem da problemática da censura que sofriam nesse momento. Portanto, dentro das preocupações do semanário localizavam-se tratar com variedade e constância as temáticas da cultura, independentemente, de terem sido alvo da repressão censória do regime.

No que se refere às questões mais especificamente educacionais, o subtema do **Movimento Estudantil** que ocupa a maioria avassaladora das matérias vetadas nessa unidade temática em OESP, em M, divide sua força, em termos quantitativos, com outro subtema não relacionado no outro órgão de divulgação, a saber, o das **Críticas à Política Educacional**. Em M, no primeiro destes dois subtemas acima citados, começa-se a notar uma reestruturação do movimento estudantil com as grandes mobilizações ocorridas, principalmente, em 1977. E, no segundo, enfatiza-se a problemática da dificuldade de acesso da maioria da população aos diversos graus de escolaridade e, neste sentido, a crítica ao sistema de vestibulares é bastante acentuada.

De maneira geral, os assuntos mais recorrentes dentro desta unidade temática são: a discussão em torno de uma arte e cultura cuja produção e acesso atinjam a maioria da população, a reorganização da sociedade civil na luta por um ensino de qualidade e acessível a todos. Aqui, novamente, está em cheque a concepção (no caso na educação e cultura) do Estado autoritário brasileiro pós-64, como um regime de exclusão que separa do corpo social uma minoria de privilegiados colocando de fora a maior parte da população.

2.2.4.1. Movimento Estudantil

A mobilização estudantil aparece, nas matérias vetadas, particularmente vinculada à luta dos alunos pela melhoria global das condições vivenciadas dentro das escolas. Isto transparece em artigos que demonstram:

- greve estudantil contra o aumento das anuidades;
- reunião de alunos (DCE/USP) para a construção de um estatuto em luta por maior democracia interna entre os estudantes;
- (maio/77) Ato Público na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo reunindo estudantes da PUC/SP e da USP contra a prisão de operários e criticando a situação das prisões políticas. Luta pela anistia. Reunião de mais de 5.000 pessoas;
- (julho/77) mobilização estudantil no sentido da realização do III Encontro Nacional de Entidades Estudantis. Impedimento pelo Comandante do II Exército, Dilermando Gomes Monteiro, pelo governador de São Paulo, Paulo Egydio Martins e pelo Secretário de Segurança Pública do Estado, Antônio Erasmo Dias;
- greve dos alunos de Comunicação Social da Universidade Estadual de Londrina contra a demissão de um professor;
- (maio/78) Congresso da PUC/RJ organizado pelo DCE com apoio da reitoria. Durante uma semana conseguiram reunir 6.000 pessoas para discutir questões nacionais;
- manifestação contrária dos estudantes da UFRS ao DEE/RS que condena todos os movimentos estudantis e que é sustentado por empresários e pelo governo;
- luta de estudantes (UFPB e UFPE) contra a situação do transporte subsidiado para os alunos: desejam a carteira de estudantes e querem acabar com o limite de passes concedidos por mês;
- mobilização dos alunos da UnB e da UFRS contra as condições de alimentação nos restaurantes universitários;
- críticas dos estudantes aos cursos que frequentam: alunos da Faculdade Medicina da UFBA, da Universidade Católica de MG e do Instituto de Teologia da PUC/RS;
- greve de alunos da UFBA contra o jubramento e ameaças de aplicação do Decreto-Lei 477.

Além destas questões envolvendo a organização do movimento estudantil em todo o País, o veto dos censores atingiu igualmente alusões à repressão presente ou passada relacionada com a problemática educacional:

- menções ao fechamento do CRUSP em 1968 e à UNE aludindo ao fato de ter sido tornada ilegal pelo movimento de 1964;
- proibição da circulação de jornal dos estudantes da Faculdade de Comunicação de Santos devido a conter matéria sobre o Bispo D. Davi Picão dos Santos;
- afastamento de aluno da Escola Politécnica da USP durante 10 meses por discussão com professor;
- ameaças e invasão de movimento anti-comunistas em Universidades (CCC na Arquitetura do Mackenzie e Frente Anti-Comunista na UFRJ);
- expulsão de alunos do Colégio Pio XII de Porto Alegre por sua participação em chapa alternativa às

eleições estudantis;

- (março/78) Dia Nacional de Protesto Estudantil. Manifestação de estudantes relembrando as mortes do secundarista Edson Luiz Souto no RJ/em 1968 e a do universitário Alexandre Vannuchi Leme em SP em 1973;
- formas de repressão à mobilização estudantil: invasão do campus da PUC/SP em 1977 com requintes de extrema violência e com vítimas estudantis (o relatório final da CPI que apura responsabilidade na ocorrência dos fatos, em outubro do mesmo ano concluía pela acusação ao Secretário da Segurança Pública de São Paulo por abuso de poder e crime de responsabilidade); cancelamento de debates de semana cultural programada pelos estudantes da UFPR (agosto/77); proibição de debate sobre Assembléia Nacional Constituinte planejado pela Universidade Federal Fluminense - fechamento do DCE (novembro/77), cancelamento do Show do cantor e compositor Luiz Gonzaga Júnior contratado pelo DCE/UFMG; presença de equipamento de rádio-escuta no DCE/UnB;
- (agosto/77) carta dos estudantes de Medicina do Brasil, manifestando-se contra a utilização da Medicina como prática de tortura e especificamente contra a outorga da "Medalha do Pacificador" ao legista Harry Shibata.

2.2.4.2. Críticas à Política Educacional

Encontram-se três grandes temáticas nas matérias censuradas dentro deste subtema. Há as que criticam o sistema de ensino e a política educacional de uma forma mais genérica, outras questionam a diminuição de verbas para a Educação e suas conseqüências e ainda as que apontam para a dificuldade de acesso da maioria da população ao ensino.

Na questão geral do sistema de ensino, aparece criticado o ufanismo das autoridades em relação à situação da educação. Em outro momento, professores da área de Ciências Humanas repudiam a implantação dos Cursos de Estudos Sociais que representam uma redução do seu mercado de trabalho. São igualmente alvos de admoestações o Projeto Minerva (aqui a crítica vai para a idéia de aprendizado por rádio ou TV) e os Exames de Madureza (o repúdio é para o tipo de informações que se exige dos candidatos e para a realização dos exames aos sábados e domingos bem adaptada à moral capitalista de que não se deve prejudicar o trabalho). A repressão a professores, encontra-se presente na forma de denúncia de que cinco professores da Associação Fluminense da Educação foram delatados ao SNI por fazerem críticas à instituição enquanto que outros três foram demitidos da Fundação Armando Álvares Penteado de São Paulo por terem sido presos sob a acusação de ligações com o PCB (são eles os jornalistas Marco Antônio Rocha, Rodolfo Konder e Jorge Duque Estrada que, inclusive, agiram como testemunhas das torturas no caso Herzog). As condições de trabalho e ensino no Hospital das Clínicas de São Paulo são condenadas bem como a ampliação de Resistência Médica nas escolas de Medicina, vista como forma de utilização da mão-de-obra barata do médico residente. Por último, não foi excluída a consideração relativa aos objetivos do sistema educacional. Um artigo critica a ideologia subjacente nos livros didáticos que reforçavam o mito do chamado "jeitinho" brasileiro. Uma carta condena o sistema educacional do País, taxando-o de rígido, individualista, voltado exclusivamente para a transmissão e formação de indivíduos adaptados e submissos.

Darci Ribeiro, em artigo de novembro de 1977, critica a diminuição dos investimentos no setor educacional. A questão da crescente defasagem salarial do professor aparece apontada no III Simpósio Nacional de Física e na constatação da necessidade de aumento da carga horária de trabalho para os professores, tendo em vista os baixos salários percebidos o que é observado por educadores mineiros que notam, inclusive, a existência de uma relação entre a desvalorização salarial e a feminização da profissão. Finalizando esta problemática, aparece condenada a concentração e má distribuição (aplicação, principalmente, na construção de prédios) de verbas para o Ensino Superior.

Diversas reportagens dedicam-se à temática do Vestibular, criticando a disparidade entre o número de vagas e candidatos, a criação de um clima de tensão entre os participantes estimulado pelos Cursos preparatórios, o sistema dos exames vistos como elitistas e ao mesmo tempo denunciadores do nível de ensino (análise das redações dos candidatos) além de, em alguns casos, se prestarem a realizar uma triagem ideológica (exemplo, da prova no vestibular de Arquitetura da UFPR que pedia o desenho de uma cadeira com o slogan "Este é um País que vai pra frente"). A problemática da dificuldade de acesso da população à educação, encontra-se também documentada em artigos que registram críticas à impossibilidade da maioria da população de pagar mensalidades de uma escola privada (aliado à pequena quantidade de vagas nos cursos superiores das escolas públicas), denúncias do fato de que apenas 2% da população é atingida pela Educação pré-escolar (2º Congresso Brasileiro de Educação Pré-escolar - julho/76), admoestações contra a marginalização da população, quanto ao acesso à leitura aludindo ao preço elevado dos livros infantis.

2.2.4.3. Imposição Cultural

A grande crítica subjacente a todas as matérias vetadas dentro deste subtema, resume-se na denúncia da atuação dos grandes grupos econômicos, nacionais e internacionais, com a anuência do Estado, no sentido de homogeneização da cultura matando a diversidade e a espontaneidade da criação. Pode-se considerar,

portanto, este subtema correlato, inclusive no que diz respeito às motivações da tesoura da censura, ao das **Críticas à Política Econômica** onde se analisa a crescente internacionalização da economia e concentração de renda no País sob os olhares complacentes do Estado.

Alguns exemplos dão dignos de destaque:

- um artigo sobre o Encontro Internacional de Publicidade ocorrido em São Paulo (dezembro/75) afirma que o modelo de publicidade brasileira é cópia do estereótipo norte-americano e a propaganda atua como forma de controle ideológico, citando como exemplo o fato de camponeses peruanos que como não podem comprar rádio, pintam uma pedra e andam com ela como se fosse o transmissor desejado;
- matérias tratam da questão da proibição de funcionamento de terreiros. Durante a interdição, o terreiro da Mãe menininha do Gantois (BA) funcionava livremente por contar com importante figura do governo apoiá-la. Intelectuais baianos lutaram pela suspensão da necessidade de autorização policial para seu funcionamento. O texto mostra que o hábito de visitar terreiros tornou-se um modismo, numa referência irônica à esposa do presidente Médici que visitou um deles e, também, à tentativa de utilização das casas de santo para fins político eleitorais;
- Jean Claude Bernardet criticando o filme norte-americano "Um aventureiro no Hawaí", considera-o uma aula de colonialismo potencialmente transformando as crianças que assistem a ele em futuros consumidores de Marlboro. Neste momento, se faz necessário um esclarecimento. A referência não é, simplesmente, ao cigarro Marlboro, produzido pela Philip Morris. Desde seu lançamento, em grande estilo, o referido cigarro se fez representar por um belíssimo comercial, veiculado em TVs e cinemas e com a imagem apresentada em out-doors e outras formas de divulgação. No comercial, um homem (protótipo do proprietário rural - estereótipo em filmes norte-americanos - bem sucedido do Oeste dos EUA), ao lado de seu cavalo, em campo aberto, próximo a uma fogueira, acendia o cigarro. Enquanto isso, a voz em "off" conclamava: "Venha para o Mundo de Marlboro". Em fevereiro de 1976, um dos colaboradores mais assíduos de M (ver quadro IV), Flávio Aguiar, escreveu um inspirado artigo intitulado "O que acontece na terra de Marlboro". Esta reportagem, vetada em parte, discutia a questão da invasão ideológica através da publicidade. Isto, no caso do comercial de Marlboro (campeão mundial de vendas de cigarros) acontecia na colocação da população consumidora, tal e qual os indígenas norte-americanos, frente ao cowboy que avançou nas terras, como o personagem do comercial avança no cenário e o cigarro evolui nas vendas. O artigo também aponta para o pequeno controle existente no País, relativamente à ação da publicidade sobre o público consumidor. Após este artigo, várias vezes encontraram-se referências em matérias vetadas de M, a essa imagem de Marlboro;
- o escritor Márcio de Souza, em entrevista, coloca sua preocupação com a produção literária amazonense, na medida em que na região só atuam editoras do RJ e de SP;
- análise de obras do escritor Ariel Dorfman sobre a questão do imperialismo presente em tradicionais personagens de histórias em quadrinhos como o Pato Donald, Mickey e Superhomem;
- reportagem com livreiros descrevendo a situação da distribuição do espaço nas prateleiras de livrarias (RJ). Apenas 5% são ocupados por autores nacionais e o restante por livros estrangeiros, geralmente, "best-sellers" recheados de erotismo de má qualidade ou de literatura médica estilo "Dr. Kildare". Os fatores que contribuem para esta situação são: o autor nacional não vir acompanhado de publicidade exceto no caso dos já consagrados, a não especialização dos atendentes de livrarias e o consumismo dos leitores;
- artigo de Flávio de Aguiar (relativo ao Simpósio da SBPC: **Repensando o Nacionalismo**, em julho de 1977) intitulado "Cultura - o Nacionalismo na máquina de moer", coloca que a defesa do nacionalismo nos moldes dos anos 50, no estilo dos CPC⁴⁸ e do ISEB⁴⁹, hoje significaria, deviso à ascensão e queda das camadas médias durante o "milagre brasileiro", internalizar a invasão cultural. Além da promoção do processo de massificação que não leva em conta a qualidade das obras e a "substituição das importações", trocando-se o enlatado estrangeiro pelo nacional (como, por exemplo, no caso da exportação da novela "O Bem Amado"). A matéria ainda aponta para o perigo da homogeneização de diferentes projetos culturais.

2.2.4.4 Críticas à imprensa

Este subtema possui importância capital na medida em que é específico de M. Além disso, apresenta a preocupação do semanário na colocação da responsabilidade da imprensa longe da postura liberal de difusão de uma almejada objetividade na cobertura dos fatos. Neste momento, a imprensa sai de cena como "palmatória do mundo" e ocupa o pouco cômodo banco dos réus. É importante situar que, nesta pesquisa, ao se trabalhar com censura em OESP, observou-se que a imprensa somente figura como vítima da repressão de um regime autoritário.

É fundamental refletir sobre a posição da censura neste particular. Vetou desde a Declaração dos Direitos e Deveres da Imprensa Livre feita pela Resistência Francesa em 1943 em trecho no qual a imprensa é

⁴⁸ Centros Populares de Cultura.

⁴⁹ Instituto Superior de Estudos Brasileiros

reafirmada, não como instrumento de obtenção de lucros, e sim, como elemento que deve servir ao progresso humano; até críticas ao fechamento de um vespertino chamado HOJE, editado em porto Alegre (ligado a uma emissora de TV e a outro jornal) sob a alegação de estar provocando prejuízos. M contesta, colocando que o motivo real era a agressividade do periódico, pois, se existissem prejuízos seriam forçosamente cobertos pelos outros meios de comunicação pertencentes à empresa.

O veto neste subtema ultrapassa a mera análise do viés da censura a qualquer explicitação da repressão política. Nos dois exemplos destacados acima, o corte é a expressão da existência de uma censura empresarial. Nos vetos do censor, identifica-se, portanto, a defesa dos interesses dos grandes grupos econômicos, no caso pertencentes ao setor das comunicações. Mais uma vez aqui, localiza-se claramente o aspecto multifacetado da censura prévia à imprensa escrita e a impossibilidade-de-exame da questão por um único plano sob pena de cometimento de reducionismos analíticos.

Além dos exemplos já situados, outros há que merecem destaque:

- M faz duas críticas ao semanário paulista O EXPRESSO (fevereiro e março/76). Numa delas, o questionamento atinge um artigo escrito pelo semanário em que se relaciona a Revolução Francesa com uma problemática de credence popular. O autor do texto pergunta que pecado cometeram os leitores para serem obrigados a ler um artigo daquela natureza. Noutra se afirma que um diretor do órgão divulgação, é presidente da Liga Anti-Comunista do Brasil, possuindo ligações com o II Exército o que justifica suas posições em defesa do DOI e na colocação da questão africana como de Segurança Nacional, alegando a proximidade de Angola em relação a nosso litoral;
- notícia (abril/76) da criação de uma revista chamada VAI! por uma cooperativa de desenhistas mineiros representando uma abertura para o artista longe de pressões patronais;
- críticas ao CORREIO BRAZILIENSE e ao jornalista Edson Lobão que em sua coluna afirma que à Revolução de 64 só falta fazer propaganda de seus feitos. M condena, pelo contrário, o excesso de propaganda do regime e o comprometimento do jornalista e do jornal com ele, exemplificando que Edson Lobão é amigo de Armando Falcão (ministro da Justiça), tendo sido recebido por Geisel;
- denúncia de uma reportagem de OESP (março/78) de autoria do jornalista Flávio Galvão em que o caso PARA-SAR é narrado sob a ótica da defesa do Brigadeiro João Paulo Penido Burnier. M contesta a matéria como deturpadora dos fatos;⁵⁰
- críticas às grandes agências transmissoras (FRANCE PRESS, ASSOCIATED PRESS, UPI e outras) e à dependência da imprensa latino-americana em relação à papel, maquinaria e informações via satélite da International Telephone and Telegraph Corporation (ITT). M se coloca favoravelmente à criação de um "pool" latino-americano no sentido de que, pelo menos, poderia fazer um contraponto às todo-poderosas empresas transmissoras. A posição do semanário expressa sua preocupação com o fato de a imprensa aparecer como privilégio e propriedade dirigida por minorias com os fluxos de informação coincidindo com os eixos de poder econômico. A questão é a da maior participação da sociedade na geração, benefício e distribuição da informação. Os artigos colocam também o fato de que a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) assume a postura liberal, não aceitando o controle da informação via satélite (o que de fato acontece) e discutindo a problemática da verdade, imparcialidade e objetividade. Como contraponto, M cita a forma como as grandes agências vêm tratando os problemas ocorridos no Cambodja (1976), após a derrubada de Lon Nol e da chegada ao poder do khmer Rouge, colocando o exército de 60.000 homens como uma horda de bárbaros sanguinários. Deste modo, existe a isenção na informação?;
- narração do episódio ocorrido na FOLHA DA MANHÃ da empresa jornalística Caldas Júnior de Porto Alegre. O referido periódico expurgou um grupo de jornalistas por haverem publicado notícias sobre o fuzilamento de um homem que havia assassinado um major da Brigada Militar;
- entrevista com o jornalista Mino Carta, logo após a saída da Revista VEJA. Mino faz a críticas à editora Abril Cultural e relaciona o seu desligamento da Revista à problemática da censura imposta a ela.⁵¹

2.2.4.5. Ciência/SBPC

Neste subtema, aparecem com destaque matérias que tratam de reuniões oficiais da entidade (ocorridas sempre no mês de julho) e mesmo de opiniões esparsas de cientistas vinculados à SBPC. As reuniões documentadas foram das de 1976 e 1977, momento em que ganham notoriedade obtendo o estatuto de um dos locais privilegiados de articulação da sociedade civil, ao lado da CNBB, OAB, ABI, todas engajadas na luta pela devolução das liberdades democráticas ao País. As grandes temáticas debatidas na associação neste período foram: a luta pela

⁵⁰ Este artigo será alvo de outras considerações na segunda parte deste tópico do capítulo 2. Sua importância é grande para a comparação entre os dois órgãos de divulgação analisados.

⁵¹ Esta entrevista será melhor explicitada mais tarde na segunda parte deste tópico do Capítulo 2. Entretanto, convém destacar que o jornalista Mino Carta concedeu um depoimento a Paolo Marconi (op. cit. p. 116-122) em que as questões que envolvem sua saída e a censura prévia à revista VEJA, encontram-se claramente colocadas.

autonomia e contra a falta de verbas, além da reivindicação da participação da comunidade científica na questão nuclear, manifestando sua preocupação com o Acordo Nuclear Brasil/Alemanha e com as questões de segurança na construção da Usina de Angra dos Reis. Em relação às verbas, a SBPC de 1977 programada para acontecer em Fortaleza, precisou de última hora ser cancelada e transferida para São Paulo devido à negação de verbas oficiais. Este fato aparece documentado em artigo vetado de M.

Além disso, outros artigos discutindo questões vinculadas à produção científica no País, se colocam contrariamente à interferência estatal dentro do setor e contra a utilização da ciência social para atividades de controle. Outro artigo (abril/77) pretende fazer um balanço da produção teórica no País no campo da análise sócio-econômica, apresenta suas principais teses divididas em correntes como a ortodoxa, estagnacionista e pragmática em vigor desde 1964.

2.2.4.6. Cinema

A grande discussão presente nas matérias vetadas dentro deste subtema refere-se ao debate das possibilidades de desenvolvimento do cinema nacional na realidade do País. Neste sentido Pedro Rovai um cineasta de pornochanchadas coloca as posições do que chama de direita e de esquerda; ambas contrárias ao tipo de filme que ele desenvolve. A primeira delas justifica-se chamando-os de subversivos e desintegradores da família e da sociedade. A segunda sob a alcunha de alienantes. Ao cineasta este tipo de comédia representa uma forma de compensação da população contra sua situação, ou seja, em suas próprias palavras, "uma vingança contra a fome".⁵²

Em outro artigo, o cineasta Leon Hirzman, em palestra proferida em Belo Horizonte sai em defesa do cinema brasileiro, colocando-se a favor do redirecionamento do processo histórico brasileiro na questão da defesa dos direitos humanos, para que as reivindicações da Associação Brasileira de Cineastas possam ser respondidas.

Por último, duas matérias vetadas (uma entrevista e uma carta) caminhando em direções opostas; se posicionam a respeito da produção cultural no País e suas possibilidades no *status quo* vigente. Na entrevista, o cineasta Glauber Rocha se coloca como otimista no Brasil daquele momento, dizendo não estar preocupado com as multinacionais ou com as tragédias cotidianas; para ele a principal qualidade do artista é a irresponsabilidade e da obra de arte a de ser indisciplinada. O subtítulo da matéria era "Nem Lênin, nem Mao, nem mesmo Machado de Assis" ao que um leitor responde em carta "Nem mesmo Glauber Rocha".⁵³ O leitor acredita que Glauber estaria em processo de "dissolução mental" pela frustração de estar longe do contato com a realidade nacional. Para ele, a anarquia, ao contrário de estar perto da liberdade aproxima-se do fascismo. Significativas são também as duas posturas (antagônicas) em relação à censura⁵⁴. Glauber acha que a censura é um problema burocrático, secundário e não deve incomodar o artista, se não a autocensura surge. Acredita que há artistas que se prestam e outros que não à atividade dos censores. No primeiro caso, coloca Machado de Assis que, segundo ele, escreve para ser censurado, pois, escreve de modo acadêmico, de modo a que o censor o entenda. Para ele, este autor é responsável pela censura, pois determina um tabu linguístico, moralista e conservador. Já no segundo caso, encontra-se Guimarães Rosa que não pode ser censurado, pois o censor está diante de uma língua nova que ele não compreende. O leitor responde a Glauber dizendo que o que a censura veta não é uma questão de estilo, e sim, de conteúdo. Esta mesma divisão entre *estilo* e *conteúdo*, é feita, de outra maneira por Oliveiros S. Ferreira. Quando perguntado sobre a função da imprensa, respondeu, entremeando sua opinião sobre a ação da censura: "... o trabalho importante que ela tem é procurar a apuração dos fatos, porque os fatos fazem a opinião... a censura se preocupou muito poucas vezes com a opinião... se preocupou quase sempre com os fatos, porque eles sabiam que os fatos fazem o dia-a-dia, o que é... o editorial é lido por meia dúzia de pessoas e os fatos são lidos por todos os leitores."⁵⁵

Essa separação não procede, pois, crer-se na divisão estanque estilo/conteúdo, fatos/opinião é o mesmo que pensar na possibilidade de uma expressão escrita de narrativa de informações, absolutamente, isenta e neutra. Além disso, mesmo que se tomasse a divisão apontada, pelo número de editoriais vetados (OESP) e de matérias assinadas (OESP e M), observa-se que essas duas posições não são empiricamente comprovadas.

2.2.4.7. Música

A censura a matérias elencadas neste subtema é de molde a acentuar a concepção relativa a seu aspecto

⁵² Depoimento de Pedro Rovai a Jean-Claude Bernardet, intitulado "A chanchada é nossa", publicado em parte (trechos não censurados) em M, 30, SP, 26jan1976. p. 19.

⁵³ Estas duas matérias foram completamente vetadas devendo ter sido publicadas entre julho e agosto de 1976. No número 58 de M (09ago1976) aparece uma reportagem (diferente das duas) sobre Glauber Rocha.

⁵⁴ Como as matérias tratam secundariamente da questão da censura optou-se por arrolá-las neste subtema não dentro da unidade temática específica da censura.

⁵⁵ Fragmentos do depoimento do jornalista, concedido em 11 de setembro de 1989.

multifacetado e que ultrapassa meras restrições a temáticas relacionadas com o aspecto, simplesmente, repressivo em termos políticos do regime.

Um artigo, vetado em parte, produzido para ser publicado no número 1 de M (07/07/75), comentava a ida de Caetano Veloso e Gilberto Gil à Europa em 1969 e o silêncio que envolveu seus nomes a partir daí. Além disso, colocava-se contra a ausência de "palavras de ordem" na música de Caetano que localiza "entre a consciência e a alienação". Em dezembro/75, outro artigo comenta a música de Milton Nascimento falando da condição de vida das pessoas em meio a aspectos subjetivos e tratando da questão da solidariedade de vozes perdidas e ausentes. Em fevereiro/76 em depoimento, o líder do grupo gaúcho **Utopia**, Bebeto, afirma não estar preocupado se "tem alguém passando fome", "o sonho acabou para quem achava que iria modificar alguma coisa". Em agosto/76 foi vetada a transcrição da letra da música de Chico Buarque de Holanda, **Mulheres de Atenas**. Por último, censurou-se um comentário acerca de um estudo antropológico sobre as escolas de samba, realizado por Maria Júlia Goldwasser em que aparece a relação entre o povo pobre (no caso o mangueirense) sem espaço para falar e se sacrificando para participar das escolas e a invasão destas pela classe média a partir dos anos 60, preocupada em estabelecer relacionamento com as classes desfavorecidas.

2.2.4.8. Teatro

A problemática central destas matérias gira em torno da questão da possibilidade de criação de um teatro popular em que o povo se coloque como sujeito e acabe por se tornar uma oportunidade de expressão das comadas populares. Portanto, no veto aqui se explicita mais uma vez, o temor do Estado quanto a estas opiniões em busca da manifestação das camadas menos favorecidas da população que, uma vez expressas, podem denunciar a opção governamental pelas elites, inclusive em termos culturais.

Um dos artigos é um debate entre Chico Buarque de Hollanda e Paulo Pontes entrevistados por Fernando Peixoto em relação à peça **Gota d'água**, em fevereiro/76. Eles discutem o significado de um teatro popular e as possibilidades de o povo trabalhador possuir o seu próprio teatro com as alternativas de financiamento por partidos, associações de bairro e de classe. Outro artigo (maio/76) trabalha sobre a montagem do grupo Arena da peça de Lope de Vega **O melhor juiz, o Rei** em que Gianfrancesco Guarnieri, Augusto Boal e Paulo Pontes põem em cheque a ideologia medieval, colocando o povo como juiz supremo.

Dois artigos focalizam o grupo União e Olho Vivo. Num deles a ênfase é sobre a ameaça de despejo do grupo teatral e noutro um componente do União e Olho Vivo, Cesar Vieira, fala sobre a impossibilidade, nas condições momentâneas do País da existência de um teatro, ou mesmo, de um grande teatro profissional. Uma reportagem apresenta o grupo Núcleo que realiza teatro na periferia de São Paulo discutindo as condições de vida da população.

2.2.4.9. Críticas ao Nível de Ensino

As críticas atingem, de uma maneira geral, o baixo nível de ensino detectado no primeiro e segundo graus de escolaridade com as conseqüências previstas no Vestibular e no nível universitário. Reportagens referem-se ao elevado índice de reprovação na universidade (especificamente no Instituto de Matemática da UFBA). Ao lado disto, existem admoestações contra a Lei 5789 de junho de 1972 que instituiu o jubramento no terceiro grau obrigando o aluno a concluir o curso no prazo máximo de 7 ou 8 anos.

2.2.4.10. Esporte

Quatro das cinco matérias vetadas analisadas tratam de problemáticas relacionadas com o futebol discutido sob ângulos diversificados. Um depoimento do jogador Afonsinho desmarcara a pretensa imagem democrática do futebol que cria a ilusão da possibilidade de ascensão de pessoas das camadas populares até a seleção brasileira. Para ele, o afunilamento é um fato que permite a poucos escolhidos chegarem à fama e ao enriquecimento. Outro artigo, dedica-se a comentar a morte do jogador do Flamengo, Geraldo (setembro/76) que faleceu em conseqüência de uma operação de amígdalas. As críticas atingem o clube que procura se isentar de responsabilidades no caso, pois a operação foi feita com economia sem dispor de anestesista e serviço de enfermagem. Para evitar o pedido de exumação do corpo, o clube transferiu o sepultamento para local longínquo (onde o jogador morava anteriormente), embora a sua família já estivesse instalada no Rio de Janeiro. Duas reportagens realizadas por Plínio Marcos (maio e julho/76) falam sobre a intervenção de grupos econômicos no futebol (a chamada "cartolagem"), localizando a mudança nas relações do esporte com o povo a partir do desaparecimento dos campos de várzea e a corrupção existente na Confederação Brasileira de Desportos (CBD).

A última das matérias cortadas neste subtema comenta ironicamente que se o Brasil não chega em todas as modalidades às Olimpíadas nem ganha medalhas de ouro na competição, deveria haver medalhas para os cidadãos em concurso de resistência. A alusão aqui refere-se às dificuldades enfrentadas na luta pela sobrevivência.

Não se pode deixar de ter em mente que o futebol, alvo da maioria das matérias vetadas, possuía importância vital

para a consolidação do regime militar. Afinal, foi com o Tricampeonato de 1970 que o presidente Médici adquiriu popularidade que seus antecessores e sucessores não lograram alcançar. Foi também graças às vitórias do selecionado brasileiro que o Estado autoritário se consolidou possibilitando um esquecimento da explosão da luta armada e da repressão; bem como preparando o campo para o ufanismo do "milagre brasileiro" com os slogans "Este é um País que vai pra frente" e "Brasil, ame-o ou deixe-o", a um só tempo geradores da confiança da população nas transformações propostas pela "revolução" e restritivos relativamente à concepção de povo que compõe a Nação. Quaisquer posicionamentos críticos em relação ao futebol eram, portanto, muito incômodos ao regime militar.

2.2.4.11. Rádio e TV

Uma das reportagens, referente ao Rádio critica a utilização deste meio de comunicação na época de eleições. Devido ao fato de representar uma concessão governamental, o povo passa a ter acesso somente à versão oficial e ao discurso arenista.

As duas reportagens relativas à TV envolvem o apresentador e empresário Silvio Santos. Numa delas (maio/76) a crítica atinge a concessão de um canal de TV pelo governo para a animador com critérios não bem explicitados. Noutra, o seu programa dominical é criticado no que possui de exploração da miséria popular (exemplo do quadro "Boa Noite, Cinderela"), no teatrinho em que se transforma o seu programa de Calouros e na parte dedicada às realizações dos Ministérios (maio/76).

Em suma, tanto no que se refere ao Rádio como à TV, o tema central das denúncias engloba a espinhosa questão das concessões governamentais aos meios de comunicação, envolvendo a crítica ao domínio exercido e ao controle das informações divulgadas ao público. Embora de modo diferenciado a temática aqui é a da censura exercida sobre os meios de comunicação na forma das concessões de estações de Rádio e canais de TV, pairando acima e ultrapassando a mera existência de uma censura prévia institucionalizada à imprensa escrita como a que existiu durante algum tempo.

2.2.4.12. Críticas à Política Cultural

As críticas veiculadas por estas matérias vetadas atingem a intervenção institucionalizada na área cultural, seja por parte do Estado, seja por parte da Igreja Católica. A atuação desses órgãos se faz através de:

- corrupção - críticas de escritores reunidos no Teatro Casagrande no RJ ao Instituto Nacional do Livro que, segundo eles, patrocina mas corrompe, através do tráfico de influências;
- disciplinarização - críticas ao regulamento das Escolas de Samba que estabelece punições às mal classificadas e proíbe determinados temas de figurarem no seu enredo desde o Estado Novo (como A Guerra do Paraguai);
- descaracterização cultural - críticas ao estado de esfacelamento em que se encontra a Festa de Nossa Senhora do Rosário em São Gotardo (MG) devido à atuação da Igreja Católica que exige pagamentos e não admite a presença de "amasiados" ou "cachaceiros" nos grupos de Congado.

2.2.4.13. Crítica Religiosa

As duas matérias vetadas arroladas, neste subtema, referem-se ao chamado comércio da fé realizado em São Paulo na cidade de Aparecida do Norte. A crítica atinge os padres Redentoristas que dominam aquela paróquia, a construção de uma Igreja colossal, o recolhimento de polpudos dividendos dos romeiros e o estímulo a uma fé tradicional em moldes já abandonados pelo Concílio Vaticano II.

Não se pode esquecer que este tipo de despertar da fé entre as populações humildes é bastante estimulado pelas autoridades governamentais que costumam realizar visitas às tradicionais festas das padroeiras, bem como explorado à exaustão pelos meios de comunicação. Percebe-se, portanto, a força de interesses contrariados pela divulgação de matérias desse teor.

2.2.4.14. Literatura

A única matéria que se enquadra dentro deste subtema e mesmo assim o atinge lateralmente, por tratar de um escritor da literatura mundial, diz respeito ao fato de que o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), em São Paulo (setembro/76), serrou a base da estátua de Garcia Lorca; após a Prefeitura colocou-a em depósito e seu paradeiro é desconhecido no momento. O artigo também comenta ser muito pequeno o número de referências sobre o poeta espanhol na imprensa brasileira.

A censura a este texto representa como tantas outras, a tentativa de esconder um dos braços da repressão política, no caso o CCC.

2.2.5. *Questões de Política Internacional*

É necessário assinalar, inicialmente, que os dados percentuais desta unidade temática, se comparados os da mesma unidade em OESP, apresentam uma sensível elevação relativamente ao total do material analisado. O que é de molde a causar espécie, entretanto, reside na grande quantidade de subtemas que aparecem em M. O semanário, portanto, demonstrou uma amplitude bastante expressiva no tratamento de questões internacionais abarcando temáticas de todas as regiões do globo. A ênfase pertence ao bloco dos países do chamado Terceiro Mundo, dentre os quais as nações da América Latina ocupam posição de destaque, seguidas, de longe por países africanos e asiáticos.

Enquanto em OESP observou-se que a maior preocupação dos censores residiu em vetar artigos referentes aos problemas vivenciados pelos chilenos, quando do golpe militar que derrubou o presidente Salvador Allende; já nas matérias vetadas em M a ênfase esteve nas relações (quase uma onipresença) dos EUA com os países do Terceiro Mundo - destaque-se seu intervencionismo em temas políticos e financeiros - e a luta internacional em defesa dos direitos humanos em diversas regiões do mundo. Estas duas questões, a análise de outras unidades temáticas e subtemas específicos são extremamente capciosas na ótica do regime militar.

Observa-se que, de maneira genérica, as preocupações da censura ao vetar tantos artigos sobre grande quantidade de países e regiões diversificadas; localizam-se no temor de que uma alusão crítica possa servir de comparação com a realidade nacional, alvo igualmente de uma avaliação desairosa. Além disso, nota-se o cuidado em evitar a divulgação de feitos relacionados de algum modo com países ou organizações comunistas de molde a dar algumas idéias indesejáveis ao público leitor.

Finalizando estas considerações iniciais a esta unidade temática, é necessário enfatizar que a análise será bastante aligeirada em alguns subtemas que possuem reduzido número de artigos vetados ou cuja motivação censória seja repetida, em relação a outros já apresentados.

2.2.5.1. Relações EUA X Terceiro Mundo

A principal temática dentro destas matérias vetadas é a da relação de intervencionismo dos EUA no que tange às nações do Terceiro Mundo. Esta situação é manifesta em variados artigos:

- na análise (dezembro/75) dos grupos progressistas norte-americanos como um avanço no sentido de desmascarar o imperialismo dos EUA;
- comparação entre a polícia brasileira e o FBI;
- opiniões de Henri Kissinger a respeito da dívida externa do Terceiro Mundo e comentários (dezembro/75) sobre o aumento do déficit do balanço de pagamentos e o montante de empréstimos à América Latina (metade do total para o Brasil, México e Colômbia);
- (dezembro/75) sobre a posição do Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai contrários a que se desfça a Comissão Especial de Segurança contra a Subversão Comunista no Hemisfério, criada em 1962 para fazer frente à ameaça cubana;
- (fevereiro/76) comentários sobre o envolvimento da CIA com os grupos de libertação de Angola, para tentar assegurar no País um governo conivente com os investimentos estrangeiros. Colocação do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), como a única organização capaz de unir os angolanos em busca da Independência e de um Estado democrático;
- (maio/76) comprovação pelo Congresso norte-americano da interferência da CIA no golpe militar chileno;
- (março/77) possibilidade aventada de que o acordo nuclear Brasil/Alemanha possa introduzir dificuldades nas relações Brasil X EUA;
- investigação do Senado norte-americano sobre monopólios petrolíferos acusando as grandes companhias (Exxon, Texaco, Shell, etc.) de atuação conjunta com a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) no sentido de estoque do produto para obtenção de uma elevação dos preços e divisão do mercado.

2.2.5.2. Defesa Internacional dos Direitos Humanos

A luta pelo estabelecimento das liberdades democráticas, contra a tortura, pela devolução ao Estado de Direito em diversas regiões do mundo é a temática central deste subtema e aparece de modo diversificado em algumas matérias:

- dois artigos (em fevereiro/76 e fevereiro/77) mostram a luta da Associação dos Cristãos pela Abolição da Tortura (ACAT), denunciando o crescimento em todo o mundo das violações aos Direitos Humanos em especial no Chile, na Jamaica e no Uruguai. Envio de carta ao Papa Paulo VI com assinatura de 36.000

franceses católicos pedindo a condenação dos países que praticam a tortura;

- (agosto/77) comentários de promessas de vários governos militares (Uruguai, Bolívia, Gana, Paquistão, Chile) de eleições diretas e processo de redemocratização e (março/78) análise do calendário eleitoral com a promessa de eleições regulares em regimes militares na América Latina, relacionando-o com a nova política de defesa dos direitos humanos dos EUA. Narrativas de crise econômica, cisões nas Forças Armadas, mudanças nas forças internas, conflitos binacionais entre esses países, muitos dos quais, segundo o artigo querem, através das eleições, legitimar os regimes existentes em vez de promover a democratização de fato;

- (setembro/77) descrição da situação da Rodésia com o fim das prescrições às organizações guerrilheiras, dos enforcamentos sumários e das prisões sem julgamento. Concessão de uma semi-anistia aos presos não julgados. Referências ao isolamento dos povoados com cercas e justiça sumária para evitar a contaminação da guerrilha;

- (setembro/77) declarações de Ulrike Meinhof (do grupo Baader-Meinhof de terroristas alemães). Para ele, a guerrilha não aconteceu somente na Alemanha, existiu de certo modo também no Brasil. Ele considera que assim como o Estado depende do povo e não, o contrário; o imperialismo norte-americano tem necessidade de nós. Faz críticas também à polícia torturadora e, à miséria do Terceiro Mundo.

2.2.5.3. Espanha

A grande questão presente nas matérias deste subtema envolve a problemática do período imediatamente anterior à morte do General Francisco Franco (1975). Destacam-se comentários acerca de sua doença e do acirramento da repressão, após um período de liberalização (1974); ao lado da preparação para a sucessão ao regime monárquico constitucional, através de seu escolhido o Rei Juan Carlos. Os artigos colocam em dúvida a possibilidade de uma transição pacífica para a democracia na Espanha e localizam as restrições do governo de Juan Carlos, uma forma de permanência do ditador, mesmo após sua morte, com a manutenção das restrições à imprensa e à anistia aos partidos políticos. Críticas à economia espanhola que, segundo o texto, possui graves problemas que não justificam o ufanismo franquista e a concepção da existência de um "milagre econômico espanhol" somente permitiu que grandes grupos enriquecessem ao lado de uma política repressiva coibindo greves e congelando salários.

A radiografia do regime franquista, bem como as restrições de seu processo de transição democrática, na forma da Monarquia Constitucional exercida pelo Rei Juan Carlos, é muito clara em suas semelhanças e comparações possíveis com o Estado autoritário brasileiro pós-64 e seu projeto de abertura política. O temor de incômodas analogias por parte do público-leitor move a mão da censura nestas matérias.

2.2.5.4. Chile

Embora com uma incidência menor do que a observada em OESP, em M várias matérias vetadas exibem críticas aos excessos do regime militar chileno em diferentes direções:

- (fevereiro/76) relatório da Comissão de Direitos Humanos da ONU apontando para a prática de tortura a presos políticos no Chile;

- (fevereiro/76) anúncio de que o governo chileno deseja expurgar os elementos indesejáveis da Universidade Chilena e deseja transformar o ensino universitário em privado;

- (maio/76) comentários do presidente francês Valéry Giscard D'Estaing sobre a existência de uma ditadura no Chile;

- (maio/76) análise do Clube Popular chileno Colo-Colo apontando para o fato de que o público deixou de comparecer aos estádios, pois devido à crise econômica possui outras prioridades;

- (maio/78) sobre o americano acusado de envolvimento no assassinato de Orlando Letelier (com o envolvimento da DINA)⁵⁶, após a extradição para os EUA, denunciou a DINA em mais dois atentados. Michel Towlez acusou-a de participação no assassinato de Carlos Prates e no atentado que inutilizou o líder democrata-cristão Bernardo Isighton, ambos opositores do regime Pinochet;

- (setembro/75) artigo comenta que dois anos após o golpe, o governo chileno encontra-se completamente isolado;

- (outubro/77) comentários sobre o suicídio em outubro de 1976, em Cuba, de Beatriz Allende, filha e secretária do ex-presidente chileno.

⁵⁶ O ex-chanceler chileno Orlando Letelier foi assassinado em setembro/76 em Washington em atentado provocado pela explosão de um carro bomba. Nesse momento, Letelier trabalhava nos EUA em um centro de pesquisas. A DINA semelhante à CIA norte-americana era a Direção de Inteligência Nacional do Chile.

2.2.5.5. Portugal

Os artigos vetados abrangem duas problemáticas básicas. A questão das divisões internas após a Revolução dos Cravos, os conflitos entre os partidos, principalmente, entre o socialista e o Comunista, além das dificuldades encontradas pelo regime em efetivar a Reforma Agrária no País.

A segunda questão, aparece em matéria vetada de abril/77 versando sobre a permanência no cargo na embaixada portuguesa do General Carlos Alberto Fontoura o que, segundo o texto, causara dificuldades de relacionamento entre os dois países. O General, juntamente com Figueiredo e Leitão de Abreu, representou figura de proa no governo do presidente Médici. Seu anti-comunismo exacerbado faz com que considere todos os representantes do governo português como comunistas.

2.2.5.6. URSS

É importante observar que os artigos censurados aqui relacionados pertencem a gêneros antagônicos. Tanto se censura o discurso oficial do representante máximo da URSS, como se vetam críticas ao regime soviético que, ao menos aparentemente, deveriam agradar ao regime militar.

No primeiro caso, aparece censurado o discurso de Leonid Brejnev no 25º Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Os principais pontos de sua exposição envolvem as relações externas, as críticas ao maoísmo, a liquidação da guerra fria e a détente, as relações com a Europa, os resultados econômicos da URSS e o crescimento do Partido. Em outro artigo, nova fala de Brejnev é censurada. Aqui a explanação versa sobre a nova Constituição da URSS, segundo seu representante político, assegura aos cidadãos soviéticos plenos direitos humanos. Critica as nações ocidentais que somente conseguem assegurar a seus cidadãos desemprego, preços exorbitantes, discriminação racial e crime organizado. Reafirma as previsões dos clássicos do marxismo.

No segundo caso, a censura atinge o comentário acerca de dois livros. Num artigo é criticado o livro de Soljenitsyn onde Lênin aparece mais como um executivo na forma de planejar do que um revolucionário. Situa também seus casos amorosos. O comentarista argumenta que a Revolução Russa não se fez na cabeça de seus líderes, e sim, nas ruas de Moscou. Noutra matéria, Leandro Konder comenta o livro de Jean Ellestein onde o fenômeno do stalinismo é encarado como típico do socialismo de países pobres. Leandro Konder contesta este ponto de vista, na medida em que, em sua concepção o desenvolvimento das forças produtivas não garante o impedimento do stalinismo e aponta para o fato de que em nações altamente industrializadas é característica a manipulação tecnoburocrática.

2.2.5.7. Cuba

O tema do reatamento das relações diplomáticas e comerciais do Brasil com Cuba é colocado em dois artigos vetados. Afirma-se que, apesar dos tempos serem outros, onde os EUA já pensam em reatar com Cuba e a OEA planeja levantar as sanções econômicas impostas ao País; o Brasil não tenciona restabelecer suas relações sob a alegação de que seu mercado consumidor é pequeno e devido problemas de concorrência na venda de açúcar aos EUA.

Noutra matéria, o escritor Gabriel Garcia Marques descreve seu entusiasmo após 6 semanas de viagem à Cuba.

Finalizando, um artigo vetado narra a situação cinematográfica em Cuba. Os filmes cubanos são elogiados, na medida em que, na opinião do autor do texto, apresentam uma síntese e não uma história de heróis. Cuba produz em média 10 filmes e importa 120 por ano. Os cubanos continuam preferindo filmes norte-americanos. Há uma afirmação da existência da censura estatal. Como parte do esforço de descolonização cultural, são realizadas advertências ao público, no caso de veiculação de filmes importados, alertando aos aspectos positivos e negativos da obra. A entrada de cinemas não é cara e os cineastas são pagos como trabalhadores assalariados especializados.

2.2.5.8. Partidos Comunistas

De maneira geral, a questão tratada aqui entre os artigos vetados é a das cisões entre os Partidos Comunistas a nível internacional.

Em setembro/76 uma matéria censurada trata sobre a autonomia do Partido Comunista Italiano (PCI) em relação à orientação de Moscou. Uma matéria de junho/77 critica o que chama de elitismo dentro dos Partidos Comunistas, um problema desde Lênin, quando os militantes comunistas já eram provenientes de intelectuais da pequena burguesia. Em março/78, um artigo analisa a antiga rivalidade entre o Partido Socialista e o Partido Comunista Francês (PCF) relacionada a uma história de traição entre os dois.

O que interessa detectar é que, apesar do tom genérico de crítica aos Partidos Comunistas Internacionais, estas matérias foram censuradas mostrando que na ótica do regime militar interessava basicamente apagar a

idéia da existência de determinadas organizações, mesmo que a divulgação da notícia não fosse favorável a elas.

2.2.5.9. Argentina

As matérias vetadas, neste subtema, caracterizam a convulsão em que se encontrava a Argentina, após a morte de Perón e durante o governo de sua mulher Isabelita.

Não foi localizado nenhum artigo posterior ao golpe militar, mas o que se observou foram as matérias tratando da luta entre as Forças Armadas Argentinas e as diversas facções oposicionistas, de críticas à ligação entre Isabel Perón e o ministro Lopez Rega, considerada mais forte ainda do que a sua anterior com Perón e a posição dos Montoneros, grupo armado do peronismo acreditando, naquela conjuntura não haver outra saída, senão a luta armada.

2.2.5.10. Peru

A questão militar encontra-se também subjacente a todas as matérias vetadas dentro deste subtema.

Em fevereiro/76, um artigo comenta que os militares fazem apenas aquilo que lhes mandam e analisa sua tendência repressiva. Coloca além disso, as atividades do Partido Comunista Peruano e sua tentativa de formar uma frente esquerdista. Em agosto/76 uma matéria censurada analisa o governo de Morales Bermudez no Peru com a sua tendência à direita, que, segundo o texto, é observada através de sua política anti-comunista, dos empréstimos norte-americanos e do encontro com o general Geisel. Coloca também a posição dos empresários peruanos que não desejam mais gerais e almejam eleições. Ainda em agosto/76, o escritor Mário Vargas Llosa se posiciona relativamente à Revolução Peruana que, em sua concepção, foi feita de cima para baixo sem a participação e, portanto, sem o apoio popular. Em sua opinião, o escritor deve expressar o que a massa dos cidadãos, sem formação cultural, não consegue veicular.

2.2.5.11. Indonésia

As questões aqui colocadas são significativas para a análise, na medida em que, trazem à tona dois aspectos bastante caros ao regime militar brasileiro e que lhe interessa preservar: a realidade econômica nacional deseje se ver livre de eventuais analogias que lhe possam ser desfavoráveis e o problema da intervenção internacional desastrosa dentro de situações de resolução interna dos Países.

Em primeiro lugar, aparece matéria vetada sobre a questão da condição econômica da Indonésia. O artigo coloca que o País se vangloriou durante muito tempo do chamado "milagre econômico indonésio", mas que agora se encontra às portas da falência com uma dívida externa quase do tamanho do seu Produto Nacional Bruto (PNB).

Em segundo lugar, aparece a questão das divisões internas dentro do País, como a revolta dos índios DANIS e a problemática da anexação dos PAPUAS. O artigo narra as circunstâncias em que se deu esta transformação dos PAPUAS em cidadãos indonésios, observando que em 1969 no que foi chamado de "ato de livre escolha", apenas 1026 representantes da comunidade foram chamados a opinar e após esta "consulta" foi efetivada a anexação dos PAPUAS (Nova Guiné). A ONU aprovou a decisão, apesar do protesto de várias nações africanas.

2.2.5.12. Angola

A questão alvo dos vetos dos censores refere-se à problemática da luta pela independência de Angola, ao lado da intervenção de outros países, colocando-se inclusive a posição do governo brasileiro. Paralelamente a isto aparece a problemática do racismo entremeando os conflitos sociais do País.

Tem ficado claro todo o tempo que a situação das relações internacionais, bem como a da imagem do Brasil no exterior é algo que preocupa profundamente o Estado autoritário brasileiro pós-64. Ao lado disto, sensibiliza igualmente o regime militar a existência de tensões sociais também presentes nos artigos destacados dentro deste subtema.

Em dezembro/75, matéria vetada alude ao não reconhecimento por parte do governo brasileiro ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), bem como à questão do envolvimento da URSS dentro do País. Em abril/76, a referência é à conspirações internacionais (do governo norte-americano e da Companhia Gulf Oil) no sentido da destruição das possibilidades de uma Angola independente e com um governo considerado de "esquerda". Em junho/76, um artigo elogia a posição do MPLA na questão do racismo em que se posiciona de modo contrário, alertando para não se confundir luta de classes com luta de raças e não se definir o inimigo pela cor da pele.

2.2.5.13. China

Aspectos diferenciados na realidade chinesa encontram-se aqui representados. Localizou-se um artigo que

discursa sobre a Nova Constituição chinesa (em março/78), considerando que ela possui o equilíbrio entre a vontade de renovação e de continuidade. Outra questão aparece em matéria onde a China critica a URSS e reconhece nesta uma postura imperialista. Por último, artigo (datado de setembro/76) traça elogios à obra poética do estadista Mao-Tsé Tung que não a queria publicada, pois, considerava a poesia uma forma de manifestação antiga que influenciava negativamente os jovens.

Como se vê novamente aqui, o veto incide não sobre o aspecto favorável ao "temível" comunismo das nações orientais, na ótica do regime militar. A censura atinge inclusive, posturas críticas a personagens e inter-nações comunistas.

2.2.5.14 Relações internacionais

Em fevereiro/76, uma matéria vetada assinalava que o valor do superávit dos EUA ultrapassava o total das exportações brasileiras. Em fevereiro/77, artigo censurado posicionava a sugestão do Banco Mundial na direção de que houvesse uma diferenciação de preços no transporte coletivo de acordo com a distância. O texto critica tal medida como discriminatória; pois, os que fazem viagens mais longas são os passageiros que moram em locais mais afastados e, conseqüentemente, possuem uma renda mais baixa. Em abril/77, o veto incide sobre matéria que discute o boicote decidido pela ONU contra o regime racista da África do Sul e a posição do governo brasileiro que resolveu não participar de acordos esportivos bilaterais, mas almeja a manutenção de relações comerciais.

2.2.5.15. Equador

O artigo vetado é, na verdade, uma crítica à imprensa equatoriana que, segundo o texto, em sua maioria, posiciona-se ao lado das grandes companhias petrolíferas (Texaco e Gulf) e contra os interesses econômicos do País, contribuindo para chantagear o governo de Rodrigues Lara.

2.2.5.16. Israel

O trecho censurado que diz respeito à nação israelense é um comentário do jornal WASHINGTON POST afirmando que Israel utilizou armas, contrariamente, ao que determina a Lei, exclusivas para auto-defesa, para ações militares ofensivas.

2.2.5.17 Venezuela

Os trechos vetados representam comentários sobre a continuidade da pobreza da população venezuelana, apesar da riqueza do petróleo. Segundo o autor do artigo, isto se deve ao fato de que os petrodólares são dissipados em atividades não produtivas pelas camadas dominantes.

2.2.5.18. Uruguai

O artigo vetado considera que com a escolha indireta do novo presidente Aparício Mendez ocorreu, na realidade, apenas a legitimação do regime militar uruguaio.

2.2.5.19. Bolívia

Dois pontos foram ventilados dentro dessa matéria relativa à situação boliviana. Num primeiro momento, foi narrado o ataque da polícia à Universidade Maior de Santo André em La Paz ocorrendo prisão de estudantes sob a alegação da existência de um plano subversivo. Num segundo momento, comentou-se a realização de remanejamentos constantes na hierarquia pelo General Banzer, como estratégia para sua permanência no poder, reestruturando os cargos na carreira militar.

2.2.5.20. México

Aqui a censura abrange apenas uma expressão "retórica revolucionária" para se referir ao discurso do presidente mexicano Echeverria em meio ao desespero dos camponeses em luta pela sobrevivência.

2.2.5.21. Moçambique

O trecho vetado constitui-se numa constatação das relações de equidistância que o governo brasileiro quer manter em relação a Moçambique. Noutro momento, refere-se às relações entre Moçambique e o PCB, ao

lado da problemática do exílio.

2.2.5.22. Inglaterra

A temática central do artigo é a das relações da Inglaterra com as conexões entre o Capitalismo e o Liberalismo. Discute-se também a preservação dos princípios liberais naquilo em que representam de garantia do indivíduo contra a prepotência do Estado.

2.2.5.23. Tailândia

Artigo refletindo sobre a existência de um golpe militar na Tailândia e sobre o fato de que apesar da proximidade, os países da Indochina possuem processos históricos específicos e diversificados.

2.2.5.24. Etiópia

O trecho vetado refere-se à Frente Popular de Libertação da Eritreia que deseja obter sua independência em relação à Etiópia.

2.2.5.25. Guiné-Bissau

Opiniões de ministro da Guiné-Bissau colocando a URSS e a China como aliados tradicionais na medida em que respeitam a independência do País.

2.2.6. Censura

Assim como apareceram relativizadas as QUESTÕES POLÍTICAS em M, comparativamente a OESP, o número de matérias vetadas na unidade temática da CENSURA (parte do instrumental repressivo do Estado autoritário brasileiro pós-64) é muito inferior no semanário do que o observado no órgão da grande imprensa.

Analisando-se os subtemas no interior desta unidade temática, observa-se que não há grandes diferenças em termos de variedade, comparando-se OESP com M. Entretanto nota-se que, apesar do subtema tratando da Imprensa encontrar-se com o maior número de matérias vetadas relativamente aos outros da mesma unidade, sua quantidade (25 matérias) nem de longe se aproxima da verificada em OESP (151 matérias), ressalvadas as diferenças quantitativas que separam o total de artigos analisados de M (840) do de OESP (1.136). Além disso, é importante que se observe que o outro subtema a merecer destaque quantitativo em M é o da Moral/Costumes que em OESP aparece representado por somente um artigo. Isto se deve às inovações observadas pelo semanário na questão da linguagem. M, mesmo em suas matérias de noticiário político opta por uma linguagem mais coloquial do que a normalmente é observada na grande imprensa. Ao lado desta questão, está o fato de que algumas colunas criadas pelo órgão de divulgação como GENTE BRASILEIRA, CENAS BRASILEIRAS e ESTÓRIAS BRASILEIRAS, a linguagem utilizada é a da fala corriqueira do dia-a-dia das pessoas comuns. Nas duas primeiras, muito da expressão dos homens e mulheres das camadas populares é preservada, registrando-se sua fala coloquial. Na terceira dessas colunas, oferecia-se oportunidade para escritores jovens narrarem suas histórias curtas. Portanto, trata-se neste aspecto da linguagem literária. Este fato produziu a emergência de palavras ou expressões consideradas atentatórias à moral e aos bons costumes que eram rapidamente cortadas pelos censores.

2.2.6.1. Imprensa

As matérias vetadas em M sobre a temática da censura à imprensa, ao contrário das que se observam em OESP, somente de modo periférico tratam da questão específica da censura prévia ao próprio semanário. Estas classificam-se em três grupos: as que dizem respeito a comentários sobre a censura prévia à imprensa escrita de um modo geral; as que se referem à censura realizada a órgãos de divulgação em especial e as formas de expressão da censura de modo local, como, por exemplo, a atuação dos governos estaduais na interferência em periódicos de alçada governamental.

No primeiro caso, são dignos de destaque os seguintes artigos censurados:

- comentário relativo ao chefe da Assessoria de Imprensa do Itamaraty afastado para o Departamento Cultural do Ministério de Relações Exteriores. Guy Marie de Castro Brandão possuía péssimas relações com a imprensa, centralizando o fornecimento das informações, dificultando a conquista de fontes pelos repórteres, além de tentar impedir que se divulgasse seu nome como fonte;
- sobre a suspensão da censura prévia a OESP, JORNAL DA TARDE e PASQUIM, ao lado de sua manutenção em OPINIÃO, VEJA, TRIBUNA DA IMPRENSA, O SÃO PAULO e M;

●(abril/76) narração da reunião da SIP que declarou a não existência da liberdade de imprensa no Brasil, após exame de relatório da Comissão de Liberdade de Imprensa do órgão, contendo depoimento de Fernando Gasparian afirmando a continuidade da censura prévia sobre alguns periódicos;

●(agosto/76) relatório sobre a comemoração do Sesquicentenário do Senado realizada pela ABI. Expressão de opiniões de Magalhães Pinto (Senado) e de Prudente de Moraes Neto (ABI) falando sobre a necessidade de liberdades democráticas no País com destaque para a existência de uma imprensa livre;

●Ato público realizado pela ABI pelo Dia da Liberdade de Imprensa (junho/77). Apresentação de um manifesto de jornalistas contando com a assinatura de mais de 2.000 profissionais a ser encaminhado ao Congresso Nacional. Cerimônia de posse da Comissão de Liberdade de Imprensa da entidade a ser presidida pelo jornalista Prudente de Moraes Neto;

● (dezembro/77) divulgação de um documento por personalidades e entidades baianas contra a censura e pressões à imprensa e manifestando-se ainda pelo término da censura prévia a M, TRIBUNA DA IMPRENSA e O SÃO PAULO. Narrativa do caso do jornalista Lourenço Diaféria, colaborador da FOLHA DE SÃO PAULO, preso e processado em consequência de um artigo intitulado "Herói morto. Nós"⁵⁷. Este fato acabou motivando o afastamento do editor do Jornal Cláudio Abramo e a imposição de restrições ao diretor da Sucursal do RJ Alberto Dines;

● (janeiro/78) debate realizado na ABI sobre a imprensa independente. O trecho vetado considera que a opção para a imprensa alternativa está na sua coesão, uma vez que para ela a abertura não chegou, e convive com a censura resistindo às custas de assinaturas e de vendas em bancas;

● (maio/78) menção ao discurso de David Moraes ao tomar posse no Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, para a gestão 1978-81, em substituição a Audálio Dantas. A tônica do discurso é a defesa da liberdade de imprensa e da necessidade de reformas sindicais.

No segundo caso, as matérias vetadas referem-se a descrição de eventos de censura à imprensa em diversos órgãos de divulgação em momentos variados:

● (junho/77) o jornal POSIÇÃO (ES) foi impedido de circular, pois o seu portador foi confundido com estudantes que participavam do III Encontro Nacional de Estudantes a ser realizado em MG;

● (março/76) censura ao editorial de lançamento do periódico LAMPIÃO de Porto Alegre, onde o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro é criticado por privilegiar uma minoria;

● (abril/77) matérias sobre o fechamento do semanário OPINIÃO, após 4 anos e meio de existência. Destaca-se a luta em defesa do nacionalismo de seu proprietário Fernando Gasparian e os objetivos centrais do periódico (críticas ao modelo econômico brasileiro e defesa das liberdades democráticas), além de enfatizar a censura prévia ao órgão de divulgação;

● (setembro/77) reprodução de um artigo publicado no jornal da ABI sobre o COOJORNAL de Porto Alegre que perdeu 80% de sua publicidade, após visita da Polícia Federal a seus anunciantes com ameaças de novos "incômodos". O motivo dessas visitas foi uma reportagem veiculada pelo periódico, uma publicação da Cooperativa de Jornalistas de Porto Alegre, onde eram especificadas todas as cassações e suspensões de direitos políticos ocorridas no País após 1964;

● (janeiro/78) denúncia de um periódico do RJ especializado em economia, intitulado RELATÓRIO RESERVADO, que recebeu a visita de um indivíduo que se dizia Inspetor Federal do Ministério do Trabalho, mas cujas indagações ultrapassaram questões meramente trabalhistas;

● (abril/78) sobre pressões sofridas pelos periódicos MUTIRÃO (CE), DEBATE (AL) e EM TEMPO (SP), além da coerção sobre as distribuidoras Fon-Fon (do órgão de divulgação BAGAÇO - RJ) e Fernando Chinaglia (do REPÓRTER - RJ). Colocações genéricas sobre o aumento de pressão na imprensa alternativa e afirmação da necessidade de solidariedade entre os diversos órgãos de divulgação;

● (abril/78) notícia de censura prévia sobre o jornal amazonense A NOTÍCIA.

No terceiro caso, os vetos são referentes a formas de coação exercidas localmente sobre periódicos diversificados:

● sobre editor e 3 repórteres do JORNAL DE SANTA CATARINA convidados a se retirar do órgão, pois não aceitaram a neutralização imposta pelo governador do Estado que chegou a proibir a circulação do DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA, porque possuía material de crítica;

⁵⁷ O artigo de Lourenço Diaféria, publicado na FOLHA DE S. PAULO, em 01/09/77, enaltecia o gesto de um sargento que pulara num lago de ariranhas para salvar um goroto que ali caíra. O menino foi salvo, mas o sargento em consequência dos ferimentos que sofrera, morreu. Na conclusão da matéria, o jornalista comparava a atitude de bravura do militar com os feitos do patrono do Exército Duque de Caxias, colocando o gesto do sargento em plano mais elevado. Este artigo foi tomado como ofensivo ao Exército Brasileiro e levou à prisão de Lourenço Diaféria, apesar de sua declaração no sentido de que não houvera intenção de ofensa na sua crônica. Essa medida repressiva contra a FOLHA DE S. PAULO tomada pelo ministro do Exército Sylvio Frota, sem consulta ao presidente Geisel, acabou motivando seu afastamento.

- (julho/76) jornalistas mineiros fundaram um jornal chamado A RETAGUARDA, por oposição ao VANGUARDA considerado porta-voz oficial do governo local (cidade de Cássia/MG);
- (outubro/76) denúncias do envolvimento do ex-governador Antônio Carlos Magalhães na compra do controle acionário do JORNAL DA BAHIA sobre o qual exerceu diversas pressões durante a sua gestão. O jornal durante esse período catalizou o sentimento de oposição de várias camadas da população que chegaram a sustentá-lo em meio a perseguições de Antônio Carlos Magalhães que chegou a ser considerado pela SIP como inimigo público número 1 da imprensa.

2.2.6.2. Moral / Costumes

Como a maior parte das matérias vetadas dentro deste subtema, localizava-se dentro da coluna ESTÓRIAS BRASILEIRAS que apresentava pequenos contos, geralmente, de cenas cotidianas da população comum, o que se observa é o corte a referência a partes da anatomia feminina (bicos do seio) ou masculina (pênis), peças do vestuário (cueca), detalhes sobre relações sexuais (gritinhos, respiração arfante), expressões de baixo calão ou palavrões (exemplo: "bunda mole"). Além disso, foram cortadas também referências a prostitutas, inclusive um verso de Salomão com os seguintes dizeres "Porque cova profunda é a prostituta e poço estreito a estranha". Entrou dentro das preocupações dos censores neste subtema, as declarações de diretores de museus de Curitiba na direção de que os indígenas retratados nos quadros não deveriam aparecer nus ou maltrapilhos. Foi vetado também um conto (outubro/77) narrando sonhos de um rapaz, de características esquizotímicas, com a morte de seus pais e da junta médica que o trata, pelo fato de que os pais o escondem no quarto, quando se aproximam visitas.

2.2.6.3. Literatura

Nas matérias vetadas sobre a proibição de circulação de livros e revistas, encontram-se presentes alguns temas fazendo parte das preocupações mais gerais da censura, como a problemática do atentado à moral e aos bons costumes; o caso Aracelli é a crítica ao processo de internacionalização da economia brasileira. Os artigos censurados neste subtema foram os seguintes:

- (fevereiro/76) informação do JORNAL DO BRASIL dizendo que, somente no ano de 1976 (até 17/2), a média de proibição era de um livro a cada 50 horas;
- (janeiro/77) depoimento da escritora Rose Marie Muraro falando sobre livros seus (*Automação e futuro do homem* e *A mulher na construção do mundo futuro*) que foram proibidos em 1965 sob a alegação de serem atentatórios à moral e aos bons costumes; a autora já os considerava ultrapassados, ambos eram indicados em Cursilhos e Colégios religiosos e, editados pela Vozes, um deles se encontrava na 50ª e outro na 10ª edição;
- (fevereiro/77) opinião de José Louzeiro que teve um livro proibido (*Aracelli, meu amor - atentado à moral e aos bons costumes*) sobre a censura. Para ele, ela conduz a um processo retrógrado e paternalista onde se deve dizer às pessoas o que é bom ou ruim. Diz não compreender o que a censura quer proibir numa sociedade onde não existem mais fronteiras de sexo como antigamente, a corrupção é aberta e o crime está na ordem do dia;
- (março/78) em artigo sobre o relançamento da *Revista Civilização Brasileira* um trecho vetado fala sobre o conturbado período de março de 65 a dezembro de 68 e que os acontecimentos de abril de 64 eram vistos como estremecimentos de superfície, capazes de causar apenas perturbações passageiras;
- (março/78) sobre apreensão na alfândega do livro do industrial Kurt Mirow editado na Alemanha e traduzido para o português sob o título de *A ditadura dos Cartéis*. O livro denuncia a ação das multinacionais em detrimento das empresas brasileiras, foi proibido pelo Ministro da Justiça. O industrial entrou com mandado de segurança, porque não existia proibição para a circulação da edição alemã.

2.2.6.4. Meios de Comunicação em geral

O primeiro dos vetos relacionados neste subtema, atinge apenas o título de um depoimento do jornalista Edgard da Mata Machado, originalmente: "O fim da censura". Com a proibição o título do artigo sobre o fim do Estado Novo, passa a ser "Depoimento de um jornalista" (novembro/75).

O segundo refere-se a um artigo sobre o anteprojeto do Ministério da Justiça para a revisão da legislação da censura, propondo o Conselho Superior de Censura com a participação de intelectuais e ligado ao Ministério da Educação e não mais ao da Justiça (dezembro/75).

O terceiro e último diz respeito às repercussões do manifesto contra a censura contendo a assinatura de 1046 intelectuais. O pensador católico Gustavo Corção (teve matérias suas vetadas em OESP) se manifesta a favor da censura e contra os intelectuais. O deputado Genival Tourinho (MDB) acredita que a censura vai

acabar devido à política favorável aos direitos humanos do presidente norte-americano Jimmy Carter. O deputado José Bonifácio (ARENA) se coloca contra o manifesto dizendo que o mesmo não representa os interesses do povo e reafirma a importância da existência da censura.

2.2.6.5. Teatro

Neste subtema, dois artigos versam sobre a censura a duas peças de teatro: *Gota d'água* (Chico Buarque de Holanda e Paulo Pontes) e *O rei morreu, viva o rei* (César Vieira). O comentário vetado referente à primeira delas diz que a peça, após censura encontra-se em cartaz com enorme sucesso de público e que a Rede Globo de TV anunciou que ela teria sofrido novos cortes, tentando esvaziar o interesse do público que tem comparecido em massa. Após a reclamação de Paulo Pontes, o desmentido foi ao ar, porém, sem nenhuma explicação. Quanto à segunda que conta o assassinato do deputado italiano Matteoti e ganhou o prêmio do Concurso Latino-Americano de Dramaturgia em 1970, encontra-se há quinze meses interdita pela censura. O prazo para o pronunciamento do Ministério da Justiça está se esgotando, findo o qual a peça ficará tecnicamente liberada. Se a liberação se processar dessa forma, o caminho estará aberto para mais 360 peças que se encontram na mesma situação.

Além disso, o veto da censura incide sobre um comentário do periódico em meio a uma nota sobre a campanha de popularização do Teatro, dizendo que o governo deveria incentivá-lo mais "e censurar menos" (expressão sobre a qual recaiu o corte do censor).

2.2.6.6. Artes Plásticas

Em novembro/76 um artigo foi vetado versando sobre a retirada de um quadro chamado *Penhor de Igualdade* de autoria de Lincoln Volpini Spolaor (aluno do 4º ano da Escola de Belas Artes da UFMG) do IV Salão Global de Inverno em Belo Horizonte, após 5 dias de exposição. O quadro recebeu denúncias e foi retirado sob a alegação de atentatório à Segurança Nacional. Seu autor foi chamado a depor e ameaçado de enquadramento na Lei de Segurança Nacional. Os autores da denúncia estabeleceram relações entre as presenças no quadro da Bandeira Nacional, arame farpado e um muro com uma frase subversiva se olhado com lupa. O quadro já havia passado por prévia censura dos promotores do Salão e sua retirada contraria o próprio regulamento da exposição que prevê um prazo mínimo para a obra ficar exposta.

2.2.6.7. Cinema

O único artigo vetado que se enquadra dentro deste subtema diz respeito à proibição de exibição do filme *A Queda* de Ruy Guerra e Nelson Xavier que ganhou o Urso de Prata no Festival de Berlim, porém não pôde ser veiculado em território nacional. Mesmo no referido Festival, o filme somente pôde ser exibido, porque o evento se encerrou na data da chegada de Geisel à Alemanha.

É interessante observar que o artigo censurado (março/78) relata a temática trabalhada no filme, alvo de um grande número de vetos a matérias produzidas por M: a questão das condições de vida do trabalhador da construção civil e a problemática da morte em consequência de acidente de trabalho (o filme descreve a luta de um operário para atender à família de um companheiro morto em acidente e, segundo o autor do texto, utiliza-se de um só plano que é o da ação do ponto de vista dos operários e não, dos patrões).

Havia, portanto, um duplo interesse nos censores em vetarem esta matéria: discorre sobre a censura, assunto espinhoso e, em segundo lugar, lateralmente trata da problemática das difíceis condições de vida da maioria da população brasileira, temática perigosa na ótica do Estado autoritário brasileiro pós-64.

2.2.6.8. TV

É duplamente importante a análise do artigo vetado referente a este subtema. Em primeiro lugar, porque apresenta um exemplo de publicação de uma matéria após o veto com modificações, sinal da existência de barganhas entre os censores e o periódico. Em segundo lugar, porque, como o subtema anterior, este lateralmente também trata de tema muito caro à censura: a questão das conflituosas relações entre a Igreja e o Estado e a da interferência estatal nos meios de comunicação.

O artigo que recebeu o veto, trata basicamente da concorrência de dois canais de TV, a Rede Globo e a Tupi, esclarecimento que o jornalista Sérgio de Souza, após atrito retirara-se com toda sua equipe da Globo para a Tupi. O comentário censurado refere-se à demissão deste jornalista juntamente com Guga, um outro companheiro também originário da Rede Globo. A censura incide sobre os motivos da demissão.

Segundo o texto, as razões das demissões eram as pressões sofridas em Brasília pelo Presidente do Condomínio Acionário da Tupi, o senador arenista João Calmon (ES), contrárias à participação do Cardeal Arcebispo de São Paulo D. Paulo Evaristo Arns em novela da emissora denominada *O Profeta*. A proibição

à participação de D. Paulo veio por intermédio de um telefonema de uma pessoa que se intitulava censor. Entretanto, por não haver ordem escrita, a decisão de Guga foi a de não acatar e aí sobreveio, após a emissão do capítulo, o aumento das pressões e as conseqüentes demissões.

Observa-se que o que efetivamente foi publicado no semanário, pouco altera em relação ao texto original. As substituições dizem respeito à retirada das pressões de Brasília, da menção ao telefonema alterado para ordem oral e a palavra demissão para os jornalistas, aparece como afastamento. Neste momento, depreende-se, portanto, que o que interessava esconder não era o motivo da censura à TV mutilando capítulos de novelas, e sim, a origem e a forma da interferência governamental e a conseqüência do ato.

2.2.6.9. Histórias em Quadrinhos

A matéria censurada sobre a temática das Histórias em Quadrinhos corresponde a um depoimento concedido a M pelo cartunista Maurício de Souza, contando suas dificuldades para trabalhar como jornalista e desenhista. Os problemas começaram quando, em 1961, através de suas histórias, fez uma campanha para proteção de desenhistas nacionais. A editora para qual trabalhava, Outubro, pediu que parasse com as historinhas, chamando-o de comunista e socialista. Como ele se recusasse, foi demitido. Logo após, foi chamado para trabalhar na Cooperativa de Porto Alegre. Entretanto, segundo seu depoimento, pensou que o chamamento tinha conotações políticas e poderia complicá-lo ainda mais e não aceitou. Aí, segundo ele, o pessoal do RS passou a chamá-lo de traidor e entreguista. Depois foi chamado para trabalhar na TRIBUNA DA IMPRENSA. Ainda segundo suas próprias palavras, como havia recebido convite de Carlos Lacerda, a empresa FOLHA DA MANHÃ pensou que isto era sinal de que ele não era comunista e então o convidou para a FOLHINHA. Maurício de Souza diz que se adaptou às condições brasileiras.

No mesmo artigo, uma Nota de Rodapé também censurada diz que a Warner Bross liberou Pelé para aparecer como personagem (Pelezinho) de Maurício, vinculado à UPI, porque lhe interessava divulgar a imagem do jogador e não desejava trabalhar com Histórias em Quadrinhos, em decadência nos EUA.

As razões do veto a este depoimento são claras. A exposição na fala do cartunista da intensa triagem ideológica existente no campo da cultura e dos meios de comunicação em geral; além da explicitação dos motivos envolvendo contratações e cessões de artistas contratados inter grandes empresas.

2.2.7. Reconstituições Históricas

Do mesmo modo como ocorreu com as QUESTÕES DE POLÍTICA INTERNACIONAL, esta unidade temática vem demonstrar o temor que o Estado autoritário brasileiro pós-64, espelhado pela atuação da censura, possui de quaisquer expressões críticas que atinjam não só a realidade vivenciada pelo País, mas também, a divulgação de outros momentos e espaços que possibilitem analogias incômodas ao regime militar.

De certa forma o que se observa é a repetição de algumas temáticas já sentidas em outras unidades e subtemas, mas agora aparecem referidas a outros circunstanciais históricos. De maneira geral, como este fenômeno da repetição foi algo que ficou bastante acentuado nesta unidade temática, e, como os subtemas, na sua grande maioria aparecem representados somente por um artigo, optou-se por reuni-los em alguns grupos, tratando-os em bloco.

O primeiro deles refere-se à censura a tentativas de organização e reivindicação da população em luta pela melhoria de suas condições. Neste bloco, agrupam-se os subtemas da **Organização dos Trabalhadores, Sacco e Vanzetti e Experiência de governo popular**. Em primeiro lugar, encontram-se narrativas de históricos de grandes greves paulistas ocorridas em 1917, 1953 e 1957. Um artigo, dedica-se à descrição da história da luta pelo direito de greve, bem como de seus obstáculos com o movimento de 1964 e a Lei de Segurança Nacional de 1969. A história da participação estudantil desde a criação de universidades no País também foi vetada; havendo no artigo um destaque especial à repressão à organização dos estudantes a partir de 1964, chegando até à sua reestruturação com a criação do DCE/Livre da USP em 1976 e com as passeatas de 1977. Por último, dois artigos contestam as versões oficiais da organização dos trabalhadores no Brasil: num deles relacionam-se as lutas iniciais do proletariado brasileiro com a luta abolicionista, na medida em que nas primeiras fábricas trabalhavam operários livres e escravos e, no outro, não é aceita a concepção estereotipada de que, na ausência de mobilização popular, o governo de Getúlio teria elaborado as leis trabalhistas, como uma "concessão" aos trabalhadores. Em segundo lugar, um artigo vetado relembra as reações dos trabalhadores brasileiros ao assassinato de Sacco e Vanzetti com mobilizações nas fábricas, greves e citações na imprensa escrita. Em terceiro lugar, o ex-deputado Francisco Pinto narra sua experiência de um governo de organização, de uma maior participação popular nas decisões políticas vivenciada por ele em Feira de Santana (BA) entre 1963 e 1964, quando Prefeito eleito da cidade.

No segundo deles, encontra-se de modo bastante claro o temor da analogia com a realidade vivenciada pelo País. Assim, no subtema intitulado **Redemocratização** encontra-se um artigo censurado em que se coloca que o chamado processo de redemocratização ocorrido, após o término do governo de Getúlio, foi na realidade uma tentativa de evitar a possibilidade de mudanças maiores, mais progressistas. A analogia temível, aqui está

bastante clara: a comparação com o processo de abertura política a partir do governo Geisel. No subtema **Segundo Reinado** a crítica atinge a política do governo de D. Pedro II com a constante vigência do clientelismo e da manipulação eleitoral, ao lado das elites que queriam se portar segundo padrões europeus considerados "civilizados". O artigo tem o condão de demonstrar que as elites políticas brasileiras pouco inovaram, talvez na mudança de padrão para realizar o hábito do entreguismo. Naquele momento, em voga, o padrão "civilizado" era o norte-americano. A resistência (negada pela historiografia oficial) e a destruição dos costumes e da própria comunidade Inca (eliminação de cerca de 8 milhões de indígenas) com a penetração espanhola são os assuntos tratados no subtema **Colonização Espanhola/Genocídio Indígena**. Os vetos presentes tanto em OESP como em M à chamada **Questão Indígena** podem esclarecer que a continuidade do genocídio indígena no Brasil, das mais variadas formas, representava uma temática bastante incômoda para a imagem do regime militar.

O terceiro dos blocos concentra os subtemas que permitem uma analogia com a problemática da repressão política realizada em diferentes momentos da história brasileira, aos que se opuseram ao regime em vigor. No subtema das **Críticas ao governo Vargas**, três artigos vetados tratam de modo diferenciado a problemática da repressão durante o governo de Getúlio Vargas: um deles considera como um fato ainda controverso a morte dos quatro rapazes paulistas durante a rebelião constitucionalista de 1932; o outro narra a realização do I Congresso Brasileiro de Escritores em 1945 com a finalidade de demanda da redemocratização do País e, por último, o depoimento de Jorge Amado descrevendo as perseguições de que foi alvo a partir de 1937, a queda da ditadura e, sua eleição como constituinte em 1946. O subtema da **Conjuração Baiana** consiste em veto a um trecho de uma matéria no momento em que descreve os ideais dos rebeldes de 1798 (as idéias de liberdade e igualdade social), bem como a cerimônia de enforcamento de 4 deles.

Quaisquer críticas ao modelo de desenvolvimento econômico adotado, foram alvo de censura. Do mesmo modo, no subtema **Governo JK** foram vetados os comentários sobre o projeto desenvolvimentista de Juscelino e suas relações com as ameaças de uma crise econômica e a construção de Brasília. O modelo desenvolvimentista adotado no governo JK, orientava-se pelas mesmas bases que o seguido após 64: concentração da renda, abertura ao capital estrangeiro, endividamento externo. Como o próprio título o diz, no subtema do **Histórico da Dívida Externa** o artigo censurado faz uma retrospectiva da dívida externa brasileira desde a Independência. O extraordinário crescimento da dívida externa (inicialmente colocada como um dos fatores propiciadores do chamado "milagre brasileiro") após 1964, representava um dos fatores sensíveis do regime militar.

Outro elemento capaz de despertar a sensibilidade do Estado autoritário brasileiro pós-64, era o da comparação com outros regimes repressivos. É o caso destes dois subtemas: **General Francisco Franco/JK e Hitler**. No primeiro deles, descreve-se a visita de Juscelino Kubitschek, quando presidente, à Espanha e o oferecimento de um jantar ao chefe de Estado espanhol na embaixada brasileira. O General Franco, como sempre temeroso de envenenamento, ordenou que sua comida fosse preparada por seu próprio cozinheiro. No segundo, o artigo vetado narra a tomada do poder por Hitler e a ação dos grupos paramilitares SA e SS.

Do mesmo modo que no bloco anteriormente descrito, enquadravam-se nos temas considerados incômodos as referências a atitudes repressivas realizadas pelo governo brasileiro, após o movimento de 1964, mesmo que não fossem contemporâneas ao momento vivenciado pelo periódico. Assim ocorreu com o subtema **Constituição de 1967** em que esta Carta foi criticada, sendo vista como um retrocesso em relação à de 1946, na medida em que limitou as atribuições do Congresso Nacional no tocante às questões orçamentárias e aumentou os poderes do presidente, bem como os mecanismos de intervenção do Estado. No subtema **Frente Ampla**⁵⁸ foi estabelecida uma relação entre as mortes das três personagens diretamente envolvidas: Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart, ocorridas todas no espaço de um ano apenas (1976-77). A matéria ainda situa as razões de oposição de Lacerda ao movimento de 64 (a partir da ampliação do mandato de Castelo Branco, entre 1966-67) e a oposição da Frente Ampla ao governo Costa e Silva. A seguir, descreve a cassação de que Lacerda foi alvo e a colocação da Frente na ilegalidade pelo Ministro da Justiça na época, Gama e Silva (abril/68).

Por último, observa-se que esta unidade temática manifestou uma especial preocupação da censura com a preservação da chamada "versão oficial" da história. Isto aconteceu no veto à matéria em que se contestava a opinião corrente sobre a Legislação Trabalhista no governo de Getúlio Vargas e no corte ao artigo que destacava a resistência indígena ao explorador espanhol. O mesmo ocorre com o subtema **Análise**

58 A Frente Ampla correspondeu a uma articulação de lideranças políticas civis, a partir dos ex-governadores Carlos Lacerda e Magalhães Pinto que haviam sido parte fundamental na conspiração que levou ao golpe de 64. Entretanto, ainda durante o governo Castelo Branco, ambos foram se colocando como opositores e assim, em 1967, deram início à Frente que visava catalizar setores opositores ao regime. As articulações prosseguiram com a adesão dos ex-presidentes Juscelino Kubitschek (já cassado) e João Goulart (cassado e exilado no Uruguai). Um documento foi firmado, intitulado Pacto de Montevideu estabelecendo os objetivos da Frente que iam desde a redemocratização do País com a realização imediata de eleições diretas, até o estabelecimento do direito de greve.

A Frente adquiriu notoriedade e mobilizou políticos, lideranças sindicais e estudantis e mesmo militares. Planejaram-se comícios e manifestações de rua. A atração que exerceu, entretanto, cavou o fosso em relação ao regime militar que passou a encará-la como atentatória à Segurança Nacional. Em 06/04/1968, Gama e Silva, Ministro da Justiça do governo Costa e Silva, colocou-a na ilegalidade.

historiográfica em que duas matérias foram censuradas. Uma delas distingue duas tendências historiográficas na História do Brasil: a que chama de oficialista (exemplificando com Varnhagem) e a da interpretação histórica concreta (exemplificando com Capistrano de Abreu). A outra matéria apresenta uma crítica à obra de José Honório Rodrigues relativa à Independência do Brasil. José Honório coloca a Independência, como realizada a serviço de uma minoria. As críticas do semanário agem na direção de contestar o autor por não trabalhar com uma concepção de classes e com as contradições sociais. Certamente, a simples menção à existência de possibilidades de interpretação diferenciada dos fatos colocando em cheque a noção de verdade, a oficialidade histórica, representava um pensamento extremamente perigoso do ponto de vista da censura.

A análise do material censurado deve servir não somente para que se tenha um quadro do Estado autoritário brasileiro pós-64, através de um seu instrumental de repressão, bem como para que se extraia um perfil do periódico estudado e de suas preocupações tão bem pressentidas pelos censores que, vigilantes, cortaram fundo em M.

A preocupação, neste momento, é por intermédio da definição de algumas das temáticas centrais de M; não só a de traçar o seu perfil; como também, a de delinear, através de trechos de matérias vetadas do periódico, em traços gerais, um pouco do que significou a imprensa alternativa deste período determinado (final dos anos 60 até fins da década de 70 e início dos anos 80), nos seus aspectos de diversidade em relação a um tipo de imprensa mais institucionalizada e convencional, como a grande imprensa, personificada, por OESP.

Uma das questões fundamentais que distingue M da imprensa de conotações liberais é sua posição frente ao próprio papel que a imprensa escrita desempenha. Longe da posição liberal da aparente neutralidade da informação que separa a apresentação objetiva dos fatos do editorial opinativo e comprometido, em M, está clara a idéia do comprometimento presente na própria edição ou diagramação, seleção e apresentação dos fatos que não são considerados como imparciais. Assim a imprensa escrita, ao contrário da idílica imagem de formadora da opinião pública através da divulgação das idéias de uma elite racional e abalizada, típica da crença liberal que adiciona a isto a confiança na postura de paladino da verdade, aparece em M com uma roupagem mais crítica e menos endeusada. Assim, as intenções atrás de sua produção aparecem desmascaradas, assim como o seu envolvimento escondido sob uma máscara de aparente independência.

São significativos estes trechos vetados completamente pelos censores:

"Jornais latino-americanos são impressos em papel importado, compostos em velhos linotipos ou novíssimas máquinas eletrônicas, uns e outros também importados, quase sempre dos Estados Unidos. Rodam em rotativas importadas, ainda dos EUA, e veiculam notícias que compram de agências internacionais, mas orientadas desde Nova York e capitais européias. Recebem as informações por teletipos também importados, acionados via Satélite de propriedade da International Telephone and Telegraph Corporation, a ITT.

De quantas dependências - freqüentemente transformadas em submissões - padece a imprensa desta região e de outras igualmente subdesenvolvidas? Como esses extraordinários meios de comunicação podem servir às populações de países subdesenvolvidos?"⁵⁹

"... a 'circulação livre' tende necessariamente a favorecer as agências, os jornais, as ideologias dos países industrializados. É preciso, portanto, 'equilibrar a circulação da informação'.

Todo o raciocínio é uma transposição. Há anos, os países do Terceiro Mundo vêm afirmando que a livre circulação de mercadorias e capitais só favorece às nações economicamente mais fortes. A idéia justifica, por exemplo, políticas protecionistas às indústrias nacionais. Justifica a reivindicação por tratamento preferencial para os produtos do Terceiro Mundo.

Em alguns países, essas regras já vêm sendo aplicadas no setor de comunicações. No Brasil, por exemplo, as agências estrangeiras não podem veicular noticiário brasileiro para órgãos brasileiros. Só podem transmitir de dentro para fora e inversamente, ficando o mercado nacional reservado para as agências nacionais, como as do Jornal do Brasil e de O Estado de S. Paulo. É o protecionismo reputado legítimo.

A plena liberdade de comércio, princípio sempre defendido pelos mais ricos, gera e aprofunda desigualdades, isto é, aniquila a liberdade. A absoluta liberdade de circulação de informações não pode esconder o caminho para o monopólio dos capitais mais fortes? Pois como notou o presidente da Associated Press, informação é hoje 'negócio de milhões de dólares'. Quem dispõe desses milhões para desfrutar da liberdade de imprensa?"⁶⁰

"Ditto de outro modo: a informação será sempre controlada. O que importa é saber quem a controla. Ela será tanto mais livre e democrática quanto maior a participação 'de todos os membros da sociedade' na geração, distribuição e benefício."⁶¹

"Quando o movimento dos países não-alinhados propôs a criação de uma agência de notícias,

⁵⁹ O direito à comunicação. Artigo completamente vetado, produzido para publicação em M, SP, s/d.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ Ibidem.

ligada aos governos desses países, que se encarregasse de transmitir as notícias oficiais, a grande imprensa e as agências de notícias ficaram indignadas. Argumentavam as agências e os grandes jornais que uma agência de notícias ligada aos governos de países do terceiro mundo (sic) iria propagar apenas a notícia distorcida, de acordo com as necessidades de cada governo, descumprindo assim, o mandamento básico da imprensa respeitável: a objetividade na apreciação dos fatos, a isenção fria do observador descomprometido. De fato, nem o mais otimista dos otimistas iria esperar que, por exemplo, Idi Amim permitisse à agência noticiosa oficial de Uganda produzisse uma reportagem isenta e objetiva sobre a situação interna do país (sic).

Mas, se observarmos como se desenrolou a campanha da imprensa e as agências respeitáveis contra a agência do terceiro mundo, surgem várias dúvidas. Seria a única preocupação dos inimigos do terceiro mundo a preservação da verdade? Aparentemente não, pois sendo a agência proposta apenas um serviço complementar, as agências respeitáveis, como a UPI, a AP, a France Press, e outras, poderiam continuar tranqüilamente na perseguição de seus ideais confessos de verdade, objetividade e isenção. Um serviço noticioso a mais, nessas circunstâncias, só iria enriquecer os leitores, que teriam assim outras fontes de informação além das tradicionais. É público e notório que a verdade, para certos fins, pode se equilibrar bem numa só perna: mas, andar, a verdade só anda sobre duas pernas. Assim, as agências respeitáveis nada teriam a temer desse novo concorrente, muito pelo contrário.

Mas antes de acusar a agência do terceiro mundo de facciosidade antes mesmo dela começar a funcionar, é um comportamento sintomático (sic). Acusar os outros de facciosidade não seria uma forma de ocultar a própria facciosidade? Para compreender melhor essa acusação, nada melhor que examinar um caso específico, para se avaliar a objetividade e isenção da chamada grande imprensa. Tomemos como exemplo o Cambodia (sic). Essa pequena nação asiática de 6 a 7 milhões de habitantes tornou-se há pouco tempo um dos assuntos preferidos dos noticiários internacionais. Mas, da leitura das informações publicadas pela grande imprensa e pelas televisões, pouco se pode entender do que realmente acontece no Cambodia. Em compensação, no entanto, por essas notícias, muita coisa se aprende sobre os grandes jornais e as grandes agências."⁶²

M colocou o dedo em outra das grandes feridas da imprensa liberal: a problemática da censura empresarial. Em vários artigos vetados, esta crítica é uma presença marcante. Selecionando-se um deles, a entrevista concedida pelo jornalista Mino Carta a Marcos Faerman que consta de 13 laudas completamente vetadas, observa-se o significado de fato da autonomia jornalística. Mino Carta, esteve durante 7 anos na redação do JORNAL DA TARDE, foi responsável pela criação da revista VEJA, pertencente à editora Abril. Inicialmente, na entrevista, faz uma distinção entre a Abril Cultural e a empresa de OESP, proprietária, também do JORNAL DA TARDE. Considera que "o ideário político da Editora Abril é mínimo"⁶³. A seqüência da entrevista é elucidativa de suas posições:

"P - Que idéias são estas?

R - Digamos: 'eu sou a favor da iniciativa privada' ou 'sou a favor da civilização ocidental'... O ideário da Abril é este. O senhor Vítor [Victor Civita] e o Doutor Roberto [Roberto Civita] acham até hoje que a 'Veja' é amarga (grifo do autor) - é assim que eles chamam a revista que eu fiz: 'é amarga'...é uma 'revista triste' - 'devemos ser mais descontratados' ... 'devemos ser mais amenos' ... 'o leitor se assusta com tanta amargura' ... 'é uma revista pessimista'... O fato primário é que estes adjetivos não significam nada, e eles não percebem isto. Por que eu tive uma autonomia tão grande em 'Veja'? Não apenas porque ao ser convidado pela Editora Abril para dirigir uma revista eu como premissa pedi uma grande autonomia, praticamente total. Eu queria que os donos da casa se tornassem leitores iguais aos outros. Este foi um trato inicial, inclusive respeitado pela empresa. Mas havia mais. Havia a falta de um ideário. E isto acabou exigindo que eu, que era o editor de uma revista de informação, respondesse a certas questões. As questões políticas eram situadas tanto nos episódios políticos - digamos da prática política até o instante em que ela estava falando de um livro que acabava de ser lançado... ou de uma peça que está sendo levada... ou de fenômenos característicos do momento que vivemos. Diante dos aspectos da vida que estamos vivendo, a revista tinha que assumir uma atitude, uma posição. Mas a Abril é pobre em idéias. Não estava preparada para dizer: 'é isto que pensamos'. Eu tive à minha frente um terreno vazio e tive de ocupá-lo. Não era o desejo de ser 'importante'. Era a necessidade de cumprir decentemente (grifo do autor) um papel. Dentro desta empresa que produz toneladas de publicações fabricadas pelos monstros de aço que ela foi estacionando no seu labirinto, na sua gráfica, eu tinha que assumir uma função que foi muito maior do que deveria ser. Eu acabei, de certa forma, sendo árbitro dos destinos da Abril.

P - Já no Jornal da Tarde (grifo do autor) existia o famoso ideário...

⁶² A imprensa e a guerra do Cambodge. Artigo completamente vetado produzido para ser publicado em M, SP, 61, 30ago1976.

⁶³ FAERMAN, Marcos. Entrevista com Mino Carta, ex-diretor da revista Veja. Entrevista completamente vetada, produzida para publicação em M, SP, s/d.

R – Sim. Eu tinha uma grande autonomia (como imagino que o pessoal que está lá ainda tem) mas era uma autonomia técnica. O ideário da empresa era denso e definidíssimo. Eu podia até não concordar com vários pontos deste ideário mas de qualquer maneira ele era claro.

Pautado por este ideário, eu fazia um jornal que se destinava a certo público, que saía dentro de certa hora, etc."⁶⁴

São fundamentais as considerações acima expostas, na medida em que, não só expõem os limites da "independência" e da "autonomia" na grande imprensa, como também explicitam a diversidade das posturas liberais. Na seqüência, Mino Carta narra o episódio de sua saída da revista VEJA, mostrando que após marchas e contra-marchas os motivos acabaram ficando claros e contribuindo para explicar a censura empresarial, bem como a censura prévia:

*"...No dia 20 de janeiro, voltei de uma viagem à França e à Itália. Voltei e fui procurado pelo sr. Victor Civita, que queria falar comigo. Eu fui e ele me disse que pretendia transferir o Plínio Marcos para a revista Placar. Ele disse que Plínio criava problemas para a revista, e que sem ele, em quinze dias, retirava a censura da revista. Ele disse que não concordava nem com a linha nem com o estilo de Plínio Marcos... Eu disse que só falaria com ele no fim de minhas férias, em abril... Até ele disse que até o Tratado de Versalhes foi renegociado. Eu disse que não sabia que havia uma guerra entre a Empresa e Mino Carta, e que uma negociação subentende negociadores, e que ele não estava numa atitude de negociador, estava numa atitude diutatorial, inclusive escudado no fato de que ele era o Dono da empresa (sic), e tinha a última palavra. Se ele estava pronto a rasgar nosso tratado, eu estava pronto a rasgar o nosso meu compromisso com ele. Se Plínio Marcos fosse afastado de Veja, eu ia embora. Lá pelas tantas eu disse: 'até logo, passar bem'."*⁶⁵

A crítica mais virulenta, entretanto, fica reservada diretamente para OESP em matéria totalmente vetada sobre artigo publicado pelo jornal a respeito do caso PARA-SAR, de autoria do jornalista Flávio Galvão (que teve artigos seus censurados na fase da censura prévia ao jornal). Esta matéria, além de trazer à tona a falácia da "isenção na apresentação dos fatos", separa a postura de OESP da de M que, numa interpretação mais aligeirada podem ser aproximadas pela circunstância da vigência da censura prévia sobre ambos. Esta censura possui, entretanto, um caráter que se explicita, cada vez mais, como multifacetado. Este longo trecho de abertura da matéria vetada de M, é bastante esclarecedor:

"No início do governo Geisel, seu chefe do gabinete civil, general Golbery do Couto e Silva defendia a extinção da censura de algumas publicações, idéia que acabou prevalecendo. Dizia ele em defesa da sua tese que bastaria restituir a liberdade a estes órgãos, até então considerados liberais, e em pouco tempo eles exibiriam todo o seu conteúdo conservador. Para quem não acreditou em Golbery pelo menos dois jornais resolveram demonstrar à sociedade na semana passada, a justeza das suas observações.

Os jornais O Estado de São Paulo e Jornal da Tarde dedicaram três páginas ao caso Para-Sar, em matéria sob o título de "As revelações sobre um episódio de 1968", fazendo a defesa sistemática do seu personagem central, o brigadeiro João Paulo Burnier. Para conseguir esta façanha, o autor da matéria Flávio Galvão, repórter de política local de "O Estado" e um dos preferidos da família Mesquita, não vacilou em lançar mão de inverdades, em truncar fatos, em sofismar, em deturpar notícias, em citar episódios verdadeiros e tirar deles conclusões falsas, enfim, em se utilizar de todos os meios possíveis para justificar o injustificável e para demonstrar o absurdo. E para o leitor menos atento certamente o artigo terá (re) conduzido a vítima, o capitão Sérgio Ribeiro de Carvalho, para o penoso banco dos réus.

O que o artigo procura demonstrar é que tudo o que o capitão Sérgio dissera sobre os planos imaginados pelo brigadeiro Burnier não passavam de mentiras. E em nenhum trecho do artigo se duvida da sanidade mental do capitão. O que então teria levado este militar zeloso a imaginar tantos absurdos, tantos diálogos inexistentes com o brigadeiro Burnier e também a se recusar a cumprir ordens não dadas? Em determinado trecho da matéria o autor sugere o motivo: 'O capitão Sérgio Ribeiro de Carvalho não foi um revolucionário, em 1964.'"⁶⁶

Uma das críticas constantemente presentes em M atinge o descaso das autoridades governamentais em relação às condições de vida da maioria da população brasileira. Diversos artigos vetados põem em cena a problemática da visão elitizada da sociedade que possui o Estado autoritário: governa em função e para uma minoria de privilegiados, partilha da concepção liberal da diferenciação entre os indivíduos de acordo com a posse dos bens. Deste modo a uns poucos são reservadas as "benesses", enquanto aos outros (a maioria da população) resta a atitude de preparação para o conformismo com a sua situação de desfavorecido. Dentre

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ Ibidem.

⁶⁶ Bueno, Márcio. A visão da imprensa. Artigo completamente vetado produzido para ser publicado em M, SP, 142, 15mar1978.

estes artigos, "O Diário de Dorinha", apresenta um quadro da crueldade da atitude de forçar a assimilação da condição de cidadãos de segunda classe, por parte dos órgãos oficiais, no caso em relação ao menor abandonado. O artigo refere-se a um livrinho produzido pela FEBEM em Minas Gerais, na forma de uma historinha ilustrada cuja personagem Dorinha é uma menor que vai trabalhar em casa de família como empregada doméstica. Este trecho mostra como o livrinho descreve as relações entre a patroa e a empregada, bem como suas reações:

"Mas Dorinha não sabia fazer as tarefas, e segundo ela: 'Dona Mariza (a patroa), muito bondosa, conversava comigo e me ensinava todo santo dia as mesmas coisas que eu fazia errado. No fim do mês ela me chamou e disse: Veja aqui este dinheiro - era uma nota de Cr\$ 100,00. (santo Deus! Vou ganhar todo este dinheiro. Que bom!)"

- É para mim, Dona Mariza?

- Seria para você se você se você fizesse as coisas como lhe ensino. Este mês, minha filha, você vai receber apenas Cr\$ 50,00; sem dar conta de sua tarefas, não é possível lhe pagar o ordenado completo. Não se entende como FEBEM, destinada a proteger o menor da exploração a que ele possa ser submetido e ajudá-la a superar sua condição de marginalizado, permita que se remunere uma menor com estes valores e, além disso, ajude a convencer à menor que se trata de muito dinheiro. Além de ser um ordenado miserável, o livrinho usa ainda de métodos baseados na coação e na imposição do medo, na medida em que a ameaça é exatamente a perda daquilo que o livro qualifica como segurança: o dinheiro."⁶⁷

Na seqüência destas considerações, o projeto de M se distingue do de OESP pela concepção de acontecimento digno de cobertura que possui. Dentre todas as unidades temáticas classificadas a que mereceu mais vetos dos censores em M foi a das chamadas QUESTÕES SOCIAIS e nelas, de maneira geral, pode-se sentir a opção por determinados fatos que não costumam ter vez na grande imprensa. A referência aqui é à descrição das condições de vida e trabalho das camadas populares em seu dia-a-dia. Além da cobertura aos chamados eventos de política nacional como eleições, debates em Congresso, Assembléia Legislativas, Câmaras, projetos de ministérios, atuação do Executivo nos três níveis, movimentos de oposição institucionalizada (sindicatos e partidos), relações exteriores e com outras instituições (por exemplo, a Igreja Católica); M também se dedica a trazer como personagem o homem comum, em sua luta pela sobrevivência.

É importante destacar que há um esforço da parte do periódico para não demonstrar a condição de exploração somente sob a ótica da relação Capital X Trabalho, estigmatizada dentro da condição de classe patrão X empregado. A multiplicidade da dominação aparece exemplificada pelo menos no trato da condição feminina que ultrapassa a questão da classe.

Ao lado destas colocações, localiza-se em M com um peso significativo o estímulo às formas não institucionalizadas de resistência, como as associações de trabalhadores, os movimentos de bairros, as organizações de mães trabalhadoras.

Assume um papel primordial também a descrição das consequências que a exploração do trabalho produz no estabelecimento das relações sociais a nível individual: a deterioração das ligações afetivas, a reprodução da dominação a nível familiar, a impossibilidade do ócio como contraponto ao mundo do trabalho.

O depoimento de Raquel, uma horista que trabalha na fábrica da Volks de São Bernardo do Campo, descreve bem a condição de trabalho numa grande indústria:

"Aquela multidão sobe a escadaria da Volks, o relógio da firma tem uns ponteiros gigantes bem em frente, e os homens ficam se empurrando de ombro com ombro, não respeitam mulher nem nada, porque está quase na hora de marcar o cartão. E marcou cartão é peão, se for homem, e mulher que marca cartão é piorra. É chamado assim, os outros são mensalistas. Peão e piorra é horista, eu ganho seis e oitenta a hora."

A Volks é tão grande, mais tão grande que é maior que muitas cidades que tem por aí. Eu pego às seis mas chego às 5 e meia porque perco 30 minutos caminhando do portão da entrada ao lugar do trabalho. O meu setor é o que produz chicotês e espaguets que parecem uns caninhos de borracha cheios de fios dentro, serve para a parte elétrica dos carros. Às seis eu encontro a mesa onde trabalho como eu deixei no dia anterior. E fico de pé defronte aquela mesa durante todo o dia até às 4 e meia da tarde."⁶⁸

A multiplicidade da hierarquia nas relações de trabalho aparece assim descrita:

"E todo setor de peão ou de piorra tem seu líder. Em cada ala tem um feitor do líder, que também é cuidão, e acima do líder tem o capa amarela, acima o supervisor, depois o engenheiro geral e aí já

⁶⁷ MACHADO, Lucília. O Diário de Dorinha. Artigo competamente vetado produzido para ser publicado em M, SP, 109, 01ago 1977.

⁶⁸ BARCELOS, Caco. Raquel - a mulher na indústria automobilística. Artigo completamente vetado produzido para ser publicado em M, SP, 45, 18maio1976.

*começa os diretores. Todos eles mandam na gente..*⁶⁹

O dilema da necessidade de horas-extras para retirar o básico para a dura sobrevivência é retratado através da descrição da vida de Miguel, um trabalhador da Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA):

"Às vezes o mês de Miguel Pereira da Silva tem 47 dias de trabalho. Sua média, no entanto, é trabalhar 43 dias por mês. Nem mesmo ele sabe como consegue tal façanha. Apenas explica, conformado:

- Trabalhando oito horas por dia eu tenho salário de Cr\$ 3.260,00. Mas isso é muito pouco, porque tenho cinco filhos, o maiorzinho com 15 anos. Então tenho que me virar com horas-extras. Tem dia que faço dois turnos direto, de oito horas cada um. Por isso é que meu mês é maior.

Em março passado, por exemplo, o velho Miguel fez 108,5 horas-extras - o que lhe proporcionou Cr\$ 1.842,00. Isso significa que ele trabalhou mais 13 dias, considerando a jornada normal de 8 horas. O pernambucano Miguel está com 65 anos e muita disposição, apesar do corpo cansado:

*- Só sinto uma soneira...*⁷⁰

As condições de exploração do trabalho no campo, em regime de semi-escravidão, surgem no relato da vida dos trabalhadores da Reflorest S.A.:

"Durante 18 dias, Paulo da Costa trabalhou 15 horas diárias na Fazenda Safira, em Juquiá, cidadezinha às margens da BR 116. A comida que lhe serviam chegava fria, às vezes azeda. E os capatazes costumavam dar surras nos empregados, apenas por fazerem uma parada para descanso. E ninguém podia deixar a fazenda, todas as saídas eram vigiadas, o alojamento trancado a noite toda. Por isso, Paulo pediu as contas: e recebeu só 20 cruzeiros. Sua história acabou chegando à polícia que, na última semana de novembro, descobriu no Vale do Ribeira, um das regiões mais pobres de São Paulo, um foco de aliciamento de lavradores para trabalho escravo. Lá foram encontrados outros 11 homens que, como Paulo, haviam sido iludidos por Raimundo Rocha Santana (Araribá), empreiteiro da empresa de reflorestamento Reflorest S.A., de Elias Abraão de São Paulo. Araribá que até a semana passada continuava foragido, há dois anos foi condenado pelo mesmo crime, e deveria cumprir 8 anos de prisão.

*Os capatazes Joaquim Henzel Amaral (Polaco) e Sérgio Moraes (Delegado) estão presos em Juquiá, e as vítimas foram alojadas num hotel da cidade, por conta da prefeitura. O gerente da Fazenda Safira, agrônomo Flaviano Clavijo Villaroel, garante que ele e os proprietários nada sabiam a respeito."*⁷¹

As condições de migração e desenraizamento do trabalhador em busca de uma melhoria de sua existência, ao lado do descaso das empresas e das autoridades locais aparecem no seguinte trecho:

"Aos 30 anos de idade o pernambucano José Manuel da Silva nunca conseguiu passar do cargo de 'ajudante'. Filho do município de Poção, Pernambuco, em 1973 partiu para São Paulo, deixando para trás toda sua tradição e experiência de trabalhar a terra. No dia 10 de setembro tirou pela primeira vez carteira de trabalho, já em São Paulo, mas só conseguiu emprego fixo 17 meses depois numa metalúrgica, ganhando Cr\$ 1,60 por hora como ajudante de prensista. No dia 19 de maio de 1975, 4 meses depois, trocou de emprego atraído pelos 20 centavos a mais por hora oferecidos por uma fábrica de tecidos. Foi ser ajudante de tinturaria.

Menos de 1 mês depois pediu demissão e disse à sua mulher Benedita da Silva, doméstica em São Paulo ganhando 900 cruzeiros por mês, que voltaria a Pernambuco para visitar os pais. Viajou e de lá escreveu que iria trabalhar uns tempos na construção da barragem de Sobradinho no Rio São Francisco, 560 Km. de Salvador, onde estariam pagando bem. Essa indicação chegou até o setão pernambucano através de um dos cinco aliciadores de trabalhadores da construtora Servix Engenharia SA, empresa encarregada da obra que permanentemente percorrem os estados nordestinos à procura de mão-de-obra não qualificada. Foi contratado por Cr\$ 2,50 a hora no cargo de ajudante de carpinteiro.

Dia de Finados

'Recebi uma carta do seu cunhado que também trabalha na obra, me dizendo que fazia três meses que estava procurando ele pois de repente Manuel deixou de ir na casa dele o que não era normal. Mas a companhia estava enrolando, não queria contar. Uma hora dizia que ele tinha sido transferido, outra hora falava que tinha ido embora e pedido a conta. Não diziam nada que ele tinha

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ PASSOS, José Meirelles. Miguel, o trabalhador. Artigo completamente vetado produzido para ser publicado em M, SP, 151, 22maio1978.

⁷¹ PASSOS, José Meirelles. Trabalhadores - na Reflorest. Artigo totalmente vetado produzido para ser publicado em M, SP, 128, 12dez1977.

morrido. Seu cunhado, casado com a irmã dele, de tanto procurar o pessoal da Servix pra saber o destino de Manuel foi até ameaçada pelos guardas (da SBIL) de que tomaria uma surra se continuasse a chatear. Quando foi no dia de Finados ele foi ao cemitério daqui (Sobradinho) e numa relação de todos os enterrados encontrou o nome de meu marido.' Benedita da Silva, cozinheira e lavadeira em São Paulo, mulher de José Manuel da Silva com quem estava casada há oito meses, só soube da morte de seu marido em dezembro do ano passado, cinco meses depois de ter sido morto atropelado pelo delegado e Sobradinho Eliel Gonçalves Conduru, tenente da Polícia Militar da Bahia.

'Eles dizem que foram dois rapazes que estavam com ele que emurraram Manuel na frente da Rural em que estava o tenente. Mas eu não sei, não encontro nenhuma testemunha. Eu perguntei a eles (à polícia) que eram as testemunhas, mas eles me enrolam, me enrolam.'"⁷²

A problemática da mulher trabalhadora com filhos e que precisa se preocupar com o local onde as crianças ficam, na sua ausência surge neste trecho:

"' Nós, mães e donas de casa que já lutamos há tantos anos por uma creche, tendo percorrido vários órgãos públicos, voltamos hoje aqui com a esperança de que desta vez a gente seja atendida, dizia o memorial que pouco mais de setenta mulheres pretendiam entregar ao coordenador do Bem-Estar-Social, Luis Felipe Soares Baptista, no último dia 28, em nome de 15 bairros da periferia da zona sul de São Paulo. Um mês antes, o próprio coordenador prometia a elas, durante a inauguração de uma obra assistencial no Bairro de Campo Limpo, uma resposta definitiva sobre a possibilidade delas conseguirem realizar um sonho pelo qual vinha lutando há mais de 4 anos: a construção de creches onde deixar seus filhos enquanto trabalhavam fora de casa.'"⁷³

Como o referido coordenador não se encontrasse em seu posto, as mulheres foram recebidas por um assessor. Não acreditaram que Luis Felipe não estivesse. O assessor solicita que uma delas entre para verificar, se ele se encontrava em sua sala ou não. Elas retrucam que ou entram todas ou nenhuma. Ele com o cinismo do descaso oficial, responde: " 'Vocês precisam ter paciência', insiste o Dr. Roberto - ' eu também tenho quatro filhos e nem por isso estou impaciente atrás de uma creche' 'Mas que diferença !' - diz ;uma mulher - 'meu marido ganha uma mixaria.'"⁷⁴

A violência da condição de vida da mulher e a exploração do trabalho pelo homem, aparecem documentadas neste depoimento, parte de um artigo, totalmente vetado, envolvendo a problemática da prostituição:

"'Sim, mas também não é uma vida 'fácil', como chamam. A gente tem que ter muita psicologia. Se não dá problema, como aquele que me aconteceu na semana passada', conta Diva. 'Menina, que susto eu levei! Entrei num carro e combinei, que eu sempre combino tudo direitinho, o que eu faço, o que eu não faço, o preço, tudo. Aí, subimos no carro e ele foi andando e pegou a estrada para Osasco. Aquilo é escuro, não tem uma casa, nada. Aí eu falei que combinamos que não ia na estrada. E ele tirou uma faca e me disse: 'Menina, você vai na rua mesmo, e vai fazer o que eu quiser, do jeito que eu quiser. Me diu um medo! Eu não sabia o que fazer. Descer do carro, não dava, que ele corria muito. Também não dava para discutir muito, que com aquele faca, ele me matava, mesmo. Aí fiquei quieta, pensando. De repente passamos por uma casa, e tinha na porta um homem com uns cachorros. Aí eu botei a boca pela janela e gritei, mas gritei como nunca: 'Socorro, ele está querendo me matar. 'Aí eu vi que o homem vinha correndo a pé atrás de nós e gritou para mim que ia chamar a polícia. O cara do carro pisou no acelerador para fugir e depois brecou devagar. Falei comigo 'É agora que ele vai me esfaquear.' Abri a porta do carro e me joguei fora. Acordei no Pronto Socorro, com todas essas feridas que você vê aí. Diz que tentaram ir atrás dele, depois, mas ele já tinha sumido. Um tarado, menina! Um, susto daqueles! Depois daquele caso, eu até falei pro meu homem que eu estava meio cansada, grávida e tudo. Não estava mais com vontade de voltar para a rua. Aí ele foi tão bonzinho comigo! Disse que era para eu ficar em casa, que ele arranjava emprego para sustentar a gente. E você sabe que ele arranjou, mesmo? Hoje ainda. Pra ganhar cem cruzeiros por dia. Menina, eu fiquei tão comovida! Mas eu já tinha voltado para a rua e tudo, já tinha passado o susto e falei para ele que não, ele fica aí e eu vou trabalhar. Porque eu não ia largar, mesmo. Eu não largo disso não.'"⁷⁵

O estímulo à resistência não institucionalizada e à organização dos trabalhadores como forma de minorar as suas difíceis condições de vida e de trabalho é também uma constante nos artigos vetados de M. Este trecho vetado mostra um tipo de associação bem sucedida, embora não espontânea:

"Edite Maria dos Santos é uma das lavadeiras da Associação das Lavadeiras de Juazeiro que

⁷² MARCONI, Paolo. Os homens que constoem barragens. Artigo totalmente vetado produzido para ser publicado em M, SP, 40, 13abr1976.

⁷³ A creche. Artigo totalmente vetado produzido para ser publicado em M. SP, 106, 11jul1977.

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ MORENO, Rachel. Elas. Artigo totalmente vetado produzido para ser publicado em M, SP, 124, 13nov1977.

congrega atualmente cerca de 130 mulheres que vivem exclusivamente da lavagem de roupas.

Criada em 1971 por iniciativa da Diocese de Juazeiro, a Associação da Lavadeiras tem duas unidades: a primeira no bairro do Cruzeiro, com 10 tanques, um coradouro, varais e três fogões a lenha para ferver as roupas. A outra no Alto da Maravilha, com 20 tanques.

Ao lado de Edite, com uma grande bacia de roupas que vai colocar no coradouro para tomar sol, dona Babu, presidente da primeira unidade, explica sorridente o que é a Associação: ' aqui é a sociedade das lavadeiras onde nós lava as roupas pro pessoal da cidade. Prá associar a gente só paga só a taxa de água que é de 3,00 por mês e mais 1,00 para o nosso pecúlio comum que fica guardado no banco, pro caso de alguma necessidade. Aqui nós tem médico e dois dentista que cuidam da gente, por influência da Diocese. Esse sistema de Associação é uma maravilha, porque a gente lava a vontade, não panha chuva, não panha sol. Eu antes lavava roupa nos buracos, no meio da caatinga, quando chovia e a água ficava empoçada ali. Quando não chovia a gente ia lavar no rio, sair daqui prá lavar. Então essa lavanderia aqui foi muito bom mesmo. A roupa a gente pega na cidade, nos populares. A lavagem é muito barata, tem gente que paga 50, 40, 30 cruzeiros por mês para lavar a roupa da casa toda e engomar, dar a roupa prontinha. Uma lavadeira pega de três a cinco casas para lavar a roupa, depende. A lavadeira sendo bem instruída no serviço pega até 5 casas. ^{m 76}

O relato de Miguel, trabalhador da COSIPA, mostra a dificuldade de suas condições de vida que ultrapassam a dura realidade do trabalho:

" - Meus companheiros de trabalho sempre guardam prá mim o pãozinho que eles recebem nas refeições lá na usina. Então, trabalhando dois turnos num dia eu consigo levar um pouco mais prá casa. Mas a minha mulher não dá tudo no dia, não, porque sucede que tem dia que eu não levo nada. Então, ela tá sempre separando uum pouquinho prá amanhã. '

A seca tirou Miguel de Pernambuco. Havia feito empréstimo num banco para tocar sua roça de milho, mamona e algodão, mas o sol acabou com a lavoura e Miguel teve que vender duas ovelhas, a cabrita e o burrico mais a casinha para pagar o financiamento. Sem nada, veio para o Sul ser pedreiro. Até que surgiu a oportunidade de trabalhar em Cubatão, na Cosipa (sic). Com as horas-extras Miguel conseguiu até mesmo comprar uma nova casinha, embora bem no meio do complexo industrial mais poluído do Brasil:

- Tem dia que nós temos que pôr um pano na cara prá poder respirar direito. Mas fazer o quê? Pelo menos a casinha é nossa. Tô pagando 600 cruzeiros por mês, e vai demorar 20 anos prá terminar tudo. Só fiquei triste de ter que fazer o piso, colocar os azulejos e os ladrilhos, porque a COHAB me entregou a casa depenada ^{m 77}

O alheamento provocado pelo esquema de trabalho fica muito claro na fala de Raquel, operária da Volks:

"Antes quando faltava cinco minutos para 4 e meia o pessoal já estava de saída. E era uma correria medonha, todos queriam chegar primeiro na porta de saída. Agora é proibido correr. Temos que sair em fila, bonitinhos, comportadinhos e reduziram os cinco minutos que a gente matava para dois minutos.

Cada operária tem o seu banheiro para se lavar antes de ir embora. Mas eu nunca tomo banho na Volks, quero ir embora logo. Mas é gozado. Quando eu saio da fábrica me dá uma sensação que não sei fazer outra coisa a não ser meter fio no espaguete. Parece que o meu mundo é lá dentro. Na rua me vem uma rápida sensação de não saber o que fazer. Mesmo quando vou à praia com o noivo, que é muito difícil de ir, eu me deito de bruços e fico firme olhando a areia. Olho a areia, esfrego o dedo na areia, o noivo até parece um homem estranho, e a vida, absurda e sem sentido. Mas aí eu leio uma revista de fotonovela e tiro essas bobagens da cabeça, loucuras. ^{m 78}

Um concurso promovido pela Eletro-Radiobraz em todo o Estado de São Paulo, foi o mote para mais um artigo vetado de M. O concurso estimulava as crianças de 6 a 12 anos, de escolas de 1º grau, a escreverem cartas pessoais ao presidente da República sobre a temática: "Sr. Presidente, este é o meu pai". O motivo da promoção era a proximidade do Dia dos Pais. O prêmio para a melhor carta era três dias de estadia em Brasília para criança e seu pai. M cita vários trechos de cartas escritas por alunos do Grupo Escolar Maria Augusta Siqueira da Vila dos Remédios, distrito de Osasco, periferia de São Paulo. Alguns desses relatos trazem a relação entre as difíceis condições de vida e de trabalho, a dissolução das relações afetivas, o alcoolismo, a

⁷⁶ 130 mulheres. Artigo totalmente vetado produzido para ser publicado em M, SP, s/d.

⁷⁷ PASSOS, José Meirelles. Miguel, o trabalhador. M, SP, 151, 22maio 1978.

⁷⁸ BARCELOS, Caco. Raquel - a mulher na indústria automobilística. M, SP, 45, 18maio 1976.

violência, a impossibilidade do lazer:

*"Meu pai é um homem que trabalha demais. Ele trabalha de eletricista encanador. Tem que levantar às 5 horas da manhã todos os dias. Começou a vida trabalhando na roça. Só teve até o 2º ano de escola. Agora está aproveitando o tempo para estudar o Mobral. Confesso que às vezes bebe, mas não para se embriagar. Só se embriaga mesmo quando está com muita raiva."*⁷⁹

"Meu pai se chama João. Sr. Presidente, meu pai tem vezes que ele é bom e tem vezes que ele mostra sua ruindade. Meu pai trabalha na Anderson Cleito, ele ganha pouco e comprou um terreno e minha mãe está sofrendo demais para pagar mas estamos conseguindo."

*Mas meu pai é muito bom. Ele bebe um pouco mas ele começou a beber quando era moço. O pai dele não deixava ele sair e ele fugiu de casa."*⁸⁰

*"Meu pai não gosta de ficar sem trabalhar. Ele não gosta de ficar de férias ele diz que não sabe passar o dia sem trabalhar."*⁸¹

*"Mas o caráter violento desse mergulho no trabalho aparece na carta de Virgínia cujo pai, 'sr. presidente, trabalha até aos domingos'. Segundo ela, quando está em casa sozinho 'ele pega o revólver e fica atirando na parede'."*⁸²

Outra grande temática de M constituiu-se na crítica ao modelo econômico adotado pelo governo brasileiro após 64, modelo este que já vinha se anunciando desde o pós-guerra, com a abertura desenfreada ao capital externo, com a aceleração do processo de industrialização, mas às custas da entrada de grandes empresas estrangeiras sem a correspondente transferência de tecnologia e com o recurso do endividamento progressivo. A contrapartida foi a da elevação da concentração da renda e do processo inflacionário, com a marginalização crescente de parcelas cada vez mais significativas da população em relação ao crescimento econômico. Neste aspecto, a diferenciação entre M e OESP é marcante, na medida em que o segundo, defendia este modelo de desenvolvimento para o País, em defesa do qual autou de modo marcante na conspiração para o golpe de 64.

É muito grande o número de artigos vetados de M com a crítica à política econômica adotada pelo Estado autoritário. O trecho selecionado abaixo, parte de um artigo com parcelas censuradas tratando de maneira geral da situação econômica das nações do Terceiro Mundo, representa uma previsão da aceleração da crise desses países que adotaram uma teoria econômica que relacionava a utilização dos recursos externos com a possibilidade concreta de sua transformação em grande potências:

*"E esses países se verão na iminência de situação gravíssima, de consequências finais ainda imprevisíveis, mas que começam a despontar e de que estamos sofrendo o antegosto. Será o resultado de uma inconseqüente política econômica em termos das reais condições e necessidades desses países e da massa de seu povo - que, se deixando iludir com as facilidades proporcionais pelo abundante afluxo de recursos externos que uma conjuntura internacional excepcional tinha determinado, julgou - ou quis julgar, preferivelmente - que esses países haviam entrado em nova etapa de sua evolução econômica, em take of rostoviano, isto é, a decolagem descrita nos termos ortodoxos da teoria econômica que em breve prazo elevaria esses países à categoria de grande potência..."*⁸³

Outro artigo vetado, em parte, diz respeito à CPI das multinacionais organizada pelo Congresso Nacional. A matéria analisa que dificilmente esta Comissão poderá conduzir a algum resultado concreto da forma como vem sendo organizada: seu relator, o deputado Herbert Levy possui posicionamento favorável às multinacionais, suas investigações segundo o regulamento não podem ultrapassar Brasília, não têm poderes para alteração do quadro, sendo que o máximo que podem fazer é sugerir alterações para o Congresso na legislação que regulamenta investimentos estrangeiros. A imprensa não tem mostrado grande interesse, parte de seus depoimentos perdeu a importância devido à omissão deliberada de dados ou às inverdades comprovadas. A parte do artigo vetada, transcrita abaixo, corresponde a uma amostragem do comportamento típico governamental frente aos riscos representados pela falta de controle mantido sobre as multinacionais:

"O depoimento do presidente do Banco Central, Paulo Pereira Lira-a primeira autoridade governamental a depor na CPI, no dia 22 de maio, e até agora o elemento mais importante do governo a comparecer na comissão - é típico. A sua explanação inicial, antes dos debates com os deputados, foi considerada uma verdadeira louvação à participação das multinacionais ('os primeiros habitantes da aldeia global', disse ele) na economia nacional. Segundo Paulo Lira, ninguém precisava se preocupar muito com as multinacionais porque o governo teria uma 'uma parafernália' montada para controlar o capital estrangeiro. Mas negou-se a responder a uma pergunta do deputado Rosseti sobre o montante dos empréstimos pelas filiais das multinacionais às suas matrizes. 'Só numa

⁷⁹ MARANHÃO, Ricardo. Sr. Presidente, este é meu pai. Artigo totalmente vetado produzido para publicação em M, SP, s/d.

⁸⁰ Idem.

⁸¹ Ibidem

⁸² Ibidem

⁸³ A crise internacional e seus reflexos no Terceiro Mundo. Artigo parcialmente vetado, produzido para publicação em M, SP, s/d.

*reunião secreta' justificou-se Lira, alegando motivos de segurança nacional. Antes Paulo Lira havia defendido a volumosa dívida externa do Brasil como um indicativo de progresso, endividamento que ao invés de apreensão, deveria trazer orgulho ao povo brasileiro, insistiu ele com um deputado. E a outro deputado que insistiu no verbo confessar (grifo do autor), Paulo Lira refutou irritado: 'Não estou aqui para confessar nada'."*⁸⁴

Uma matéria vetada em parte que possui um conteúdo bastante forte para elucidação desta temática é a que se refere ao pedido de empréstimo de 200 milhões de dólares por parte do bilionário Daniel Ludwig, proprietário de imensa gleba de terra no País e responsável pela implementação do controvertido Projeto Jari. A crítica presente neste trecho refere-se ao absurdo da concessão do referido empréstimo para quem já gozara de suficientes "benesses" por parte do governo brasileiro na aquisição de seu imenso território. A questão central é a da atribuição da característica de entreguista às autoridades brasileiras:

*"Uma das hipóteses que pode explicar a decisão de o governo dar cobertura a um empréstimo tão elevado para um grupo tão poderoso é a pressão do balanço de pagamentos: preocupado em aumentar rapidamente as exportações, o governo teria manifestado interesse em que Ludwig apressasse seu projeto de implantação de uma fábrica de celulose visando exatamente a exportação do produto e mesmo suprindo o mercado interno de uma matéria-prima que hoje pesa na pauta das importações do país (sic). Mas aí o excêntrico Ludwig teria então preferido tomar um empréstimo garantido pelo BNDE do que desembolsar imediatamente dinheiro próprio. Esse caso talvez demonstre bem a pouca 'margem de manobra' de que dispõe atualmente os planejadores oficiais para conduzir a economia, em virtude da situação de nossas contas externas. O resultado, à parte seu lado grave, é também pitoresco: Daniel Ludwig, um dos maiores bilionários norte-americanos endivida o país (sic) e recebe cobertura de um banco oficial que só deveria operar - em operações de crédito, financiamento e mesmo de garantia - com empresas nacionais."*⁸⁵

⁸⁴ CPI das multinacionais. Artigo parcialmente vetado, produzido para publicação em M, SP, s/d.

⁸⁵ O aval a mr. Ludwig, o Midas do Jari. Artigo parcialmente vetado, produzido para publicação em M, SP, s/d.

2.3. O ocaso da experiência alternativa: final de MOVIMENTO (novembro/81)

Neste momento discutem-se fundamentalmente duas questões: de um lado, a proposta apresentada pelo semanário, segundo seus próprios documentos, relacionada à sua prática vivenciada sob a ótica da documentação analisada vetada pela censura; de outro as circunstâncias que produzem o término da experiência alternativa, representada particularmente por M, mas que, relaciona-se, diretamente com o processo seguido pela maioria dos órgãos de divulgação que fazem parte da fase áurea deste período.

Em primeiro lugar, trata-se de enfatizar o tripé que representa, ao mesmo tempo, as maiores preocupações de M e as dos censores: a luta pelo restabelecimento das chamadas liberdades democráticas, a ênfase na defesa do nacionalismo e a perseguição aos interesses populares. Há uma convergência entre o destaque a estas problemáticas apresentado em termos programáticos e vivenciado na prática nas reportagens realizadas pelo periódico; e as inquietações dominantes nos censores, presentes em seus cortes mais constantes.

Estes objetivos programáticos que, entende-se, direcionavam já seu programa inicial lançado, juntamente com o semanário em 07/07/1975, acham-se claramente descritos no programa editorial e político aprovado em julho de 1980 e que o periódico transcreve, novamente, no seu número de encerramento (23/11/1981):

"Compreendemos que a luta por liberdades democráticas significa, hoje, a defesa da anistia ampla, geral e irrestrita; o fim de todos atos, emendas e leis de exceção, a dissolução dos órgãos de repressão política; a exigência de uma efetiva liberdade de organização sindical e partidária; e a necessidade de uma Assembléia Nacional Constituinte soberana e livremente eleita, convocada por um governo que garanta as mais amplas liberdades democráticas; uma Assembléia Constituinte com essas características jamais poderá ser convocada pelo governo ditatorial do general Figueiredo ou por qualquer outro semelhante.

A luta pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores expressa-se hoje no movimento contra a nova política salarial e contra a alta do custo de vida, pelo direito à terra para quem nela trabalha e pelo combate à idéia de qualquer 'pacto social' ou qualquer trégua nos movimentos reivindicatórios que facilitassem ao regime descarregar o peso da crise econômica sobre os trabalhadores.

Em relação à independência do país (sic), entendemos que são as massas trabalhadoras que mais sofrem com a espoliação imperialista; no entanto, o jornal deve assumir também a denúncia da situação das pequenas e médias empresas, que sofrem as conseqüências tanto da dependência do país (sic) como da monopolização do capital. Ainda quanto à independência nacional, o jornal deve combater qualquer atrelamento de uma nação a outra – grande, média ou pequena. Ora, o princípio que conta é o de que cada povo deve libertar-se por si mesmo, longe de pressões, ameaças, boicotes e invasões."⁸⁶

Num breve parênteses, trata-se agora de estabelecer uma relação entre esta temática e a forma trabalhada quando da análise da censura em OESP. Naquela ocasião, dedicou-se atenção especial à estratégia de substituição das matérias vetadas utilizada pelo jornal, considerada como uma forma marcante de resistência, de modo absolutamente criativo e original, dando a entender ao leitor a violência que se estava desenrolando, instigando-o a prosseguir na descoberta do que se escondia por detrás da publicação inusitada. Esta mesma análise da estratégia de substituição não será realizada em relação a M, não que não seja considerada como forma de resistência mas, basicamente, por duas razões: entende-se que a resistência maior no caso do semanário concentrou-se na ênfase dada às suas reportagens que justificou da parte da censura um maior rigor nos cortes e nas formas de abordagens; e, além disso, o modo pelo qual o periódico substituiu os vetos dos censores, não se revestiu da mesma riqueza e criatividade utilizada por OESP, consistindo quase sempre na repetição das mesmas fórmulas.

Em substituição às matérias vetadas pela censura, M costumava publicar lembretes de auto-propaganda ou de ênfase programática, tais como:

1. retângulos com fundo branco ou negro, com a inscrição **Leia MOVIMENTO**, ou **Leia e assine MOVIMENTO**, ou ainda **Os jornais independentes dependem do leitor – Leia, assine e divulgue MOVIMENTO**;

2. interrupção do texto para colocar no local dos cortes, pequenos textos:

a) "Como é feito o jornal MOVIMENTO? Cada semana, quase uma centena de pessoas estão envolvidas diretamente na confecção de MOVIMENTO. Desde as sucursais e correspondentes que enviam o material noticioso e analítico, até a redação. Mas, ao contrário da maioria dos jornais, em MOVIMENTO os leitores também são uma peça importante na produção do jornal. MOVIMENTO é sustentado apenas pela venda em bancas e assinaturas: portanto, quanto mais leitores e

⁸⁶ M, SP, 334, 23nov1981. p. 24.

assinantes, melhor qualidade podemos oferecer. Leia, divulgue e faça seus amigos assinarem MOVIMENTO, a imprensa do leitor.”;

b) *”Mobilize seus amigos para ler e assinar MOVIMENTO. MOVIMENTO depende apenas de seus leitores. A imprensa do leitor depende exclusivamente das vendas e assinaturas para sobreviver. Leia, divulgue e mobilize seus amigos para assinar MOVIMENTO.”;*

c) *”MOVIMENTO em defesa das liberdades democráticas, da independência nacional e da elevação do padrão de vida dos trabalhadores. Leia, assine e divulgue.”*

Destaca-se este último pequeno trecho que, mais uma vez, é uma ênfase no suporte programático do periódico.

Tomando-se agora, nas matérias vetadas analisadas, as unidades temáticas e subtemas que tratam mais diretamente destas questões acentuadas no tripé destacado, observa-se que:

- na unidade temática, onde **latu sensu** concentram-se mais as problemáticas vinculadas à "defesa das liberdades democráticas", a das **QUESTÕES POLÍTICAS**, ficando-se apenas nos subtemas mais próximos à questão (**Críticas ao Regime, Repressão Política, Críticas da Oposição, Relações Igreja/Estado, Anistia, Críticas ao Exterior, Assembléia Nacional Constituinte**), chega-se a uma cifra numérica bastante significativa (cento e setenta e dois vetos) se comparada percentualmente (20,47%) em relação ao total;

- nas **QUESTÕES ECONÔMICAS**, tomando-se os dois subtemas destacados (**Críticas à Política Econômica e Petróleo/Petrobrás**) onde aparece com clareza a defesa da "independência nacional", a quantidade de vetos (cento e oito) representa 12,86% do total;

- dentro da unidade temática das **QUESTÕES SOCIAIS** em que se concentra a luta pela "elevação do padrão de vida dos trabalhadores", principalmente, nos subtemas **Condições de vida e de trabalho da população, Questão da Terra, Grupos diferenciados, Questão indígena, Reivindicações Sociais** (destacando-se os que atacam esta problemática mais diretamente), o dado quantitativo é de cento e setenta e dois vetos, ou seja, 20,47% do total analisado.

Conclui-se, portanto, embora a análise corresponda a uma amostragem do universo possível, não abrangendo o todo do material vetado, que a censura realizada em M atingiu os pontos considerados fundamentais e que definiam a própria essência do periódico. Não foi, deste modo, uma censura circunstancial (como a de OESP), que estivesse vinculada a um determinado momento histórico, pois, percebe-se que, apesar de datada (1975-78), ela dirigiu-se ao significado de fundo do semanário. Este fato contribui para explicar a permanência dos vetos a M e a suspensão da censura em outros órgãos de divulgação com preocupações diferenciadas.

Ao se tomar, entretanto, o trinômio **DEMOCRACIA, NACIONALISMO e INTERESSES POPULARES** que, em linhas gerais, definem M, algumas questões precisam ser pensadas:

- a relação Democracia X Liberalismo, em que pese uma comparação possível da grande imprensa (personificada em OESP) e a da imprensa alternativa (exemplificada com M);

- a compatibilidade da liberdade e da igualdade dentro dos preceitos democráticos;

- a problemáticas da homogeneidade X heterogeneidade na ênfase nacionalista e na defesa dos interesses populares;

- a presença de uma concepção vanguardista que iguala o intelectual ao tradutor dos interesses da população, o que, guardadas as proporções pode ser comparado à crença na formação de uma "opinião pública" por parte de uma elite racional pensante, típica do pensamento liberal; quando se quer um jornalista cuja tarefa não seja apenas "a de descrever o mundo, mas de ajudar a transformá-lo".⁸⁷

Pensando-se juntamente com Norberto Bobbio que analisa a relação entre Liberalismo e Democracia, pode-se, de maneira geral, considerar o projeto de M como tentativa de aproximação entre a Democracia e o Socialismo; enquanto que o de OESP representa a busca da proximidade entre o Liberalismo e a Democracia. São estas as palavras do autor:

”No binômio liberalismo mais democracia, democracia significa principalmente sufrágio universal e, portanto, um meio de expressão da livre vontade dos indivíduos singulares; no binômio democracia mais socialismo, democracia significa ideal igualitário que apenas a reforma da propriedade proposta pelo socialismo poderá realizar. No primeiro binômio é consequência, no segundo um pressuposto. Como consequência, no primeiro completa a série das liberdades particulares com a liberdade política; como pressuposto, no segundo, será completada tão-somente pela futura e esperada transformação socialista da sociedade capitalista.”⁸⁸

Entretanto, essas mesmas tentativas de aproximação trazem à tona a discussão do peso conferido à

⁸⁷ "Nasce um jornal", M, SP, 7jul1975. p. 4.

⁸⁸ BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. trad. Marco Aurélio Nogueira, SP, Brasiliense, 1988. p. 84.

liberdade e à igualdade dentro de projetos liberal-democráticos ou de uma democracia social. No primeiro deles, aparentemente o enfoque privilegiado cabe à temática da liberdade identificada com a questão do indivíduo sobrepondo-se ao corpo social. Já no segundo, a preocupação primordial oscila para a igualdade de condições e aqui, o corpo social ultrapassa aspirações individuais. É bastante conhecido o temor da instituição da democracia, como uma forma atualizada de tirania com o predomínio da vontade da maioria, abafando as diversidades individuais. Tratando sobre a questão da fundação das Revoluções Francesa e Americana, Hannah Arendt, assim se manifesta a respeito:

*"Uma vez que ninguém é capaz de formar sua própria opinião sem o concurso de uma diversidade de opiniões defendidas por outras pessoas, a supremacia da opinião pública põe em risco até mesmo a opinião dos poucos que têm a ousadia de não compartilhá-la. Essa é uma das razões do negativismo curiosamente estéril de todas as opiniões que se opõem a uma tirania aclamada pelo povo. Não é apenas, e talvez mesmo não fundamentalmente, em razão do poder esmagador da maioria que a voz da minoria perde, nessas circunstâncias, toda a força e toda a plausibilidade; a opinião pública, por causa de sua unanimidade, provoca uma oposição unânime e, por conseguinte, sufoca as verdadeiras opiniões que surjam em qualquer lugar. Essa é a razão pela qual os fundadores tendiam a equiparar o governo baseado na opinião pública à tirania; nesse sentido, a democracia era, para eles, uma nova forma atualizada de despotismo."*⁸⁹

A mesma autora, entretanto, encaminha a discussão quando distingue interesses de opinião:

*"Interesse e opinião são fenômenos políticos completamente diversos. Politicamente, os interesses só são relevantes como interesses de grupos, e para a depuração desses interesses grupais parece ser suficiente que eles se façam representar de tal forma que seu caráter parcial seja preservado em quaisquer condições, mesmo na circunstância em que o interesse de um grupo possa eventualmente ser o interesse da maioria. As opiniões, ao contrário, nunca dizem respeito a grupos, mas exclusivamente a indivíduos, que 'manifestam livre e desapassionadamente os seus pontos de vista', e nenhuma multidão, seja ela representativa apenas de uma parte da sociedade, seja de sua totalidade, jamais será capaz de formar uma opinião."*⁹⁰

Reforçando-se, entretanto, a problemática do indivíduo X corpo social, ressaltando-se o aspecto da diferenciação acima exposta relativamente à opinião e aos interesses e pensando-se na conveniência com a diversidade, um dos atributos da democracia; é necessário refletir sobre as colocações de Marilena Chauí:

*"Na esfera político-institucional, uma das afirmações centrais concernentes à democracia consiste em admitir que se trata de uma forma política não só aberta aos conflitos, mas essencialmente definida pela capacidade de conviver com eles e de acolhê-los, legitimando-os pela institucionalização dos partidos e pelo mecanismo eleitoral. Tem sido também uma das bandeiras de luta democrática a negação do partido único como uma impossibilidade de fato e de direito para a prática democrática. Essas afirmações, quer feitas por liberais, quer por conservadores, quer por sociais-democratas, omitem o fundamental (exatamente como no caso da esfera econômica): a questão da qualidade. Em outras palavras, o elogio do pluripartidarismo como essência da democracia pode dissimular o fato de que um partido, seja ele qual for, carrega dentro de si a sociedade como um todo, exprimindo-a de um ponto de vista determinado (uma classe, uma fração de classe, um grupo) como **pars totalis**. Isto significa que se, por um lado, o pluripartidarismo implica aceitação das divergências, por outro, enquanto multiplicidade de posições, é apenas um **signo** (grifos da autora) da possibilidade democrática e não a efetividade democrática. Tanto isto é verdade que cada um dos partidos pode organizar-se de tal forma que nele não haja democracia interna, como ainda serve de **álibi** para aqueles que apontam os partidos como prova da inexistência de vida democrática. (...) Fazendo da suposta necessidade do desenvolvimento do aparelho estatal e do nacionalismo as armas da luta de classes, os partidos e organizações de esquerda primaram pelo autoritarismo interno e dos programas. No caso dos liberais, a crítica constante ao perigo da intervenção estatal nunca impediu que, em momentos de convulsão política e social, apelassem para as Forças Armadas e para a aceitação 'provisória' de regimes ditatoriais."*⁹¹

Outro ponto levantado pela mesma autora é o da questão da informação:

"Talvez a condição social mais premente da democracia, aquela que incide nas anteriores (que, não por acaso, levou Marx a iniciar a questão da gênese da ideologia com a separação entre trabalho manual e intelectual, como levou Gramsci às longas análises acerca do papel dos intelectuais e à esperança de um partido no qual todos os membros fossem intelectuais, porque com igual direito ao saber), seja a questão da informação. Seja qual for o estatuto econômico, a posição dentro de um sistema global de dependências sociais,

⁸⁹ ARENDT, Hannah. *Da revolução*. SP, Ática, 1988. p. 180.

⁹⁰ Idem. p. 181.

⁹¹ CHAUI, Marilena de Souza. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 4ª ed., SP, Cortez, 1989. p. 145.

um indivíduo participa da vida social em proporção ao volume e à qualidade das informações que possui, mas, especialmente, em função de sua possibilidade de acesso às fontes de informação, de suas possibilidades de aproveitá-las e, sobretudo, de sua possibilidade de nelas intervir como produtor do saber. (...)

Ora, sabemos que nas sociedades não-democráticas (e sob esse aspecto particular será difícil encontrar alguma sociedade que seja democrática) uma fórmula precisa rege o processo de informação e pode ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa a qualquer outro em qualquer lugar sob qualquer circunstância. Há, portanto, regras de interdição quanto ao emissor, ao receptor, à mensagem, seu tempo e seu lugar."⁹²

Finalizando Marilena Chauí trata das condições sociais da democracia, fechando com a problemática da liberdade X igualdade em óticas diferenciadas:

"Se quiséssemos resumir numa só palavra a questão das condições sociais da democracia, talvez devêssemos recuperar um conceito que a 'ciência' nos fez abandonar por causa de suas ressonâncias humanistas e filosóficas: o conceito de alienação (grifo da autora) e o de sua forma na sociedade capitalista, a reificação. Em resumo, o problema da divisão social do trabalho, como divisão das classes para e pela exploração social da mais-valia, exploração que não é realizado pelo Estado, mas através do Estado. Eis porque a questão da democracia, ao ser reduzida à esfera estritamente político-institucional, acaba sendo reduzida a uma discussão que se concentra, em última instância, nas transformações do aparelho do Estado, isto é, discutida 'pelo alto' e com as lentes dos dominantes. Se, do lado socialista, a ênfase no econômico parece fazer com que a discussão se realiza a partir 'de baixo' e reforce o tema da igualdade, contrapondo-se à discussão liberal que enfatiza o tema liberdade, em termos estritamente históricos a igualdade, afirmada por uns, e a liberdade, defendida por outros, deixaram intacta a questão da alienação e com ela a da democracia, porque deixaram intacta a questão do Poder."⁹³

Porém, além destas questões que envolvem a problemática da concepção democrática adotada na perspectiva de um órgão de divulgação com todas as contradições e dificuldades que lhe podem ser decorrentes, as bandeiras de luta de M trazem com clareza as questões do nacional e do popular que merecem considerações específicas:

"Tanto o adjetivo 'nacional' quanto o adjetivo 'popular' reenviam a maneiras de representar a sociedade sob o signo da unidade social, isto é, Nação e Povo são suportes de imagens unificadoras quer no plano do discurso político e ideológico quer no das experiências e práticas sociais. Considerando-se a nação como 'existência geográfica e antropológica' para usar a expressão de Hegel, ou como a face externa do social (território, língua, mores, instituições), e o povo como a face interior da sociedade, ou como unidade política e jurídica, tanto um termo como outro, na qualidade de 'faces' de uma mesma realidade, têm como referência última a imagem de um todo uno, ainda que diversificado (a diversidade sendo apenas a pluralidade daquilo que é em si idêntico)."⁹⁴

Levando-se em conta todas estas colocações, ao lado das aspirações programáticas de M; bem como tomando-se sua prática vivenciada através da análise do material produzido e vetado pelos censores, é preciso observar algumas questões.

Em primeiro lugar, se comparado, em termo de proposta e de prática com OESP, M possui uma concepção diferenciada a respeito da imprensa e de seu papel social. Em M discute-se:

- a democratização do acesso à informação para a maioria da população;
- a responsabilidade da imprensa na divulgação de notícias;
- o jornalismo engajado com um projeto política definido e público, fora das malhas de uma pretensa neutralidade, imparcialidade e isenção nos fatos;
- a ampliação do direito de voz aos emissores que são e fazem notícias;
- a concepção não elitizada de fato jornalístico a ser coberto.

Em segundo lugar, é preciso que se observe que, ao lado destas propostas que ampliam enormemente a concepção de imprensa tal como é concebida nos moldes de uma grande empresa jornalística, algumas limitações podem ser percebidas:

- a visão da exploração quase sempre relacionada com a ótica trabalho, numa perspectivas de dominação que, raramente ultrapassa a órbita econômica;

⁹² Idem. p. 146-147.

⁹³ Ibidem. p. 148.

⁹⁴ Ibidem. p. 92.

- a identificação da população com as massas e a ênfase na preocupação com as maiorias;
- a defesa do nacionalismo que resvala para uma perspectiva unificadora da Nação, bem como a luta pelos interesses populares que pressupõe, de um lado, uma homogeneização desses objetivos e, de outro, uma identificação entre os colaboradores do semanário, encarados como intérpretes dos anseios de diferentes grupos populacionais.

Em terceiro lugar, como decorrência da concepção de um jornalismo identificado com os "interesses populares", emerge uma perspectiva vanguardista em que ao órgão de divulgação e ao jornalismo cabem o papel de contribuição para a transformação da sociedade. Essa função "revolucionária" vem substituir a crença liberal da possibilidade de formação de uma "opinião pública".

Em quarto lugar, na concepção democrática de convivência com antagonismos, M formou-se como uma "frente progressista" que, dentre outras coisas, possuía como elemento constituir-se em um periódico pertencente àqueles que o fizessem, bem como dotado de mecanismos (Conselho Editorial e Conselho de Redação) que garantissem a existência de uma democracia interna na redação. Entretanto, o fato desse objetivo de "frente" ser datado, preso a um determinado momento histórico muito específico, ao lado de uma paulatina definição, cada vez mais nítida de um projeto político, contribuem para a inviabilização desse projeto.

Entretanto, este quarto e último ponto conduz à segunda preocupação deste tópico, a saber: o estudo das razões que conduziram ao término da experiência de M, paralelamente ao fim da maioria dos periódicos da imprensa alternativa, surgidos nesse momento (fins dos anos 60 e início dos 70).

Já foi citada a concepção de imprensa alternativa e, dentro dela, a crença na existência de um momento especial de desenvolvimento, quando diversos periódicos adquirem grande força e proliferam em vários pontos do País. Embora existam concepções diferenciadas a respeito deste surto de expansão da imprensa alternativa quanto ao seu início⁹⁵, considera-se que esta fase tenha sido começada com o aparecimento do PASQUIM em 1969. Atrás dele muitos outros foram surgindo, chegando a alcançar tiragens bastante significativas e abrangência nacional⁹⁶. Porém, o final dos anos 70 e o início dos 80 assistiu à sua queda, desaparecendo quase todos por completo. Hoje, daquele surto pode-se dizer que sobrevive somente o PASQUIM.⁹⁷

É necessário encontrar as razões que expliquem esse fenômeno de desaparecimento generalizado, após uma fase áurea de desenvolvimento da imprensa alternativa.

A decisão de fechamento do semanário M veio após uma reunião de dois dias (14 e 15 de novembro de 1981) na sala do Curso Politécnico no Bairro do Bom Retiro em São Paulo. Chegou-se a essa conclusão, após a certeza da incontornabilidade da crise financeira que vinha rondando M há bastante tempo. Entretanto, as explicações para seu fechamento, bem como desaparecimento de grande parte da imprensa alternativa nesse período, antecedem e ultrapassam essa crise.

A primeira das razões que acode ao senso comum é a de relacionar o término de M com o fim da censura prévia, ou seja, não havendo mais motivo para um semanário de denúncia e da imprensa alternativa em geral; uma vez que com a liberalização da imprensa escrita, o espaço ocupado por esses órgãos de divulgação seria retomado pela grande imprensa. A esses periódicos restou somente o fechar as portas.

Em conversa com Raimundo R. Pereira, Carlos Lemos (agência O GLOBO - RJ) e Jean-Claude Bernardet (professor de cinema - ECA/ USP). As opiniões foram diferenciadas. Raimundo R. Pereira, negou veementemente a hipótese. Carlos Lemos acredita que o fim da censura é uma das motivações ao lado da falta de

⁹⁵ Opiniões desencontradas existem a esse respeito. Millôr Fernandes, em depoimento a um Seminário (*Imprensa Alternativa & Literatura - Os anos de resistência*), organizado pelo Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular do RIOARTE (RJ, 1987. p. 14), discorrendo em Mesa-redonda montada sobre o tema "Imprensa Alternativa: histórico e desdobramentos - A literatura na imprensa alternativa dos anos 70/80", situa o começo desta fase áurea da imprensa alternativa, nos anos 50 ao narrar sua experiência de montagem da revista V O G A. Raimundo R. Pereira e Sérgio Caparelli, concordam ao relacionar a imprensa alternativa a revista de humor e sátira PIF-PAF que se originou de uma seção escrita por Millôr Fernandes na revista O CRUZEIRO (RJ) e depois ficou independente. Sua publicação foi quinzenal e teve duração de oito números entre 21 de maio e 27 de agosto de 1964. Já José Luiz Braga acredita que razões políticas e econômicas determinaram as condições de aparecimentos e a necessidade de uma imprensa alternativa, em 1969, com o lançamento do PASQUIM. Para ele, os periódicos que o antecederam foram apenas precursores que não continham todos os aspectos que caracterizavam a imprensa alternativa.

⁹⁶ Exemplo claro disto é o PASQUIM, semanário de humor e sátira que lançado no RJ em junho de 1969, chegou em 1970 a possuir uma tiragem de 200.000 exemplares que se assemelha às tiragens de jornais da grande imprensa.

⁹⁷ Deve-se fazer uma ressalva ao semanário PASQUIM, decano dessa fase da imprensa alternativa e que se mantém em circulação até a atualidade. O PASQUIM sempre se caracterizou por se dedicar temas mais relacionados com o que se classifica de críticas de costumes, humor e sátira. Em março de 1975 quando teve retirada a censura prévia, a direção do periódico passa das mãos de Millôr Fernandes para as de Jaguar que, segundo José Luis Braga (op. cit. p. 80) "*reprend la présidence de l'entreprise et la conduit pendant l'effort libéral*". O que o autor chama de "l'effort libéral", corresponde, segundo ele, a uma fase em que (1975 a 1978) a sociedade brasileira estava empenhada na reconquista das liberdades democráticas, mas dentro do espírito da abertura lenta e gradual, tal e qual foi conduzido o processo de distensão pelo governo Geisel. Em suma, uma condução que implicou em avanços e recuos, tendo em vista os riscos apresentados pelos "bolsões radicais" do regime, portanto, a atuação típica de "*uma no cravo outra na ferradura*" (BRAGA, José Luiz. op. cit. p. 82). O que interessa reter é que, a partir desse momento a veia humorística do PASQUIM irá predominar sobre questões político-sociais, explicando sua sobrevivência até a atualidade.

capacidade de gerenciamento por parte da imprensa alternativa e Jean-Claude Bernardet não descarta a hipótese de uma ligação entre o término da censura e o encerramento de M.

Analisando-se estatísticas do próprio semanário, observa-se que:

*"A censura tem reflexos imediatos na venda em bancas de uma publicação. Uma intensificação da censura prévia corresponde a um abaixamento das vendas em banca."*⁹⁸

*"...no período anterior à queda da censura a venda de MOVIMENTO havia caído para cinco mil jornais em banca; depois subiu a um patamar de 16 mil jornais."*⁹⁹

Além dos dados demonstrados pelas estatísticas de M, outro fato digno de nota, refere-se à própria concepção implícita na consideração de uma relação diretamente proporcional entre o fim da censura e o término do semanário. Conforme já foi citado, não se entende, juntamente com Raimundo R. Pereira, que a imprensa alternativa ocupe um espaço deixado pela grande imprensa em momento que esta demonstre um desvio de sua rota "natural". Em outras palavras, quando forçada pela censura prévia, deixa de tratar de determinados assuntos. Compreende-se que a grande imprensa pela sua estrutura, concepção e interesses, aliados a pressões econômicas de seus anunciantes, não se preocupa (mesmo em momentos de liberdade de expressão) em veicular determinadas temáticas, por exemplo, a crítica ao modelo econômico concentrador da renda e de abertura ao capital externo, ou mesmo, as dificuldades de condições de vida das camadas populares, alvos constantes das matérias de M. Portanto, não se justifica dizer que, com o término da censura prévia a grande imprensa ocupe o lugar da alternativa, uma vez que agora está liberada. Para corroborar esta hipótese, há o fato de que, de modo geral, a censura na grande imprensa deixou de existir bem antes do que sobre os órgãos da imprensa alternativa, nos quais, inclusive, atuou com muito mais violência.

Uma vez esclarecido este ponto, acredita-se serem outros motivos que explicam o término de M em particular e o da imprensa alternativa, de modo geral. Prendem-se a dois fatores: o próprio momento histórico vivenciado, ao lado dos objetivos do grupo representado no poder do Estado e a situação interna do periódico (concebido como um órgão de "frente progressista") com as decorrentes dificuldades de manutenção de correntes divergentes face a um projeto político definido.

A partir de 1974, tem início, com o governo Geisel, a longa fase de transição para a democracia, concebida como uma "abertura lenta, gradual e segura". No que se refere à questão da liberdade de imprensa, embora nas suas proclamadas intenções, o novo presidente desejasse acabar imediatamente com a censura tal não ocorre e, sua extinção, do mesmo modo, como o processo de distensão política, foi paulatina.

Celina Rabello Duarte, em seu artigo "Imprensa e Redemocratização no Brasil"¹⁰⁰ e Alfred C. Stepan¹⁰¹, mostram que o próprio governo utilizou a liberação gradual de certos setores da imprensa, como armas de reaproximação de elementos da sociedade civil. O governo teve o cuidado de manter contatos (até anteriores à posse de Geisel) com donos de grandes empresas jornalísticas, o que, mais tarde, faz também com a Igreja Católica, num esforço de reconstrução de laços entre o Estado/poder católico/empresários, rompidos quando do recrudescimento da repressão política do regime, conforme já foi citado. Deste modo, lentamente e, como forma de reconquistar a confiança perdida da sociedade civil, conferindo credibilidade ao projeto de transição democrática, setores da imprensa escrita vão tendo devolvida sua liberdade de expressão.

Artigo censurado de M (já citado), apresenta declaração do general Golbery do Couto e Silva, elucidativa desta questão aqui reproduzida na íntegra de outra fonte:

*"Tirando-se a censura do O ESTADO DE S.PAULO, não vai emergir um jornal de esquerda nem hostil ao regime. Sairá o jornal conservador que ele é. Mais conservador que eu. Hoje, no lugar dos textos censurados, o ESTADO publica versos de Camões e os leitores pensam que lá havia uma importante denúncia. Nem sempre há."*¹⁰²

Assim, de um lado tem-se a retirada da censura a importantes órgãos de divulgação o que reconcilia o governo com parcela significativa da sociedade civil e, de outro, há a certeza, por parte do Estado, de que essa atitude acabará por não apresentar perigo ao regime.

Deste modo, a censura que atingiu OESP foi circunstancial, presa a um momento histórico específico, de excepcionalidade dentro de um regime de exceção (*latu sensu*, o período que vai da edição do AI-5 até o começo do governo Geisel e o encaminhar do processo de abertura). A punição a OESP, atingiu basicamente essa crítica à excepcionalidade, na medida em que o grupo representado pelos proprietários do jornal, concordava e defendia o modelo de desenvolvimento econômico e social adotado pelo regime pós-64.

Já no caso de M, não foi a crítica à exceção do Estado autoritário que foi vetada, mas sim, sua regra, seu

⁹⁸ M, SP, 154, 12jun1978. p. 14.

⁹⁹ M, SP, 334, 23nov1981. p. 18.

¹⁰⁰ op. cit. p. 181 - 184

¹⁰¹ op. cit. Cap. III.

¹⁰² DUARTE, Celina Rabello. op. cit. p. 183.

caráter mais profundo. A censura prévia a M atingiu a um só tempo, os pilares do regime e os do próprio periódico. É o projeto político montado pelo Estado autoritário brasileiro pós-64, que está em questão nas críticas de M, independentemente de uma maior ou menor repressão política. A censura que o abrange ultrapassa as meras dimensões das cisões entre os militares e as querelas palacianas para ver qual ala ("Sorbone" X "linha-dura") detém o controle do poder. Compreende-se, portanto que, esteve nos projetos do regime militar, mesmo durante o processo de abertura destruir essa parcela da imprensa (alternativa) que, essa sim, representava um perigo para seu projeto de continuidade.

Entretanto, após o término da censura (junho/78), como o governo prosseguiria no ataque de morte a esses periódicos?

Alguns instrumentos foram utilizados. No caso de M, a continuidade das pressões, surge através da abertura de um inquérito contra seu diretor-responsável Antônio Carlos Ferreira, que, no final de 78 foi ameaçado com pena de dois a seis anos pela cobertura a uma série de reportagens sobre corrupção governamental, intituladas "Geisel num Mar de Lama". A penalidade sobre o jornalista somente foi levantada, após o processo de anistia em 1979.

Outro fato foi a série de explosões de bombas em bancas de jornais, em 1980. As detonações atingiam, particularmente, as que vendiam jornais alternativos. Estas, temerosas, passam a recusar a distribuição, vindo a se constituir no estrangulamento financeiro desses órgãos de divulgação dependentes das vendas e não de anunciantes, para compor suas receitas. M assim se posiciona a respeito:

*"Em meados de 80, os jornais oposicionistas são duramente golpeados pelos setores fascistas aberturistas, atingindo de maneira mais profunda jornais que, como MOVIMENTO, dependem essencialmente da venda em bancas. Os números são claros para MOVIMENTO, que antes dos atentados vendia mais de nove mil jornais e passa a vender menos de quatro mil no período posterior. Foi o começo de uma crise definitiva."*¹⁰³

É significativo notar que, no mesmo período, a TRIBUNA DA IMPRENSA sofreu um atentado à bomba que destruiu quase todas suas instalações. A TRIBUNA, ao lado de M e de O SÃO PAULO, foram os últimos periódicos a terem levantada a censura prévia, em junho/78.

Os inquéritos abertos para averiguar esses atos de violência não, foram adiante; embora fosse de domínio público o fato de terem sido perpetrados pelos chamados "bolsões radicais", identificados com a "linha-dura" militar. Isto quer dizer que o grupo da "Sorbonne" controlador do processo de abertura política, não teve muito interesse no desvendamento desses casos que, até hoje continuam à espera de uma eficiente apuração.

Ainda outra questão se coloca no sentido de pensar os objetivos mais amplos do Estado autoritário neste momento. Acompanhando-se a fala do general Golbery do Couto e Silva, é possível realizar uma transferência de raciocínio:

"A estratégia recomendaria - como requeria, aliás, também a própria intenção democratizante - pronta desarticulação do sistema oposicionista, propiciando-se o surgimento de múltiplas frentes distintas em relação às quais voltasse a ser possível levar a cabo novo tipo, mais ampliado, da mesma manobra em posição central que fora penhor do êxito alcançado na fase anterior.

*A heterogeneidade inata da oposição facilitaria alcançar-se tal objetivo, nem por isso menos essencial também ao progresso da própria causa democratizante e liberalizadora, tão insistentemente patrocinada pelos setores mais articulados das elites nacionais, de longa data abeberadas nos velhos ideais individualistas e liberais. Em termos políticos, estaria aí, à disposição, a tese vigorosa do pluripartidarismo, instituído afinal pelas reformas dos fins de 1979."*¹⁰⁴

As palavras do general explicitam a intenção do governo, quando da substituição do sistema bipartidário pelo pluripartidarismo: a de destruir a frente oposicionista amparada na sigla do MDB. Confiando na heterogeneidade inata da oposição, a abertura partidária propicia diversos e, o governo esperava, fracos partidos. Reeditava-se assim, a velha máxima "dividir para reinar".

O mesmo pluripartidarismo que possibilitou a fragmentação da frente oposicionista representada pelo MDB, em diversos partidos, torna viável o aparecimento de jornais de tendências; antes abrigados dentro de uma imprensa alternativa que se caracterizava, como uma "frente progressista" como M. O próprio periódico sente esta questão, como uma problemática a mais adicionando outra dificuldade:

"A 'abertura' permitiria também que os jornais de tendência surgissem: HORA DO POVO, VOZ DA UNIDADE, TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA vêm se somar às outras vozes já existentes da oposição. Passam a lutar bravamente para divulgar e defender seus programas, bandeiras e visão

¹⁰³ M. SP. 334, 23nov1981. p. 18.

¹⁰⁴ SILVA, Golbery do Couto e. op. cit. p. 28. Este trecho faz parte da conferência proferida pelo general na ESG em 1980, sob o título *Conjuntura Política Nacional - o Poder Executivo*. Neste momento da conferência, o autor está justificando a opção, dentro do projeto de abertura política do País, pelo pluripartidarismo que veio, em 1979, substituir o sistema bipartidário (ARENA e MDB) instituído em 1965, pelo Ato Institucional número 2.

das inúmeras questões, contribuindo para o fortalecimento da luta popular e democrática.

O esforço despendido pelas diversas correntes para construir seus jornais coloca inevitavelmente em debate o futuro da 'imprensa alternativa' tal como existia antes de 78.

Surge a necessidade de se levar adiante uma dupla tarefa: fortalecer as publicações de tendências para que estas possam defender seus programas e pontos de vista, e ao mesmo tempo aglutinar forças em torno de um programa oposicionista amplo, popular e democrático, de forma a levar muita informação a muitos, onde caibam muitos pontos de vista sobre grande número de questões."¹⁰⁵

A emergência do pluripartidarismo e a definição de bandeiras de luta mais nítidas que espelhassem um projeto de contornos mais claros para a continuidade do País, distancia, neste momento grupos que antes se abrigavam todos sob a mesma "frente" numa luta genérica que a todos unificava, contra o Estado autoritário brasileiro pós-64. O desdobramento do processo de abertura vem, entretanto, trazer à tona a diversidade de projetos escondidos outrora sob a mesma capa abrangente.

Para M, esta questão aparece nas dificuldades de convivência com o almejado projeto de democratização interna na redação. Avolumam-se os "rachas", frutos de diferentes concepções quanto ao encaminhamento do processo político brasileiro. Dois deles foram bastante significativos e são citados pelo periódico:

"Em 77, MOVIMENTO passou por uma crise advinda desta vez de divergências internas. Aglutinou-se um grupo de funcionários às vésperas da Convenção anual do jornal, levantando críticas à democracia interna de MOVIMENTO. A questão se acirrou, dividindo o jornal em dois campos, e uma proposta de mecanismos novos feita pela diretoria não foi capaz de evitar o 'racha'. Esta proposta tinha por pressuposto que a origem da crise era a intenção de seus críticos de alterar o programa do jornal, escamoteada sob a questão da democracia interna, e que mesmo a aprovação dos novos mecanismos não resolveria o impasse. Com a vitória da proposta da direção, um grande número de profissionais deixou o jornal, não aceitando a decisão da Convenção. Esses profissionais criariam posteriormente os jornais AMANHÃ (de curta duração) e EM TEMPO."¹⁰⁶

É importante esclarecer que, em entrevista com Raimundo R. Pereira, foi citado o fato de que o elemento deflagrador desta crise localizou-se no lançamento da Campanha por uma Assembléia Nacional Constituinte com a qual esses grupos (trotskistas) não concordaram.

"Mas, novamente o jornal teria que passar por uma crise interna e um 'racha', após a publicação de vários documentos sobre a guerrilha do Araguaia, o que algumas pessoas dentro do jornal julgaram incorreto. A direção do jornal alegou que os documentos eram do conhecimento da polícia e era um absurdo que o povo brasileiro não pudesse também ter acesso a informações sobre um movimento tão importante quanto a guerrilha. O grupo dissidente não concorda, alegando que os documentos eram assunto particular, e sai do jornal."¹⁰⁷

É significativo notar que no primeiro caso (o 'racha' ocorrido em 77), o pivô foi o PC do B que, naquele momento, puxava a campanha pela Assembléia Nacional Constituinte, ao lado de outras forças dentro do semanário. A discussão que envolveu a problemática da democracia interna, implicava na acusação dos grupos descontentes com o que consideravam, como o predomínio dessa tendência nas decisões de M. Já, mais tarde, neste segundo 'racha' o grupo que sai do periódico e não mencionado no texto é o próprio PC do B, que funda a TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA.

Além disso, na ocasião do fechamento de M, a discussão também não é fruto de um consenso e, segundo o próprio documento do semanário, havia naquele momento posições diversificadas:

"Num debate muitas vezes áspero, onde as tensões da discussão se somavam à tensão gerada pela crise, estavam em pauta basicamente duas opiniões, embora houvesse outras: uma que defendia a manutenção do atual programa do jornal, bastante amplo; e outra que defendia um estreitamento desse programa, que deveria ser apenas anti-imperialista, antimonopolista e antilatifundiário."¹⁰⁸

Atrás desta discussão, encontrava-se da parte da segunda posição apontada, a intenção de afastar do periódico os setores liberais burgueses, vistos como conciliadores.

Como se pode observar, muitas e variadas foram as cisões internas a M. Porém, além da discussão sobre o alcance efetivo que obteve a democracia interna no semanário; interessa posicionar o fato de que, o projeto de abertura política e, dentro dele, o pluripartidarismo, tornam a imprensa alternativa de "frente", tal como a frente oposicionista do MDB, como irremediavelmente datados. Apontam para a necessidade, naquele momento, da constituição de alternativas partidárias que, entretanto, sempre se mantiveram num patamar de público e de interesse despertado, muitas vezes inferior ao que chegou representar a imprensa alternativa dentro de sua fase áurea. O debate aí está para ser repensado face às transformações recentes da sociedade brasileira.

¹⁰⁵ M, SP, 334, 23nov1981. p. 18.

¹⁰⁶ Idem. Ibidem.

¹⁰⁷ Idem. Ibidem.

¹⁰⁸ Idem. p. 18-19.

3. Relações entre o Estado autoritário, a censura e a imprensa escrita

Por intermédio da pesquisa ao material censurado, oriundo da censura prévia que vetou diretamente o texto produzido, acredita-se ser possível esclarecer alguns pontos:

- as formas de atuação do Estado autoritário brasileiro pós-64, encarado não sob uma perspectiva de homogeneidade, mas sob a ótica da diversificação. Seu caráter não monolítico encontra-se presente na ação diferenciada de um de seus instrumentais repressivos: a censura prévia, ao longo de momentos distintos e agindo sobre órgãos de divulgação de orientação específica;
- o caráter de censura prévia à imprensa escrita, vista como, fundamentalmente, multifacetada e não-aleatória. Como expressão de uma prática vivenciada por censores e jornalistas, os vetos sofrem e refletem a multiplicidade de ângulos sob os quais o Estado autoritário e a imprensa escrita se manifestam no período;
- a grande imprensa representada por OESP e a alternativa por M possuem concepções diversas acerca do papel da imprensa e da relação informação X público-leitor. Estas opiniões diferenciadas expressam-se no material produzido, vetado e preservado, relativamente aos respectivos períodos de vivência da censura prévia.

A explicitação destes aspectos e o esclarecimento de suas inter-relações, é do que se trata, neste momento.

3.1. Histórico da censura política à imprensa escrita: de sua instauração (1968) à sua extinção (1978)

A atitude de ingerência governamental nos órgãos de divulgação sempre foi mais ou menos institucionalizada no Brasil¹.

Entretanto, entende-se que, na história republicana do País, somente em dois momentos a ação da censura política pôde ser considerada como contínua, exercendo-se constantemente durante determinado período: a referência é ao primeiro governo Vargas, particularmente no Estado Novo² e ao regime militar instaurado após 1964.

Embora seja de conhecimento público que ações repressivas, tenham sido cometidas pelo governo contra a imprensa e contra jornalistas entre 1964 e 1968, com o caso de Hélio Fernandes que teve seus direitos políticos cassados durante dez anos e, por críticas ao ex-presidente Castelo Branco, quando de sua morte em 1967, foi aprisionado na Ilha de Fernando de Noronha³, o marco de uma censura política que lentamente será institucionalizada se estabelece a partir de 13 de dezembro de 1968, data da edição do AI-5.

O AI-5 foi editado pelo presidente Costa e Silva, em meio ao ruidoso caso do deputado Márcio Moreira Alves, ao qual referências já foram feitas. O citado deputado, por época do 7 de setembro de 1968, fez um discurso na Câmara em que instava a população a boicotar a parada militar comemorativa à data da Independência e sugeria às mulheres brasileiras que não namorassem militares envolvidos na repressão. O

¹ Millôr Fernandes em depoimento já citado, no Seminário de Imprensa Alternativa e Cultura de Resistência patrocinado pelo RIOARTE assim se manifesta quanto à censura política no Brasil:

"O único governo com que não tive problemas de censura foi o governo do General Dutra (...). Olha, eu fui censurado por Juscelino Kubitschek. Quer dizer, curioso porque ele é o governo mais liberal do País e proibiu duas pessoas de irem à televisão, o Hélio Fernandes e o Carlos Lacerda." (op. cit. p. 26-27)

Ainda sobre a questão da costumeira ação da censura política em diferentes momentos de nossa história ver: JORGE, Fernando. *Cale a boca, Jornalista!* SP, Vozes, 1987 e WAINER, Samuel. *Minha razão de viver - memórias de um repórter*. 4ª ed., RJ, Record, 1987.

² Maria Helena Capelato, em sua tese de doutoramento, apresentada à FFLCH/USP, em 1986, sob o título *Os intérpretes das Luzes. Liberalismo e Imprensa Paulista: 1920-1945*, discute a censura política à imprensa paulista durante o Estado Novo. Parte dessa tese encontra-se publicada, sendo imprescindível sua consulta para o conhecimento, não só do procedimento do governo em relação à imprensa escrita, bem como das ingerências da imprensa paulista na órbita governamental entre 1920 e 1945. Ver: CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do Liberalismo - Imprensa Paulista 1920 - 1945*. SP, Brasiliense, 1989.

³ Ao estabelecer uma cronologia para a censura política no Brasil após 1964, Joan R. Dassin afirma que, apesar da alegada liberdade de imprensa vivenciada nos governos Castelo Branco e Costa e Silva, muitos jornalistas e editores foram presos nesse período. Além do caso de Hélio Fernandes, ela assinala que, *"Also in the 1964-68, many leftist and pro-Goulart newspaper were invaded and destroyed, for example, the small tabloids POLÍTICA and FOLHA DA SEMANA. Nor were established newspaper exempt. Across the country, editorial offices of the newspaper chain that employed the most journalists in the country ÚLTIMA HORA, were literally devastated. A police invasion damaged CORREIO DA MANHÃ, Rio's venerable hundred-year-old daily."* (DASSIN, Joan R. "Press Censorship and the Military State in Brazil" op. cit. p. 162).

discurso não teve grande repercussão na imprensa, entretanto, acabou por servir aos setores interessados num endurecimento maior do regime para exercer pressões sobre o presidente, no sentido de que tomasse medidas mais drásticas, pois, consideravam esta atitude um grave ultraje às Forças Armadas. Foi requerido por ministros militares junto ao Supremo Tribunal Federal, o julgamento do deputado por ofensa às Forças Armadas brasileiras. O requerimento, como rezava a legislação, foi encaminhado ao Congresso Nacional que poderia aceitar a sugestão e levantar a imunidade parlamentar de Márcio Moreira Alves, para que este pudesse ser processado. Ou então, o Congresso por votação, rejeitaria o referido pedido, impedindo qualquer forma de punição ao parlamentar. Em rumorosa sessão e, por maioria esmagadora (já citada), o Congresso optou pela negação da solicitação de punição. A vitória e a recuperação da dignidade do Poder Legislativo, rapidamente, se transformaram em derrota quando, menos de 24 horas após a votação, o Executivo publica o AI-5; concentrando e conferindo excepcionalidade maior ao presidente; limitando ou extinguindo as liberdades democráticas e suspendendo garantias constitucionais. Ao contrário dos Atos Institucionais anteriores, não havia prazo estipulado para sua vigência. O Congresso Nacional foi fechado por tempo indeterminado⁴.

A edição do AI-5 representa para o regime inaugurado em 1964 uma guinada de posição. A partir desse momento, com o endurecimento político propugnado pelo Ato, torna-se claro que as rédeas da condução do País, no âmbito militar, haviam mudado definitivamente de posição. Deixando de lado, as oscilações presentes nos governos de Castelo Branco e Costa e Silva entre as alas militares da "Sorbonne" e da "linha-dura", o comando agora passava para estes últimos. No setor das comunicações e, na imprensa escrita em particular, as mudanças não demoraram a se fazer sentir.

Na realidade, antes mesmo da edição do AI-5, o jornal carioca TRIBUNA DA IMPRENSA havia recebido diversas visitas de um oficial militar, Coronel Carlos Pinto que, em seis encontros com o proprietário, Hélio Fernandes, acabou por conseguir instaurar a censura prévia, a partir de 23 de outubro de 1968⁵.

Na data da edição do Ato, OESP preparou o editorial (já referido) "Instituições em fragalhos" que acaba sendo responsável por sua apreensão e pela do JORNAL DA TARDE.

O caso do JORNAL DO BRASIL também é elucidativo do marco que representa na história da censura, o AI-5. Logo após sua edição, recebe a visita de dois oficiais do Exército para vistoriar a publicação do dia subsequente (14 de dezembro de 1968). O material a ser publicado foi entregue aos censores para exame e devolvido para publicação. Segundo depoimento de Carlos Lemos⁶, a única coisa não entregue, foi uma pequena nota a ser colocada no topo da primeira página, ao lado direito do título, com a seguinte afirmação: "Ontem, foi o dia dos Cegos". Carlos Lemos argumentou que tivera essa idéia para estabelecer uma simbolização com a edição do AI-5, na medida em que 13 de dezembro é o dia de Santa Luzia, a Padroeira dos Cegos. Além deste fato, os oficiais censores não se aperceberam de duas coisas que trouxeram grande repercussão:

- no alto, ao lado esquerdo do título, Alberto Dines (editor-chefe na época) tivera a idéia de comentar o tempo nos seguintes termos: "*Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país (sic) está sendo varrido por fortes ventos. Máx.: 38°, em Brasília. Mín.: 5°, nas Laranjeiras.*" A metáfora era óbvia. A referência aos 38° e 5° dizia respeito a uma identificação com os dois centros em que se situou o Executivo na República (Palácio do Catete – Laranjeiras e Palácio do Planalto - Brasília). Os números representavam o AI-5 e o Ato Complementar número 38, publicado na mesma data (13 de dezembro) e que decretava o recesso do Congresso Nacional;

- na página reservada ao editorial do jornal, bem no centro dos comentários políticos, uma foto quase de página inteira, mostrava um homem muito alto e forte (Anton Geesink, campeão mundial de judô), lutando e massacrando um homem de estatura bem reduzida. Outro exemplo de simbologia deixado para o público leitor.

Como os censores não notaram a sutileza das mensagens, foram repreendidos, retornaram ao jornal muito bravos e, no dia seguinte, substituídos por outros que segundo entrevista de Carlos Lemos; tinham mais experiência e não eram facilmente enganados. Os oficiais censores de Exército permaneceram no jornal

⁴ Uma análise acurada do AI-5 pode ser encontrada em ALVES, Maria Helena Moreira. op. cit. cap. V. Uma descrição fascinante e documentada da atmosfera desse período que antecedeu ao Ato está em VENTURA, Zuenir. 1968: O ano que não terminou. RJ, Nova Fronteira, 1988.

⁵ Esta data consta do depoimento de Hélio Fernandes, concedido a Paulo Marconi e que pode ser consultado em sua obra que já foi citada às páginas 167-169. A história da censura prévia na TRIBUNA DA IMPRENSA foi contada pelo próprio Hélio Fernandes em 79 artigos publicados logo após o término da censura em junho de 1978 e, sempre precedidos do subtítulo "10 anos de censura". Na seqüência a esses artigos existem outros dois que, entretanto, não recebem o subtítulo supracitado, mas que apresentam uma continuidade em relação aos demais. A coleção desses 81 artigos se sucede entre 15 de junho e 29 de setembro de 1978. Nos primeiros artigos o autor relata os seis encontros que manteve com o coronel Carlos Pinto, sua pressão, e, finalmente, sem saída, a rendição; na aceitação da censura prévia, na redação. A data de início da censura prévia, entretanto, nos referidos artigos, não aparece nomeada. Este material contém um pouco da história do regime militar e muito sobre a censura à imprensa escrita.

⁶ Atualmente trabalha na Agência Globo (RJ). Na época era chefe de redação do JORNAL DO BRASIL. O depoimento referido foi concedido na sede de O GLOBO em 2 de março de 1990.

durante aproximadamente um mês, até janeiro de 1969⁷.

Estes exemplos comprovam que o AI-5 é um marco divisório na história da censura neste País. A partir de 13 de dezembro de 1968, a censura à imprensa escrita viveu períodos de maior ou menor intensidade e variou seu modo de atuação de acordo com o periódico sobre o qual atuou, de forma relacionada à extensão de suas denúncias, bem como à intensidade de sua resistência.

Uma vez estabelecido este marco e antes de se passar à concepção cronológica que esta pesquisa adotou relativamente à censura previa à imprensa escrita no Brasil, é necessário que se afirmem alguns aspectos. Em primeiro lugar, acredita-se que a censura prévia possui uma ligação umbilical com o Estado autoritário brasileiro pós-64; na medida em que é um de seus instrumentais repressivos. Em segundo lugar, embora tenha sido utilizada sempre a mesma terminologia para se referir ao regime militar, é preciso esclarecer qual a concepção de Estado adotada. Em terceiro lugar, entende-se que alterações processadas na censura prévia, relacionam-se diretamente com mudanças de orientação nos círculos do poder.

Por referência, ao regime político instalado no Brasil após o movimento de 1964, utilizou-se sempre a terminologia de Estado autoritário. Autores consultados, escrevendo sobre o mesmo momento histórico possuem posturas diferenciadas em relação a esta conceituação.

Alfred C. Stepan, em sua obra, **Os militares: da abertura à nova república**, já citada, aceita para o período de 1964 a 1974, a conceituação de Guillermo O'Donnell que estuda regimes políticos da América do Sul, chamando-os de "burocrático-autoritários". Alfred Stepan adota, também, uma denominação específica para o Brasil: regime autoritário "excludente" (op.cit. p.18), trabalhando a partir de diferentes perspectivas teóricas, os estudos de Antônio Gramsci e Max Weber acerca do Estado moderno autoritário.

Num trabalho em que procura analisar as relações conflituosas entre o Estado e a oposição no período de 1964 a 1984, Maria Helena Moreira Alves, cuja obra (**Estado e oposição no Brasil: 1964-1984**) já foi referida, utiliza a expressão "Estado de Segurança Nacional", na medida em que acredita que o caráter definidor deste Estado, criado após 1964 é a Doutrina de Segurança Nacional e suas conexões com o binômio básico: manutenção da segurança (interna) aliada ao desenvolvimento econômico (concentrador da renda e da propriedade, aberto ao capital externo).

Gláucio Ary Dillon Soares, em trabalho sobre o tema da censura política da imprensa escrita no Brasil, já situado, (a censura durante o regime autoritário), embora utilize no título de seu artigo a expressão "regime autoritário", no interior do texto, a ele se refere intitulando-o de "ditadura".

Apesar desses autores não situarem para conceituar o Estado brasileiro a expressão "totalitário", na preocupação de definir seus limites, optou-se também por considerar essa possibilidade.

Inicialmente, é preciso que se caracterize dentro do regime militar pós-64, a ausência do traço democrático que não se apresenta nem no sentido dado pelos "antigos" (democracia direta), nem no utilizado pelos "modernos" (democracia representativa).⁸

Trabalhando com modelos diversos de democracia liberal (adotando Schumpeter e Mcpherson), Marilena Chauí coloca que a "peculiaridade liberal está em tomar a democracia estritamente com um sistema político que repousa sobre os postulados institucionais que se seguem, tidos, então como condições sociais da democracia"⁹ Após definir demoradamente estes critérios, a autora conclui:

*"Ora, esse conjunto de critérios políticos e sociais configura a democracia como uma forma de vida social (cidadania, direito, eleições, partidos e associações, circulação das informações, divisão de grupos majoritários e minoritários, diversidade de reivindicações, etc.) que se manifesta apenas no processo eleitoral, na mobilidade do poder e, sobretudo, em seu caráter representativo."*¹⁰

Contrapondo-se a esta visão liberal da democracia, mas ainda no âmbito de sua análise dentro do campo político-institucional, Marilena Chauí, afirma que as condições sociais para a existência da democracia implicam na superação da divisão social do trabalho "*como divisão das classes para e pela exploração social da mais-valia, exploração que não é realizada pelo Estado, mas através do Estado.*"¹¹

Saindo do campo político-institucional da análise democrática, e passando a seu estudo, enquanto questão histórica, Marilena Chauí afirma que a sociedade democrática é histórica, concebendo a sociedade histórica como aquela que se "*efetua como tempo (grifo da autora), isto é, uma sociedade que não pode cessar de se*

⁷ Estas afirmações podem ser corroboradas pela leitura do depoimento de Alberto Dines, publicado em MARCONI, Paolo. op. cit. p. 181-187.

⁸ Estas expressões, "democracia dos antigos e dos modernos" foram tomadas de empréstimo à Norberto Bobbio (*Liberalismo e democracia*. op.cit. cap.6)

⁹ CHAUI, Marilena de Souza. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 4ª ed., SP, Cortez, 1989. p.140.

¹⁰ Idem. p. 141.

¹¹ Idem. p. 148.

reinstituír porque para ela sua gênese e sua forma são uma questão incessantemente colocadas."¹²

Explicitando melhor a sua concepção, a autora afirma em relação ao que é uma sociedade histórica, e conseqüentemente, democrática:

*"Há história quando há relação com o que é Outro. Nas sociedades históricas há alteridade entre classes, entre sociedade civil e poder político, entre poder e Estado, entre o atual e o possível, entre saber e ideologia, entre pensar e agir."*¹³

O que importa colocar aqui é que, dentro da variedade de conceituações usadas para definir a abrangência de uma sociedade democrática, o regime político instaurado no Brasil pós-64 não se enquadra em nenhuma delas. O trabalho com um de seus instrumentais repressivos, no caso a censura prévia à imprensa escrita, mostrou que durante todo o tempo, foram utilizados mecanismos para impedir a participação e a representação dos cidadãos a nível institucional. Acentuou-se a divisão social do trabalho através da acelerada concentração da renda e do privilégio concedido aos grandes grupos nacionais e estrangeiros. Buscou-se mascarar a alteridade social criando uma imagem de sociedade harmônica, ausente de conflitos.

Tomando-se de empréstimo a terminologia utilizada por René Armand Dreifuss, já referida, reconhecendo no golpe de 1964 a ação de grupo "nacionais e associados", nos quais situa interesses de uma classe, é necessário fazer uma distinção. Acredita-se que os grupos participantes do "golpe de classe" (grande capital nacional associado a interesses multinacionais e à oficialidade das Forças Armadas, organizadas em torno de ESG e da Doutrina de Segurança Nacional), momentaneamente coesos, por ocasião do golpe, sofrem adulterações de sua composição. Grupos da sociedade civil como representantes do capital nacional, acabarão no percurso dos governos militares, por ao menos temporariamente, retirarem-se desse conglomerado, bem como os militares, inicialmente unidos, viverão uma longa e complexa cisão.

Fica-se face à impossibilidade de conceber o regime político pos-64 como ditatorial, tendo em vista o confronto entre sua conceituação e a prática vivenciada.

Concebendo-se a ditadura na acepção a ela dada pelos romanos, como um momento de excepcionalidade frente a uma crise em que se tornava inviável a continuidade da vigência das instituições com seus mecanismos de participação dos cidadãos; observa-se que o apelo ditatorial, embora conferisse poderes excepcionais ao governante era rigorosamente datado.

Podê-se dizer que, num primeiro momento, a se compreender as intenções dos envolvidos no golpe de 64 - como OESP - e alguns dos articuladores da futura Frente Ampla e, mesmo, nos militares mais diretamente vinculados à ESG, os chamados pertencentes ao grupo da "Sorbonne" que, *latu sensu*, se enquadram dentro dos moldes do Liberalismo lockeano - seus objetivos eram uma interrupção temporal da institucionalidade, para depois, contornada a "crise" retomar a normalidade democrática. Os limites dessa temporalidade eram fixados até o encerramento do Governo de João Goulart, previsto para terminar em 1965. Então, na concepção deste grupo, seriam recolocadas as regras de alternância do poder com o restabelecimento do jogo eleitoral. Fica claro que, dentro dos limites destas intenções, a normalidade seria interrompida pela excepcionalidade devido a um circunstancial de crise incontornável com uma temporalidade rigidamente fixada. *Comme il faut*, aqui se vê reproduzido o modelo ditatorial tal como concebido entre os antigos romanos.

Entretanto, o desenrolar da trama historicamente tecida vem demonstrar divergências onde antes só havia coesão, e continuidade onde se previa ruptura. A emergência de cisões entre os grupos (tanto entre militares quanto civis), relativamente à forma pela qual prosseguiria o processo histórico brasileiro, coloca a continuidade da excepcionalidade e, mesmo um recrudescimento da mesma após o governo Castelo Branco e durante o de Costa e Silva com a edição do AI-5. Os militares caracterizados como pertencentes ao grupo da "linha-dura" e os civis que não se afastam dos círculos do poder, dentro de uma concepção teórica que, por oposição ao Liberalismo lockeano pode ser delineada como de matriz conservadora, promovem a continuidade e o recrudescimento da exceção, através da aceleração da concentração no Executivo e do incremento da interferência estatal, elementos distintos de quaisquer conotações liberais.¹⁴

Uma vez feitas estas considerações, é necessário que se esclareça que, no regime político instalado no Brasil após 1964, não se reconhecem características básicas, como as estudadas por Hannah Arendt em relação ao totalitarismo, em sua obra (*O sistema totalitário*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1978), particularmente em sua terceira e última parte ("Totalitarismo"). Para a autora, ao analisar os fenômenos totalitários que reconhece no Nazismo hitleriano e no Stalinismo, neles está presente a estratégia de domínio total, ou seja,

¹² Idem. p. 155.

¹³ Idem. p. 162.

¹⁴ Utiliza-se o termo conservador para se fixar uma diferenciação com o liberal, embora esteja clara a interpenetração entre os termos e a existência de variadas matizes em ambos. Aqui a diferenciação que, basicamente separa o grupo da "Sorbonne" do da "linha-dura" diz respeito à concepção da abrangência do Estado. Para um desses grupos ("Sorbonne" - aqui identificado com uma matriz ideológica mais nitidamente liberal), o Estado deve ter limites claros de intervenção; enquanto que para o outro ("linha-dura" - aqui identificado com uma matriz ideológica mais nitidamente conservadora), o Estado é plenamente plenipotenciário, interferindo em todos níveis do corpo social.

o controle absoluto sobre a população que se estende até a dominação sobre outros povos. Nessa estratégia não há possibilidade de margem de manobra ou de oposição, ao lado do exercício de fascinação e domínio do chefe sobre as massas. Pode-se dizer que intencionalmente identificam-se algumas destas características (tentativa de obtenção de um consenso por intermédio da propaganda com a criação de uma imagem de um chefe identificado com as massas, particularmente no governo Médici através da estratégia de difusão da vitória no futebol - o "esporte do povo"; ao lado do exercício da hegemonia sobre os países latino-americanos), nos governos militares brasileiros. Entretanto, a prática vivenciada veio burlar estas intenções, dentre as quais se destaca a resistência da imprensa à estratégia de dominação imposta pela vigência da censura prévia. No Estado autoritário brasileiro pós-64 pode ser identificada a dura política reservada aos que a ele se opõem, porém, não se chegou ao extermínio físico de largas camadas da população e à confusão estabelecida pelos regimes totalitários que, segundo a análise de Hannah Arendt, na sua progressão determinaram o terror a toda a população, opositora ou não. No que se refere à questão partidária, ainda segundo a autora, o totalitarismo não admite a existência legal de partidos que a ele se opõem o que, guardadas as devidas proporções, ocorreu no Brasil, quando, em 1965, o Ato Institucional número 2 extinguiu partidos, anteriormente existentes, criando o sistema bipartidário que, com ressalvas, abria uma brecha para uma oposição consentida, na forma do MDB.

Hannah Arendt em *Entre o Passado e o Futuro* (SP, Perspectiva, 1972. cap.3), manifesta suas preocupações frente a uma crise de autoridade em nosso século que teria levado ao seu desaparecimento. Segundo a autora, essa crise, essencialmente política, acentuou-se com o estabelecimento de formas totalitárias de governo que destruíram a autoridade na sua conceituação tradicional. Ela se refere à autoridade que fora válida em todo o mundo ocidental e que exclui a utilização de meios externos de coerção, ou seja, do uso da força que, em si mesma, é a negação dessa concepção do termo. A autoridade nessa acepção, cuja origem é grega, baseia-se numa relação hierárquica – não igualitária ou de força – entre o que manda e o que obedece, cujo direito e legitimidade ambos reconhecem.

O que se chama comumente de autoridade, com recurso à força, a autora interpreta como sua negação. Compreende-se, assim, que a atual concepção de autoridade pelo que manda em relação ao que obedece, perdendo-se o reconhecimento da legitimidade e do direito hierárquico pelo uso da violência, navega na direção da exacerbação de seu uso, portanto do autoritarismo. Neste sentido, se concebe o Estado autoritário, na acepção da Filosofia Política grega e da tradição romana, ausente de autoridade, mas tendo presentes a força externa de coerção dos dominantes sobre os dominados.

Adotou-se o termo Estado autoritário por acreditar-se que amplia a concepção e melhor se adapta ao uso extrapolado da autoridade sobre a sociedade que se fez durante os governos posteriores ao golpe de 1964.

Outro esclarecimento se faz necessário neste momento: aqui, não se partilha de uma concepção de Estado como algo que paire acima das classes. Ele é concebido como fruto das contraditórias e conflitantes relações sociais estabelecidas entre as camadas da sociedade, o que é claramente demonstrado no exercício da prática vivenciada que se pôde detectar.

Assim, é importante fazer referência à análise que Marilena Chauí realiza relativamente a produção historiográfica brasileira dos anos 20 e 30. Segundo ela, todos os autores que escreveram sobre o período cometeram o erro de determinar o indeterminado, transportando para o ponto de partida do conhecimento (indeterminação), as conclusões e os resultados obtidos no ponto de chegada. Deste modo:

*"... a impressão deixada por grande parte dos textos é a de uma concepção demiúrgica da história do Brasil, as interpretações oscilando na escolha do demos ourgoi que ora é o Estado (e há um hegelianismo latente), ora é o empresariado (e a sombra de Schumpeter paira sobre a letra dos textos), ora deveria ter sido o proletariado (e a aura de Lênin refulge no esplendor do ocaso). Essa concepção demiúrgica permite determinar de antemão o indeterminado e faz com que a luta de classes, sempre presente nas análises dos melhores intérpretes (grifo da autora), não chegue a assumir a dimensão que lhe é própria, isto é a da efetuação das relações históricas."*¹⁵

Com a imagem da "concepção demiúrgica" a autora identifica alguns trabalhos nos quais o Estado é chamado a preencher um vazio que teria sido deixado pela ausência de participação das classes sociais. Deste modo, esse mesmo Estado, aparece como único sujeito histórico real, ocupando o lugar e destacando-se, autonomizando-se no que diz respeito às relações sociais que o engendram. Esta é a preocupação ao se trabalhar com o Estado autoritário brasileiro pós-64, como fruto de interesses de classes e engendrado por relações sociais concretas e conflituosas.

Agora, tratando-se da periodização relativamente à censura política do Estado autoritário brasileiro pós-64, tomando-se a totalidade do momento de sua ação, entre os anos de 1968 - utilizando-se como demarcação a

¹⁵ CHAUI, Marilena de Souza. "Apontamentos para uma crítica da ação integralista". In: - CHAUI, Marilena de Souza e FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. 2ªed., RJ, Paz e Terra: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1978. p. 29-30.

edição do AI-5 - e 1978 - o marco é o levantamento da censura prévia dos três últimos órgãos de divulgação sobre os quais ela ainda atuava TRIBUNA DA IMPRENSA, M e O SÃO PAULO -, pode-se dividir esse período em duas fases distintas e que, obviamente, relacionam-se com o circunstancial histórico vivenciado pelo País.

Num primeiro momento, entre 1968 e 1975, a censura assume um caráter amplo agindo indistintamente sobre todos os periódicos; sendo que pode ser percebida uma fase inicial (de 1968 a 1972) em que ela se estrutura do ponto de vista legal e profissional e em que seu procedimento se restringe aos telefonemas e bilhetes às redações.¹⁶

Numa segunda fase (de 1972 a 1975), vive-se uma radicalização de sua atuação com a institucionalização da censura prévia aos órgãos de divulgação que oferecem resistência.

Estabelecendo-se uma relação entre este momento censório e o circunstancial histórico vivenciado pelo País, pode ser observado que esse é o período em que o regime político recrudescer em termos repressivos, sendo que o controle do Executivo pertence aos militares identificados com a "linha-dura". O ano de 1972 representa a época de radicalização e instauração da censura prévia, coincide com a discussão da sucessão presidencial que levará à escolha do general Ernesto Geisel, oriundo da ala militar da "Sorbonne" e que terá uma grande dificuldade de aceitação por parte dos militares da "linha-dura". Estes, prosseguirão controlando altos cargos (por exemplo, o Comando do II Exército em São Paulo) durante algum tempo.

O Presidente Ernesto Geisel assume com a intenção alegada de conduzir um processo de distensão política, dentro do qual estava incluída a liberação da imprensa escrita em relação à atividade da censura. Entretanto, o ano de 1974, não trará mudanças significativas no quadro da censura, sendo que, em alguns casos, até se pode perceber uma elevação na quantidade das proibições aventadas.

Pode-se comprovar estes dados tomando-se três fontes diferenciadas:

- utilizando-se as ordens telefônicas ou os bilhetes escritos recebidos pelo JORNAL DO BRASIL e que constam do chamado "Livro Negro", observa-se que - levando-se em conta que essas ordens se localizam entre o período de 14 de setembro de 1972 e 19 de abril de 1974 - entre 1 de janeiro de 1973 e 19 de abril de 1973, o jornal recebeu 20 ordens, enquanto que para o mesmo período em 1974, o número de ordens se eleva para 39. Computando-se o período de 15 de março de 1973 a 19 de abril de 1973 - tomando-se por parâmetro o fato de que a posse de Geisel ocorre a 15 de março de 1974 - o JORNAL DO BRASIL recebeu 11 ordens, enquanto que para igual período no ano de 1974, foram 12 ordens;

- Paulo Marconi (op. cit. p. 225-303), utiliza arquivos de vários jornais de Salvador, da Rádio Jornal do Brasil do Rio e, em parte, da Rádio e TV Bandeirantes de São Paulo, além de Rádio e TV de Salvador, e consultas a arquivos de jornais do Rio (JORNAL DO BRASIL), São Paulo (FOLHA DE S. PAULO) e do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre.

Computando-se as proibições por ele assinaladas, entre 15 de março de 1973 e 31 de dezembro do mesmo ano, chega-se a um total de 143 ordens. Já para o período de 15 de março a 31 de dezembro de 1974, existem 130 ordens (mais uma vez tomando-se como marco a posse de Geisel a 15 de março de 1974);

- Considerando-se os dados colhidos na pesquisa com o material censurado de OESP e contabilizando os meses de abril a dezembro de 1973 (uma vez que o material disponível data de apenas 29 de março desse ano), chega-se ao total de 282 (duzentos e oitenta e duas) matérias vetadas no todo ou em parte. Já para o mesmo período do ano subsequente, o total atinge a espantosa cifra de 692 (seiscentos e noventa e duas) matérias censuradas no todo ou em parte.

Este fato constatado (a não diminuição sensível ou o aumento do rigor da censura, imediatamente, após a posse do presidente Ernesto Geisel) pode ser explicado pelas dificuldades encontradas pelos militares (linha "Sorbonne"), que se encontravam no comando direto do Executivo, em manter sob controle a ala da "linha-dura".

O processo de distensão política atinge a censura à imprensa escrita a partir de 1975, quando a 4 de janeiro os censores se retiram da redação de OESP, onde haviam permanecido por mais de dois anos ininterruptos.

Num segundo momento, entre 1975 e 1978, observa-se que a censura passa a ser mais restritiva e seletiva. Lentamente, vai se retirando dos órgãos da divulgação, bem como as ordens telefônicas e os bilhetes às redações diminuem de intensidade.

Quanto aos periódicos, somente para que se fique nos exemplos mais notórios, após a liberação de OESP (e também do JORNAL DA TARDE), em março de 1975 chega a vez do PASQUIM ter encerrada a sua fase de censura prévia (presente desde 1970). Em junho de 1976, a revista VEJA teve retirada a censura prévia (a

¹⁶ Exceto em alguns casos, como por exemplo, a TRIBUNA DA IMPRENSA que sofre com a censura prévia diária, desde 23 de outubro de 1968 a 8 de junho de 1978.

revista conheceu fases intermitentes de censura desde 18 de dezembro de 1968).

Em relação aos bilhetes e ordens telefônicas, baseando-se nos dados levantados por Paolo Marconi, computam-se 497 entre 1969 (momento em que começam os seus registros) e 1974. Já entre 1975 e 1978, o número cai para 70 proibições.

A atuação da censura prévia, entretanto, se conserva, de modo intenso, sobre alguns periódicos da imprensa alternativa que acabam por sucumbir à sua ação. Como exemplos, podem ser destacados dois casos:

- o semanário OPINIÃO existiu entre 1972 e 1977, tendo sido censurado desde seu oitavo número. No número 230, em abril de 1977, não resistindo às pressões - que incluíram desde prisões de elementos da equipe da redação e interrogatórios ao proprietário Fernando Gasparian, até apreensões de edições inteiras e outras coerções de caráter financeiro - resolve fechar suas portas;
- o órgão de divulgação EX, depois de EXTRA que sobreviveu durante 17 números entre 1974 e 1975, com periodicidade variada, teve seu número 17 apreendido o que acarretou seu fechamento. Isto ocorreu após uma reportagem sobre a morte de Wladimir Herzog e a venda de 30.000 exemplares (média extremadamente elevada para alternativos), somente nesse número 16.

A censura se mantém até o final desse período (1978) incidindo sobre órgãos de divulgação que, embora não se enquadrem todos nos moldes da imprensa alternativa (caso da TRIBUNA DA IMPRENSA), não podem ser considerados representantes da grande imprensa. Dos três periódicos sobre os quais a censura se mantém até o final (TRIBUNA DA IMPRENSA, M, O SÃO PAULO), somente a TRIBUNA DA IMPRENSA é um diário porém, sua estrutura financeira e circulação justifica a que se possa considerá-la, do ponto de vista das empresas jornalísticas convencionais, como de pequeno porte e dedicada, primordialmente, à defesa dos interesses nacionais, frente à crescente desnacionalização da economia brasileira. M, caracteristicamente pertencente à imprensa alternativa de "frente progressista", possuía circulação nacional e procurava manter aceso o debate em torno da luta pelas liberdades democráticas, do nacionalismo e da defesa dos interesses populares. O SÃO PAULO, órgão de veiculação religiosa, representante da imprensa alternativa, semanário da Arquidiocese de São Paulo, afinado com a linha progressista da Igreja Católica, iniciada com o Concílio Vaticano II na década de 60, voltava-se preferencialmente aos pobres, preocupando-se com as condições de vida e de trabalho da população humilde, com a defesa dos direitos humanos do cidadão e com a restauração das chamadas liberdades democráticas.

Nesta fase, a continuidade do processo de abertura política fica assegurada. Apesar dos atritos, o controle sobre a "linha-dura" militar acaba sendo mantido, garantindo-se o próprio processo de sucessão no âmbito dos militares do grupo da "Sorbonne", identificado com o projeto de distensão.

A intenção do grupo que controlava o Executivo e, conseqüentemente, a lenta transição democrática foi a de, no caso da imprensa escrita, liberar algumas vozes, o que até contribuiu para carrear o apoio da sociedade civil. Ao manter outras vozes caladas o que se desejava era bloquear o risco que estas representavam para seu próprio projeto de desenvolvimento econômico com segurança, delineado nas metas da Doutrina da Segurança Nacional.

Estas vozes (TRIBUNA DA IMPRENSA, O SÃO PAULO e M) somente foram liberadas, quando o processo de abertura política já se achava plenamente controlado e, medianamente, restabelecido o consenso com parcelas da sociedade civil. Quanto às vozes discordantes e incômodas, as explosões de bombas em bancas de jornais que vendiam alternativos, a destruição das instalações gráficas das empresas jornalísticas e a pulverização partidária da oposição ao regime com a proliferação de diferenciados projetos políticos para o País, fizeram o resto.

Em 8 de junho de 1978, um lacônico comunicado do Assessor de Imprensa do Planalto, coronel Rubem Ludwig, informou que estava extinta a censura prévia ao jornal TRIBUNA DA IMPRENSA (RJ) e aos semanários O SÃO PAULO e M (SP). As redações foram comunicadas através de telefonemas, o que em São Paulo foi assumido pelo Dr. Richard de Bloch que chefiava, no Departamento de Polícia Federal, a censura no Estado.

3.2. O caráter multifacetado e não-aleatório da censura política à imprensa escrita

Muitas e variadas são as formas de atuação da censura no âmbito da imprensa escrita. Existe um tipo que se exerce internamente e pode ser denominado de empresarial sendo fruto de pressões econômicas às quais, particularmente, os órgãos da grande imprensa cedem, pois, parcela significativa de suas receitas se origina, como já foi referido, da publicidade. Estas pressões podem advir do grupo cujos interesses estão representados através dos proprietários do periódico, ou de seus anunciantes. Ambos podem sentir-se incomodados com a divulgação de determinadas notícias e assim, interferindo em sua veiculação. Este tipo de censura, entretanto, independe do momento histórico vivenciado pelo País, sendo inerente à estrutura de uma grande empresa capitalista, obrigada a fazer concessões e a ceder a pressões.

Aqui, porém, se trata de um outro tipo, vigente num momento histórico preciso e determinado e atuando

de forma externa em relação às redações dos periódicos: é a censura política, exercida pelo Estado que, para proteger interesses nele representados, interfere na divulgação de informações, determinando o que pode ou não ser veiculado.

Entre 1968 e 1978, a censura política à imprensa escrita no Brasil, agiu, basicamente de duas formas:

- através de telefonemas, anônimos ou não, de ordens escritas, apócrifas ou não, encaminhados às redações dos jornais¹⁷ ou de acordos fechados com os proprietários de grandes órgãos de divulgação¹⁸

Essas armas têm a finalidade de decidir sobre o que deve ou não deve sair publicado. A aceitação de acordos, das ordens, dos telefonemas, implica na contrapartida da autocensura. De certo modo, embora eventuais resistências possam ocorrer - trabalhando com o leitor na imagem figurada, forçando-o a uma leitura nas entrelinhas, ou mesmo burlando ordens expressas recebidas -, a autocensura representa uma capitulação, uma vez que o papel censório fica transferido do Estado para o âmbito da direção do órgão de divulgação que assume a função de comunicar a seus repórteres o que podem ou não escrever.

A autocensura diz respeito à aceitação, por parte das direções dos órgãos de divulgação e, na linha hierárquica de seqüência também de seus repórteres, das ordens, na maior parte das vezes orais (telefônicas) e, geralmente, apócrifas (bilhetes), transmitidas pode-se dizer até, teoricamente, pelos organismos governamentais.

Muitas discussões e justificativas foram feitas em relação à tomada desta atitude por parte dos grandes jornais.

Hélio Fernandes, da TRIBUNA DA IMPRENSA que se manteve ininterruptamente censurada durante dez anos (1968 a 1978), em depoimento colocou que os donos de grandes jornais gostam da censura, pois, assim não precisam tomar a si a responsabilidade do que vão publicar. Afirmou que, no período autoritário pós-64, o que houve foi mais autocensura do que a censura prévia. Deste modo, ele vincula a autocensura praticada pela grande imprensa à censura empresarial (poder de pressão usado por empresários e anunciantes) que decide o que interessa à empresa ver ou não publicado. Carlos Lemos, em entrevista, ao responder porque o JORNAL DO BRASIL optara pela aceitação da censura e não pela resistência a ela, colocou que a filosofia do jornal sempre foi a de não se enfrentar a censura e preferir noticiar o máximo possível por vias indiretas. Apontou, como exemplo desse comportamento, que considera um "primor", a **Coluna do Castello**, do jornalista Carlos Castello Branco¹⁹ que durante todos os anos de censura utilizou de subterfúgios para falar nas entrelinhas o que estava proibido. Esta **Coluna**, de política nacional, aparece diariamente na página 2 do JORNAL DO BRASIL, além de ter direitos de divulgação para vários outros jornais do País. Deste modo, compreende-se que o jornalista Carlos Lemos considera a forma de atuação do JORNAL DO BRASIL, como um modelo de resistência e uma estratégia mais correta, na medida em que, pela sofisticada maneira de burlar, permitia passar algumas informações ao público.

Em relação à hierarquização na aceitação das ordens da censura Carlos Lemos mostra como, durante o dia, os repórteres de campo, encarregados da realização das matérias, faziam o que ele chamou de "lobbies" junto às chefias de redação, para assegurar que determinado artigo, a seu cargo, tivesse garantida a divulgação. Entretanto, no final da tarde, ocorria a reunião das chefias com a direção do jornal, onde se discutia a orientação da censura e o que poderia ou não ser publicado e como. Essa decisão era depois transmitida aos jornalistas que adaptavam seus textos às orientações recebidas. O texto resultante era lido pela chefia para eventuais modificações, caso não estivesse dentro das regras estabelecidas;

- através da chamada censura prévia que se estabelece nos órgãos de divulgação que se recusam a aceitar estas ordens escritas ou telefônicas resolvendo, apesar da proibição, publicar o que não era permitido. Pode ocorrer também, como foi o caso da imprensa alternativa e da TRIBUNA DA IMPRENSA - consideradas pelo governo, como órgãos de divulgação perigosos pela sua própria postura de independência, ou mesmo pelo teor das denúncias que faziam - que a censura prévia se estabeleça, independentemente de uma recusa de aceitação das ordens orais ou escritas (caso de M que já nasceu censurado). A censura prévia podia atuar de duas maneiras:

a) instalando seus censores na redação do periódico, sendo que estes, após a preparação de todas as

¹⁷ Como exemplos desse tipo de ordens, o levantamento mais completo é o de Paolo Marconi. Obteve-se também, a coleção de telefonemas e bilhetinhos do JORNAL DO BRASIL, denominado de "Livro Negro". Este correspondente a uma coleção de ordens telefônicas ou encaminhadas por escrito pela Polícia Federal para indicar o que podia ou não ser publicado. Essas ordens, num total de 173, além de uma série contendo dez regras gerais da censura, foram coletadas entre 14 de setembro de 1972 e 19 de abril de 1974.

¹⁸ A respeito dos acordos feitos entre a direção do jornal e as autoridades militares ver depoimento de Alberto Dines em MARCONI, Paolo. op. cit. p. 181-187. O jornalista cita dois acordos que foram feitos com o JORNAL DO BRASIL. Um para o levantamento da censura prévia, logo após o AI-5, em janeiro de 1969 e outro, no final de 1973 que resultou em sua saída do jornal interpretada por ele como "bode expiatório", oferecido pelo periódico para conseguir a concessão de um canal de televisão.

¹⁹ O jornalista Carlos Castello Branco, nacionalmente respeitado e conhecido, mantém há muitos anos, uma coluna que passou, por alusão ao seu nome, a ser chamada de Coluna do Castello. Carlos Castello Branco, o "Castelinho", como também é chamado, é tido pelos próprios colegas como a crônica mais rápida do Brasil e como um dos mais bem informados jornalistas do País.

matérias, realizavam uma leitura selecionando e cortando aquilo que, segundo suas instruções, não poderia ser divulgado.

Esse foi o caso de OESP e de o JORNAL DA TARDE, cujas redações conviveram com os censores diariamente durante um período de mais de dois anos, entre 1972 e 1975. Também ocorreu com a TRIBUNA DA IMPRENSA que conviveu com eles todos os dias, durante um período de dez anos. Segundo informações contidas na obra de Antônio Aparecido Pereira (op. cit. cap. 10), isto foi o que aconteceu também com O SÃO PAULO, mantido sob censura entre 1971 e 1978. A censura prévia, propriamente dita, inicia-se em O SÃO PAULO em 1972, pois, desde março de 1971 até maio de 1972, ela era feita através de telefonemas da Superintendência da Polícia Federal. Houve um período de abrandamento da censura prévia e, entre junho e novembro de 1972, continuaram os telefonemas. Em dezembro do mesmo ano, apresenta-se pessoa credenciada para realizar a censura na redação às quartas feiras. Pouco tempo depois, entretanto, a medida foi suspensa, ante a exigência, por parte do semanário, de um ofício ao Cardeal Arcebispo de São Paulo, declinando quem assumia a responsabilidade pela censura em Brasília (de onde se dizia vir a ordem) e em São Paulo. A primeira metade de 1973 assiste à continuidade da censura telefônica ao semanário. A volta da censura prévia, realizada na tipografia onde o periódico era impresso, ocorre em agosto de 1973, onde se mantém até junho de 1976, quando sucede nova mudança de orientação;

b) no caso de órgãos de divulgação cuja periodicidade não fosse diária, muitas vezes, para penalizá-los mais, a censura exigia que em data pré-fixada todo o material preparado para publicação fosse entregue, ou na Delegacia Regional da Polícia Federal, correspondente ao Estado de localização do periódico, ou enviado diretamente a Brasília, onde o departamento responsável na Polícia Federal, examinaria as reportagens, charges, fotos, capas e anúncios. Esse material, após leitura e cortes, era devolvido para publicação pela Delegacia Regional ou pela Polícia Federal de Brasília, de acordo com o caso.

Isto aconteceu com M que, desde a sua fundação e, durante cento e cinquenta e três semanas (julho/75 a junho/78) foi obrigado a enviar a Brasília todo o material a ser publicado.

A revista VEJA, do mesmo modo como O SÃO PAULO, sofreu uma variedade de atuação censória, possuindo períodos de telefonemas e ordens escritas e de censura prévia. Durante esta última fase, chegou a fer_censur-na-redação, enviar material para a casa do mesmo, para a Delegacia Regional de São Paulo e mandar partes para Brasília. Estes trechos são significativos da variedade de situações:

"Esta revista semanal conheceu a censura pela primeira vez em sua edição n.º 15, de 18 de dezembro de 1968. A capa programada - sobre o AI-5 - trouxe um censor que vetou algumas declarações do político gaúcho Brito Velho. Mesmo assim, na segunda-feira a revista começou a ser apreendida nas bancas. A partir de então, começa um período de 'Censura Branca' - quando comunicados e telefonemas da Censura Federal informavam sobre assuntos que não deveriam ser divulgados. (...)

Em 1972, a lista de proibições aumenta para 24 assuntos. E durante alguns meses (até 16/9/72) a redação passa a ter um censor. A partir desta data, segundo o comunicado, confia-se 'na responsabilidade editorial da Abril, a fim de que áreas proibidas não sejam abordadas'. No ano de 73, VEJA continua tendo problemas. Em março, uma matéria sobre sucessão presidencial (edição n.º 237) desagradou às áreas de segurança nacional. A partir disso, qualquer matéria sobre sucessão passa a ser encaminhada à censura prévia. (...)

Em 1974, instala-se a censura prévia em VEJA. A causa disso seria uma pequena nota na seção de Datas (edição n.º 283, de 6 de fevereiro), sobre a indicação de D. Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, para prêmio Nobel da Paz. No dia 8 de fevereiro, institui-se o 'modus operandi' da censura, com o funcionário Richard de Bloch (da Polícia Federal) lendo todas as matérias prontas. O material passa a ser levado em sua casa ou no Departamento de Polícia Federal, instalando-se uma 'censura de circulação'. VEJA recebe uma lista de proibições e no domingo, com a revista pronta, Richard de Bloch recebe dois exemplares, examina-os e libera ou não a circulação. (...)

O mês de abril trouxe o fim da censura prévia em VEJA, apesar de continuarem através de telex e telefone. Doze assuntos são proibidos só em abril. No mês de maio, a edição n.º 296 traz uma charge de Millôr - um prisioneiro posto em ferros e do lado de fora o carcereiro afirmando 'Nada Consta' - motivo da volta da censura prévia. Em 13 de maio, o ministro da Justiça, Falcão, determina que VEJA seja censurada em Brasília, com todo o material tendo que ser mandado até terça-feira à noite. Depois de negociações entre a revista e Brasília, no dia 15 estabelece-se o esquema anterior de censura. Em 26 de junho, Millôr que vinha sendo terrivelmente censurado desde o n.º 297 (somente a frase 'Livre pensar é só pensar' foi vetada 8 vezes e no dia 16 de outubro o censor avisava que 'convinha não insistir pela aprovação. Considerarei esta insistência como falta de respeito à Censura') passa a ser censurado em Brasília, decisão que só é revogada em 24 de setembro. Em 11 de outubro, há uma ordem para que a capa passe a ser censurada, por causa da repercussão da capa n.º 318 sobre os militares em Portugal (desenho de Elifas Andreato com 3 militares perfilados). No ano de 75, a censura em VEJA já se constitua rotina. A correspondência é escassa: apenas a informação de que um censor ficaria na revista (depois revogada). No ano de 76, uma informação

'preventiva' do censor, que seriam vetadas três matérias: morte do operário Manuel Fiel Filho, exoneração do General Ednardo, e nomeação do General Dilermando (o aviso era para não criar 'problemas' de fechamento para a revista, segundo o censor).

*Em 3 de junho de 76, um telefonema da Polícia Federal informava que a revista, a partir daquela data, estava liberada de enviar o material para a censura.*²⁰

O exemplo do semanário O SÃO PAULO também, é elucidativo. Em julho de 76, o periódico censurado diretamente na tipografia, sofre uma mudança de regras, quando recebe um telex da Superintendência Regional da Polícia Federal dizendo que, a partir daquela data, a censura seria realizada na sede da Superintendência em São Paulo, devendo ser enviado todo o material até às 17 horas de cada quinta-feira.

O caso do semanário OPINIÃO é semelhante. Inicialmente, a censura era realizada na redação. Num segundo momento, trocou-se a equipe de censores, porque se acreditava que estes estavam deixando passar muita coisa. Censores mais rígidos vieram para a redação. Por último, resolveu-se que o material deveria ser enviado semanalmente à Brasília, para posteriormente ser devolvido com os cortes considerados necessários.²¹

A mudança de regras, transferindo-se a censura para outro local que não a própria redação ou gráfica do periódico, representa uma punição, na medida em que, cancela-se todo o contato entre o órgão de divulgação e os censores e assim, eliminam-se todas as possibilidades de negociação entre as partes. Além disso, apressa-se o fechamento das matérias desatualizando as notícias e correndo-se o risco de eventuais atrasos e consideráveis prejuízos.

Além desta variedade de atuação censória, outras mudanças puderam ser verificadas no curso de sua ação, no que se refere aos personagens envolvidos, os censores, e aos órgãos diretamente encarregados de sua efetivação.

Num primeiro momento, a censura era realizada por oficiais do Exército, no período que cerca a edição do AI-5. Segundo Hélio Fernandes na história dos dez anos de censura prévia à TRIBUNA DA IMPRENSA narrada em seus 81 artigos escritos logo após o seu levantamento em junho de 1978 - esse período se situa entre outubro de 1968 e maio de 1969. A partir desse momento, o controle de censura passa ao Ministério da Justiça que atua por intermédio da Polícia Federal em Brasília e nas Superintendências Regionais dos Estados. Segundo o autor, essa passagem representa a mudança de uma censura "ética" para outra a serviço de interesses mais escusos. Em contato telefônico com o jornalista, perguntado a respeito de uma diferença sentida na realização da pesquisa empírica em relação ao material de OESP e o de M, no sentido do interesse da censura quanto às temáticas preferencialmente cortadas, respondeu que, de fato, no seu relacionamento diuturno com os censores durante dez anos, realmente há um momento em que a censura passa a servir a interesses que ele considera desvinculados da Nação, acobertando o ilícito endividamento externo e o acelerado processo de desnacionalização da economia. Numa tentativa de precisar o momento exato em que, em sua opinião, esta mudança ocorrera, foi sugerido se o fato relacionava-se com o governo Geisel ao que Hélio Fernandes não soube precisar, nem quis estabelecer relação entre o fato e este governo. A leitura de seus artigos, entretanto, trouxe a percepção do que ele queria dizer. Para ele, uma mudança de orientação da censura (de mais "ética" para absolutamente imoral), localiza-se nessa transferência do controle censório das mãos do Exército para as da Polícia Federal.

Sabe-se que os censores vinculados à Polícia Federal, com o tempo, passaram por um processo de uniformização que incluía a exigência de nível universitário, a realização de cursos na Academia Nacional de Polícia e a submissão a exames que unificavam, teoricamente, sua capacitação. Entretanto pelos depoimentos das pessoas que conviveram com eles, pode-se perceber que sua formação, bem como o modo pelo qual encaravam a função, eram muito variados.

Dentre os censores, houve espaço para pessoas como D. Marina, descrita pelo pessoal do PASQUIM como alguém com que se podia negociar parcelas ou a totalidade de determinadas matérias. Descrevendo a fase áurea do semanário (momento em que ele alça suas maiores vendagens) paralelamente à vigência da censura prévia, período descrito como "dionysienne", José Luiz Braga, assim se refere:

"La période dionysienne arrive à sa fin. L'innocence est perdue ainsi que l'euphorie du succès économique. Jusqu'ici, même sous la pression, les menaces et la censure préalable, l'ambiance de

²⁰ Trechos extraídos de MARCONI, Paolo. "A Censura Vista Através de Documentos Internos da Revista 'Veja' " (Apêndice - 2). In: -op. cit. p. 197-199. Observe-se que, em nota de rodapé o autor esclarece que este relato foi copiado de um trabalho feito pela própria revista intitulado "Breve Resumo da Censura em 'VEJA'", no momento em que a censura foi levantada em 1976.

²¹ Para maiores esclarecimentos sobre os meandros da censura em OPINIÃO, consultar J. A. Pinheiro Machado. op. cit.

fête persistaist. Zivaldo raconte dans une interview donnée au Coojornal (janvier 1980): en 1970, 'le censeur était Dona Marina (...) qui mettait ses véto dans la rédaction même du Pasquim. Elle était une personne cordiale. Nous buvions au long de la journée et Dona Marina aimait bien picoler. Vous voyez le cadre: entre un drink (grifo do autor) et un autre elle libérait toutes les matières. Sa perte s'est faite au moment où nous étions en taule: elle a laissé passer le cartoon (grifo do autor) que j'avais fait avec ce tableau de Pedro Américo (...) et elle a du démissionner. Sa carrière était terminée. Jaguar complète dans la même interview: 'Le général Juarez Paz Pinto l'a remplacée, il est resté à nos côtés pendant deux ou trois ans'.

Entre dona Marina et le Général. les choses sont différentes. La dette atteint 1 million de cruzeiros (grifo do autor)"...²²

Segundo depoimento de Fernando Gasparian²³, havia entre os censores, homens como Galeno que censurava a TRIBUNA DA IMPRENSA e que foi censurar OPINIÃO com a firme intenção de não deixar passar nada. Houve censores, cuja profissão anterior era a de jogador de futebol, como Alfredo da Costa que, segundo contato com Hélio Fernandes e com o sr. Joaquim, chefe do Arquivo da TRIBUNA DA IMPRENSA, durante algum tempo, chefiou a equipe de censores do jornal. Localizando sua ficha na Confederação Brasileira de Desportos (CBF - RJ), descobriu-se que, fora jogador do Vasco(RJ) e integrara a Seleção Brasileira de Futebol em 1950. Outros periódicos, como O SÃO PAULO, tiveram durante algum tempo, às quartas-feiras, reunião semanal para discussão da pauta que contava com a participação do Cardeal Arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns e com a presença de um estudante de medicina cuja função adicional era de censor. OESP, segundo depoimento de Oliveiros S. Ferreira, conviveu constantemente com o já citado Dr. Richard de Bloch que, na sua concepção era "uma boa alma" e, chegou a ser censurado por um gerente de banco que, nas horas vagas, era censor.

Estes depoimentos, as mudanças verificadas na orientação da censura, a transferência de responsabilidade entre as instituições; são de molde a que se creia em duas hipóteses aventadas:

- a censura foi aleatória, atuando ao sabor dos ventos, na dependência do órgão ou do censor encarregados do trabalho;
- o censor era apenas um burocrata, cumpridor de ordens, agindo de modo objetivo e com isenção.

É necessário que se insurja contra estas duas hipóteses e a pesquisa efetuada atua frontalmente contra as asserções. Entretanto, propõe-se agora a contraposição de duas opiniões diferenciadas, que contribuem para esclarecer estas questões. Na primeira delas, o escritor João Ubaldo, falando sobre a violência contra as pessoas e, especificamente sobre a censura, assim se manifesta:

"Em Auschwitz, tenho certeza, devem ter existido guardas simpáticos. Imagino que alguns guardas pensavam que podiam ter sido designados para outras missões, mas que, já estavam naquela, ninguém os podia censurar, pois, afinal, todos temos de ganhar a vida e ordens são ordens. (...)

Então é possível que se pense, principalmente na distância que a História sempre nos impõe e na frieza que rendem as estatísticas, que havia alguns bons homens, entre os guardas de Auschwitz ou de Treblinka, ou de Buchenwald. Mas uma verdade que precisa ser estabelecida de uma vez por todas é que nunca houve bons homens em Treblinka, em Buchenwald, em Auschwitz. Eram todos monstros e assassinos, eram todos traidores das heranças mais caras da Humanidade. Da mesma forma devem ser vistos os assassinos da cultura. (...) Não existe o bom censor. Para qualquer artista, não importa o que ele faça, a convivência amistosa com um censor é uma traição. Não se deve apertar a mão de um censor. Não há nada que defenda a posição de um censor, a não ser que haja algo que defenda a castração, o ódio ao pensamento, o horror à inquietação, o medo da vida.

O censor é a morte. (...)

O censor não é um funcionário público como outro qualquer, não é o seu vizinho. O censor é o diabo é o demônio."²⁴

Independentemente da violência da paixão contida nestas palavras, elas têm o mérito de restabelecer a questão da impossibilidade da neutralidade da ação que, entre outras coisas, justifica a atitude de isenção do burocrata-censor.

Outra opinião sobre o mesmo tema aparece, quando Tércio Sampaio Ferraz Júnior apresenta a obra de Hannah Arendt (**Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**), em que a autora analisa basicamente o comportamento do criminoso nazista Adolf Eichmann, durante o julgamento a que foi submetido, em 1961, em Jerusalém. Tércio Ferraz assim fala da obra:

"No ponto central desta obra está um processo judicial e, nele, um ser de carne e osso, uma pessoa

²² BRAGA, José Luiz. op. cit. p. 53-54

²³ MACHADO, J. A. Pinheiro. op. cit.

²⁴ UBALDO, João. O bom censor. FOLHA DE S. PAULO, SP, 18jun1978.

como outra qualquer, ela e sua circunstância, como diria Ortega y Gasset. É óbvio que por conta desta circunstância tudo mais acaba por ser relevante: o aparelho de dominação burocrática, a ideologia anti-semita, a guerra, a responsabilidade dos Estados e dos povos. Mas tudo isto é, para Hannah Arendt, apenas circunstância. (...)

Aliás é esta sua postura diante do tema, sua compreensão do julgamento como o juízo sobre o comportamento de um ser humano, não de outro, mas daquele – Adolf Eichmann – que nos permite entender o subtítulo do livro: sobre a banalidade do mal. Não se trata, como poderia parecer, de uma reflexão universal, um modelo shakespeariano da maldade na sua grandiosidade mesquinha. Arendt trabalha sobre fatos e traz a banalidade do mal ao nível do cotidiano: o Eichmann que se apresenta não é um perverso, nem um tipo criminoso clínico e atrevido, não é um ambicioso, capaz de matar ou de fechar os olhos para progredir, mas é apenas alguém que jamais teria imaginado o que realmente estava fazendo. Note-se que isto não parece à autora como sinônimo de obtusidade ingênua. Eichmann não era um simplório, um tolo, sabia muito bem o que fazia. O que o caracterizava era um vazio de pensamento (grifo do autor) que não quer dizer ser tolo, mas que o predisps a tornar-se o grande criminoso que acabou sendo. E aí está toda a banalidade referida. (...)

Era um funcionário do governo, que nunca pensou que aquilo em que se aplicava pudesse ser realmente algo de tão monstruoso.

O vazio de pensamento, condição para a banalidade de um crime, dificulta o juízo que possamos ter sobre o comportamento do homem, mas não torna menos hediondo os atos que cometeu.²⁵

As colocações de Tércio Ferraz acerca da obra de Hannah Arendt remetem ao que se pensa ser a justa medida de análise do criminoso político, aquele que comete um crime em nome de um Estado, obedecendo a ordens superiores. Não há possibilidade de complacência sob a capa conveniente da burocracia amorfa e insípida. Do mesmo modo como não se acredita na separação estanque entre informação e opinião na veiculação de um jornal, não se pode compreender a pretensa neutralidade da ação do funcionário público a serviço do poder. O Estado que permite o que Tércio Ferraz chama de "vazio de pensamento", ou seja, a incapacidade de reflexão acerca dos atos cotidianos, não justifica a desculpa de não se saber o que se fazia. O censor (e a pesquisa empírica comprovou) sabia o que realizava, o que dá a medida da responsabilidade a ser assumida por suas ações.

Ao lado disto, a outra questão que se coloca diz respeito à possibilidade de existência de uma censura aleatória que mutilava sem sentido, atuando ao sabor dos ventos e da personalidade de cada censor.

É necessário que se esclareça não se excluir a hipótese de diferenciação entre a atitude de uma Dona Marina e a de um Galeno, variando de acordo com uma maior convicção, engajamento no trabalho. Do mesmo modo não se afasta a possibilidade de ter havido casos em que por interferência pessoal, fruto de um favorecimento específico, a censura atuasse aleatoriamente impedindo a veiculação de matérias que em outras circunstâncias pessoal, fruto de um favorecimento específico, a censura atuasse aleatoriamente impedindo a veiculação de divulgar-se-iam livremente. Incluem-se neste caso, determinados cortes surgidos no subtema **Acidentes**, independentemente da importância dos personagens envolvidos (caso da morte da menor Ana Lídia que incriminava personalidades governamentais), como por exemplo, o do garoto Carlinhos que, censurado em determinado momento, depois aparece liberado; voltando a ser vetado por interferência de um pedido pessoal da mãe da vítima, para que o assunto não fosse propagado. Isto se deve, provavelmente a um conhecimento fortuito poderoso, que seguiu a veiculação do desenrolar do caso. Nessa categoria, enquadra-se também a história narrada no depoimento de Carlos Lemos. Contou ele que, um dia, um colega (de redação) chegou aflito, pedindo-lhe que não desse uma notícia relacionada a um caso ocorrido em sua casa.

A empregada escondera a gravidez de sua esposa, acabando por dar à luz no quarto e encerrando por jogar a criança pela janela do apartamento. A publicidade do referido fato estava causando muito constrangimento à família. Segundo Carlos Lemos, sua resposta foi a de que se a notícia não tivesse repercussão, ele não daria e se o fato repercutisse, ele minimizaria. Como a notícia repercutiu, a segunda hipótese seria seguida. Entretanto, qual não foi o seu espanto, quando chega a ordem da Polícia Federal, para que o fato não fosse noticiado. A explicação de seu colega foi a de que um parente de sua esposa, oficial do Exército, interferira junto à Polícia Federal. Estes casos, embora ilustrem a imagem de uma censura aleatória, são meramente circunstanciais, não servindo como parâmetro de julgamento do quadro censório entre 1968 e 1978.

Na caracterização da censura foi importante a opção pelo trabalho com o material produzido pelo órgão de divulgação, e diretamente vetado pelo censor, na medida em que, a estratégia de utilização, como material empírico, somente das ordens produzidas à distância, pode conduzir à construção de uma imagem unilateral da censura, captando-se apenas a repressão admitida nos próprios círculos do poder; afastando-se da diver-

²⁵ FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. "Apresentação". In: –ARENDR, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. SP, Diagrama & Texto, 1983. p. 7-9.

cidade da trama construída no cotidiano das relações sociais, envolvendo o entrelaçamento do exercício diversificado da dominação e da resistência.

Ao lado deste fator, foi fundamental a escolha em se trabalhar com órgãos de divulgação diferenciados, representando a grande imprensa (OESP) e a alternativa (M) que sofreram a atuação da censura em momentos distintos; permitindo a construção de um quadro multifacetado e, não, aleatório de sua atuação em que estão envolvidas variáveis de ordem temporal e a diversidade dos periódicos trabalhados atuando paralelamente aos objetivos do Estado autoritário brasileiro pós-64.

É necessário ainda enfatizar a preocupação com o tipo de documentação selecionada no trabalho do historiador. Ao se privilegiar a análise do material censurado (fruto da produção jornalística e do corte do censor), em detrimento das ordens telefônicas e dos bilhetes enviados às redações, isto foi feito na crença de que o primeiro evidencia com maior clareza a experiência vivenciada por homens concretos num momento histórico determinado. Portanto, nele estão presentes as conflituosas relações sociais no Estado autoritário brasileiro pós-64, através do concomitante exercício da dominação e da resistência. Do mesmo modo, compreende-se a coleta de depoimentos dos envolvidos no processo de censura prévia, como uma forma de incorporar uma experiência vivida, recuperando uma memória perdida, estratégia dos que sabem que o *"vencedor é apenas o vencedor do momento"*²⁶

Para que se reafirme o caráter multifacetado da atuação censória, é preciso acentuar um dado. Embora a presente pesquisa se restrinja a OESP e M, nos momentos em que viveram sob censura prévia, para efeito da compreensão dos porquês da manutenção da censura somente sobre três periódicos até a data final de 8 de junho de 1978, foi fundamental ampliar o campo empírico na direção da TRIBUNA DA IMPRENSA e de O SÃO PAULO. A tentativa foi a de buscar conhecer o que orientava os censores relativamente a esses órgãos de divulgação.

No caso da TRIBUNA DA IMPRENSA, recorreu-se a um contato telefônico com seu proprietário Hélio Fernandes e à consulta ao arquivo do jornal com a posterior leitura e análise de 81 artigos escritos por ele para contar a história dos dez anos vividos de censura. Embora estes artigos não contenham dados conclusivos sobre o montante do material censurado, fica a certeza de que o grande tema-alvo dos censores no jornal era o das denúncias da internacionalização da economia e do endividamento externo. Isto, mesmo em momentos em que M não existia e em que OESP ainda se achava censurado. Hélio Fernandes cita artigos deste teor, vetados e datados de 1974.

No caso de O SÃO PAULO, procedeu-se, inicialmente a uma conversa informal com Frei Gorgulho, dos dominicanos que, na época trabalhava no semanário. Este indicou o Padre Aparecido (Antônio Aparecido Pereira), atual editor-chefe, com quem se realizou uma entrevista e que, gentilmente cedeu o trabalho realizado sobre a temática e as caixas de material censurado para pesquisa. De posse do material preservado por O SÃO PAULO, efetuou-se uma seleção de temas, datas e quantidade de matérias vetadas pelos censores. Encontraram-se 190 artigos vetados no todo ou em parte. Destes, o subtema mais recorrente é o da **Conscientização da Igreja Católica junto à população**. Este foi classificado na unidade temática das **QUESTÕES SOCIAIS** e é o que situa o compromisso da Igreja com os pobres, opção enfatizada a partir do Concílio Vaticano II, na década de 60. Nesses artigos, num total de 54, correspondendo a 28,42% do total, descrevem-se as condições de vida e de trabalho da população, acentua-se a questão dos direitos dos trabalhadores, aponta-se para a necessidade de luta contra a opressão, realiza-se a orientação dos jovens. Além deste, com 37 matérias vetadas (19,47%), incluído na unidade temática das **QUESTÕES POLÍTICAS**, aparece o subtema das **Críticas ao Regime** (com ênfase acentuada na luta pelo restabelecimento das liberdades democráticas). A seguir vem o subtema da **Repressão Política** com 30 vetos (15,78%). Embora tenham sido encontrados muitos artigos sem data, dentre aqueles que se pôde localizar, os anos que apresentaram maior número de proibições foram: 1977, com 65 matérias vetadas (34,21%) e 1978, com 41 (21,57%).

Existe uma "lógica" interna na atuação da censura que explica sua variedade no tempo e, segundo, o órgão de divulgação atingido. E essa "lógica" que acompanha os conflituosos interesses presentes dentro dos grupos representados no Estado autoritário brasileiro pós-64 pode explicar:

- o predomínio das **QUESTÕES POLÍTICAS** (com ênfase no subtema da **Repressão Política**) e da **CENSURA** (ênfase na **Imprensa**), em suma, o temário característico da repressão que moveu a censura prévia a OESP, nitidamente datada;
- o predomínio das **QUESTÕES SOCIAIS** (**Condições de vida e de trabalho da população**), **POLÍTICAS** (**Críticas ao Regime**) e **ECONÔMICAS** (**Críticas à Política Econômica**) em M, uma vez que se considera a sua censura não circunstancial, e sim, dirigida aos pilares do periódico que atingia também os do regime no momento histórico determinado;
- o predomínio das **QUESTÕES ECONÔMICAS** (**Críticas à Política Econômica**) na TRIBUNA DA IMPRENSA, uma de suas maiores preocupações na crítica ao regime militar do qual foi fiador no momento

²⁶ BENJAMIN, Walter. "Sobre o conceito de história". In: - *Magia e técnica, arte e política*. 3.^a ed., SP, Brasiliense, 1987. p. 224.

da explosão do golpe;

- o predomínio das QUESTÕES SOCIAIS (Conscientização da Igreja Católica junto à população) e POLÍTICAS (Críticas ao Regime) em O SÃO PAULO, motivos primordiais das conflituosas relações entre a Igreja e o Estado, tão bem explicitadas nos documentos da censura.

3.3. Estudo comparativo da atuação da censura prévia: grande imprensa X imprensa alternativa

De todos os trabalhos consultados preocupados com a problemática da censura à imprensa escrita no Brasil, entre 1968 e 1978²⁷, o de Gláucio Ary Dillon Soares²⁸ realiza o maior esforço no sentido da comparação com outras publicações sobre a censura política, tentando tirar conclusões a respeito do caráter da mesma, trabalhando exclusivamente com os bilhetes e ordens telefônicas às redações. Seguem-se algumas de suas conclusões:

- as "proibições foram muito numerosas durante a ditadura de Garrastazy Médici, mantiveram-se altas durante o primeiro ano de Geisel, declinando rapidamente a partir de 1975"²⁹. Acrescenta que "bilhetinhos (e as proibições) cresceram rapidamente de 1970 a 1973; 1973 e 1974 representaram o auge, decaindo aceleradamente a partir daí"³⁰;

- traçando comparações entre a censura à revista VEJA e a de M, pelo total de matérias, linhas, laudas e ilustrações observa que a diferença é muito grande, pendendo para o lado da imprensa alternativa, sendo que em média M sofrera o veto de 20 artigos por número, enquanto que VEJA recebera vetos a um artigo a cada dois números. Parte da explicação para isto estava no "tipo de material que se pretendia publicar, no fato de que VEJA era uma revista de ampla cobertura, e não, exclusivamente política"³¹;

- ao criticar algumas teses sobre a censura que a colocam como uma "simples necessidade decorrente da aceleração da acumulação de capital"³² e junto com as outras formas de repressão, como um instrumento de "implementação de uma política socialmente injusta"³³; apresenta dados decorrentes da leitura dos temas das proibições dizendo que possibilitam conclusões surpreendentes como: "as proibições de tratar da política econômica, assim como das reações a ela - greves e manifestações operárias - foram pouco frequentes e pouco enfatizadas"³⁴. Sua crítica a essas teses que atribui a uma "esquerda dedutivista (isto é, a que não pesquisa)"³⁵ é pesada chegando a compará-las com a teoria oficial do regime militar que adotou a mesma explicação, na medida em que a Doutrina de Segurança Nacional relaciona segurança com desenvolvimento econômico;

- analisa 639 proibições (bilhetes e ordens telefônicas oriundas da seleção realizada por Paolo Marconi) entre os anos de 1970 a 1978 e chega aos seguintes dados:

²⁷ Os trabalhos consultados foram:

MARCONI, Paolo. *A Censura política na imprensa brasileira (1968-1978)*. 2ª ed., SP, Global Editora, 1980.

GASPARI, Élio. Os documentos da censura. *JORNAL DO BRASIL*, RJ, 18 jun 1978.

DASSIN, Joan R. Press censorship – how and why. *Index on censorship*, 8(4): 13-19, july-august/1979.

DASSIN, Joan R. "Press censorship and the Military State in Brazil". In: *Press control around the world*. NY, Praeger Publishers, 1982.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. A censura durante o regime autoritário. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 4 (10): 21-43, jun/1989.

PEREIRA, Antônio Aparecido. *A Igreja e a censura política à imprensa no Brasil: 1968-1978*. Roma, Tesi di diploma in giornalismo, Centro Internazionale per gli studi sull'Opinioni Publica (CISOP), giugno/1982.

BRAGA, José Luiz. *PASQUIM - Hebdo brésilien d'humour*. Paris, Thèse pour le doctorat de troisième cycle en Sciences de l'Information et de la Communication, Université de Droit d'Economie et de Sciences Sociales de Paris, juin/1984.

MACHADO, J. A. Pinheiro. *OPINIÃO X Censura*. RS, L&PM, 1978.

²⁸ A censura durante o regime autoritário. op. cit. p. 21-43

²⁹ SOARES, Gláucio Ary Dillon. op. cit. p. 26

³⁰ Idem, p. 27

³¹ Idem., ibidem.

³² Idem, p. 29.

³³ Idem., ibidem.

³⁴ Idem, ibidem

³⁵ Idem, ibidem.

UNIDADES TEMÁTICAS	QUANTIDADE	%
1. PROTEÇÃO DO ESTADO		
SUBTEMAS		
Atividades repressivas	228	36
Atividades da oposição	230	36
Problemas internos do regime	79	12
TOTAL	537	84
2. PROBLEMAS SOCIAIS	38	6
3. PROBLEMAS ECONÔMICOS	34	5
4. OUTROS TEMAS	30	5
TOTAL GERAL	639	100

Conclui que a primeira unidade temática em todos os anos atinge a maioria absoluta em relação às demais, sendo que, o período em que há o menor percentual é o ano de 1972, representando 82% do total. A partir desses dados, o autor realiza as seguintes inferências:

a) considera a censura como um instrumento de proteção autoritária do Estado, utilizado para esconder o próprio autoritarismo e, conseqüentemente, manter a aparência democrática;

b) a ditadura não foi integrada nem harmônica, sendo composta de diferentes setores com variado grau de autonomia. Coloca-se assim contrário a teses que analisam a censura, como um instrumento a mais para manter a aceleração da concentração de renda ou que se espantam com o seu aparente caráter aleatório. Para ele, essas visões pecam, pois, partem de uma concepção unificada e harmônica do Estado da qual ele não partilha.

Tomando-se por base esta análise e confrontando-a com os dados e conclusões levantados pela presente pesquisa, propõe-se agora uma comparação entre os percentuais extraídos do material vetado e analisado nos dois periódicos.

QUADRO COMPARATIVO DE MATÉRIAS CENSURADAS

FONTES:
O ESTADO DE SÃO PAULO
MOVIMENTO
PERÍODO:
29/03/1973 a 03/01/1975
07/07/1975 a 05/06/1978

UNIDADES TEMÁTICAS	OESP		M (*)	
	Q (**)	%	Q	%
1. QUESTÕES POLÍTICAS	601	52,91	214	25,48
2. QUESTÕES ECONÔMICAS	91	8,01	108	12,86
3. QUESTÕES SOCIAIS	128	11,27	215	25,60
4. QUESTÕES EDUCACIONAIS E CULTURAIS	75	6,60	141	16,79
5. QUESTÕES DE POLÍTICA INTERNACIONAL	33	2,90	89	10,60
6. CENSURA	208	18,31	49	5,83
7. RECONSTITUIÇÕES HISTÓRICAS	-	-	24	2,84
TOTAL	1136	100,00	840	100,00

(*) Os dados apresentados de M representam já a soma do que se obteve com o material retirado das caixas e o selecionado por João Antônio.

(**) Aqui aparecem destacadas a quantidade de matérias vetadas, no todo ou em parte e analisadas em cada uma das unidades temáticas.

Numa abordagem rápida dessas diferenciações, a grosso modo, o quadro mostra que mais da metade das matérias vetadas de OESP corresponde ao que se convencionou chamar de QUESTÕES POLÍTICAS; havendo somente uma elevação quantitativa considerável no tocante à CENSURA. Já que os demais dados apresentam percentuais baixos se relacionados com o total. No caso de M, pode-se perceber que há uma distribuição equitativa no que tange às QUESTÕES POLÍTICAS e SOCIAIS representando, cada uma delas, respectivamente um quarto do total, perfazendo ambas, metade das matérias censuradas e analisadas.

Tomando-se os subtemas, dentro das unidades temáticas, considera-se digno de destaque pelo seu componente quantitativo:

a) em OESP:

UNIDADES TEMÁTICAS/SUBTEMAS	QUANTIDADE	%(*)
1. QUESTÕES POLÍTICAS		
Repressão política	142	12,50
Críticas da Oposição	107	9,41
Críticas do Exterior	85	7,48
Relações Igreja/Estado	85	7,48
Críticas ao Regime	80	7,04
2. QUESTÕES ECONÔMICAS		
Crítica à Política Econômica	84	7,39
3. QUESTÕES EDUCACIONAIS E CULTURAIS		
Movimento Estudantil	69	6,07
4. CENSURA		
Imprensa	151	13,39

(*) O percentual refere-se aos dados em relação ao total de matérias analisadas e, para efeito de cômputo neste quadro, contou-se os subtemas que apresentaram, número superior a cinquenta vetos.

b) em M:

UNIDADES TEMÁTICAS/SUBTEMAS	QUANTIDADE	%(*)
1. QUESTÕES POLÍTICAS		
Críticas ao Regime	85	10,11
Repressão Política	43	5,11
2. QUESTÕES ECONÔMICAS		
Críticas à Política Econômica	106	12,61
3. QUESTÕES SOCIAIS		
Condições de vida e de trabalho da população	91	10,83
4. QUESTÕES EDUCACIONAIS E CULTURAIS		
Movimento Estudantil	38	4,52

(*) Aqui o percentual também aparece em relação ao total de vetos e como, em M o número de matérias censuradas e analisadas é menor do que as de OESP, proporcionalmente considerou-se como computável o subtema que apresentasse dados superiores a 37 artigos cortados.

É necessário que se observe que os dados aqui apresentados ao lado da análise do conteúdo presente em cada um dos subtemas propostos, aponta para a consideração de que a censura em OESP, foi caracteristicamente voltada para encobrir os aspectos de recrudescimento político do regime. Não é casual o fato de que os índices numéricos mais elevados ficam para a **Repressão Política** e para a censura à **Imprensa**, também um instrumental repressivo utilizado pelo Estado autoritário brasileiro pós-64.

Os elementos que escapam aparentemente a estas considerações, ou seja, as **Críticas à Política Econômica** e o **Movimento Estudantil**, podem também ser explicitados dentro desta "lógica" da atuação censória. Conforme já foi visto, na concepção de OESP, havia uma concordância com o modelo econômico adotado após 64, elemento de defesa e de justificativa para a participação do grupo no qual seus interesses estão representados na conspiração que levou à derrubada do presidente João Goulart. Os editoriais vetados, classificados dentro do subtema das **Críticas à Política Econômica** demonstram a aceitação deste paradigma

econômico adotado; colocando-se na defesa do modelo e criticando os "desvios" de rota do mesmo, por exemplo, no episódio da concessão de um abono emergencial para os trabalhadores que mereceu a condenação do periódico, defensor ferrenho da hipótese de que o salário gera inflação. Nas demais matérias deste subtema, o que se observa é a crítica circunstancial que atinge tanto medidas de força (como no caso da demissão do ministro da Agricultura Cirne Lima), como problemas esporádicos (é o caso da crise de abastecimento da carne, com o desdobramento dos pecuaristas, proprietários de açougues, envolvendo a importação do produto do Uruguai). O pano de fundo destas críticas, de um lado, foi análise negativa do ufanismo criado com o pretense "milagre brasileiro" envolvendo a figura de "superministro" do Sr. Delfim Netto, de outro, a excessiva interferência governamental no plano econômico, pecado capital na concepção dos liberais de OESP, aqui saindo na defesa da autonomia do proprietário rural. A problemática estudantil, com o relativamente alto número de vetos às manifestações dos estudantes em diferentes partes do País, de maneira geral, em luta por uma melhoria nas condições de ensino e brigando por maior participação nas decisões educacionais internas, traz à tona dois aspectos. Em primeiro lugar, a constatação de que as manifestações estudantis não se referem à problemática mais geral de crítica ao regime político do País. Em segundo lugar, a consideração de que os cortes do censor, traem um temor de identificação com o possante movimento estudantil da segunda metade da década de 60, assunto tabu, após manifestações dos estudantes, principalmente em 1968, que acabaram por manter estreita relação tanto com o recrudescimento do regime após o AI-5, como o desencadear da luta armada. Como se vê, de modo tangencial, esta problemática relaciona-se à preocupação em ocultar os aspectos repressivos do Estado autoritário por parte da censura.

Considera-se, conforme já foi acentuado, a censura a OESP como circunstancial, na medida em que, diretamente relacionada a um descontentamento momentâneo do grupo representado pelos interesses do periódico com os rumos do regime político do País. Notadamente, a condução dada pelos militares da "linha-dura" que, de matriz mais conservadora do que liberal, embora presos à Doutrina da Segurança Nacional, exacerbaram (na concepção liberal), ultrapassando os limites de interferência estatal no campo econômico e político. Além disso, saíram das fronteiras traçadas na dimensão temporal (o retorno ao Estado de Direito após o governo Castelo Branco, encarado como transitório para debelar a "crise") e no âmbito dos direitos naturais do homem (aquí incluídas a tortura aos presos políticos e a censura à imprensa). De maneira geral, a censura a OESP, apresenta a mesma preocupação sentida nos bilhetes e ordens telefônicas coletadas por aqueles que aceitaram a autocensura.

No que se refere a M, observa-se que a censura aponta para um corte mais fundo atingindo todas as dimensões do Estado autoritário, independentemente do momento circunstancial por ele vivenciado. O caráter do regime é criticado e, conseqüentemente, vetado. Não somente seu aspecto de recrudescimento político, cercado por limites temporais nítidos, encarado pelos liberais (como OESP) e por representantes da linha militar da "Sorbonne", como "desvio da rota da 'Revolução'" a ser consertado pelo processo de lenta e gradual distensão política. Também e, principalmente, foram condenadas e censuradas as opções do regime no plano econômico e social. O modelo econômico (concentrador da renda, de achatamento salarial, de abertura ao capital externo, de privilégio aos grandes grupos nacionais e estrangeiros) e o exacerbado grau de injustiça social conferindo à maioria da população uma situação de miserabilidade absoluta, foram alvo de violentas críticas do semanário e, conseqüentemente, conviveram constantemente com a tesoura do censor. Assim se compreende a elevada quantidade de vetos nos subtemas das **Críticas à política Econômica, Condições de vida e de trabalho da população, Críticas ao Regime e Repressão Política**. Em M, tratava-se da condenação ao Estado autoritário brasileiro pós-64, em todos seus aspectos, incluindo o projeto original de sua concepção, mais próximo de uma orientação liberal que se entendia como interferência datada; como também, o "desvio da rota" com o recrudescimento político e a permanência no poder. Por isso, a voz de M não podia ser liberada, como o foi a de OESP (não casualmente o primeiro órgão de divulgação a se ver livre da censura prévia). Também não é casual, o fato de que M nasce censurado e somente vai ser liberado com o término definitivo da censura prévia à imprensa escrita. Enquanto as divergências de OESP com o regime político vigente puderam ser consertadas com o propalado processo de abertura política; para M o que estava em questão era a mudança de projeto, como um todo que levou à montagem do Estado autoritário brasileiro pós-64 na defesa de um modelo que privilegiasse interesses de grupos "nacionais e associados" unidos para o deflagrar do golpe de 1964. Isto a distensão do regime a partir do governo Geisel não corrigiu. Estava em jogo toda uma concepção de País que se deseja. Quanto aos dados (também elevados) referentes às manifestações estudantis, deve-se ter em mente que, nesse momento, o movimento estudantil começava a lenta reorganização, após sua quase destruição com o final da década de 60 e o começo dos anos 70. Iniciam-se as grandes mobilizações (1976 e 1977) que, ao lado de outros setores da sociedade civil irão representar um importante contraponto ao projeto de uma abertura "concedida", forçando-a a trilhar um caminho, muitas vezes não esperado e, quase nunca desejado. Mobilização esta que conduziu à reestruturação do movimento estudantil, ao renascimento da luta sindical, à reorganização dos intelectuais por intermédio da ação da SBPC, da ABI, da OAB, aliados à atuação da Igreja Católica, tanto no campo genérico da luta pelas liberdades democráticas, ou através de instrumentos como a Comissão de Justiça e Paz, e no âmbito da organização de parcelas significativas da população com as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e pela atuação do Conselho Indigenista e Missionário (CIMI). Não estava previsto nos planos de uma distensão "consentida", a participação de setores da sociedade que contribuíssem para o redimensionamento do projeto. É isto que a censura corta

através do subtema do **Movimento Estudantil**. A censura a M vem mostrar um quadro diversificado e multiangular que a mera dimensão dos bilhetes e ordens telefônicas, ou mesmo a maior parte do material analisado de OESP, não podem traduzir.

É importante, neste momento, que se retome à análise de Gláucio Soares, à luz destas considerações.

Já foi acentuado o fato de que durante o primeiro ano do governo Geisel (1974), em relação a OESP houve um aumento considerável do número de matérias censuradas comparativamente a 1973. Deste modo, pode-se concordar com Gláucio Soares, quando destaca que 1974 é um dos anos que revela o auge das proibições. Entretanto, considerar que, a partir de 1975 houve um declínio das mesmas, só se pode fazê-lo, levando-se em conta apenas bilhetes e ordens telefônicas, ou mesmo uma censura prévia episódica como a de OESP. A análise do material vetado de M permite constatar que a censura estava viva e atuante até sua suspensão definitiva em 1978; não tendo ocorrido tréguas no período em que o semanário esteve censurado.

Além disso, Gláucio Soares atribuiu a diferença entre a censura à grande imprensa e a da alternativa ao fato de que entende M, como caracteristicamente "político"; enquanto que encara a revista VEJA, como de "ampla cobertura". Acredita-se que esta consideração não procede, pois, o exame das matérias vetadas de M - inclusive, no que tange à constatação de maior equilíbrio entre as unidades temáticas consideradas - demonstra que o semanário enfatizava o tom crítico e diversificava a abrangência de suas reportagens, que, ao contrário, se forem comparados os vetos de OESP com os de M, o que se percebe é a ênfase do primeiro - que ao lado da revista VEJA pode ser considerado como o órgão de divulgação de "ampla cobertura", apenas para utilizar a terminologia de Gláucio Soares - incide na temática política; enquanto que em M os vetos se distribuem de modo mais harmônico entre temas políticos, sociais, econômicos, educacionais, culturais e de política internacional.

Ao trabalhar com os bilhetes e ordens telefônicas, bem como ao destacar somente uma espécie de órgão de divulgação, pode-se corroborar uma concepção de história que privilegia o político sobre os demais campos das relações humanas. Assim como, a concepção positivista acaba referendando uma história produzida por heróis diferenciados, e não, por homens comuns colocados como sujeitos. A análise dos bilhetes e ordens telefônicas reproduz a concepção de proibição nos moldes da grande imprensa a quem foi dada a possibilidade de exercer a autocensura, acatando os vetos verbais ou escritos.

Por isso, em termos de levantamento de dados, a análise dessas proibições coincide com o trabalho de pesquisa ao material censurado de OESP. Nele está presente a concepção de informação e de história que orienta a grande imprensa. Esta seleciona os fatos a serem transmitidos a partir do filtro de sua própria cobertura que espalha seus repórteres pelos corredores das Assembléias e do Congresso, prontos a cobrir acontecimentos ocorridos com os homens que se destacam dos demais. Nessa visão a favela, a rua da periferia só aparecem em caso de incêndio, tumulto, enchente e a fábrica somente em casos de greves ou demissões em massa. Em suma, em caso de "acidente" que represente um "desvio" da rota "normal" da história que, "naturalmente" é produzida pelos grandes homens.

Por esta razão, enfatiza-se a importância de se trabalhar com documentos que reflitam a experiência vivenciada por homens concretos. A análise dessa documentação (ao mesmo tempo, produção por parte do jornalista, e negação do produto pelo censor); no caso de OESP pode atestar os limites desta elaboração, no sentido do perigo que representam ao regime autoritário. Em relação a M, a prática concreta de jornalistas e censores interagindo contraditoriamente, coloca-se frente à uma censura multifacetada e não unitária, preocupada com uma gama variada de questões e atenta ao caráter diversificado das denúncias a que a "ampla cobertura" do semanário conduz.

Em resposta às críticas de Gláucio Soares a teses (cuja autoria não especifica) de uma "esquerda dedutivista que não pesquisa" chegando às mesmas conclusões dos governos militares, é necessário considerar alguns pontos.

A concepção do autor parece compartimentar teoria e prática, no sentido de que as teses criticadas extrairiam seus conceitos com base em formulações teóricas, e não, na pesquisa empírica. Fica claro que, deste modo, Gláucio Soares acaba separando o inseparável. Urge opor a este raciocínio as palavras de E.P. Thompson que, entende-se perfeitas para traduzir o trabalho de elaboração do conhecimento, no caso específico, a produção histórica:

"Por 'lógica histórica' entendo um método lógico de investigação adequado a materiais históricos, destinado, na medida do possível, a testar hipóteses quanto à estrutura, causação, etc., e a eliminar procedimentos autoconfirmadores ('instâncias', 'ilustrações'). O discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre o conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, do outro. O interrogador é a lógica histórica: o conteúdo da interrogação é uma hipótese (por exemplo quanto à maneira pela qual os diferentes fenômenos agiram uns sobre os outros); o interrogado é a evidência, com suas propriedades determinadas. (...)

O conhecimento histórico é pela sua natureza, (a) provisório e incompleto (mas não, por isso, inverídico), (b) seletivo (mas não, por isso, inverídico), (c) limitado e definido pelas perguntas feitas

à evidência (e os conceitos que informam essas perguntas) e, portanto, só 'verdadeiro' dentro do campo assim definido. (...)

A relação entre o conhecimento histórico e seu objetivo não pode ser compreendida em quaisquer termos que suponham ser um deles função (interferência de, revelação, abstração, atribuição ou 'ilustração') do outro. A interrogação e as respostas são mutuamente determinantes, e a relação só pode ser compreendida como um diálogo (grifo do autor)³⁶.

Claro está que na manutenção desse diálogo entre conceito e evidência, reside a raiz da produção do conhecimento. Conferindo demasiado peso e importância a qualquer um dos dois termos, indissolavelmente ligados, pode-se chegar às conclusões apressadas e a produzir o que Marilena Chauí (em *apud* de Claude Lefort) chama de discurso **sobre** que elimina o discurso **de** alguma coisa. A autora discute esta questão no momento em que explica a concepção de ideologia e, ao mesmo tempo, extermina a oposição entre ideologia e ciência. Segundo a autora, surge o discurso **sobre** (para ela, o primeiro momento de elaboração da ideologia), quando a teorização de destaca e passa a pairar autônoma em relação à praxis social. Esse discurso científico, em sua opinião, ao invés de contribuir para desvendar a dominação, vem corroborá-la, confirmando-a. Deste modo, ela enxerga a ciência como parte do exercício de dominação ideológica.

Assim, acredita-se que a ênfase na pesquisa empírica e, conseqüentemente, no raciocínio indutivo ou o peso desfechado na teorização e, portanto, na dedução, pode conduzir à produção de um conhecimento que se crê como dado, totalmente determinado, universal, verdadeiro e ... morto. A concepção que se adota é a de um conhecimento que se produz, como algo em constante reconstrução, fruto da reflexão do pesquisador, de sua atividade do pensamento:

"O pensamento não se apropria de nada - é um trabalho de reflexão que se esforça para elevar uma experiência (não importa qual seja) à sua inteligibilidade, acolhendo a experiência como indeterminada, como não-saber (e não como ignorância) que pede para ser determinado e pensado, isto é compreendido. Para que o trabalho do pensamento se realize é preciso que a experiência fale de si para voltar-se sobre si (grifos da autora) mesma e compreender-se".³⁷

Neste trecho, Marilena Chauí está trabalhando com a separação entre a atividade do conhecimento e a do pensamento, no sentido de acentuar de que modo o conhecimento, entendido como a determinação completa de algum objeto, pode distanciar-se da práxis social e, ao se transformar em discurso **sobre**, reforçar a estratégia de dominação. Entretanto, com o conhecimento produzido por intermédio da atividade do pensamento que carrega a experiência mantendo aceso o diálogo entre conceitos e a realidade socialmente vivenciada, entende-se estar contribuindo para a produção do contradiscurso, o discurso crítico.

Conforme já foi constatado, o material censurado de M, ao contrário das conclusões de Gláucio Soares, mostra um número considerável de artigos vetados sobre temáticas econômicas e sociais. Entende-se que, com base na pesquisa realizada, há elementos para constatar que, uma das grandes preocupações da censura residiu no ocultar a opção do Estado autoritário por um modelo de desenvolvimento que, ao privilegiar os interesses externos e ao trabalhar com a concentração da renda, acaba por penalizar largas parcelas da população do País.

A liberação da grande imprensa e a manutenção da censura prévia sobre órgãos de divulgação como M que continham este tipo de denúncias, vêm comprovar que o regime militar mostrava-se mais incomodado com esses ataques do que com o esclarecimento à opinião pública de sua excepcionalidade, ou seja, de seu potencial de repressão política. E, nestas conclusões, entende-se não se estar incorrendo no erro, como Gláucio Soares parece sugerir, em sua crítica ao dedutivismo de esquerda, do economicismo.

Reitera-se a concepção da compreensão da censura prévia à imprensa escrita, como parte do instrumental de repressão montado pelo Estado autoritário brasileiro pós-64. Como tal foi utilizada para que esse mesmo Estado, no qual se alojam anseios de parcelas da sociedade, se protegesse das aspirações das demais camadas da população, mantendo-se como defensor de objetivos minoritários.

O exercício de dominação levado a efeito pela censura prévia, cumpre então seu papel de ocultar ao público-leitor, através da permissão apenas da difusão de um discurso harmônico de um lado e igualitário de outro, parte do que se dava no âmbito da produção das condições materiais da existência: a violência das contradições entre interesses de camadas antagônicas e a opção por objetivos minoritários geradores de desigualdades e injustiça social. Assim se disseminam interesses particulares, como se representassem objetivos de todo o corpo social, reproduzindo-se a dominação concretamente vivenciada.

Acredita-se, entretanto, que, ao utilizar a temática da proteção do Estado para temas eminentemente políticos, Gláucio Soares acaba por vincular o Estado ao campo da política, como se pairasse autonomizado em relação a outras expressões das relações sociais. Entende-se o Estado, conforme já foi acentuado, como fruto de contraditórios interesses de classes. Assim sendo, o instrumento utilizado para sua proteção e

³⁶ THOMPSON, E.P. "Intervalo: A Lógica Histórica" In.: - *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. RJ, Zahar, 1981. p 49-50

³⁷ CHAUI, Marilena de Souza. *Ideologia e Educação*. *Educação & Sociedade*, RJ, Cortez-CEDES, 5:24-40, jan/1980. p. 26

manutenção, atinge os mais variados campos das relações humanas.

Firmando este quadro comparativo do material analisado nos dois órgãos de divulgação trabalhados, é necessário que se observe mais uma questão que separa a censura realizada em OESP da efetuada em M. A indagação refere-se à problemática da existência ou não de um maior rigor dos censores relativamente à grande imprensa, comparando-se com a alternativa, reafirmando seu caráter multifacetado, independentemente do fato de que o término da censura prévia ocorreu antes para a primeira do que para a segunda.

Encontraram-se diversos recortes de publicações de outros periódicos como OESP, JORNAL DA TARDE, JORNAL DO BRASIL, O GLOBO, boletim da ABI; liberados para suas publicações específicas, porém, vetados em M.

Para corroborar esta maior rigidez da censura no caso de M, é necessária uma referência. Na semana de 19 a 27 de agosto de 1989, a Secretaria Municipal da Cultura do Município de São Paulo, organizou uma série de eventos, em comemoração ao bicentenário da Revolução Francesa, em torno do tema dos Direitos Humanos, sob a designação geral de: "1789-1989 - Cidade-Cidadão-Cidadania: pela Declaração dos Direitos do Homem". Em meio a esses acontecimentos, no dia 24 de agosto, preparou-se uma Mesa-redonda intitulada: "Censura e Democratização dos meios de Comunicação", realizado às 20 horas no salão do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo. O painel contou com a participação dos seguintes jornalistas: Jair Amorim (Coordenador dos Trabalhos), Raimundo R. Pereira, Perseu Abramo e Marcos Fonseca (respectivamente expositores e debatedores).

Nesta ocasião, questionou-se a Mesa relativamente às diferenças da censura entre a grande imprensa e a alternativa; ao que Raimundo R. Pereira respondeu lembrando a existência de material vetado na alternativa e liberado para a convencional de grande porte, fato constatado pela pesquisa empírica. Além disso, Perseu Abramo, rememorou o fato de que a grande imprensa geralmente, era censurada com o censor na redação, sendo que a alternativa mandava seu material para a Polícia Federal, habitualmente em Brasília, o que se traduzia em maiores dificuldades para o periódico. A esse respeito é preciso aduzir o esclarecimento de que este fato se prende mais à problemática de uma imprensa diária (vide o caso da TRIBUNA DA IMPRENSA), versus outra de periodicidade diferenciada (vide o caso da revista VEJA).

Analisando-se o material censurado de OESP e de M, sentiu-se a violência da censura muito maior no caso do segundo do que no primeiro. O material censurado de OESP aparece apenas circundado com lápis de cor ou caneta azul, vermelha ou preta, de modo que a leitura do trecho é absolutamente possível e fácil. Já no caso de M, variadas são as marcas do censor: utiliza carimbos (LIBERADO C/ CORTES, VETADO): caneta pilot preta, azul ou vermelha com as marcas, no topo da página, assinalando N significando que a matéria não pode ser veiculada, ou, na capa da reportagem, marcando V para dizer que foi vetada, ou C/C para explicitar que está liberada, mas com cortes. Além disso, nos trechos vetados, muitas vezes o texto fica completamente inutilizado para qualquer leitura posterior, pois, a caneta pilot risca por cima de tudo o que foi escrito, ou a parte do texto aparece circundada com vários riscos e com um imenso N em seu interior. A onipresença e o desrespeito da censura são, portanto, muito maiores em M do que em OESP.

Ainda a esse respeito, em visita realizada ao Arquivo da TRIBUNA DA IMPRENSA no Rio de Janeiro, observaram-se alguns recortes de material da época vetado pelos censores. Constatou-se que, não contentes em circundar o que não era para ser publicado - procedimento utilizado em OESP - os censores riscava várias vezes e em direções diversas, deixando o texto como se fosse resultado do desenho de uma criança cuja coordenação motora fina ainda não estivesse perfeitamente definida. Como se vê, o afã de destruição definitiva da produção jornalística não é exclusivo dos censores da Polícia Federal de Brasília ou das Superintendências Regionais da Polícia Federal, atingindo também censores instalados nas redações e variando de acordo com o órgão de divulgação com que trabalham.

Finalizando estas considerações acerca da comparação entre a censura prévia realizada em M e a que se efetuou em OESP, é preciso que se reafirmem as razões das diferenças percebidas no trabalho com o material vetado, basicamente em torno de duas variáveis.

- a variável temporal, devida ao fato de que se trata de documentação datada de momentos históricos distintos, a saber: OESP (29/03/1973 a 03/01/75) e M (07/07/1975 a 05/06/1978);
- a distinção entre órgãos de divulgação fundamentados em diferentes concepções, quanto ao papel da imprensa e da informação, presentes na orientação diversa dada a um periódico da grande imprensa e outro da imprensa alternativa.

Pensando-se a censura prévia a OESP como desenvolvida durante a maior parte do tempo no governo Médici (agosto/setembro de 1972 a março de 1974); sabendo-se das conjunturas de força nele representadas, no que se refere à cisão entre as duas alas militares distintas, e, aduzindo-se a isto o fato de que M foi censurado somente durante o governo Geisel (julho de 1975 a junho de 1978), é possível extrair-se uma conclusão significativa.

A ala dos militares da "linha-dura" que detém o controle do Executivo no governo do presidente Médici e durante parte do governo do presidente Geisel, não aceita a devolução das liberdades democráticas e prega a continuidade do regime de exceção com toda sua carga repressiva, sem que sejam feitas concessões à

sociedade civil. Eles interessavam-se em ocultar da população todas as expressões de repressão política, dentre as quais a existência da própria censura. Desejavam mostrar a imagem de um Estado harmonioso, ausente de conflitos de classes, daí sua luta para apagar todas as críticas ao regime nessa direção.

Os militares conhecidos como grupo da "Sorbonne", aos poucos recuperaram o controle do Executivo, ao longo do governo Geisel. Neste governo, acreditam na necessidade de uma controlada e lenta devolução das liberdades democráticas e do controle do Executivo, de modo gradativo à sociedade civil. Pensam que o objetivo da segurança (nos moldes da concepção da Doutrina de Segurança Nacional) está assegurado com a destruição da luta armada pela ação repressiva no começo dos anos 70. Temem entretanto pela meta do desenvolvimento econômico, uma vez que estava cada vez mais evidente a falência do "milagre brasileiro"³⁸. Daí a sua ênfase em ocultar a miserabilidade da maioria da população brasileira, fruto de um modelo econômico que transparece como acirrador da desigualdade social e responsável pela destruição do parque industrial nacional, mergulhando a economia num incontrolado processo de desnacionalização e na corrupção desenfreada.

Entende-se, entretanto, que há uma interação dessa variável temporal com a distinção do órgão de divulgação censurado. Observou-se que OESP e M, possuem estrutura, interesses, princípios, caráter, frontalmente distintos. Percebeu-se que a grande imprensa parte de uma concepção de informação e de história que orientam a produção jornalística na direção da cobertura da exceção, oficializando a concessão da palavra aos privilegiados. A imprensa alternativa, especificamente no caso de M, trabalha no caminho da socialização do acesso à informação, tecendo a história através da rede de relações cotidianas e das experiências socialmente vivenciadas pelo homem comum. Seu lema é a cobertura da regra que dá voz aos excluídos, com todas as ressalvas que possam ser feitas ao seu enfoque econômico (centrado na exploração do trabalho) e voltado para o processo de dominação das majorias, deixando de lado a multiplicidade de seus aspectos presentes na heterogeneidade dos grupos minoritários.

A censura esteve atenta à diversidade da produção dos vários órgãos de divulgação sobre os quais atuou, variando na defesa do regime autoritário, mas consciência de seus interesses e, raramente, agindo de modo aleatório ao sabor das influências de caráter esporádico e individual. Sofreu a ação do tempo e reagiu às flutuações internas do Estado.

Assim pode ser explicado o aumento da fúria censória a OESP no ano de 1974 de modo vinculado à reação dos setores da "linha-dura" em disputa com a outra ala militar que desejava a retirada da censura prévia aos órgãos da grande imprensa, como forma de restaurar as relações entre o Executivo e setores da sociedade civil. E, assim, se explica a manutenção da censura prévia sobre alguns periódicos (notadamente da imprensa alternativa) cujas denúncias incomodavam o grupo ("Sorbonne") encastelado no poder e representando interesses que tinham em mira a extinção desta forma de expressão.

³⁸ *"Tal a situação política com que nos defrontamos hoje – o pluripartidarismo em processo: de afirmação legal, de um lado, de permeação de toda a sociedade nacional, de norte a sul, por outro lado, à busca de raízes definitivas e sólidas em bases municipais e estaduais.*

Enquanto isso, no campo econômico, a batalha ingente contra a inflação e os sérios desequilíbrios do balanço de pagamentos prossegue incansável, sem a segurança ainda – embora não faltem elementos objetivos para renovadas esperanças – de resultados promissores, na segunda metade deste ano.

De qualquer forma, aprofunda-se o fosso de retardo cultural entre a marcha institucional para uma democracia que se deseja mais progressista e liberal e participativa e a rigidez da frente econômica, a exigir, esta, maior amplitude e eficiência dos controles governamentais."

Estas palavras finais da Conferência do general Golbery do Couto e Silva, proferidas na ESG, sob o título de "Conjuntura Política Nacional – O Poder Executivo", apesar de datadas de 1980, localizadas, portanto, fora da vigência da censura prévia, são ilustrativas. Não conseguem disfarçar a preocupação, ainda que abusem do eufemismo, com a política econômica no momento em que o processo de abertura política não mais inspirava grandes cuidados.

Considerações finais

A memória histórica construída acerca da problemática da censura política à imprensa escrita no Brasil, na vigência do Estado autoritário pós-64, tem enfatizado a concepção de uma censura aleatória que atuou ao sabor dos ventos e de perseguições pessoais e individuais e, deste modo, suas variáveis devem-se exclusivamente a fatores relacionados à personalidade deste ou daquele censor em particular e a conhecimentos ocasionais que determinadas pessoas pudessem ter com autoridades, conduzindo assim, a mão da censura. Isto porque, esta mesma concepção aleatória relativamente à censura, concebe a sua voz como unificada através de um Estado que encara como unitário e todo poderoso, ausente de contradições e divergências internas. Ao lado disto, convencionou-se, em uma visão reducionista, encarar a totalidade da imprensa como vítima de um mesmo algoz, que é o Estado, através de seu instrumental repressivo censório. Surge também a tendência de imaginar que a resistência caminhasse junto somente com órgãos de divulgação encarados sob a ótica da resistência ao regime (basicamente determinados periódicos da imprensa alternativa), enquanto que os representantes da imprensa convencional (particularmente, da grande imprensa) eram vistos como submissos ao regime militar, inclusive na sua faceta repressiva, uma vez que (parcela significativa deles) contribuiu ativamente para a sua criação.

Este trabalho se coloca contra essas visões que, entende-se como igualmente lineares, não permitindo enxergar a diversidade do tecido social, tanto no que se refere à censura, como no tocante à imprensa e, ainda no que diz respeito ao Estado autoritário.

Por isso, a escolha de uma documentação privilegiada que permitiu captar, para além das intenções do Estado, a prática social cotidiana dos sujeitos envolvidos no processo de produção (jornalistas) e de corte (censores). Por isso, a opção pelo trabalho com órgãos de divulgação diferenciados que sofreram a ação da censura prévia em momentos históricos distintos. Por isso, a utilização de depoimentos de contemporâneos ao processo, diretamente envolvidos com ele, representando o contraponto sensível a uma documentação que pode ser encarada como dialeticamente, vibrante e fria, pela distância temporal e pela ausência de comprometimento momentâneo que o papel pode carregar.

A pesquisa realizada a OESP teve o mérito de demonstrar que não se pode considerar a grande imprensa sob uma única visão no que tange à resistência aos ataques à liberdade de expressão, princípio básico da concepção liberal. Por outro lado, mostrou que o Liberalismo não possui uma só faceta, devendo sua prática ser encarada com diversidade. Comprovou como podem ser reducionistas as terminologias "conservador", ou "reacionário", presas a uma determinada circunstância, deixando-se de encarar a coerência de atitudes ao longo de um processo de existência. Encontrou a coerência onde só se antevia a contradição, ao demonstrar como perfeitamente dentro dos princípios do Liberalismo lockeano a ação do jornal na conspiração deflagrada do golpe de 1964 e, ao mesmo tempo, sua oposição, no transcorrer dos regimes militares. Posicionou a importância e a diferença fundamental do significado da resistência e a negação da autocensura, na aceitação preferencial da instauração da censura prévia como estratégia de denúncia da repressão. Esta resistência adquire contornos mais nítidos e contundentes nas variadas formas de demonstração ao público-leitor pela sua criativa maneira de substituição, na publicação, dos espaços deixados pelos cortes da censura. Denúncia esta que ultrapassa a mera dimensão temporal, e hoje, já faz parte de uma memória coletiva presente na lembrança das pessoas.

A pesquisa realizada em M colocou com clareza o abismo que separa concepções diferenciadas de jornalismo e o significado de uma luta pela socialização da informação para a população, fora dos parâmetros das grandes empresas nacionais e internacionais que controlam a produção de notícias. Além disso, posicionou a importância do combate constante por uma imprensa que seja produzida pelos que a possuem. Ao lado disto, enfatizou a luta que precisa ser diuturna pela busca ideal da democracia de decisões na redação, fora do modelo de uma linha editorial rigidamente traçada no âmbito das decisões do grupo que representa os interesses dos proprietários da empresa jornalística, ou mesmo de seus anunciantes. A produção jornalística de M e os cortes processados pelos censores vieram demonstrar uma concepção de cobertura jornalística diferenciada daquela processada na grande imprensa, com a emergência de temáticas e personagens ausentes na imprensa convencional de grande porte; além de possibilitar a constatação da diversidade de atuação censória. A violência da atuação da censura, paralelamente à sua manutenção até 1978, bem como a continuidade de outras formas de pressão, têm o mérito, de um lado, de demonstrar as contradições internas presentes no Estado autoritário brasileiro pós-64 e a amplitude de seu projeto político, para além de divergências circunstanciais; e, de outro o conteúdo altamente contestador do regime militar brasileiro contido na programação e na efetivação prática de M.

A comparação entre os materiais vetados oriundos de M e de OESP comprovou que a censura raramente e ocasionalmente adquiriu facetas aleatórias, possuindo uma "lógica" interna que é a da proteção dos interesses dos grupos presentes no Estado autoritário pós-64 e ao projeto político que conceberam para o País. Esta "lógica" é assumida por diferentes censores que, não podem ser vistos pela cômoda capa da neutralidade burocrática e devem ser responsabilizados pelos seus atos, cortando mais ou menos, negociando ou não com os órgãos de divulgação. Entretanto, a pesquisa a momentos históricos distintos e órgãos de divulgação

variados, mostrou que o Estado autoritário vivenciou conflitos internos que explicam orientações diversas no corte destas (questões políticas) ou daquelas (questões econômicas ou sociais) matérias dependendo do controle do Executivo assumido por este ("linha-dura") ou aquele ("Sorbonne") grupo que representam concepções diferenciadas quanto à condução histórica da realidade nacional.

A tentativa da presente pesquisa é a da contribuição para a ampliação da compreensão de um momento histórico determinado, recuperando uma memória perdida, posicionando a heterogeneidade onde antes só havia homogeneidade, e a diversidade conflituosa onde se encarava a presença da linearidade harmônica. A consciência que se tem é a de que visões homogêneas e lineares também representam um exercício de dominação que não possibilitam espaço para a compreensão dos múltiplos e variados aspectos que ela carrega, bem como a resistência.

É necessário que se enfatize que este é um trabalho inicial aberto para uma diversidade muito grande de abordagens quanto para a amplitude de materiais que aí restam para consulta dentro da temática da censura prévia à imprensa escrita no País na vigência do Estado autoritário pós-64.

É fundamental que se diga que a recuperação da memória de tempos de recrudescimento da dominação possibilita a emergência de estratégias diversificadas e concomitantes de resistência é básica para um País que a todo momento precisa estar alerta na luta pela restauração das liberdades democráticas mínimas e pelo alcance de sua dignidade que somente pode ser atingida em padrões ampliados de justiça social para o seu povo, o que inclui a possibilidade de acesso à informação.

Luis de Camões foi muitas vezes lembrado em momento de necessidade crucial de resistência, em que o País se encontrava qual frente ao Gigante Adamastor:

*"Porém, já cinco Sóis eram passados
Que dali nos partíramos, cortando
Os mares nunca de outrem navegados,
Prosperamente os ventos assoprando,
Quando hũa noite, estando descuidados
Na cortadora proa vigiando,
Hũa nuvem, que os ares escurece,
Sobre nossas cabeças aparece.*

*Tão temerosa vinha e carregada,
Que pôs nos corações um grande medo;
Bramindo, o negro mar de longe brada,
'Ó Potestade (disse) sublimada:
Que ameaço divino ou que segredo
Este clima e este mar nos apresenta,
Que mor cousa parece que tormenta?"*

*Não acabava, quando hũa figura
Se nos mostra no ar, robusta e válida,
De disforme e grandíssima estatura;
O rosto carregado, a barba esquálida,
Os olhos encovados, e a postura
Medonha e má e a cor terrena e pálida;
Cheios de terra e crespos os cabelos,
A boca negra, os dentes amarelos."¹*

Se o poeta luso pudesse saber da finalidade conferida a seu poema épico, talvez não encarasse com tanta desesperança os destinos de seu canto:

*"No mais, Musa, no mais, que a Lira tenho
Destemperada e a voz enrouquecida,
E não do canto, mas de ver que venho
Cantar a gente surda e endurecida.
O favor com que mais se acende o engenho
Não no dá a pátria, não, que está metida
No gosto da cobiça e na rudeza
De hũa austera, apagada e vil tristeza."²*

¹ CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. 5.ª ed., Porto, Porto Editora Ltda., s.d.. Canto V, (37, 38 e 39). p. 84.

² Idem. Canto X, (145). p. 335.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

a) Bibliografia Citada

AINDA a reunião da Bahia. O Estado de S. Paulo, SP, 4mar1964.
p. 3.

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil:
1964-1984. Petrópolis, Vozes, 1984.

ANTOLOGIA PREMIO TORQUATO NETO. RJ, Centro de Imprensa
Alternativa e Cultura Popular/RIORRTE, 1984.

ANTONIO, João. Escapada - considerações em torno à censura
imposta a um jornal alternativo "MOVIMENTO", nos anos de
1975-1981. Nicolau, Secretaria de Estado da Cultura,
Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 6, ano I, 1987.

ARENDT, Hannah. A condição humana. RJ, Forense Universitária,
1983.

----- Da revolução. SP, Atica, 1988.

----- Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade
do mal. SP, Diagrama & Texto, 1983.

----- Entre o passado e futuro. SP, Perspectiva, 1972.

----- O sistema totalitário. Lisboa, Publicações Dom
Quixote, 1978.

A solução revolucionária. O Estado de S. Paulo, 4abr1964.
p. 3.

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política. 3a. ed.,
SP, Brasiliense, 1987.

BOBBIO, Norberto. Liberalismo e Democracia. SP, Brasiliense,
1988.

BOBBIO, Norberto e BOVERO, Michelangelo. Sociedade e Estado na
filosofia política moderna. SP, Brasiliense, 1986.

BRAGA, José Luiz. Pasquin - Hebdo brésilien d'humour. Paris,
juin/1984. Tese (Doutorado). Université de Droit d'Economie
et des Sciences Sociales de Paris. (Mimeografado).

BRASIL: nunca mais. 3a. ed., Petrópolis, Vozes, 1985.

- BRESCIANI, Maria Stella Martins. Liberalismo: ideologia e controle social (um estudo sobre São Paulo de 1850 a 1910). SP, 1976. Tese (Doutorado). FFLCH/USP. (Mimeografado).
- BRUNER, Jerome. Play: its role in development and evolution. Harmondsworth, Penguin Books, 1976.
- CAETANO, Kati Eliane. História, Sociedade e Discurso Jornalístico - análise de alguns jornais veiculados em Corumbá durante o Estado Novo. SP, 1981. Dissertação (Mestrado). FFLCH/USP. (Mimeografado).
- CAMÕES, Luis de. Os Lusíadas. Porto, Porto Editora Ltda., s.d.
- CAPARELLI, Sérgio. Imprensa Alternativa. In: - -----
Comunicação de massa sem massa. SP, Cortez, 1982. cap. 3.
- CAPELATO, Maria Helena. Os arautos do Liberalismo: imprensa paulista (1920-1945). SP, Brasiliense, 1989.
- CAPELATO, Maria Helena e PRADD, Maria Lígia. O bravo matutino - Imprensa e ideologia: o jornal O ESTADO DE SÃO PAULO. SP, Alfa-Omega, 1980.
- CATALOGO DE IMPRENSA ALTERNATIVA. RJ, Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular/RIOARTE, 1986.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. 4a. ed., SP, Cortez, 1989.
- Ideologia e Educação. Educação & Sociedade, SP, Cortez, 5, jan/1980.
- CHAUÍ, Marilena de Souza e FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. Ideologia e mobilização popular. 2a. ed., RJ, Paz e Terra: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1978.
- CONTIER, Arnaldo Daraya. Imprensa e ideologia em São Paulo, 1822-1842. Petrópolis, Vozes/UNICAMP, 1979.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. Liberalismo e Oligarquia na República Velha: O PRIZ e a campanha do Marechal Hermes da Fonseca (1909-1910). USP, 1976. Dissertação (Mestrado). FFLCH/USP. (Mimeografado).
- DRNTAS, Pedro. Couraçado Potemkin. O Estado de S. Paulo, SP, 3mar1964. p. 3.
- DRSSIN, Joan A. Press censorship and the military State in Brasil. In: - -----
Press control around the world. NY, Praeger Publishers, 1982.
- Press censorship - how and why. Index on censorship, 8
(4): 13-19, july-august/1979.

DECCA, Edgar S. de. 1930 - o silêncio dos vencidos. 3a. ed., SP, Brasiliense, 1986.

DECCA, Edgar S. de e VESENTINI, Carlos Alberto. A revolução do vencedor. Revista Ciência e Cultura, 29 (1), jan/1977.

DEWEY, John. Liberalismo, Liberdade e Cultura. SP, Companhia Editora Nacional, 1970.

DINES, Alberto. Os alternativos e as aspas. Pasquim, RJ, Bago1980.

DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado - Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis, Vozes, 1981.

DUARTE, Celina Rabello. Imprensa e Redemocratização no Brasil. Dados, 26 (2): 181-195, 1983.

----- Imprensa e Redemocratização no Brasil: um estudo de duas conjunturas, 1945 e 1974-1978. SP, 1987. Dissertação (Mestrado). PUC. (Mimeografado).

DUARTE, Paulo. Pequena história de um grande jornal (1875-1940). (Datilografado).

ESPECIAL: a história da censura prévia em MOVIMENTO. Movimento, SP, 12 a 26jun1978.

FERNANDES, Hélio. 10 anos de censura. Tribuna da Imprensa, RJ, 15jun a 25set1976.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. As idéias estão no lugar. Cadernos de Debate, SP, Brasiliense, 1: 61-64, 1976.

FREITAG, Bárbara. A Teoria Crítica ontem e hoje. SP, Brasiliense, 1986.

FRIRS FILHO, Otávio et alii. A "Folha" e as Diretas. Lua Nova - Cultura e Política, 2 (1): 31-36, jul-set/1984.

GRSPARI, Elio. Os documentos da censura. Jornal do Brasil, RJ, 18jun1978.

GEBARA, Ademir. Campinas - 1869-1875 - Republicanismo, Imprensa e Sociedade. SP, 1975. Dissertação (Mestrado). FFLCH/USP. (Mimeografado).

GDULART teria sido alertado sobre os riscos do Comício. O Estado de S. Paulo, SP, 3mar1964. p. 3.

HABERMAS, Jürgen. Comunicação, opinião pública e poder. In: - COHN, Gabriel (org.). Comunicação e indústria cultural. 4a. ed., SP, Editora Nacional, 1978. p. 186-200.

- HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. s.l., Paz e Terra, 1985.
- IMPrensa ALTERNATIVA & LITERATURA - OS ANOS DE RESISTENCIA. RJ, Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular/ARTE, 1987.
- INSTITUIÇÕES em frangalhos. O Estado de S.Paulo, SP, 13dez1968.
- JORGE, Fernando. Cale a boca, Jornalista ! SP, Vozes, 1987.
- LASKI, Harold Joseph. O Liberalismo Europeu. SP, Mestre Jou, 1973.
- LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo. SP, Ibrasa, 1963.
- LOUZEIRO, José. Lúcio Flávio, o passageiro da agonia. SP, Abril Cultural, 1982. (Coleção Grandes Sucessos).
- MACHADO, J.A. Pinheiro. Opinião X Censura. RS, L & PM, 1978.
- MACPHERSON, C.B. Teoria política do individualismo possessivo de Hobbes até Locke. RJ, Paz e Terra, 1979.
- MARCONDES FILHO, Ciro. O capital da notícia. SP, Atica, 1986.
- MARCONI, Paolo. A censura política na imprensa brasileira (1968-1978). 2a. ed., SP, Global Editora, 1980.
- MARSON, Izabel Andrade. Posições políticas na imprensa pernambucana: 1842-1849. SP, 1974. Dissertação (Mestrado). FFLCH/USP. (Mimeografado).
- MATOS, Olgária C.F.. Os arcanos do inteiramente outro. SP, Brasiliense, 1989.
- A melancolia. Leia, SP, maio/1987. p.16-17.
- MELO, José Marques de. A opinião no jornalismo brasileiro. Petrópolis, Vozes, 1985.
- MELO, José Marques de (org.). Censura e Liberdade de Imprensa. SP, COM-ARTE, 1984.
- MILL, John Stuart. O governo representativo. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1981.
- MOISES, José Alvaro e BENEVIDES, Maria Victória. O "Estado" e o golpe de 64. Lua Nova-Cultura e Política, 2 (1): 26-31, jul-set/1984.
- NASCE um jornal. Movimento, SP, 7jul1975.
- O Ato Institucional. O Estado de S. Paulo, SP, 10abr1964. p. 3.

- O Estado de Revolução em Pernambuco. O Estado de S. Paulo, SP, 3mar1964, p. 3.
- OLIVEIRA, José Flávio. Liberalismo & Oligarquia na República Velha: "O Estado de São Paulo" e campanha civilista - 1909 - 1910. SP, 1976. Dissertação (Mestrado). FFLCH/USP. (Mimeografado).
- OSTROWER, Fayga. Criatividade e processos de criação. 6a. ed., Petrópolis, Vozes, 1987.
- PRATTO, Maria Helena. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. SP, T.A. Queiroz, 1970.
- PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. A Classe Operária: uma temporada no Paraíso - Rio de Janeiro (1923-1924). SP, 1987. Dissertação (Mestrado). PUC. (Mimeografado).
- PEREIRA, Antônio Aparecido. A Igreja e a censura política à imprensa no Brasil: 1968-1978. Roma, giugno/1982. Tesi (Giornalismo). Centro Internazionale per gli studi sull'Opinioni Pubblica (CISOP). (Mimeografado).
- PEREIRA, Raimundo Rodrigues. Viva a imprensa alternativa. Viva a imprensa alternativa !... In:-FESTR, Regina e SILVA, Carlos Eduardo Lins e, (org.). Comunicação Popular e Alternativa no Brasil. SP, Ed. Paulinas, 1986. cap. III.
- QUIRINO, Célia Galvão e SOUZA, Maria Tereza Sadek R.de. (org.). O pensamento político clássico: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau. SP, T.A. Queiroz, 1980.
- RECEIO. O Estado de S. Paulo, SP, 3mar1964. p. 3.
- RIDICULO e degradante. O Estado de S. Paulo, SP, 3mar1964. p. 3.
- RITTER, Marcelino. A nova fase de vida d'O Estado de São Paulo (1945-1964). (Datilografado).
- ROSS, Fitzgerald. (org.). Pensadores políticos comparados. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1980.
- SAMUEL, Raphael. História local e história oral. trad. Zena Winona Eisenberg, SP, PUC, 1986. (Mimeografado).
- SAMUEL, Raphael. (org.). História popular y teoria socialista. Barcelona, Editorial Crítica, 1984.
- SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. Estudos CEBRAP, SP, Ed. Brasileira de Ciências, 3, jan/1973.
- SILVA, Golbery do Couto e. Conjuntura Política Nacional, o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil. 3a. ed., RJ, José Olympio, 1981.

- SKIDMORE, Thomas E.. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). 5a. ed., RJ, Paz e Terra, 1976.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. A censura durante o regime autoritário. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 4 (10): 21-43, jun/1989.
- SODRE, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. 3a. ed., SP, Martins Fontes, 1983.
- S. Paulo repete 32. O Estado de S. Paulo, 1abr1964. p. 3.
- STEPAN, Alfred C.. Os militares: da abertura à Nova República. RJ, Paz e Terra, 1986.
- SUPLEMENTO do Centenário. O Estado de S. Paulo, 1, 4jan1975.
- SUPLEMENTO do Centenário: A Liberdade de Informação no Brasil. O Estado de S. Paulo, SP, 15nov a 13dez1975.
- THOMPSON, E.P. A formação da classe operária inglesa. RJ, Paz e Terra, 1987. 3v.
- . A miséria da teoria ou um planetário de erros. RJ, Zahar, 1981.
- . Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial. In:----- . Tradición, revuelta y conciencia de clase. Barcelona, Editorial Critica, 1979.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. O Antigo Regime e a Revolução. 2a. ed., Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1982.
- UBALDO, João. O bom censor. Folha de S. Paulo, SP, 18jun1978.
- ULTIMA edição. Movimento, SP, 23nov1981.
- UNIDADE-DEBATE (Publicação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo). SP, jul/1978.
- VENTURA, Zuenir. 1968: O ano que não terminou. RJ, Nova Fronteira, 1988.
- VESENTINI, Carlos Alberto. A instauração da temporalidade e a (re)fundação na história: 1937 e 1930. Revista Tempo Brasileiro, RJ, 87, out-dez/1986.
- WAINER, Samuel. Minha razão de viver - memórias de um repórter. 4a. ed., RJ, Record, 1987.
- WOLIN, Sheldon S.. Política y perspectiva. Buenos Aires, Amorrortu Editores, 1960.

b) Fontes Documentais

1. Documentos Textuais

a) Legislação Consultada:

BRASIL. Constituição Emenda, 1969. Dispõe sobre a constituição da República Federativa do Brasil, reformando a Constituição de 1967. Diário Oficial da União, Brasília, 17out1969.

BRASIL. Leis, decretos, etc. Ato Institucional No. 5. Dispõe sobre as ampliações de poderes do Executivo e sobre as limitações dos demais poderes, bem como sobre as restrições das garantias constitucionais dos cidadãos. Diário Oficial da União, Brasília, 13dez1968.

BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto 898 de 29 de setembro de 1969. Estabelece as normas de manutenção da Segurança Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 29set1969.

BRASIL. Leis, decretos, etc. Lei 5250 de 09 de fevereiro de 1967. Regula a liberdade de manifestação de pensamento e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 09fev1967.

BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto 1077 de 26 de janeiro de 1970. Dispõe sobre a execução do art. 153, parágrafo 8o., parte final, Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 27jan1970.

b) Jornais Consultados:

Jornal do Brasil. RJ, 14dez1968.

Movimento. SP, 07jul1975 a 26jun1978; 23nov1981.

O Estado de São Paulo. SP, 01mar a 10abr1964; 14dez1968;
29mar1973 a 03jan1975.

O São Paulo. SP, mai1972 a jun1978. (X)

Tribuna da Imprensa. RJ, 15jun a 29set1978. (XX)

2. Documentos Drais

a) Entrevistas:

ANTONIO, João. SP, 27out1989. (Notas).

BERNARDET, Jean-Claude. SP, 8ago1990. (Gravação).

FERNANDES, Hélio. RJ, 09jan1990. (Notas).

FERREIRA, Oliveiros S. SP, 11set1989. (Gravação).

LEMOS, Carlos. RJ, 02mar1990. (Notas).

LIMA SOBRINHO, Barbosa. RJ, 11jan1990. (Notas).

PEREIRA, Antônio Aparecido. SP, 13mar1990. (Gravação).

PEREIRA, Raimundo Rodrigues, SP, 30dez1987. (Gravação).

PEREIRA, Raimundo Rodrigues, SP, 22fev1990. (Gravação).

b) Painel:

CENSURA e democratização dos meios de comunicação. SP,
24ago1989.

-
- (X) Refere-se a uma pesquisa informal às caixas preservadas com material censurado desse período.
 - (XX) Refere-se à série de 81 artigos escritos por Hélio Fernandes narrando a história dos 10 anos de censura prévia à TRIBUNA.